POLÊMICAS

OBRAS COMPLETAS DO

Pe LEONEL FRANCA S.J.

III

POLÊMICAS

ENSINO RELIGIOSO E ENSINO LEIGO
PROBLEMAS DE DEONTOLOGIA MÉDICA
RELÍQUIAS DE UMA POLÊMICA

2.ª EDIÇÃO

RIO DE JANEIRO

Livraria AGIR Editôra

1953

Copyright de

ARTES GRAFICAS INDÚSTRIAS REUNIDAS S. A. (AGIR)

PODE-SE REIMPRIMIR

Pe. José da Frota Gentil, S. J.
Ex-commissione Emmi. Cardinalis Archiepiscopi

Rio de Janeiro, 16 de Julho de 1952

Livraria AGIR *Editôra*

Rio de Janeiro —— Rua México, 98-B —— Caixa Postal 3291
São Paulo — Rua Bráulio Gomes, 125, loja 2 — Caixa Postal 6040
Belo Horizonte — Avenida Afonso Pena, 919 — Caixa Postal 733

ENDERÊÇO TELEGRÁFICO "AGIRSA"

ENSINO RELIGIOSO E ENSINO LEIGO

INTRODUÇÃO

A questão do ensino religioso é uma questão vital para o nosso futuro. Em nenhum outro ponto coincidem tanto as reivindicações católicas com os interêsses da pátria como na reforma da nossa pedagogia oficial. É tão íntimo, tão profundo, tão necessário o nexo entre a orientação da escola e a formação do caráter nacional que não é exagêro afirmar-se que os destinos de um povo se jogam nos seus estabelecimentos de educação.

Ora, foi precisamente no domínio pedagógico que os constituintes de 1891 cometeram talvez o êrro mais funesto ao Brasil. O laicismo escolar, tal como entendeu, em quase todo o país, a jurisprudência republicana, mutilou vitalmente a educação popular e tornou a nossa escola, de todo em todo, inepta ao desempenho de suas mais nobres e elevadas funções. Educação moral dos indivíduos, formação social dos cidadãos, respeito à liberdade espiritual das famílias religiosas, tudo foi sacrificado aos preconceitos de uma ideologia inconsistente. Urgia rever esta legislação inconsiderada para sanar-lhe radicalmente todos os vícios de origem.

Capítulo I

ASPECTO PEDAGÓGICO

Já vão longe os tempos em que uma pedagogia superficial, sobrevalorizando a cultura da inteligência, confundia instrução com educação, capitalização de conhecimentos com formação de caráter. O homem não vale pelo que sabe, senão pelo que é. A ciência é uma espada de dois gumes: pode empregá-la para o bem uma consciência honesta, pode pô-la a serviço do mal um coração depravado. Mais que enriquecer a inteligência com uma soma de noções superficiais, importa formar a vontade no cumprimento fiel do dever. A grandeza e a felicidade do homem dependem principalmente de sua energia moral. É sobretudo a consciência que faz o bom chefe de família, o bom cidadão, o bom operário, o bom profissional. E a consciência não se forma com lições de gramática e de geografia. Não atribuamos à simples instrução uma eficácia que não possui. É a educação que plasma o homem; a instrução, quando muito, prepara técnicos. A instrução dirige-se exclusivamente à inteligência; a educação abraça o homem na totalidade de sua natureza, desenvolvendo-lhe harmoniosamente tôdas as faculdades. A instrução é apenas um meio; a educação, o fim, a razão-de-ser da atividade pedagógica. Ao unilateralismo intelectualista, que se resolve numa mutilação deformadora da natureza, oponha-se uma concepção integral da pedagogia que abrace a criança na realidade viva, concreta, total de suas exigências humanas. Uma escola incapaz de educar é uma escola que mente à sua finalidade essencial.

E tal é precisamente a escola leiga. Não é possível formar o homem sem ter uma idéia de sua natureza e de seus destinos. Não é possível prepará-lo para a vida sem conhecer as razões supremas do viver.

O caráter é feito de solidez nas convicções e de tenacidade no querer. As convicções não se enraízam profundamente na inteligência sem uma concepção compreensiva, uma filosofia integral da vida. É do ideal que nos formamos da perfeição humana que deriva a unidade, a coerência, a harmonia dos nossos atos. Uma pedagogia sem ideal é um navio sem bússola. "O domínio da educação e da instrução sofre de modo particular, escreve um notável filósofo alemão, por falta *de uma direção capital da vida, pela ausência de verdades eternas*. Tôda a atividade pouco comum, todo o trabalho febril, empregado neste terreno, não produz os frutos que poderíamos esperar, porque não possuímos *firmeza de caráter*. . . . Reforma de ensino é o grito do dia, mas nós não possuímos uma filosofia da educação, um ideal pedagógico profundamente soldado a uma concepção total da vida. . . . Pretendemos melhorar a educação sem estarmos antes de acôrdo sôbre o seu fim, sua possibilidade e suas condições. E a educação será de todo em todo diversa, consoante as diferentes concepções relativas ao homem e as diferentes concepções relativas à vida" (1).

Mas resolver o problema do homem, das suas origens e dos seus destinos; dar um ideal à vida, à beleza de sua perfeição e à grandeza de suas responsabilidades, que outra coisa é senão entrar em cheio na solução religiosa da existência humana? "A religião, escreve o célebre reitor da Universidade de Berlim, A. HARNACK, recentemente falecido, a religião, e sobretudo o amor de Deus e do próximo, eis o *que dá sentido* à vida: a Ciência é disto incapaz. Que me seja

(1) R. EUCKEN, *Grundlinien einer neuen Lebensanschaung*, 1907, p. 284.

permitido falar aqui de minha própria experiência, como quem, há 30 anos, se ocupa de ciência. É belo consagrar-se à ciência pura, e ai daquele que a menospreza ou nela se endurece. Mas *quanto aos problemas de origem da vida e da sua finalidade, a ciência não os resolve hoje, como não os resolvia há dois ou três mil anos*" (2).

E a solução do problema dos destinos humanos é de uma importância transcendente em moral. O conhecimento do fim é, nas ciências práticas, o que, nas especulativas, é a inteligência dos princípios. Sem princípios, tôda a demonstração é impossível; sem conhecer o fim de uma ação, impossível traçar-lhe qualquer norma. A questão dos destinos do homem domina, pois, por uma necessidade interna indeclinável, tôda a ciência normativa da atividade humana. Sem êste ideal absoluto, falta de todo o critério para estabelecer a jerarquia dos valores morais.

Ao lado de convicções profundas, o caráter exige uma vontade firme. Não basta esclarecer a inteligência, é mister subministrar à vontade estímulos eficazes. Regulamentação e motivação: dois elementos inseparáveis e indispensáveis à formação das consciências.

Mas o dever é austero, exige por vêzes sacrifícios penosos, íntimos, prolongados. Sem abnegação interior, sincera e continuada, não há grandeza moral. Ora, apagai nas consciências a idéia de um legislador supremo, juiz infalível e incorruptível de nossas ações mais secretas, deixai na sombra o pensamento eficaz das sanções inevitáveis de além-túmulo, e — destruireis irremediàvelmente tôda a ordem moral. A voz da consciência não passará então de um eco subjetivo das influências externas de preconceitos ou convenções sociais, os imperativos éticos perderão tôda a sua fôrça obri-

(2) A. HARNACK, *Das Wesen des Christentums*, Heinrich, 1906, p. 186. Esta obra, como é sabido, reúne uma série de Conferências feitas aos universitários de Berlim, nos princípios do século XX.

gatória e o govêrno da vida se reduzirá a um cálculo de interêsses mais ou menos imediatos. Ante os impulsos poderosos dos instintos inferiores, a vontade se achará desarmada para a resistência. Ao reino soberano do dever sucederá, aos poucos, a anarquia das paixões.

TH. DOSTOIEWSKI, psicólogo dos mais finos e profundos, introduz, num dos seus romances, um jovem ateu, Ivã Fedorovitch, deduzindo da sua incredulidade tôdas as conseqüências morais: o egoísmo mais feroz passaria a ser a lei universal e necessária, lei incontestàvelmente nobre e louvável. Um dos servos, que lhe ouviu a lição, aproveitou-a, e pouco depois, num crime friamente premeditado, rouba e assassina o pai de Ivã. — Porque o mataste? pergunta-lhe o jovem, inquieto e sobressaltado. "Eu pensava com êste dinheiro começar vida nova em Moscou ou talvez no estrangeiro; era a minha idéia, *que tudo é permitido*. Fôstes vós que me ensinastes isto; e vós me ensinastes muitas coisas: se Deus não existe, não há virtude, porque seria inútil. Isto me pareceu verdadeiro" (3).

DUPANLOUP, um dos maiores educadores franceses do século XIX, resume nestas palavras a sua longa experiência pedagógica: "Se a religião não ocupar o primeiro pôsto entre os vossos meios de educação, se ela não penetrar tôda a vossa atividade, se não elevardes os vossos meninos até o seu nível, a disciplina moral vergará no vosso estabelecimento... Infelizmente nem sempre a própria religião basta para domar estas fôrças temíveis (as paixões); mas sem ela, notai-o bem, trabalhareis em vão" (4).

Quantos conhecem profundamente o coração humano pensarão como Dostoiewski; quantos encaneceram na prática

(3) TH. DOSTOIEWSKI, *Les frères Karamazov*, 14.ª ed., Paris, Plon, 1919, t. II, pp. 195-6; cfr. t. I, p. 31; t. II, p. 150.

(4) DUPANLOUP, *De la haute éducation intellectuelle*, 1855, t. III, p. 569.

do ensino acrescentarão o seu testemunho ao depoimento de Dupanloup. Sem religião, impossível, teórica e pràticamente, formar homens. "É inconcebível, escreve um pedagogo contemporâneo, é inconcebível um *conhecimento* teórico do caráter, que não esteja fundado na moral e em última instância numa filosofia da vida e do mundo. Por tôda a sua problemática, a caracteriologia reporta-se a cada instante à religião. *Uma caracteriologia naturalista é uma impossibilidade em si*" (5).

Não ignoramos que a instituição da escola leiga desenvolveu a idéia de uma moral leiga. Foi um sucedâneo impôsto pela nova exigência, mas, como quase todos os sucedâneos, a nova moral não passa de um produto falsificado, inconsistente e ineficaz. Para preparar-lhe melhor acolhimento nos espíritos, decoraram-na alguns com o nome de moral científica. A moral, finalmente, depois das outras ciências, entrava no domínio positivo, deixava as suas "muletas teológicas" para caminhar desembaraçadamente ao lado de suas companheiras, firmando-se nos mesmos métodos da física ou da química e chegando à objetividade indiscutível das mesmas conclusões.

Mas a ciência recusou cobrir com o prestígio do seu nome a ilegitimidade do contrabando. E é precisamente em nome da dignidade da ciência e do rigor dos métodos científicos que urge protestar contra uma moral científica no sentido de uma moral positiva, construída exclusivamente com os processos das ciências experimentais. As ciências positivas têm por objeto estudar o curso dos fenômenos, investigar-lhes as leis, enunciar *o que é;* o que *deve ser* está fora de suas preocupações e do alcance de seus métodos de trabalho. A observação da natureza — desde a simples atenção espontânea até a mais complicada experimentação de gabi-

(5) DR. RUD. ALLERS, *Das Werden der Sittlichen Person*, Herder, 1929, Schluss.

nete — não lhe pode dizer senão o que se *passa, o fato. O dever,* objeto da moral, é inatingível por êstes processos de conhecimento. Para traçar uma norma à atividade do homem é mister ainda conhecer os destinos da sua natureza, o ideal que lhe incumbe realizar, é mister colocá-lo nas grandes linhas de uma concepção filosófico-religiosa do universo. "On prétend parfois", escreve um dos mais conhecidos pedagogos contemporâneos, CLAPARÈDE, "que la Science est capable de nous fournir un idéal. C'est une erreur et il faut bien s'en persuader. La Science explique le cours des phénomènes mais ne prescrit jamais que les phénomènes doivent suivre un cours plutôt qu'un autre. La Chimie nous renseigne sur la puissance explosive de la dynamite, mais ne nous dit pas quel usage nous devons faire de ces facultés explosives, si nous devons les employer à faire sauter une mine ou bien un potentat. La physiologie nous apprend quels sont les effets de la morphine mais elle ne nous dit pas que nous devions nous en servir pour soulager plutôt que pour tuer les malades. Elle dira seulement: si vous voulez soulager prenez telle dose; si vous voulez tuer montez jusqu'à cette dose. Et c'est tout; sa recette donnée elle se desinteresse de l'usage qu'on en fait" (6).

A ciência, que observa, revela-nos a ordem do universo; mas, enquanto não faz senão observar, não tem meios para impor-nos o respeito a esta ordem. Suas indicações são condicionais; falece-lhe o modo de as transformar em imperativos categóricos, em ditames absolutos da consciência moral. A esta incapacidade ingênita, H. POINCARÉ, — e poucos homens podem falar com tanta autoridade em nome da ciência moderna, — deu a expressão de uma evidência por assim dizer gramatical. Os princípios da ciência, os postulados da geometria, as verdades experimentais enunciam-se

(6) ED. CLAPARÈDE, *La psychologie de l'enfant,* Génève, 1911, p. 56.

em modo indicativo. Ora, quando as duas premissas de um silogismo estão no indicativo, para o indicativo forçosamente deve ir também a conclusão. E não há escamoteação de dialética sutil, capaz de transformá-la num imperativo. "Faze isto ou aquilo" é uma proposição que nunca poderá resultar exclusivamente de premissas experimentais. Daí a sua conseqüência necessária: "Não há, não haverá nunca uma moral científica, no sentido próprio da palavra" (7).

A dissipar o mesmo equívoco funesto consagrou-se em várias de suas obras E. BOUTROUX, uma das inteligências filosóficas mais privilegiadas da França moderna. "A primeira vista pode seduzir a idéia de constituir uma moral científica; mas a moral e a ciência estão orientadas em sentido inverso. A ciência estuda o que é; a moral, o que deve ser, o que é conveniente ou obrigatório. É impossível reduzir uma à outra" (8). "O homem é um viajante em demanda de sua pátria. A ciência vai-lhe ao lado, oferecendo aos seus desejos as diversas fôrças da natureza; mas, indiferente ao caminho que êle seguir, a ciência não lhe pode servir de guia... A ciência nada nos pode prescrever, nem mesmo cultivar a ciência" (9).

(7) H. POINCARÉ, *Dernières pensées,* Paris, Flammarion, 1926, p. 247.

(8) E. BOUTROUX, *Questions de Morale et de Pédagogie,* Paris, Delagrave, 1895, p. 47.

(9) *Op. cit.,* pp. 52, 48. Apesar de impregnado de preconceitos anticlericais, G. RICHARD, professor na Universidade de Bordéus, reconhece: "não há um espírito ao corrente da ciência do seu tempo que não seja levado a ver na religião uma verdadeira fôrça da natureza humana, individual e coletiva, fôrça que, no sentir de Spencer, corresponde a alguma realidade misteriosa além do alcance da ciência". *Pédagogie expérimentale,* Paris, 1911, p. 127. O professor francês julgou que a raça dos negadores da eficácia pedagógica da religião se achava definitivamente extinta e para sempre relegada pela ciência moderna para os fósseis da paleontologia histórica. Engano.

Não queremos multiplicar indefinidamente as citações. Lembraremos apenas duas autoridades alemãs em simetria às duas francesas. A primeira é a de R. EUCKEN, professor de filosofia e pedagogia na Universidade de Iena, durante quase meio século. "De qualquer lado que a consideremos, diz êle, a moral encerra a exigência de um mundo novo; nela há uma inversão do aspecto imediato das coisas, e, portanto, uma metafísica. Impossível, pois, o desembaraçarmo-nos da metafísica quando entramos em moral; querer sèriamente desembaraçá-la de qualquer elemento metafísico é degradá-la inevitàvelmente a uma sensaboria" (10). Poucos nomes gozam, no mundo do pensamento alemão, contemporâneo, de mais acatada autoridade, que o de MAX SCHELER. Eis com que severidade êle julga as pretensões do cientismo decadente: "Atualmente encontramos ainda certos "espíritos fortes" nos Estados sul-americanos e alguns rumenos, búlgaros, sérvios e japonêses a crerem que os progressos da "Ciência moderna" lhes hão de trazer a resposta aos problemas de que se ocupa a Religião. Êstes "espíritos fortes" crêem ainda no que, entre nós, crê a massa. Dia virá em que só os negros da Austrália prestarão fé a semelhantes incongruências" (11).

Pela própria natureza das coisas, portanto, pelos limites essenciais dos seus métodos de investigação, a ciência positiva não pode aspirar à pretensão de anexar a moral aos seus domínios. Nada seria mais anticientífico; nada indicaria uma ausência maior de espírito crítico que sabe delimitar fronteiras e não afirma, em nome de um método, verdades

Os protestos contra o recente decreto sôbre o ensino religioso fizeram subir à tona da publicidade contemporânea alguns espécimes preciosos desta antigualha desconhecida em outros hemisférios.

(10) R. EUCHEN, *Geistige Stroemungen der Gegenwart*, trad. franc., Paris, Alcan, 1911, pp. 424-425.

(11) MAX SCHELER, *Vom Umsturz der Werte*, t. II, p. 344.

que só lhe são acessíveis por outras vias. Para falar com eficácia à consciência moral é preciso haver resolvido as grandes questões da natureza e dos destinos do homem, das suas relações com Deus e a eternidade, do significado da vida e da morte. Estas questões, de ordem filosófico-religiosa, impõem-se com uma necessidade lógica inelutável. Como dirigir o homem quando se lhe ignora a finalidade essencial? Como sancionar eficazmente a ordem ética sem entrar nas possibilidades de além-túmulo?

O ensino leigo, que, por princípio, levanta uma barreira ante êste mundo inevitável de realidades supra-sensíveis, põe-se assim na incapacidade *insanável* de *educar*, isto é, de formar o homem para a sua perfeição, de desenvolver-lhe a natureza para os seus fins.

E aí temos porque todos os grandes educadores, antigos e modernos, vêem entre a religião e a pedagogia um nexo inscindível, e em tôda a obra educadora, uma obra essencialmente religiosa. O laicismo nasceu de maquinações da política sectária, não da vida real e concreta das escolas. O contato imediato com as consciências das crianças e a experiência profunda das verdadeiras realidades da vida sugerem outras idéias. Os grandes pedagogos são unânimes em acentuar a imprescindibilidade da religião na formação do homem. Será mister citá-los? PESTALOZZI: "O homem sem Deus e sem caridade não é um homem, é um bárbaro" (12). "Desde que o homem esquece a Deus, esquece a si mesmo, porque o amor de Deus é o nervo de sua vida" (13).

LARS ESCKELAND, um dos maiores pedagogos da Escandinávia contemporânea, que na Noruega levou à sua perfeição atual a Escola popular superior (*Folkehögskule*), não concebe a escola sem Deus; fôra um corpo sem alma. "Deus só é Vida e Verdade, dizia êle na inauguração de Voss Fol-

(12) PESTALOZZI, *Lienhard und Gertrud*, § 36, p. 129.

(13) PESTALOZZI, *Lienhard und Gertrud*, § 36, p. 129.

kehögskule, e sôbre Êle devem descansar tôdas as nossas emprêsas. A luz que deve iluminar a nossa escola é a que Jesus trouxe à terra. A instrução é, se quiserem, uma luz mas uma luz fria. A escola dará também a do amor de Cristo. Por Deus, pela Família e pela Pátria! Eis aonde tendem os nossos esforços" (14). E o mestre dava, por semana, duas conferências de religião e ética.

BADEN-POWELL, o fundador dos escoteiros, hoje espalhados por quase todo o mundo, psicólogo perspicaz e educador de raros merecimentos, não concebe também uma pedagogia sem religião. A incredulidade constitui aos seus olhos, ao lado do jôgo, do vinho e do prazer, um dos grandes perigos que ameaçam a juventude. Se educar é formar o homem para a sua felicidade, a religião é essencial à educação. Não há talvez um livro seu em que freqüentemente não insista sôbre esta verdade fundamental (15).

F. W. FOERSTER, professor de filosofia e pedagogia nas melhores universidades de língua alemã, em Viena, Munich e Zurich, assim nos fala com a sua singular autoridade: "A idéia de uma moral científica e independente, no sentido próprio do têrmo, *é uma ilusão*. Importa dizê-lo pelo respeito dos próprios métodos científicos... Onde já não atua a direção religiosa da consciência, ou uma profunda experiência da vida já não inspira o pensamento, mas cedem o lugar a uma pretensa moral científica elaborada por um cérebro qualquer, o resultado reduz-se a uma construção artificial sem nenhum significado para o govêrno da vida concreta. A ilusão de uma moral científica autônoma, a crença

(14) PER SKANSEN, *Le grand éducateur Lars Esckeland*, nos Etudes, t. 200 (1929), p. 440.

(15) "If you are really out to make your way to success — i. e., happiness — you must not only avoid being sucked in by irreligious humbugs, but must have a religious basis to your life." R. BADEN-POWELL, *Rovering to success*, London, s. d., p. 176.

na possibilidade de obter, neste domínio, um conhecimento superior, pelos métodos sociológicos ou biológicos ou por meio de sutilezas filosóficas, esta crença só poderá germinar em cérebro de homem que nunca chegou a apreender a extrema complexidade dos problemas da vida moral" (16). E. SPRANGER, atualmente professor na Universidade de Berlim, descendo ao fundo da questão: "Na essência da educação, diz, há três coisas principais: 1.º) a evolução da alma não pode ser influenciada senão por valores de vida; 2.º) tôda a educação tem o seu centro na *cultura formal*, isto é, num desenvolvimento de energia e não numa comunicação de matérias; 3.º) tôda a educação será sempre *suportada por uma mentalidade religiosa*, não só porque visa a alma na sua totali-

(16) FR. W. FOERSTER, *Auctoritaet und Freiheit*, trad. franc. Lausanne, 1920, p. 16. E esta convicção foi em Foerster o resultado final em que se cristalizou a sua longa experiência. "Outrora seduziu-me o fundamento científico da moral a ponto de a êle aderir sem reservas durante anos; tentei desenvolver as concepções gerais de Comte e Spencer e, em várias conferências, expus a significação biológica e social-técnica de moralidade. Quanto mais, porém, me consagrei a essa tarefa, mais senti nascer em mim a desilusão relativa aos ideais morais, a ponto de ver-me obrigado a procurar uma inspiração mais profunda que a da ética científica. Notei logo que, quantos crêem substituir a moral religiosa por uma moral científica, ou não *tiveram tempo de se convencer completamente de tôdas as inconseqüências de seus sistemas*, ou então vivem ainda inconscientemente da unção e da santidade de que a própria educação religiosa revestiu a moralidade." *Hochland*, 1908, p. 30. Uma das últimas obras de Foerster, *Religion und Characterbildung*, é inteiramente consagrada a êste assunto. Entre outras proposições o autor desenvolve as seguintes: Uma educação sem religião não leva em nenhuma consideração o homem concreto e a vida real; a formação do caráter supõe as verdades irrefragáveis da religião; é pela influência da tradição social cristã e não pela da moral leiga que se explica o fato de muitos homens levarem, fora da religião, uma vida honesta, digna e virtuosa. Cfr. *Religion und Characterbildung*, Psychologische Untersuchungen und paedagogische Vorschlaege, Zurich und Leipzig, 1926.

dade senão também pela sua atitude em relação à vida no seu conjunto (17). Esta mesma relação de interdependência essencial, encontramo-la afirmada mais recentemente por um dos filósofos e pedagogos inglêses mais notáveis: "Education, escreve WHITEHEAD, is essentially religious" (18).

Ao testemunho dos sociólogos e pedagogos poderá acrescentar-se o dos grandes estadistas modernos e contemporâneos, desde WASHINGTON, GLADSTONE e A. BALFOUR até COOLIDGE e MUSSOLINI (19). Inspirado nas suas lições, VON KEUDELL, ministro do Interior, na Alemanha, declarava em 1927 no Reichstag: "Antes de tudo devemos ensinar à nossa juventude a defender-se contra a licença desenfreada que a arrasta atualmente; devemos dar-lhe caráter e tirar dela homens enérgicos. Ora, sem religião, será tarefa impossível. A verdadeira liberdade só existe onde o homem se sente ligado a Deus. Os que reclamam a escola cristã, em harmonia com a vontade dos pais, são os únicos a compreender que a questão escolar é antes de tudo *uma questão de educação, que se liga aos interêsses essenciais do povo.*"

(17) E. SPRANGER, *Lebensformen*, p. 338. E em outra obra: "Sem uma concepção de vida, é impossível educar", *Das Deutsche Bildungsideal der Gegenwart*, Leipzig, 1928, p. 42.

(18) WHITEHEAD, *The Aims of Education*, London, Williams, 1929, p. 23.

(19) Citemos apenas três períodos do Presidente Coolidge num discurso proferido a 19 de maio de 1928 por ocasião do 150.º aniversário da "Phillips Academy" em Audover, no Estado de Massachusetts: "Se o nosso povo não fôr profundamente instruído nestas grandes verdades (da religião) será incapaz de fazer uma idéia verdadeira das nossas instituições ou de lhes prestar o apoio devido. Enquanto os nossos colégios e escolas secundárias particulares descuidarem o seu dever neste ponto, os seus diplomados voltarão para o meio de nós com uma capacidade acrescida de se entredevorarem. Êste abandono do dever fará correr grande risco a todo o edifício social."

Se a educação não pode deixar de ser essencialmente religiosa, a escola leiga, que, por princípio, ignora a religião, é essencialmente incapaz de educar. Tal o veredicto irrecusável de tôda a sã pedagogia.

CAPÍTULO II

ASPECTO SOCIAL

Mutilação funesta no ponto de vista pedagógico; desastre de imensas conseqüências no ponto de vista social. Os dois aspectos do laicismo escolar acham-se tão solidàriamente unidos que não é fácil distingui-los. A sua impotência essencial na formação completa da personalidade repercutirá necessàriamente numa desadaptação progressiva dos indivíduos às exigências da vida coletiva.

Muito se fala em nossos dias na importância da educação social. Nem sempre, porém, se adverte que, nesta preparação, o fator decisivo é menos uma iniciação da inteligência do que uma cultura superior da personalidade moral. Os interêsses da sociedade sofrem principalmente do egoísmo dos seus membros. Entre as exigências do bem comum e as utilidades individuais existe muitas vêzes um antagonismo profundo. E não se assegura a felicidade geral sem sacrifícios particulares. A lealdade, a dedicação, o desinterêsse são eminentemente virtudes cívicas; mas como exigi-las de almas plasmadas de egoísmo, ávidas de prazer, trabalhadas de ambições terrenas? Sem o esquecimento de si mesmo, sem a energia perseverante das grandes abnegações, sem o espírito de desprendimento, não é possível defender o patrimônio da nossa civilização. É preciso antes de tudo formar as almas. Onde faltar esta cultura interior que dispõe as consciências a qualquer sacrifício no cumprimento fiel dos seus deveres, tôda a tentativa de harmonização entre

o bem dos indivíduos e o bem das sociedades acha-se de antemão condenada a um malôgro irreparável. A educação interior das almas é a condição indispensável da organização externa da sociedade. A perfeição da técnica constitui apenas o corpo na vida social; quem lhe infunde a alma é a personalidade humana com tôda a sua elevação espiritual.

Quando de um operário ou de um chefe de família, de um profissional ou de um homem de govêrno, se pode dizer, com verdade, que se desempenha das suas responsabilidades *conscienciosamente,* está feito todo o seu elogio. Assim, o problema da reforma social se reduz, em última análise, a um problema de formação da consciência, isto é, a uma questão ético-religiosa. A medida do valor moral do homem será também a medida de suas prestações sociais.

E aqui encontramos o ponto vital de inserção da indispensável influência religiosa na conservação e no progresso das nações. "A grandeza de um Estado não repousa nem na sua extensão, nem na sua fôrça armada, nem no número dos seus habitantes, nem nas suas riquezas, comércio e indústria, nem nos seus progressos científicos, mas na fôrça moral e religiosa de seu povo, na fidelidade às leis da consciência, e, em remate de contas, na sua religiosidade" (1). É o que, depois da vaga do materialismo superficial, dos meados do século XIX, vão reconhecendo, em número cada vez mais avultado, os sociólogos e pedagogos de maior responsabilidade. "Nem a côr, escreve um dos maiores sociólogos inglêses, B. KIDD, nem a raça, nem a descendência, nem a aptidão intelectual decidem da superioridade ou inferioridade de um povo... mas o seu *caráter ético-religioso,* uma vida familiar pura, a honestidade nas relações, as idéias morais superiores, a simplicidade dos costumes, a coragem, a sinceridade, o equilíbrio e a moderação no juízo, qualidades

(1) FR. DE HOVRE, *Essai de Philosophie pédagogique,* Bruxelles, 1927, p. 277.

que tanto influem no caráter como na inteligência, numa palavra, o *nível moral de um povo, eis a pedra de toque do seu futuro*" (2). "A *Sociedade*, escreve por sua vez Boutroux, supõe a *religião, inspira-se* da religião... A religião desempenha um papel de princípio e não de simples instrumento... Na origem de todo o progresso social encontram-se a fé, a esperança e o amor. A religião conservará assim o seu antigo caráter de gênio tutelar das sociedades humanas" (3). "Os sociólogos, afirma P. Bureau, um dos grandes mestres contemporâneos das ciências sociais, os sociólogos mais capazes de tomar contato direto com a vida e cerrar-lhe de perto os problemas perturbadores... desde Aug. Comte e F. Le Play até Benjamin Kidd, Foerster e Alfredo Loisy, concordam unânimes em proclamar o valor e a necessidade da crença religiosa, do senso religioso para "religar" as atividades individuais, orientá-las para uma direção comum, ordená-las, coordená-las e subordiná-las ao bem geral e à prosperidade coletiva" (4). "O Estado, observa

(2) Benjamin Kidd, *Social evolution*, London, 1894, pp. 327, 330. Esta obra de Kidd, que marca época na história das ciências sociais e foi traduzida em tôdas as línguas européias, é inteiramente consagrada a mostrar como a religião se confunde com a lei moral da civilização de um povo. Do mesmo autor podem ler-se ainda: *Principles of Western Civilisation*, 1902; *The two principal laws of Sociology*, 1908; e a obra póstuma *The Science of Power*, London, 1908.

(3) E. Boutroux, *Science et Religion*, pp. 206, 207.

(4) Paul Bureau, *L'indiscipline des moeurs*, Paris, 1926, pp. 535-6. E mais adiante: "Não há dúvida que o desenvolvimento da ciência e do espírito crítico tendam dora em diante a restaurar nas inteligências a crença religiosa e a mostrar-lhe a função indispensável. Em nenhum outro domínio êste papel da fé, da esperança e do amor aparece melhor do que por ocasião dos preceitos da disciplina sexual; mas, na realidade, tôdas as tendências mais certas e mais razoáveis da nossa civilização moderna não reclamam menos o contrapêso moderador da crença religiosa... Mais que nunca a humanidade caminha numa corda rija; sem o socorro de uma fé

o grande pedagogo norte-americano, Spalding, descansa mais no *caráter* de seus cidadãos do que nas suas leis e na sua organização. A *vida cristã*, o *caráter cristão* constituem a fôrça mais poderosa e a mais duradoura potência social da vida. Homens bons criam boas instituições" (5). E em outra obra: "A dinâmica moral de um povo está na sua religião. A sociedade baseia-se não na ciência, mas na consciência" (6). O grande psicólogo e pedagogo alemão F. W. Foerster, a que já tivemos ensejo de nos referirmos, em quase tôdas as suas obras insiste sôbre esta base moral, imprescindível em tôda a civilização verdadeiramente humana, e indica-nos a razão profunda da necessidade de uma cultura ético-religiosa como condição de vida social. Lembremos uma ou outra citação: "Não há verdadeiro *amor*, sem grandes sacrifícios; não há comunidade sem renúncia a si mesmo; não há *progresso social* sem luta heróica contra o egoísmo" (7). "A base de tôda a cultura é a educação do que é mais superficial pelo que é mais profundo, do exterior pelo interior, do corpo pela alma, da massa pelo gênio" (8). "Sem a crucifixão do homem-natureza, qualquer tentativa de socialização degenera finalmente em ódio selvagem. Com efeito, o *homem-natureza* nunca será deveras *"irmão"*.

religiosa capaz de penetrar-lhe a alma e a vida inteira, não se manterá em equilíbrio", p. 599. "A formação moral do indivíduo é estreitamente ligada às crenças religiosas; *a observância exata da disciplina dos costumes só é possível numa sociedade submetida à influência benfazeja de uma robusta educação religiosa"*, p. 598.

(5) Spalding, *Religion, Agnosticism and Education*, p. 57.

(6) Id. *Opportunity and other Essays and Addresses*, p. 98. E à p. 75: "Não são tanto as condições sociais de nossa vida que devem ser modificadas; *somos* nós que nos devemos *reformar*".

(7) Fr. W. Foerster, *Sexualethik und Sexualpaedagogik*, p. 172.

(8) Id. *Auctoritaet und Freiheit*, p. 75.

Quem ignora êste fato tão simples não sabe nem o que é um homem nem o que é um irmão" (9).

Em Portugal RAMALHO ORTIGÃO bate na mesma tecla: "Combater apenas o analfabetismo do povo por meio de escolas primárias e de escolas infantis sem religião e sem Deus, não é salvar uma civilização, é derruí-la pela base por meio do pedantismo da incompetência, da materialização dos sentimentos e do envenenamento das idéias" (10).

Colocando-se num ponto de vista de um pragmatismo social bem entendido, escreve, entre nós, o Dr. PONTES DE MIRANDA: "A escola *leiga* é, por isto mesmo, se não *má*, defeituosa; ministra meia educação, dá o ensino "mutilado". O educador neutro em matéria religiosa é tão imperfeito quanto o amoral: por bem dizer, renuncia à possibilidade de enriquecer as fôrças infantis de *julgar* os próprios pensamentos; em vez de preparar e *corrigir por dentro*, conforma-se com o *aparar por fora*. Não preside à formação de homens educados segundo as leis sociológicas e a ciência: fabrica "cidadãos," homens que só temem as leis, isto é, a *cadeia* e a *multa*, as indenizações e as *penas disciplinares*. Não há negar que tais indivíduos vão para a vida mal protegidos e são frágeis esteios para que nêles se apoiem as sociedades" (11).

Resumamos. A estrutura externa da sociedade não se conserva sem o valor moral dos que a compõem. Vida moral

(9) ID. *Christus*, p. 343. Outro grande pedagogo, êste mais antigo, PESTALOZZI, já havia também observado. "Os vínculos sociais são vínculos morais; relaxam-se desde que o homem deixa de adorar o seu Deus." *Aus dem Shweizerblatt*, p. 62. "A incredulidade é a causa da destruição de todos os laços internos da sociedade." *Abendstunde*, p. 20.

(10) RAMALHO ORTIGÃO, *Últimas Farpas*, Rio, s. d., pp. 288-89.

(11) PONTES DE MIRANDA, *Introdução à Sociologia geral*, Rio, 1926, p. 189.

é vida de sacrifício, de abnegação, de fidelidade incondicionada aos imperativos da consciência. Não há formar sèriamente as consciências, não há persuadir-lhes com eficácia o sacrifício, sem descer às profundezas das almas, e falar-lhes destas grandes realidades espirituais que constituem a essência da religião.

A escola leiga, professando em princípio uma abstenção impossível a respeito dos grandes princípios orientadores da existência, condena-se à superficialidade educativa e à impotência social.

Da evidência destas conclusões, já assinaladas por tantos pedagogos e sociólogos de mérito, temos ainda uma confirmação irrecusável nos resultados positivos registrados pela experiência da escola leiga. Desçamos ao terreno dos fatos e estudemos esta pedagogia arreligiosa em ação.

Dos países da Europa, que, na sua quase totalidade, conservam o ensino religioso nas escolas públicas, a França é uma das poucas exceções, que se tem obstinado em fazer a dolorosa experiência do laicismo escolar. Com que resultado? Aí estão as estatísticas na sua mudez eloqüente. A criminalidade de adultos e sobretudo de menores vai de ano para ano avultando num crescendo assustador.

Relativamente à criminalidade geral, HEILMAIER, num estudo exclusivamente dedicado ao assunto, dá-nos êstes resultados gerais: "Já em 1831 foi a instrução religiosa desterrada das escolas francesas. Desde êsse tempo entrou a criminalidade a crescer de modo notável. O número dos delinqüentes subiu de 113.000 a 280.000 sem que para isto concorressem crises econômicas especiais ou outras causas, como a guerra atual. Depois que em 1856 pela lei Falloux a instrução religiosa voltou às escolas, o número de criminosos começou, com surprêsa, a diminuir de cêrca 14.000 por ano. Em 1882 a laicização penetrou de novo na maior parte das escolas populares. A começar de 1886, observa-se um novo aumento na estatística dos delinqüentes; é prin-

cipalmente o número dos menores delinqüentes que em 3 anos — 1886-1889 — se eleva de 23.000 a 27.000" (12). O sincronismo dos dois fenômenos não deixa de ser altamente significativo. A criminalidade no diagrama dos seus aumentos e diminuições reflete com fidelidade a presença ou ausência do ensino religioso.

É, porém, na delinqüência dos menores que melhor se deixa observar êste paralelismo. Os adultos, além da formação escolar, já sofreram por mais tempo a ação de outros fatôres sociais; os jovens estão ainda sob a influência mais direta e imediata da sua primeira educação.

Ora, é precisamente na criminalidade juvenil que mais dolorosas se exprimem as devastações morais da escola leiga. Poucos anos depois da sua implantação, A. GUILLOT, juiz de instrução em Paris e membro do Instituto, assinalava os seus primeiros efeitos funestos: "Há uma dezena de anos os crimes cometidos pelos jovens multiplicaram-se numa proporção assustadora. As estatísticas mostram que o número de delinqüentes de menos de 20 anos quadruplicou: de cêrca de 5.000 elevou-se a 20.000. A nenhum homem sincero, quaisquer que sejam as suas opiniões, pode escapar que êste aumento espantoso da criminalidade juvenil coincidiu com as modificações introduzidas na organização do ensino público. Para a consciência dos que julgaram encontrar um progresso nestes novos caminhos deve ser uma preocupação grave êste espetáculo da jovem geração que se distingue pela sua perversidade brutal" (13). Alguns anos mais tarde, o *Figaro* abriu um inquérito sôbre o assunto de tão dolorosa atualidade, e A. GUILLOT, novamente interrogado, respondeu: "Nada há de que nos maravilharmos... Desde 1887, inclinado contìnuàmente sôbre a miséria moral

(12) LUDWIG HEILMAIER, *Der Moralunterricht in der franzoesischen Laienschule,* Kempten-Muenchen, 1918, p. 85.

(13) A. GUILLOT, *Paris qui souffre,* Paris, 1887, p. 250.

da infância, as minhas opiniões se vêm de dia para dia confirmando... A criança que não é dirigida para as coisas superiores, ... que não se sente sob o olhar e sob a ação de Deus, uma vez homem, irá ao prazer e ao interêsse. E nem espera chegar a homem. Desde cedo começa a tratar como velhas ficções tudo o que lhe custa, tudo o que lhe pesa, o sacrifício, o dever, a própria honra. Com o ideal religioso desaparece qualquer outro ideal. E os sem-pátria nascem do mesmo tronco que os sem-Deus. No peito das crianças sopram já os ódios, as invejas, os ciúmes, a sêde de prazeres que consomem os seus maiores ... Se o mal não é maior devemo-lo às escolas livres que conservam na França um núcleo de homens que temem e servem a Deus; devemo-lo às inumeráveis obras de caridade, religiosas na sua maioria, que se ocupam da infância e se esforçam, com os meios mais engenhosos, por preservá-la, defendê-la e salvá-la" (14). No mesmo inquérito, GEORGE BONJEAN, juiz no tribunal do Sena, frisando com o depoimento autorizado de GUILLOT, dizia: "É um mundo, é pelo menos a vida ou a morte da nação que a vossa pergunta suscita. Não há, a meu ver, questão mais urgente. A França precipita-se num abismo com estas gerações sucessivas das quais cada uma é mais vaidosa. mais preguiçosa e mais revoltada que a precedente. A educação irreligiosa é evidentemente o fator principal desta degenerescência." L. ALBANEL, outro juiz de instrução no tribunal do Sena, num relatório feito em colaboração com o perito Dr. LEGRAS, sublinha com o aumento quantitativo a gravidade qualitativa da delinqüência. Em Paris, de 1880 a 1893, o aumento dos menores citados acentua-se com regularidade; mais de metade dos indivíduos presos tinham menos de 20 anos e quase todos haviam cometido faltas graves ... Em 1894, sôbre 40.000 menores, delinqüentes e criminosos, 32.849 contavam de 16 a 21 anos. A estatística de 1895 registra 554

(14) No *Figaro,* 19 de agôsto de 1896.

menores, entre 16 e 21 anos, citados aos tribunais e cujos crimes se achavam assim repartidos: 32 assassínios, 20 homicídios, 3 parricídios, 44 infanticídios, 2 envenenamentos, 91 estupros e atentados ao pudor, 7 abortos; além dêstes, outros 35.387 jovens da mesma idade passavam pelo tribunal correcional. De um ano para outro, o aumento foi, portanto, de 35.941 menos 32.849, isto é, de 3.092 (15).

Alarmados com êstes resultados que impressionavam profundamente a opinião pública, os amigos das novas instituições procuraram dissimulá-los à observação superficial das multidões. Dos ministérios, umas após outras, partiam circulares a inculcar à magistratura mais "discernimento", mais "largueza humanitária" na prisão de menores. E, de fato, durante alguns anos a repressão efetiva do crime sofreu uma diminuição sensível. O mal não desaparecia, mas as estatísticas não o acusavam tão escandalosamente.

O problema, pois, continuava a subsistir em tôda a sua realidade angustiosa. Em 1908 a Academia de Ciências Morais e Políticas propunha como assunto de um dos concursos premiados um estudo sôbre "As causas e remédios da criminalidade crescente da adolescência". Os peritos e especialistas continuam a registrar lealmente o fato inegável e os próprios relatórios oficiais cederam ante a evidência dolorosa dos fatos.

Em 1901, o Dr. GARNIER, médico-chefe da Enfermaria especial da Prefeitura de Polícia, no seu relatório sôbre a criminalidade juvenil, estabelece o paralelo com a criminalidade dos adultos: "As estatísticas provam que a criminalidade juvenil é, em enorme proporção, superior à dos adultos. No que se refere, por exemplo, ao homicídio a primeira é hoje *seis vêzes* mais freqüente que a segunda" (16). Em

(15) *Revue philanthropique,* 1899, pp. 386-387.

(16) *Archives d'anthropologie criminelle,* t. XVI (1901), pp. 576-586.

1904, JULES JOLLY, advogado na côrte de apelação de Paris, insiste sôbre o aumento da reincidência. "Há 20 anos a proporção dos recidivos de ambos os sexos ... não passava de 11% para os rapazes e de 9% para as moças. Em 1901, esta proporção foi de 16% para os primeiros e de 14% para as outras". E passando a analisar as causas do mal: "a instrução não atua eficazmente contra o vício e o crime senão quando se lhe ajunta a educação moral, para formar a consciência da criança ao mesmo tempo que a sua inteligência. Esta *educação moral,* cuja necessidade tôda a gente reconhece, é, *porventura, dada pela escola pública? Somos forçados a confessar que não* ... A verdade, abstraindo de qualquer preocupação confessional, é que a *educação moral da infância não pode fàcilmente dar resultado se não é fundada na religião*... A fonte principal da criminalidade juvenil é, com a diminuição do espírito religioso, a baixa geral dos costumes" (17). E a moralidade baixa inevitàvelmente na proporção em que se entibia a vida religiosa de um povo.

Sobreveio a crise multiforme desencadeada pela grande guerra e não encontrou nas almas desorientadas uma capacidade de resistência vitoriosa. A criminalidade naturalmente subiu. "Em 1913, lê-se no relatório do Guarda-sigilos, houve 13.194 menores julgados pelos tribunais correcionais; em 1919, encontramos 21.095; em 1918, o número chegara até 22.549! Enquanto, em 1919, não se contam senão 261 crimes cometidos por homens feitos de 30 a 39 anos, registram-se 309 perpetrados por jovens de 16 a 20 anos." No mesmo período LABROUSSE comunicava ao senado êste crescendo impressionante: "Os tribunais de menores julgaram em 1919 2.050 processos contra 1.300 em 1913; trata-se aqui *de menores de 13 anos*. Quanto aos menores de 13 a 16

(17) *Rapport sur les causes de la criminalité de l'enfance,* apresentado na sessão da *Société générale des prisons,* de 20 de abril de 1904, e publicado no fascículo de maio da *Revue pénitentiaire.*

anos, o número dos delinqüentes passa de 4.237 em 1913 a 7.709 em 1919" (18).

A relação de causalidade entre a laicização do ensino e o progresso da criminalidade, já a ressaltar com tanta clareza do paralelismo cronológico das estatísticas e da observação dos sociólogos (19) e criminalistas mais abalizados e insuspeitos, realçou-a ainda com mais evidência ALFREDO FOUILLÉE, recorrendo a um inquérito direto dos menores delinqüentes. O resultado a que chegou foi que "em Paris sôbre

(18) *Sénat, J. Off.* 22 *Nov.* 1921. "Ce mouvement d'ascension, lê-se numa monografia recente, la guerre... devait l'accélérer encore." L. MIALANE, *La Criminalité juvenile,* Paris, 1926, p. 6.

(19) Aos testemunhos já citados poderíamos, entre muitos outros, acrescentar ainda o do célebre economista P. LEROY BEAULIEU: "Já de há muito mas principalmente de uns 15 anos a esta parte, imprimiu-se à instrução das escolas públicas de meninos e meninas uma orientação que equivale a um verdadeiro suicídio do país. Com isto só se desenvolveu a ambição e a sêde de bem-estar... É possível difundir a ciência moderna de modo menos violento sem abalar tôdas as tradições." Como remédio inculca "a consideração pública, por parte do Estado, das doutrinas religiosas". *Bulletin de la Semaine,* 1909, p. 478 — Os próprios organizadores mais entusiastas da escola leiga, aberta ou dissimuladamente, reconheceram os seus efeitos funestos e procuraram, na religião, uma barreira às suas devastações. PÉCAUT, desde 1894, depois de assinalar as conseqüências do materialismo invasor, pedia "a voz de um homem ou de uma doutrina, de um filósofo ou de uma *moralidade religiosa",* aceitando-a, quer viesse "do livre pensamento só ou associado às tradições cristãs". F. BUISSON, numas conferências feitas em Genebra em 1899 e depois publicadas sob o título: *La Religion, la Morale et la Science,* Paris, 1900, já reconhecia à religião uma função específica e insubstituível na formação do homem. A Sra. COIGNET, livre-pensadora das mais ardentes nos seus entusiasmos pela moral leiga, chegou a escrever que "ao lado do ensino uniforme e obrigatório do Estado devia abrir-se a Escola, fora das horas de aulas, a um ensino religioso e facultativo, livremente organizado em conformidade com o desejo das famílias, por leigos crentes de tôdas as denominações".

100 crianças citadas, encontram-se apenas duas saídas de escola religiosa. Sôbre 100 crianças detidas na *Petite Roquette,* a escola religiosa deu apenas 11, a escola leiga 87" (20). E o filósofo racionalista, sintetizando, na sua monografia sôbre os jovens delinqüentes, as causas da decadência moral da juventude, concluía: "além do abuso de preconceitos intelectualistas e da confiança exagerada na eficácia moralizadora das ciências positivas, fomos vítimas também de preconceitos políticos, religiosos e anti-religiosos ... Qualquer que seja a opinião que se tenha acêrca dos dogmas religiosos, é mister reconhecer *esta verdade elementar da sociologia*: as religiões são um freio moral de primeira ordem; melhor ainda, são um estímulo moral. O cristianismo, em particular, foi definido como um sistema completo de repressão de tôdas as tendências más. Merecimento especial seu, pelo qual se opõe às religiões antigas, é o de prevenir as determinações más da vontade, combatendo-as no seu primeiro germe, "o desejo" e mesmo "a idéa". Daí a expressão "pecar por pensamento," expressão que, no dizer de GAROFALO, "só faz sorrir a uma psicologia superficial" (21). É por se deixar seduzir por esta superficialidade psicológica e por desconhecer "esta verdade elementar de sociologia" que a escola leiga, mentindo à grandeza de sua missão, vai, de ano para ano, multiplicando os desadaptados às exigências da vida social.

Nas estatísticas do crime distingue-se o suicídio. Mas o estudo de um não é menos interessante que o do outro, para o alvo que levamos em mira. A progressão continuada dos

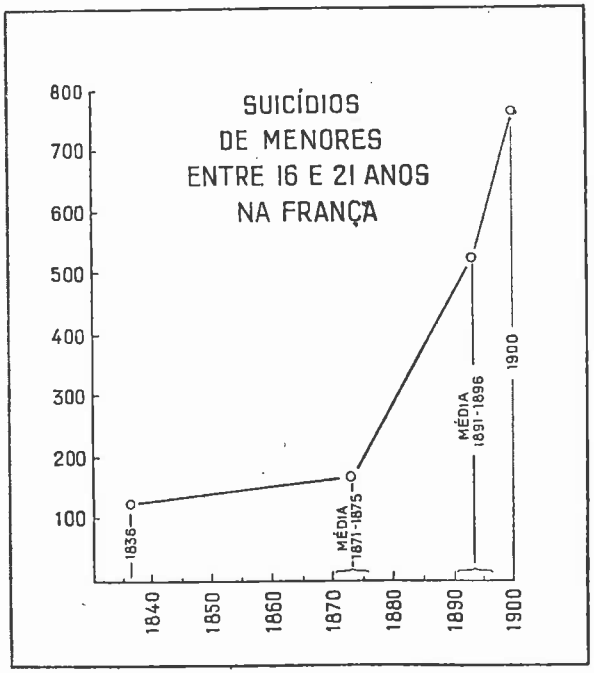
(20) A. FOUILLÉE, *Les jeunes criminels,* na *Revue des Deux-Mondes,* 15 janv. 1897, p. 426.

(21) ID. *Ibid.* pp. 429-430.

suicídios é talvez ainda mais frisante que a da delinqüência. Eis alguns algarismos relativos à França:

	MENORES DE 16 ANOS	MENORES ENTRE 16 E 21 ANOS
1836	19	128
1871-75.....	25	168
1896	78	529
1900	120	781

Para melhor apreciarmos a significação dêstes números, ponhamos em gráfico o aumento dos suicídios do 2.º grupo.



Como é eloqüente êste diagrama. Em 1836, num país já trabalhado pelas doutrinas revolucionárias, 128 suicídios; no quadriênio 1871-75, ligeiro aumento explicado pelas conseqüências da guerra: crise econômica, orfandade multiplicada, etc. Apenas, porém, começam a amadurecer os primeiros frutos da educação leiga, iniciada pela lei Ferry em 1880, a linha dos suicídios ergue-se aproximando-se da vertical, e, num crescendo incoercível, vai atestando de ano para ano um número maior de existências ceifadas em flor! Em menos de um quartel de século os menores suicidas quase que *quintuplicaram!!*

Socialmente, são centenas de vidas em botão que não chegaram a desabrochar. Inteligências novas, vontades ricas de energias juvenis que deixam de trazer para o bem comum o tributo de sua colaboração.

Pedagògicamente, esta epidemia de suicídios é mais dolorosamente significativa. Educar é formar para a vida. Suicidar-se é declarar-se incapaz de viver. O suicídio, no dizer do grande estatístico alemão OETTINGEN, "é a manifestação mais clara e decisiva do terrível abalo que o pecado introduz na vida, da insolúvel contradição em que o vício enreda o homem" (22). Queimar com uma bala a derradeira esperança, na primavera dos 20 anos, é passar o mais trágico atestado de falência a uma pedagogia impotente para infundir nas consciências a fôrça que sabe lutar, o amor que sabe sofrer, a fé que sabe triunfar nas adversidades da vida.

---

(22) OETTINGEN, *Moralstatistik*, 3 ed. Erlangen, 1882, p. 737. E pouco adiante, numa previsão que os fatos confirmaram: 'Continue a França a aplicar a sentença de Paulo Bert: a religião é em tôda a parte um obstáculo à moralidade; e verá em poucos anos como a escola emancipada da religião será capaz de educar uma geração de suicidas."

A influência que nestes desenlaces exerce a ausência do sentimento religioso ou a perturbação do seu desenvolvimento normal, notou-a, como bom psicólogo, num ponto de vista puramente utilitário. ED. CLAPARÈDE: "Destruir bruscamente as crenças religiosas de um adolescente é arriscar-se a abrir um vazio no seu sistema mental. Na instabilidade que caracteriza êste período poderá seguir-se uma desorganização completa. Se êste acidente sobrevém no momento preciso em que o jovem tomara estas crenças religiosas como suporte de tôdas as suas idéias, como ponto de apoio de seu procedimento, esta demolição brusca vai acarretar uma catástrofe: crise de melancolia, pessimismo ou suicídio" (23).

Eis os resultados da escola leiga na França. O crime é uma tentativa de irrupção da anarquia na ordem social; o criminoso, um desadaptado à vida coletiva, um inimigo da paz, da lei, do direito, de tôdas as conquistas da civilização. O aumento constante da criminalidade assinala indiscutìvelmente um processo de dissolução social. Ora, sob o regime da laicização do ensino público, o número dos infelizes, que

(23) ED. CLAPARÈDE, *Psychologie de l'enfant et pédagogie expérimentale*, 4 ed., Génève, 1911, p. 279. E na página anterior: "A repressão brutal das tendências religiosas, em nome de qualquer dogma "positivista", pode originar no jovem, e sobretudo na jovem, perturbações graves, principalmente nos indivíduos de temperamento nervoso ou predispostos à histeria." De um modo mais geral é o que diz FOERSTER: "Onde se destrói um templo é mister edificar um hospício". *Christus*, trad. franc. Génève, 1924, p. 29. E em outra obra: "Possuímos hoje instrumentos que nos informam sôbre os abalos sísmicos mais remotos e insignificantes. Se pudéramos inventar algo de semelhante para medir a *desorientação* produzida pelo naturalismo nas profundezas das consciências, as perturbações provocadas no equilíbrio entre o corpo e o espírito, as *doenças nervosas* originadas pela filosofia naturalista da vida, recuaríamos de espanto, e veríamos de que sentimento de responsabilidade se deve achar possuído quem ousa exprimir sua opinião sôbre as verdades sublimes da fé". *Auctoritaet und Freiheit*, 1910, p. 93.

cedem ao impulso das tendências inferiores, não tem feito senão elevar-se; atualmente a escola leiga em França atira, cada ano, ao convívio social, cêrca de 50.000 menores delinqüentes! Desterrar a formação religiosa dos estabelecimentos oficiais de ensino constitui um êrro de sociologia, um atentado aos interêsses vitais de conservação e desenvolvimento de uma nacionalidade!

Nos Estados Unidos poder-se-ia, como na França, averiguar pelos mesmos processos a impotência moral do ensino arreligioso (24). Preferimos, porém, servir-nos de outros meios

(24) De modo geral não se pode afirmar que a escola primária norte-americana é arreligiosa. Não há uma legislação federal uniforme e os Estados diferem notàvelmente nas suas disposições legislativas. Em 11 Estados é proibida nas escolas a leitura da Bíblia, em 9 é obrigatória, em 28 facultativa. Em algumas permite-se, em outras, proíbe-se que esta leitura seja acompanhada de comentários. Na maior parte, portanto, das unidades da federação conservam-se pelo menos uns vestígios de formação religiosa. Se o ensino, neste ponto, não é mais positivo e eficiente, é principalmente pela singular situação religiosa da República norte-americana. O protestantismo, desamparado aí do apoio civil que lhe conservou certa unidade em alguns países da Europa, desenvolveu tôda a sua eficácia como agente de dissolução espiritual. A fôrça centrífuga do livre exame acabou desagregando o cristianismo em milhares de seitas que se combatem e não se entendem. Impossível formular um núcleo de ensinamentos positivos comuns a uma fração considerável da população. O problema do ensino religioso tornou-se assim de uma dificuldade prática quase insuperável. A grande liberdade, porém, concedida ao ensino particular não sufocado na concorrência pelos privilégios dos estabelecimentos oficiais, permite, até certo ponto, dar uma satisfação à consciência das famílias religiosas. Ùltimamente, já se tem conseguido de algum modo ministrar um ensino confessional nas escolas públicas de acôrdo com as autoridades. Assim em Cleveland, Pittsburgh, New York City, Brooklyn e outras cidades, terminadas as aulas, os alunos ficam nos locais escolares e aí recebem instrução católica de professôres designados pelo bispo diocesano. Em Gary, é permitido aos alunos, duas vêzes por semana, durante as horas de aula, deixar a escola para receber na igreja mais próxima a instrução do catecismo.

de demonstração que trazem mais o cunho da originalidade norte-americana. Colhemo-los num livro publicado há poucos anos (1923), pelo Dr. Walter Athearn, membro de um Instituto, com sede em Nova York e destinado especialmente a dirigir os inquéritos sôbre o estado social e religioso da grande república. O título do trabalho a que aludimos é *Measurements and Standards on religious education*.

Depois de registrar, de modo geral, alguns sintomas de decadência na moralidade pública, os autores do inquérito procuram lançar uma sonda na consciência das novas gerações em formação. Neste intuito, em inquéritos ordenados, multiplicam, entre a juventude escolar, as ocasiões de um deslize moral e contam proporcionadamente as quedas. Assim, em várias escolas, confiavam às crianças o desempenho de uma comissão de compras no valor de um dólar, deixando-lhes a margem de um pequeno troco que elas poderiam conservar, sem possibilidade de suspeita da fiscalização a que eram submetidos. Experiências análogas foram tentadas no pagamento dos bondes, dos cafés, etc. Em outras escolas, punha-se-lhes à prova a lealdade, impondo-lhes um exame escrito, e ensejando, com a ausência de vigilância, a facilidade de copiar.

Os resultados foram desastrosos. Na prova de lealdade em algumas aulas sucumbiu a totalidade dos alunos. Na das comissões, sôbre o conjunto dos meninos experimentados, caíram 64%. Distribuindo em categorias os estabelecimentos de ensino, as escolas públicas levaram a palma na triste porfia: em algumas, a média dos delinqüentes em botão passou de 80%. Nas escolas particulares a percentagem desceu a 78, 75 e até numa de meninos mais escolhidos, a 59%. Ainda assim mais de metade!

Nos escoteiros, onde já se começa a sentir a influência da educação religiosa — *Suit God not Yourself* — foram mais consoladores os resultados. Em grupos de formação muito recente a proporção dos meninos honestos já se elevava a

58 e 60%, enquanto, como vimos, na melhor das escolas não passava de 41%. As seções mais antigas — organizadas há 6 meses ou 2 anos, — já ofereciam um coeficiente de moralidade que atingia 80,4% e 82,3%.

Esta coincidência, já de si tão expressiva, orientou o inquérito para uma investigação mais direta da influência do fator religioso na formação moral das jovens consciências. As experiências realizaram-se neste sentido, de vários modos. Dois grupos de meninos, confiados a pedagogos de habilidade reconhecida, foram submetidos durante algumas semanas, o primeiro a uma série de lições morais, sem educação religiosa; o segundo a uma educação ético-religiosa harmônica. Resultado: no primeiro grupo, a média da moralidade atingiu 60%; no segundo, elevou-se a 85% a média mais elevada que se registrara até então. Em outra cidade foi diverso o caminho seguido. Numa escola, a totalidade dos alunos naufragara na prova das comissões; não houve *um só* que restituísse o trôco. Submeteram-se a um período de instrução religiosa e renovou-se a experiência. *Todos, exceto um,* entregaram a moedinha que sobrara; o único que a retivera, depois de refletir durante o noite, restituiu-a também êle no dia seguinte. Era o recorde: "moralidade a cento por cento".

E o Dr. Athearn, muito satisfeito com a genialidade da sua descoberta, proclama: "Chegamos a esta averiguação: os meninos não são religiosos se se lhes não ensina a religião; e por outro lado se se lhes ensina a religião de modo científico, tôda a orientação da sua vida poderá, com isto, vir a ser modificada."

Já o sabíamos; mas folgamos de registrar mais esta demonstração de uma verdade que tem por si tôdas as provas da psicologia e tôdas as confirmações da história. "As formas políticas são vãs, sem o homem que as anime, dizia o nosso Rui Barbosa. É o vigor individual que faz as nações robustas. Mas o indivíduo não pode ter essa fibra, êsse equilíbrio, essa

energia, que compõem os fortes senão pela consciência do seu destino moral, associada ao respeito dêsse destino nos seus semelhantes. Ora, eu não conheço nada capaz de produzir na criatura humana em geral êsse estado interior senão o influxo religioso... Os descrentes, em geral, são fracos e pessimistas, resignados ou rebeldes, agitados ou agitadores" (25).

Com RUI BARBOSA entramos no Brasil. E era preciso sair dêle para averiguar as influências deletérias da laicização do ensino? Não constitui o nosso exemplo mais uma confirmação da lei geral que se tem verificado sempre e em tôda a parte? Aí estamos há 40 anos com o regime da escola leiga. Difundiu-se a instrução popular, ainda que muito menos ràpidamente do que desejáramos; cresceu uma geração tôda plasmada pela ação de um ensino sem Deus. Houve porventura progresso na moralização do nosso povo?

Na ausência de estatísticas exatas que nos permitissem um confronto numérico, há uma impressão geral que não engana, há um testemunho que se impõe pela sua unanimidade, dos que, a cavaleiro na vertente separatriz dos dois regimes, puderam comparar a geração que desce com a geração que sobe; há um mal-estar, vago e difuso, sintoma de um desequilíbrio orgânico que ameaça a estabilidade e o progresso da nossa ordem social.

"Estudem o desenvolvimento da criminalidade militar entre nós e hão de verificar, tenho por certo, que a delinqüência adquiriu, nessa esfera, expansão notável e crescente desde que se varreu dos quartéis a influência civilizadora do culto. Os nossos exércitos de mar e terra constituem, hoje, a êste respeito, pela mais errada inteligência das nossas liberdades constitucionais, uma exceção absurda entre os povos civilizados. Das coisas sérias em nossa terra, por via de

(25) RUI BARBOSA, *Discurso no Colégio Anchieta*.

regra, não se cogita. Mas o soldado brasileiro há de sentir um dia que o estão desnaturando, e tomará nas próprias mãos, pacífica mas resolutamente, a causa de sua reconciliação religiosa. Ou então, ai de nós! quando o ateísmo de fuzil e baioneta se inflamar nas explosões da crueldade" (26).

Podemos generalizar, sem temor de êrro, o que das classes armadas afirmou, há quase 30 anos, a clarividência de RUI BARBOSA. Através da escola os efeitos dissolventes do laicismo alastraram por tôdas as profissões e camadas sociais. Avultou a criminalidade; baixou a moralidade doméstica; multiplicaram-se as deslealdades conjugais; desceu o nível da probidade profissional; diminuiu o respeito aos dinheiros públicos e aos interêsses sociais na mesma proporção em que aumentou o egoísmo e se exacerbou a sêde de prazeres. O país sente, na consciência angustiosa de uma ansiedade geral, que já não é o mesmo o padrão de sua moralidade. Também entre nós a escola leiga tem a registrar a decepção de um imenso fracasso.

Eis o fato: foi assim, nem assim poderia deixar de ser. Não há exemplo de um só país em que a laicização do ensino houvesse contribuído para a paz, o progresso, a elevação moral da sociedade. Antipedagógica, porque impotente para formar a personalidade humana, a escola, sem Deus, é necessàriamente anti-social, porque incapaz de conservar êste tesouro de virtudes cívicas que constitui o patrimônio espiritual indispensável à vida das nações.

(26) RUI BARBOSA, *Discurso no Colégio Anchieta*.

Capítulo III

ASPECTO JURÍDICO

Há, finalmente, na questão do ensino religioso, um aspecto jurídico, o mais importante para o fim que agora levamos em mira. É, com efeito, na constituição do direito moderno que, de preferência, se instalam. como em praça forte inexpugnável, os defensores do laicismo escolar.

Bem está, dizem os mais moderados, que o ensino religioso seja uma alavanca moral de extraordinária potência na formação das almas e na vida dos povos. Não é, porém, esta a situação em que se coloca o legislador. À frente de um Estado que oficialmente se desligou de qualquer religião positiva, legislando para uma população que perdeu a unidade da fé e se acha religiosamente dividida em grupos inconciliáveis. outra não pode ser a sua atitude senão de respeito à liberdade espiritual de tôdas as convicções sinceras. No domínio das consciências, pela natureza mesma de suas funções, não deve penetrar a autoridade civil. Ante os cidadãos, que discordam das suas crenças, impõe-se-lhe, como um dever, o equilíbrio da mais perfeita imparcialidade. As instituições oficiais não podem, portanto, revestir-se de nenhuma côr religiosa. O laicismo, expressão desta neutralidade necessária, representa a fórmula jurídica do respeito à liberdade das consciências, indispensável à paz social.

— Há neste arrazoado, sob a aparência especiosa de uma lógica cerrada, um paralogismo incontestável. Submetendo-lhe a argumentação à luz da análise crítica, distinguimos

para logo um princípio inegável, mas falsamente aplicado. Evidenciemos a verdade do princípio e discutamos-lhe a legitimidade da aplicação.

O princípio é que ao Estado se impõe o dever de não violentar a consciência dos cidadãos. Tratando-se de crianças confiadas às suas escolas, incumbe-lhe a mais *estrita obrigação de respeitar as convicções religiosas das famílias,* desde que não se achem em oposição com as exigências da moralidade pública, expressas no Código Penal.

A criança não pertence ao Estado; aos pais, incumbe o dever e assiste o direito, de lhe ministrar a educação física. intelectual, moral e religiosa a que tem direito inviolável. E se é justa uma legislação quando defende os interêsses da prole contra os pais incapazes, descuidados ou perversos, não o é menos quando, contra terceiros que a viessem embaraçar, tutela a ação eficaz das famílias normalmente constituídas. A escola, continuadora da primeira formação, é o complemento do lar; deve prolongar-lhe a obra educadora, não destruí-la ou embaraçá-la. O professor, público ou particular, é, por função, um delegado e representante da autoridade paterna. Não lhe assistem direitos contra os direitos das famílias.

Esta função educadora, inerente e inseparável da missão natural da família, reconheceram-na todos os grandes juristas antigos (1) e sancionam-na os códigos das modernas nações civilizadas. É abrir ao acaso qualquer dêles. O Código Civil italiano, art. 138: "Il matrimonio impone ad ambedue i conjugi l'obbligazione di mantenere, educare e instruire la prole." O nosso Código Civil, no art. 231: "São deveres de ambos os cônjuges: ... IV. Sustento, guarda e

(1) Lembremos apenas Grotius que os resume: "Jurisconsulti veteres liberorum educationem ad jus naturale referunt, id est, ad illud quod, cum instinctus naturae aliis quoque animantibus commendat, nobis ipsa praescribit ratio". *De jure belli et pacis,* II, 7, 4.

educação dos filhos." E assim dos demais. Não queremos, porém, deixar na sombra, sem menção explícita, dois documentos jurídicos de data recente e de capital importância no assunto. O primeiro é a nova Constituição alemã de Weimar, promulgada em 1919 e tida pelos competentes como um dos mais bem acabados monumentos da ciência moderna do direito. A esta prerrogativa intangível dos pais a lei orgânica do novo *Reich*, no seu art. 120, deu uma fórmula lapidar: "A educação física, moral e social da prole é dever supremo e *direito natural dos pais*, sôbre cuja execução vela o Estado." É um reconhecimento solene do fundamento natural do direito educativo da família, que o Estado promete respeitar e fazer respeitar por outrem. A lei de 15 de julho de 1921, sôbre a educação religiosa, não fêz mais que deduzir os corolários lógicos do princípio constitucional, quando no seu § 1 estatuiu: "Sôbre a educação religiosa da criança decide o livre acôrdo dos pais, na medida em que lhe assistem o direito e o dever de cuidar da pessoa da criança" (2).

Outro depoimento que merece ser arquivado é a decisão recente do Supremo Tribunal Federal da União Americana num caso célebre que atraiu a atenção de tôda a opinião pública. No pequeno Estado de Oregon, por insignificante maioria, foi aprovada uma lei que obrigava as crianças de ambos os sexos, dos 8 aos 16 anos, a freqüentarem a escola pública. A lei votada em 1922 devia entrar em vigor em 1926. Os pais que se julgaram lesados na liberdade dos seus direitos denunciaram-na à Côrte Suprema de Washington. Depois de longo estudo, o Supremo Tribunal, o mais elevado intérprete da justiça norte-americana, declarou a inconstitucionalidade da lei. A sentença, entre outros considerandos, frisa que "A teoria fundamental da liberdade, sôbre a qual repousam todos os governos da União, exclui o poder geral do Estado de dar uma educação uniforme (*standardize*) às crianças, constrangendo-as a aceitar a instrução só dos professôres públicos. A criança não é uma simples criatura do Estado. Os que a alimentam e lhe dirigem os destinos têm o direito, acompanhado do alto dever, de prepará-la para o desempenho de outras obrigações" (3).

A convergência de tantos sufrágios autorizados explica-se pela evidência mesma dêste princípio que constitui o fundamento essencial do direito escolar. A instrução pública que, nas questões delicadas da vida religiosa, em vez de continuar em harmonia, se opusesse em antagonismo com a orientação das famílias; que negasse o que a educação doméstica havia afirmado e afirmasse o que ela houvesse negado, não só cometeria o mais desastroso dos erros pedagógicos, rompendo uma unidade de colaboração indispensável ao êxito da obra educativa, mas consumaria uma violação da mais intangível das liberdades. O Estado que fôsse arrancar as crianças ao seio de suas famílias e durante anos e anos as submetesse nas suas escolas a influências doutrinais que fizessem protestantes os filhos de católicos, cristãos os filhos de judeus, céticos e incrédulos os filhos de crentes fervorosos, teria sancionado com a solenidade dos seus textos legislativos a mais intolerável das opressões de consciência. Atribuir ao poder civil deveres discricionários sôbre a consciência religiosa dos

(2) "Ueber die religiose Erziehung des Kindes bestimmt die freie Einigung der Eltern, soweit ihnen das Recht und die Pflicht zusteht fuer die Person des Kindes zu sorgen". *Reichsgesetz ueber die religiose Kindererziehung vom 15 Juli 1921*, § 1. Cfr. W. LANDÉ, Religionsunterricht Sammlung der staatlichen Bestimmungen ueber *Religionsunterricht*, p. 13.

(3) "The fundamental theory of liberty upon which all governments in this Union repose excludes any general power of the State to standardize its children by forcing them to accept instruction from public teachers only. The child is not the mere creature of the State; those who nurture him and direct his destiny have the right coupled with the high duty, to recognize and prepare him for additional duties." *U. S. Supreme Court Decision in Oregon School Cases*, June 1, 1925.

cidadãos; pôr nas mãos de César o báculo, que rege a vida interior das almas, é consagrar um despotismo de longínquas repercussões, quanto menos violento, tanto mais humilhante. O país, portanto, para.quem o respeito à liberdade espiritual não é apenas a sonoridade vazia de uma expressão reboante, deve timbrar no acatamento escrupuloso dos direitos intangíveis da família à educação religiosa dos seus filhos.

Preenche a organização leiga do ensino público êstes requisitos de importância transcendental? Evidentemente não. Descemos assim da região superior dos princípios ao domínio prático de suas aplicações.

Todo o êrro dos defensores do laicismo está em se persuadirem ou se fingirem persuadidos (os fatos que citaremos adiante justificarão esta segunda hipótese, menos lisonjeira) de que, nos contrastes das convicções religiosas, a escola leiga representa, senão a fórmula de uma conciliação impossível, ao menos a atitude de um respeito leal. Superior às divergências individuais, com o dever de tutelar os direitos de todos, o Estado, proscrevendo o elemento religioso dos seus estabelecimentos de ensino, conservar-se-ia nos limites da mais estrita imparcialidade.

Ora, a escola leiga não é, nem pode ser, na realidade, uma escola neutra. Ante os conflitos de idéias e crenças, ela não representa um tribunal de arbitragem desinteressado em cuja sentença imparcial depositam sua confiança as partes litigantes que diretamente não chegam a entender-se; não constitui um território inviolável que não beneficia a nenhum dos beligerantes. Nada disto. Na luta, ela coloca-se ao lado de todos os ceticismos, de todos os indiferentismos, de todos os sectarismos agressivos contra os direitos de quantos, — e são, em tôda a parte, maioria esmagadora — conservam fidelidade a uma religião positiva. A escola leiga, reclamada com insistência pelos partidos radicais da esquerda, é, de todo em todo, incompatível com uma consciência verdadeiramente religiosa.

No que concerne à consciência católica, nada mais inquestionável. Quando, em todos os países do mundo, os católicos se unem compactos contra qualquer tentativa de laicização, não é, certamente, por interêsses políticos ou por pruridos mesquinhos de oposições dolorosas; é por defesa de um dos seus mais invioláveis deveres de consciência. Da existência dêste dever temos as mais solenes declarações. Quando, em 1879, por manobra da maçonaria, se implantou temporàriamente na Bélgica o regime do laicismo escolar, o episcopado belga, numa declaração coletiva, advertia os fiéis: "Sob o regime da nova lei, as escolas públicas são, *de sua natureza,* más e nocivas, porque, *por si,* colocam os alunos que as freqüentam na ocasião de perderem a fé e os bons costumes. A tradição constante da Igreja, as decisões do Sumo Pontífice, os juízos emitidos por bispos estrangeiros, em outras circunstâncias, salientaram o perigo e a culpabilidade de disposições semelhantes à da lei de 1879. *Nenhum cristão,* portanto, *pode concorrer diretamente ou indiretamente à execução desta lei;* em outros têrmos, *dora em diante não é permitido freqüentar, estabelecer nem dirigir escolas oficiais*" (4). Volvidos 5 anos de lutas épicas, a malfadada lei, por lá conhecida com o nome de *loi de malheur,* caía fragorosamente e a liberdade religiosa voltava às escolas da Bélgica, que precisamente em 1884 iniciou a época de sua maior prosperidade.

Pouco tempo depois, em 1894, o episcopado inglês, num documento também coletivo, baixava instruções quase idênticas: "1.º) Aos pais que não forem indignos concedeu o Criador o direito e o dever de assegurar e vigiar a educação dos filhos a fim de que se faça em conformidade com os princípios religiosos que êstes pais julgam verdadeiros... ...5.º) Os pais católicos *não podem em consciência nem acei-*

(4) *Déclaration collective de l'episcopat belge,* 1 *Septembre* 1879.

tar nem aprovar para os seus filhos um sistema de educação em que há separação completa entre a instrução leiga e a educação religiosa" (5). E também na Inglaterra, depois de uma experiência funesta, caiu o laicismo esterilizador e a instrução religiosa volveu às escolas. E os documentos dêste gênero poderiam multiplicar-se sem dificuldade. Citarei mais um só, que, pelo seu valor e universalidade, dispensa qualquer outro. É a lei geral expressa no Cânon 1374, do Código promulgado em 1918: "Os meninos católicos não freqüentem escolas acatólicas, neutras ou mistas" (6). Só circunstâncias especiais podem, a critério das autoridades eclesiásticas, dispensar os fiéis, em casos particulares, da observância desta prescrição do direito comum.

A escola leiga é, portanto, evidentemente contrária à consciência católica. *É um fato*. Os legisladores alheios às nossas crenças poderão talvez não perceber tôdas as razões desta atitude da Igreja; nem por isso se lhes impõe, menos rigoroso, o dever de acatá-la; que isto é precisamente respeitar a consciência religiosa de outrem. O Estado, que vaza pelos moldes do laicismo tôda a sua instrução oficial, ultrapassa as raias de sua autoridade, lesando os direitos espirituais de uma parte da população: ante a escola leiga e as prescrições de sua moral os católicos se vêem numa penosa e injusta alternativa: ou se privam dos benefícios da instrução pública ou transgridem, sob a pressão de uma violência moral, as leis de sua consciência religiosa. É êste porventura um regime de liberdade espiritual?

Se insistimos sôbre a atitude católica, foi para nos conservarmos mais em contato com a realidade brasileira. Mas

(5) Card. BOURNE, *The catholic attitude on the education question*, pp. 22-24.

(6) "Pueri catholici scholas acatholicas, neutras, mixtas, quae nempe etiam acatholicis patent, ne frequentent." *Codex Juris Canonici*, Can. 1374.

contrários ainda à escola leiga mostraram-se todos os adeptos de uma religião positiva: protestantes que ainda conservam um resíduo real de cristianismo, judeus fiéis às suas tradições religiosas e até muçulmanos. A Igreja anglicana na Inglaterra, os luteranos da Holanda e da Alemanha aliaram-se aos católicos, no campo político, para repelir as tentativas de laicização escolar. A Suécia, a Noruega e a Dinamarca são, na sua quase totalidade, protestantes: entre êles a escola leiga é desconhecida, o ensino religioso é matéria ordinária nos programas oficiais. Ainda em nossos dias, contra uma lei chinesa que pretendia proibir o ensino da religião nas escolas, doze igrejas protestantes se uniram e a 15 de julho de 1930 apresentaram ao govêrno de Nanquim uma petição, da qual transcrevemos alguns parágrafos: "Reunimos várias conferências durante o último semestre sôbre a lei relativa à instrução religiosa nas escolas; por unanimidade se concluiu que somos obrigados a protestar contra o art. V e sua interpretação oficial. Eis as nossas razões que pedimos sejam levadas em consideração... Cremos firmemente que o verdadeiro valor da instrução não consiste em comunicar a ciência ou uma formação profissional. A instrução deve tornar o estudante capaz de apreciar a Beleza, a Bondade e a Virtude, a fim de realizá-las nos seus atos. E êste resultado não pode ser plenamente obtido sem a religião ... A instrução sem a religião não é completa. Uma personalidade perfeita compreende uma inteligência sã e sentimentos sadios" (7).

Tais são os que rejeitam, como incompatível com a sua consciência, um ensino sem Deus: tôdas as almas esclareci-

(7) No Brasil, a quanto nos tem sido dado observar, os protestantes se têm oposto violentamente à restauração do ensino religioso nas escolas. Como se pretendêramos constranger legalmente os seus filhos a receberem uma instrução católica, contrária à vontade dos pais! Mas esta atitude é mais uma prova do artificialismo

damente cristãs e religiosas, isto é, a quase totalidade da população (8).

E quais são os que se batem pela escola leiga? De um

da propaganda protestante entre nós! Alheios completamente à continuidade da nossa tradição histórica, sem raízes profundas na nossa vida nacional, sustentados em grande parte pelo ouro estrangeiro, por associações estrangeiras, por ministros estrangeiros, empenhados num proselitismo que, no ponto de vista religioso e na própria lógica interna do livre exame, é um contra-senso monstruoso, os protestantes, nestes últimos anos, entraram numa atividade febril a fim de aumentar o número de seus clientes brasileiros. E como só por ignorância da própria religião — sem falar em motivos de ordem moral — passa um católico para as suas igrejas, parece que têm o maior interêsse em generalizar a ignorância religiosa no país. Não vemos outra explicação a uma atitude injustificável; mas é uma explicação que não honra o protestantismo.

(8) É o que ressalta evidente da objetividade dos fatos, atestados pelas estatísticas. Na *Itália,* poucos anos depois de 1870, quando ainda fervia a propaganda anticlerical, Villari, ministro da Instrução Pública, expediu uma circular aos inspetores escolares a fim de que fizessem a estatística dos alunos que freqüentavam as aulas de religião. Resultado geral: mais de 90% dos matriculados! Em algumas cidades esta percentagem foi ainda muito maior. Em Gênova recusaram o ensino religioso 74 alunos sôbre 15.800, isto é, 4 sôbre 1.000! Em Rimini sôbre 960 pais interrogados, 916 responderam favoràvelmente ao catecismo! Na *Bélgica,* há a instrução religiosa obrigatória, e a religião ensinada é a da maioria dos alunos; mas um menino pode ser dela eximido a pedido dos pais. Em 1911, sôbre tôda a população escolar os dispensados não chegavam a 4%. — Temos dados ainda mais recentes. Na *Prússia* é obrigatória a freqüência aos cursos de religião com faculdade aos pais de pedirem dispensa para os filhos. Nestes últimos anos os alunos dispensados representam apenas 2% da totalidade da população escolar; e essa pequenina percentagem é alimentada pela cidade de Berlim e de alguns outros centros industriais onde é maior a corrupção da juventude. — Ante êstes números, perguntamos com sinceridade: é realmente respeitadora da liberdade das consciências uma legislação que vaza as escolas públicas em moldes morais e religiosos contrários a 90, 96, 98% das famílias?!

modo geral: os partidos radicais, os extremistas da esquerda, os inimigos de Deus. da Pátria e da Família.

Particularizando: *os socialistas e comunistas*. Percorram-se os anuários dos congressos socialistas, volvam-se os livros dos mestres do partido e encontrar-se-ão a cada passo as três reivindicações no campo da instrução: monopólio do Estado, laicização do ensino, obrigação da freqüência escolar. O programa de Erfurt escrevia: "Laicização da escola. Freqüência obrigatória das escolas populares do Estado." O protocolo do Congresso do Partido reunido em Halle fala ainda com mais clareza: "Nosso partido é um partido científico. A ciência (isto é, o materialismo dos socialistas) opõe-se hostilmente à religião... A ciência vela pelas boas escolas — é êste o *melhor meio de lutar contra a religião.*" E pouco antes à pág. 175: "A escola deve ser mobilizada contra a Igreja; o mestre-escola contra o sacerdote; boa educação, põe de lado a religião" (9). Claramente já o havia dito Bebel quando em 1881 definia, diante do *Reichstag* a *Sozialdemokratie:* "O fim religioso da *Sozialdemokratie* é o ateísmo." Arquivem-se estas declarações: o fim do socialismo é combater a religião; o meio apropriado, a laicização da escola.

Ouvimos o socialismo de além-Rheno; o francês afina pelo mesmo diapasão. Quem se não lembra do célebre discurso de Jaurès, pronunciado na Câmara francesa a 11 de fevereiro de 1895, entre os aplausos da esquerda: "O que importa ressalvar antes de tudo, o que constitui o bem inesti-

(9) Citemos o original: "Die Schule muss gegen die Kirche mobiliert werden, der Schulmeister gegen den Pfaffen; richtige Erziehung beseitigt die Religion." Expressões idênticas encontram-se em Liebnecht. H. Schultz, num relatório sôbre a *Sozialdemokratie* e a *Reforma escolar* redigido para o Congresso de Mannheim é o porta-voz autorizado das doutrinas socialistas quando escreve: "A criança não deve ser educada para o céu ou para destinos sobrenaturais, mas sòmente para esta terra onde deve viver. A mais urgente das tarefas é, pois, subtraí-la a todo ensino religioso".

mável, conquistado pelo homem através de todos os preconceitos, de todos os sofrimentos, de todos os combates, é esta idéia, que não há verdade sagrada... é esta idéia que, se Deus em pessoa se aprumasse vivo, entre as multidões, o primeiro dever do homem seria recusar-lhe obediência e tratá-lo como um igual com quem se discute, não como um senhor que se impõe. *Eis o sentido, a grandeza e a beleza do nosso ensino leigo em seu princípio*" (10). Em nossos dias, o sindicato nacional dos professôres e professôras leigas, que reúne a quase totalidade dos membros da classe (70.000), aderiu em pêso à C. G. T. socialista. Um bom grupo de cêrca de 15.000, achando muito moderadas as reivindicações do socialismo, desligou-se do sindicato para aderir ao comunismo que recebe sua inspiração direta de Moscou. O órgão do novo grupo é *L'école émancipée*. Já lhe traçava as linhas gerais do programa o Sr. CHAUVELON, num artigo da *Revue de l'enseignement primaire*: "O inimigo é a Igreja e tôdas as tiranias que ela abriga e dissimula: tirania militarista, tirania capitalista, tirania burguesa... Não podemos nem queremos esquecer que o primeiro núcleo do exército, o batalhão sagrado, era composto de professôres e professôras" (11).

Na *Rússia*, vitória do comunismo e laicização da escola foram simultâneas.

Ao lado do socialismo, militou sempre pela escola leiga a *Maçonaria*.

Também aqui as provas não faltam. O *Herold*, órgão das lojas de Berlim, depois de afirmar que uma das principais tarefas da maçonaria é "a luta contra o clericalismo e a confiscação dos bens dos conventos", lembra, entre os objetivos que mais devem atrair o interêsse das lojas, "a escola popular livre, sem religião, *freie, religionslose Volkschule*" (12).

(10) *Journal Officiel*, 12 fev. 1895, p. 295.

(11) *Revue de l'enseignement primaire*, n. 47, 21 Aôut 1894, p. 533.

A loja do rito escocês de Marylandia, que, entre os seus membros, conta vários deputados, publicou no seu Boletim de maio de 1925 um projeto de lei, cujo n.º 6 é assim formulado: "Pedimos:... 6.º) A escola pública americana, neutra, não confessional, séria e democrática, para todos os filhos do povo, vantagens iguais para todos."

Mas o caso da França, onde de fato prevaleceu o laicismo é, aqui, singularmente instrutivo. A legislação escolar foi, nesse país, sancionando, com uma passividade humilhante, as imposições sectárias das lojas. Não nos separemos um instante dos fatos e dos documentos.

JÚLIO FERRY, o que levou a cabo a obra legislativa da laicização escolar, foi solenemente recebido na Maçonaria em 1875. Êle, que, em 1869, declarara opor-se, em nome da liberdade de ensino, à escola exclusivamente leiga, com obrigação para os pais de a ela enviarem os seus filhos, admitido depois nas lojas, faz-se porta-voz do seu programa escolar. Em 1876, a 9 de julho, num discurso célebre, pronunciado no grande Oriente de França, FERRY declarava as grandes linhas da reforma, inspirada na moral leiga. "A moral social, dizia êle, tem suas garantias, suas raízes na consciência humana; pode viver só; pode, enfim, lançar de si as muletas teológicas para marchar livremente à conquista do mundo... Vós existis como associação, vós sois um dos instrumentos mais preciosos para esta cultura de sentimento social, para o *desenvolvimento da moral social e leiga*, à qual vos consagrastes."

Menos de três anos mais tarde, a 4 de fevereiro de 1879, o orador do grande Oriente sobraçava a pasta da Instrução pública no ministério Waddington e ainda no ministério

(12) *Herold*, n. 18, 1 de maio de 1910, p. 10.

Freycinet, e iniciava no campo legislativo, a execução dos programas traçados nos recintos maçônicos. Entre 1880 e 1886 o trabalho tinha sido levado quase à sua perfeição definitiva: laicizaram-se os programas (13), laicizaram-se os professôres, expulsaram-se bàrbaramente as congregações religiosas, e com arbitrariedades sôbre arbitrariedades, com violências sôbre violências, conseguia-se condenar Deus ao mais rigoroso ostracismo (14). Mas as lojas não se deram por satisfeitas com estas primeiras vitórias. Em nome da laicidade republicana era mister ainda destruir por completo a liberdade de ensino e eliminar a concorrência dos professôres religiosos. Deixando aos pais a possibilidade da escolha, as

(13) Nesta fúria de teofobia, os laicizadores raiaram pelo ridículo de um sectarismo demente. Os textos clássicos para uso das escolas primárias sofreram as mutilações mais odiosas. Os nomes de Deus, Providência, Jesus, etc. foram impiedosamente riscados como se foram blasfêmias. Onde LAFONTAINE escrevera: Petit poison deviendra grand, Pourvu que Dieu lui prête vie, imprimiu-se: pourvu qu'on lui laisse la vie. LAPRADE cantara religiosamente: Je dis au malade qui veille: Bénis Dieu, la nuit va finir; o último verso foi laicizado: Cálme-toi, la nuit va finir. A poesia que CHENEDOLLÉ tinha intitulado: *Les Religieux du mont Saint-Bernard,* recebeu, neste segundo batismo, o nome de *Les Chiens de Saint-Bernard!!*

(14) Note-se a coincidência cronológica. Foi durante o decênio 1880-1890 que na França a maçonaria perseguidora organizou, em grande, a campanha em favor da laicização do ensino. E como a opinião pública francesa é a que mais influi nos nossos homens de letras e de govêrno, os constituintes de 1891 estavam todos impregnados das idéias de separação entre a religião e a instrução pública. Implantar, entre nós, um regime escolar semelhante ao de França pareceu-lhes naturalmente um progresso, a última palavra em matéria de legislação do ensino. Destarte êste mimetismo, sem individualidade nem consciência, que tanto mal nos tem feito e tantos exotismos funestos nos tem importado, aclimou no nosso país, sob color de respeito à liberdade espiritual, um sistema de educação pública que, alhures, havia sido impôsto por um sectarismo acanhado, como instrumento de opressão das consciências religiosas.

suas preferências iam naturalmente à escola cristã, ainda a preço de maiores sacrifícios econômicos. Iniciou-se então a campanha contra as congregações religiosas. Em 1891 os II .·. POCHON, COCULA e CHION-DUCOLLET propõem aos Conselhos gerais que se excluam das funções públicas *todos* os antigos alunos dos colégios religiosos. Em 1898, sob proposta dos II .·. GEYER e DYVRANDE, os maçons aprovam as conclusões seguintes: ab-rogação da Lei Falloux (liberdade de ensino), monopólio da instrução pelo Estado, interdição de ensinar às congregações. Ferve de novo a luta agitada na opinião pública pela Maçonaria. Em 1901 a lei WALDECK-ROUSSEAU dava satisfação às lojas que iriam triunfar completamente nas execuções sumárias do ministério do I .·. Combes. Em alguns meses fecharam-se 17.000 escolas; e os religiosos, uns após outros, esbulhados dos seus bens, privados do direito de ensinar, expulsos da pátria, tomavam o caminho do exílio. Ainda as últimas carretas não haviam atravessado a fronteira quando as hostes alemãs invadiam o território francês. MALVY manda sobreestar estas últimas execuções: êle toma o comboio para Bordéus, e os religiosos, rechamados, marcham para as linhas de combate.

Nesta laicização do ensino, a maçonaria, pelo órgão dos seus conventos gerais e de seus mais autorizados representantes, tomou sempre a responsabilidade das iniciativas e das realizações. No Convento de 1897, dizia o I .·. HUBBARD, ex deputado: "É a maçonaria que fêz passar na legislação da Terceira República as leis militares e escolares" (15). MERCHIER, relator do trabalho das lojas no Convento de 1895: "A maçonaria... mostrou pela organização do nosso ensino primário, de que *foi a verdadeira inspiradora,* todo o interêsse que dedica ao ensino popular. Foram os melhores de seus membros, os PAUL BERT, os FLOQUET, os JÚLIO FERRY,

(15) PAUL NOURRISSON, *Le Club des Jacobins sous la troisième République,* Paris, 1900, p. 151.

os promotores das leis escolares; e hoje, como outrora, a maçonaria vigia com um cuidado cioso o funcionamento regular do nosso ensino primário" (16).

E por que motivo tanto se bate a Internacional dos filhos de Hiram pela laicização do ensino? Porventura para respeitar as consciências religiosas? Fôra ingenuidade crê-lo. *O fim explícito e confessado da maçonaria é destruir a religião nas almas, combater o catolicismo,* e para êste fim faccionário, lançar mão de todos os recursos do Estado. A instrução pública, mantida pelos dinheiros da nação, transforma-se, com a laicização do ensino, num instrumento de propaganda irreligiosa, numa arma de combate ao cristianismo. É a expressão mais irritante do sectarismo e da intolerância. Documentos ainda. BLATIN, no Convento de 1892: "A maçonaria tem uma moral particular: exalta o que o catolicismo condena, condena o que o catolicismo exalta (17). COURDAVEAUX desvenda-nos melhor a tática das distinções desleais na luta das lojas: "A distinção entre catolicismo e clericalismo é puramente oficial, sutil, para as necessidades da tribuna; aqui, porém, na loja, digamo-lo altamente a bem da verdade, catolicismo e clericalismo são uma coisa só" (18). O clericalismo, eis o inimigo, dissera GAMBETTA. O clericalismo e o catolicismo não se distinguem senão na retórica das praças, ensina-nos o professor da Faculdade de Letras de Douai. O inimigo, o inimigo a combater e aniquilar é o catolicismo. FERNAND FAURE, mais tarde deputado, levanta mais uma ponta do véu, nas suas confidências ao Grande Convento de 1885: "Aqui, sôbre o clericalismo não é possível nenhuma espécie de dúvida ou divergência. Passo por cima e vou mais longe. Digo que

(16) *Bulletin du Grand Orient*. Aôut-Septembre 1895, p. 172.

(17) *Bulletin du Grand Orient*. Aôut-Septembre 1892, p. 520.

(18) *Chaine d'union*, Juillet, 1880, p. 199.

devemos eliminar tôda influência religiosa sob qualquer forma que se apresente, mesmo fora e acima do clericalismo" (19). Nada mais explícito. Para a realização dêste ideal nada tão eficaz como a ação da escola laicizada. A uma reunião de mestres-escola do Sena, COMBES, então ministro da Instrução Pública, dirigia esta frase famosa: "Sereis beneméritos da República e da Pátria se nos chegardes a formar uma geração plasmada num molde que traga nos bordos a nobre imagem da República" (20). O que significa a República nos lábios de COMBES já o sabemos todos. E se o não soubéramos, a *Ligue de l'Enseignement* (21) nos daria uma demonstração plástica. Desejando concorrer para a iconografia da República, esta liga, de origem e de inspiração maçônica, mandou fazer-lhe um busto, inaugurado a 21 de janeiro de 1881 na loja de Saint-Germain e depois reproduzido em outros modelos para a propaganda. Na peanha do busto havia algumas particularidades assim explicadas oficialmente: "A ignorância e a superstição, simbolizadas por um monge mitrado, são estranguladas por um

(19) *Bulletin du Grand Orient*. Nov.-Dèc. 1885, pp. 706-707.

(20) Cit. por J. BOUZON, *Le crime et l'école*, p. 100.

(21) Esta *Ligue de l'Enseignement*, fundada pelo maçon JEAN MACÉ, foi a associação encarregada de promover, diante da opinião pública, com outro nome, as idéias da maçonaria. Dela dizia PAUL BERT em 1882: "esta grande associação que tanto trabalhou sob o império e à qual devemos, pela maior parte, o belo movimento de opinião que nos permitiu dotar êste país de instrução gratuita, obrigatória e leiga." *De l'Education Civique*, p. 23. As suas relações com a Loja, declarou-as o próprio fundador no Congresso de Lille: "A liga é uma maçonaria exterior". *Bulletin de la Ligue*, 1885, p. 331; e outra vez, falando da Liga, no Grande Oriente de França: "Aqui a filha está em casa de sua mãe." *Bulletin de la Ligue*, 1895, p. 160. No Convento de 1898 (*Compte rendu*, p. 94) DUVAUD confessava muito à puridade: "Acrescento — o que aqui dizemos não deve sair dêste recinto — acrescento que a Liga é uma associação maçônica. O espírito maçônico está nela sempre presente."

cordão no qual se lê "Ligue de l'Enseignement". A cortina com os emblemas maçônicos cobre o lado esquerdo. Voltaire levanta-lhe uma parte e sorri ao progresso que fizeram suas idéias" (22).

Com uma transparência que impressiona os olhares menos perspicazes, o protesto recente da Igreja positivista no Brasil vem colocá-la na mesma atitude de parcialidade opressiva à consciência cristã. "Todos sentem, reza o documento citado, que para êsse futuro os nossos contemporâneos são arrastados pelo impulso do passado e não ignoram que só é possível conseguir hoje o bem público e a felicidade moral e política pelo respeito à instituição da liberdade espiritual, único meio de alcançar o pacífico e natural ascendente das opiniões mais favoráveis a êsse fim", isto é. do positivismo. Assim, a instrução pública não deve respeitar a consciência das famílias, deve organizar-se conforme as idéias de Comte para acelerar o advento das ideologias inconsistentes da Política positiva. A esta imposição a todo o país das concepções sistemáticas de uma minoria microscópica chama-se com seriedade aruspicina: liberdade espiritual.

Esta atitude da igreja positivista de 1931 torna-se tanto mais antipática quanto mais incoerente. O que ela diz hoje já não é o que dizia, há 25 anos, pelo órgão de seu mais autorizado representante. Da "liberdade espiritual", agora tão sonoramente invocada contra o ensino religioso, TEIXEIRA MENDES deduzia em 1904 a sua perfeita legitimidade. Citemos esta página incisiva e pertinente que a Igreja positivista bem poderia pôr como cabeçalho ao seu protesto, em vez da outra, anódina, vaga e inexpressiva que lá figura. "O respeito à liberdade espiritual prescreve que se acate nos filhos menores as convicções religiosas de seus pais... Reconhecer que existem religiões; constatar que uma criança

(22) *Bulletin de la Ligue*, 1881, I, p. 463.

foi consagrada segundo tal ou tal culto são fatos da mesma ordem que verificar a existência do sol. E, uma vez sabida qual a religião em que os pais tencionavam educar os filhos (tratava-se de ensino religioso a meninos órfãos), o respeito à liberdade espiritual consiste justamente em proporcionar, tanto quanto possível, às crianças realmente órfãs, isto é, sem família de espécie alguma, o culto e o ensino religioso correspondente. Nos casos em que tais dados faltassem completamente, devia-se fazer a hipótese mais simples entre nós, isto é, admitir que o órfão é católico e proceder em conseqüência... para isso, cumpre facultar a um sacerdote da religião dos pais o exercício do seu ministério nos internatos municipais" (23).

(23) TEIXEIRA MENDES, no *Jornal do Commercio* de 8 de junho de 1904. Neste artigo, escrito a propósito de um veto do Prefeito do Distrito Federal ao ensino religioso nas escolas, Teixeira Mendes distingue as escolas primárias dos internatos municipais; aplaude o veto a propósito das primeiras, censura-o, a respeito dos outros. A distinção, porém, com licença do ilustre morto, não se justifica em face dos próprios princípios que êle invoca. Transcrevamo-los na íntegra: "A educação é impossível sem culto e sem um ensino religioso qualquer. Porque não é concebível educar ninguém sem inculcar-lhe hábitos de moralidade e fornecer-lhes as noções que explicam êsses hábitos. Ou dá-se essa cultura moral ou mental ou não se educa, embora se preste o nome de educação a uma deformação metafísico-materialista do cérebro infantil e adolescente... Seja, porém, qual fôr o ceticismo dessas classes (governantes, metafísico-materialistas), os seus melhores representantes não devem desconhecer que êles violam a liberdade espiritual quando *pretendem impor o seu estado moral e mental*. Uma criança não se achando habilitada para escolher a sua religião e muito menos para rejeitar tôdas, é claro que semelhante escolha compete naturalmente aos seus pais e especialmente às suas mães... O respeito à liberdade espiritual prescreve que se acate nos filhos menores as convicções religiosas de seus pais." — O decreto de 30 de abril de 1931 não fêz senão aplicar coerentemente a todos os institutos de ensino, onde se educam menores, a sabedoria dêstes princípios universais que o mais autorizado representante do positivismo no Brasil lembrava outrora ao "cidadão Prefeito".

Não fôra mais nobre deduzir lealmente tôdas as conseqüências dêsses princípios?

E a *neutralidade?* A neutralidade foi o que não podia deixar de ser, uma palavra vazia, um narcótico para adormecer as consciências das almas ingênuas. Uma vez realizado o ideal da laicização, os seus promotores já nem se deram ao trabalho de o dissimular. "O professor, escreveu J. PAYOT, queira ou não, deve tomar partido nas grandes questões essenciais que dividem a sociedade contemporânea, isto é, nas questões religiosas, políticas e sociais. Vivendo no meio dos pais dos seus alunos, não poderá refugiar-se na *neutralidade, que só é possível às inteligências e às atividades nulas"* (24). "Não falemos de neutralidade escolar... diz AULARD, um mestre-escola leigo, se é homem de bem, não pode deixar de violá-la" (25). Violá-la, como? VIVIANI no-lo dirá sem rebuços como um maçon *franco*: "Falam-nos de neutralidade escolar; mas já é tempo de dizer que a neutralidade escolar nunca passou de uma *mentira diplomática,* uma tartufice de momento; invocamo-la para adormentar os escrupulosos e timoratos, mas agora já se não trata disto; joguemos francamente com cartas à mesa. Nunca tivemos outro propósito senão o de criar uma universidade anti-religiosa e anti-religiosa de modo ativo, militante e belicoso" (26). Poucos meses depois VIVIANI recebia a pasta da Instrução pública.

(24) J. PAYOT, *Aux Instituteurs et aux Institutrices,* p. 239.

(25) *Annales de la jeunesse laïque,* Aôut-1904.

(26) Cit. por E. CHENON, *Le rôle social de l'Eglise,* Paris 1924, p. 368. É, com pouca diferença na expressão, o mesmo pensamento que já publicara dois anos antes: "A neutralidade é e foi sempre uma mentira necessária no momento em que, em meio às cóleras impetuosas da direita, se forjava a lei escolar. Prometeu-se esta quimera da neutralidade para tranqüilizar alguns tímidos, cuja coligação teria levantado um obstáculo ao princípio da lei; mas J. Ferry tinha inteligência bastante perspicaz para não acreditar na autoridade dêste expediente, e o mal é que seus amigos tomam por um princípio o que nas suas mãos, um tanto pesadas, nunca passou de um pretexto." *Humanité,* 4 Oct. 1914.

Vemos aqui, nìtidamente confirmado pelos fatos, o que já deixamos expresso em outro lugar: não há, não pode haver educação neutra: "a pedagogia ou cessa de ser pedagogia ou cessa de ser neutra". Todo o sistema pedagógico é necessàriamente baseado numa filosofia da vida. Não é possível formar um homem sem ter uma concepção da sua natureza, dos seus destinos. das suas relações com os outros sêres. Para dirigir uma evolução é imprescindível conhecer a forma que tende a realizar e o fim que deve atingir. Não há, portanto, educação neutra.

A neutralidade, não a permite a personalidade do professor. Todo o homem sério tem suas convicções, a elas adapta os seus atos, e por elas exerce naturalmente a sua influência conquistadora.

Não a permite a psicologia da criança. A alma infantil é um todo e como um todo se desenvolve na unidade orgânica e inseparável de seus elementos. Para tôdas as questões da vida ela quer solução e onde lhe estimula a curiosidade indagadora, no lar como na escola, aí multiplica as suas perguntas que não podem cair no vazio, sem resposta.

Não a permite a própria natureza das disciplinas estudadas. Como percorrer as ciências da natureza, como estudar a história da humanidade sem encontrar as grandes questões, os grandes fatos religiosos que não poderão deixar de ser expostos e apreciados?

Não a permite sobretudo o trabalho pròpriamente educativo do mestre. Não se atingem as profundezas da alma, não se traçam à consciência os deveres fundamentais, não se subministram à vontade motivos reais e eficazes, fora de uma concepção total da vida, que, só, permite hierarquizar

os valores humanos. E uma concepção total da vida envolve necessàriamente uma solução, qualquer que ela seja, do problema religioso.

Não há, pois, e não pode haver, uma pedagogia neutra. Se assim é, quais os postulados, implícitos ou explícitos, sôbre que se baseia o laicismo? Não é difícil tirá-los à luz. Suponhamos a melhor das hipóteses; não a da hostilidade latente e mal dissimulada sob a "mentira diplomática" da neutralidade mas a de um esfôrço real e sincero para realizar o impossível: reticência respeitosa ante todos os problemas, que interferem com a vida religiosa, individual e coletiva, da humanidade. Uma escola neutra que realizasse esta utopia descansaria nos seguintes princípios: é possível formar homens e cidadãos, capazes de se desempenharem de todos os seus deveres, na família e na sociedade, sem se lhes falar nunca de Deus e da vida futura. Deus é, pois, "uma quantidade desprezível", um dispensável na vida; a sanção da eternidade não passa na estrutura da moral de uma excrescência parasita que se pode amputar sem lhe comprometer a unidade, a solidez e a eficiência. — Mas um Deus "dispensável" é um Deus nulo; a necessidade absoluta é o primeiro e mais essencial — se assim me é lícito exprimir — dos atributos divinos. Prescindimos de um ser contingente; prescindir do ser necessário é negá-lo.

Se da ordem das idéias necessárias passarmos à dos fatos positivos, uma escola, em que se pretendem formar homens e cidadãos sem nunca se lhes dizer palavra de Cristo e dos seus ensinamentos, afirma implìcitamente que o Evangelho é uma superfluidade na história humana e os seus preceitos e virtudes um ornamento facultativo da nossa vida moral. É a negação da divindade de Jesus e do caráter obrigatório de sua mensagem. A escola com pretensões a neutra em questões que, *de sua natureza*, não comportam neutralidade, resolve-se, de fato, numa escola anti-cristã e atéia. O laicismo é, no domínio da pedagogia, o corolário do materialismo e da incredulidade. Não se mantém lògicamente de pé senão sôbre a negação — explícita ou implìcitamente formulada — do mundo divino e sobrenatural em que se desenvolve a vida religiosa das almas (27). E agora compreenderá o leitor todo o afã da maçonaria em laicizar a escola para destruir a religião.

Admita-se, porém, ou não se admita a procedência destas últimas considerações, nem por isso deixa de impor-se inevitável a nossa conclusão. As citações que acumulamos nas páginas precedentes — e poderíamos ainda multiplicá-las muitas vêzes porque a seara é abundante — têm ùnicamente por fim evidenciar a realidade de uma situação. Não dis-

(27) Poucos modernos fizeram da escola neutra uma crítica tão pertinente como Domela Nieuwenhuys, um dos chefes do socialismo holandês. Apesar de um pouco longa, não resistimos à tentação de transcrevê-la, por vir de inteligência de valor pouco vulgar e sôbre a qual não pode caber suspeição de parcialidade: "Diz-se que a escola neutra é acessível a todos. Quem o diz? Os que estão com a maioria, e na prática, terrorizam a minoria. São êstes que dizem: Nós decretamos que nossa escola neutra é acessível a todos, *ergo* é por todos aceitável. E os que dizem o contrário são fanáticos ou estúpidos... Os clericais protestantes mostraram que tomavam a coisa a sério. (Os protestantes cá da terra lêem por outra cartilha.) Deram dinheiro, muito dinheiro para fundar escolas segundo a sua fé. Ouso mesmo dizer que os liberais devessem dar outro tanto, certamente não o teriam feito; é muito mais fácil aproveitar do Estado, do que dar da própria bôlsa para ter escolas como se desejam. Durante anos, os clericais sacrificaram muito e mostraram, com os fatos, que a escola neutra não é acessível para todos. — Diz-se ainda: Mas na escola neutra respeitam-se as idéias religiosas de todos. Parece-me uma idéia bem curiosa do respeito que se deve a cada um. Os liberais pensam que se mostra respeito passando *em silêncio* as idéias religiosas, a oração por exemplo, como se esta omissão já não fôsse um escândalo para os que lhe prestam muita importância. Eis o raciocínio: eu respeito vossas idéias porque mostro que são supérfluas, calo mas respeito vossas idéias. Mandai-me, ó crentes, os vossos filhos; êles ficarão sob a minha influência todos os dias durante 5 ou 10 anos e de tal maneira que,

cutimos, neste lugar, o valor intrínseco das idéias religioso-sociais da maçonaria ou do socialismo. Não desenvolvemos os argumentos de uma apologia nem formulamos os capítulos de uma acusação ou de um requisitório. Registramos apenas *fatos* sôbre os quais se deve basear o legislador para uma solução jurídica do problema.

Ora, *dos fatos,* que acabamos de pôr em relêvo, resultam incontestáveis as duas proposições seguintes: 1.º) o ensino leigo é rejeitado por uma parte da população *como incompatível com os deveres da sua consciência;* 2.º) o ensino leigo é reclamado por alguns elementos isolados ou associados, como *corolário de suas idéias filosóficas e como meio eficaz de combater as convicções religiosas de outros. De fato,* portanto, — qualquer que seja a possibilidade teórica de uma pedagogia neutra — *o ensino leigo não é um ensino neutro.* E o Estado que laiciza a sua instrução oficial comete a mais flagrante violação dos direitos da liberdade de consciência. Fazendo-se mestre-escola, êle tem diante de si duas categorias de famílias: uma — a imensa maioria — que repele o ensino leigo como lesivo dos seus direitos espirituais e reclama a instrução religiosa que continue na escola a educação dada no lar; outra, que o deseja e exige, a grandes vozes, como correspondente aos seus ideais educativos e meio eficiente de descristianização das massas. Não podendo evidentemente satisfazer a ambos os grupos com um tipo único de escola, que fazem os poderes públicos? Decretam que êste tipo único se molde pelas exigências dos laicizantes e se posterguem tôdas as justas reivindicações das famílias religiosas. Destarte uma instituição pública, de utilidade universal, converte-se em instrumento de propaganda arreligiosa, a serviço dos programas de uma seita ou de um partido. É isto neutralidade? É isto respeito leal aos direitos de consciência? Não é infinitamente mais consentâneo à verdadeira liberdade espiritual subministrar o ensino religioso aos filhos das famílias católicas, dispensando dêste ensino os alunos cujos pais o solicitarem? Nesta hipótese, de quem se violam os direitos, ou melhor de quem não se respeitam sinceramente os direitos? Não há opressão de maiorias sôbre minorias, nem despotismos irritantes de minorias sôbre maiorias. Uma vez que não há constrangimento ou coação legal do Estado sôbre as famílias, obrigando as religiosas a uma escola leiga, ou as de incrédulos ou dissidentes a um ensino religioso contrário à sua vontade, cumpre a autoridade civil a sua missão de deferência e respeito às convicções espirituais dos cidadãos (28).

ao lhe falardes das vossas crenças, êles já vos não hão de compreender. Não é esta uma paródia do respeito que se deve às idéias religiosas? Não se atrevem a dizer com franqueza que a escola *neutra é irreligiosa.* — É êrro pensar que a escola neutra é a única que permitirá à criança formar na idade madura convicções sólidas e raciocinadas. Os caracteres mais firmes, os indivíduos mais enérgicos formaram-se, quase sempre, numa escola que não era neutra. Por que? Porque a influência da escola não neutra sôbre o caráter é cem vêzes *maior que a da escola neutra.* Lastimo um mestre de escola neutra: é um verdadeiro autômato. Felizmente quase todos não podem deixar de violar a lei; é impossível passar 6 dias com crianças sem dar o seu juízo, favorável ou desfavorável, sôbre as pessoas e os acontecimentos. O ensino rigorosamente neutro é a *morte intelectual.*" Cit. por A. BESSIÈRES, *Les régimes scolaires à travers le monde,* Lyon, s. d., pp. 29-30.

(28) Na discussão de 1927 no *Reichstag,* quando alguns deputados queriam forçar um texto constitucional para impor uma escola única, o Govêrno alemão, apoiado no parecer de eminentes jurisconsultos e dos antigos membros da Assembléia Nacional de Weimar, respondeu-lhes negativamente, declarando, entre outros considerandos, que: "num Estado democrático, em matéria de educação, deve caber a primazia ao direito dos pais; e a organizar o ensino nacional, assegurando o respeito a êsse direito, se havia aplicado o govêrno. Ora, o único meio de o conseguir é conceder aos três tipos de escola: confessional, interconfessional e arreligiosa, os mesmos direitos. *Impor a todos sem distinção uma destas escolas*

Nem se diga que o Estado não violenta as consciências permitindo aos que se não conformam com o ensino oficial freqüentem a escola particular que os satisfaz. É agravar uma injustiça com a crueldade de uma ironia. Numa primeira resposta *ad hominem* diremos: se assim é, se destarte é que se respeitam os direitos alheios, que a escola oficial seja religiosa e obrigatòriamente religiosa para todos; e quando os laicistas protestarem, amordacem-se-lhes os protestos dizendo que são livres de fundarem e freqüentarem escolas particulares em harmonia com os seus ideais pedagógicos. Estão satisfeitos?

Entrando diretamente na questão, observaremos que esta atitude se assemelha à de um govêrno que dissesse: respeito a liberdade de todos os cultos e de tôdas as religiões. E depois, com os dinheiros públicos, se empenhasse em inundar o país de lojas maçônicas, dotando-as suntuosamente de edifícios, mobílias e alfaias indispensáveis ao seu funcionamento; e aos fiéis, que se insurgissem contra o flagrante da injustiça, replicasse serenamente: eu vos respeito as liberdades sagradas; com as vossas bôlsas podeis levantar quantas igrejas quiserdes. O nosso caso é de uma analogia que vai quase à identidade. Escola leiga e loja maçônica parecem-se como filha e mãe. No domínio da pedagogia e da formação da juventude, a primeira inspira-se nos mesmos princípios e prossegue os mesmos ideais de demolição religiosa que, no campo mais vasto da vida social, norteiam a atividade da maçonaria. O Estado, laicizando os seus estabelecimentos de ensino, põe-se dòcilmente a serviço de uma

é evidentemente violar a liberdade de consciência e a igualdade de direitos; impo-lo, à custa do Estado, é cometer uma injustiça e desviar o Estado do seu fim, que não é, sobretudo numa sociedade democrática, ser o representante de certas idéias ou o instrumento de um partido".

seita, conculca a inviolabilidade de direitos sagrados e lança no seio da nação um pomo de intermináveis discórdias (29).

***

Nem estão ainda encarados todos os aspectos da questão. A opressão das consciências agrava-se ainda com a vexação de uma injustiça. Ao lado de uma violação de direitos espirituais, uma iniqüidade material.

Diz-se geralmente que o ensino público é gratuito: eufemismo, a que não corresponde a realidade. O ensino público é mantido pelo erário do Estado e êste pelas contribuições dos cidadãos. Ora, prescreve a mais rudimentar das regras de justiça distributiva que *os impostos destinados a cobrir as despesas de um serviço público de utilidade universal, como a instrução, devem, na medida do possível, aproveitar a todos os cidadãos*. Que faz o Estado? Abre escolas e *a tôdas* impõe o laicismo educativo, *incompatível com a consciência de inumeráveis famílias*. A estas, a todos os pais religiosos que em consciência se julgam obrigados a não enviar os seus filhos à escola leiga, o legislador injusto impõe o ônus dobrado de pagar a escola particular que lhe serve e mais a escola pública que lhe não pode servir. É como se disséramos a um viajante: o senhor pode ir de A a B por terra ou por mar; se lhe faz mal a viagem de vapor, pode ir de trem, mas, nesta hipótese, além do bilhete da companhia ferroviária que o transporta, deve pagar também o da Companhia de navegação que não lhe presta nem lhe pode prestar nenhum serviço. Quem não vê que esta Companhia cobraria aqui um impôsto para o qual não possui sequer

(29) É o que, ainda em 1927, dizia em Dortmond o Chanceler alemão: "A paz interior e a educação nacional não são possíveis senão com o reconhecimento de todos os direitos, e, portanto, da escola oficial, católica para os católicos."

sombra de título? "E seria mais do que um impôsto, pondera justamente E. FAGUET; um impôsto é uma remuneração que se dá ao Estado por um serviço que nos presta. O que êle nos cobraria seria um tributo como o que os vencedores impõem aos vencidos. É exatamente o que faz o Estado pagando os seus professôres com o dinheiro de quem tem outros, taxando-os assim com uma contribuição de guerra. É um pouco bárbaro" (30). Tão bárbaro que quase tôdas as nações civilizadas já incluíram êste princípio elementar de justiça distributiva nos seus regimes escolares. Os tratados que se seguiram à grande guerra deram-lhe uma consagração solene no moderno direito internacional. O leitor poderá encontrá-lo no art. 9 do Tratado de Versalhes para a reconstituição da Polônia, no Tratado de Neuilly, art. 55, com a Bulgária, no Tratado do Trianon, art. 61, com a Hungria, no Tratado de Sèvres, arts. 147 e 148, com a Turquia. De alguns dêstes solenes documentos internacionais foram signatárias 27 nações e, entre elas, o Brasil.

Podemos, pois, concluir êste exame de aspecto jurídico da questão, afirmando serenamente que o ensino leigo, longe de ser a fórmula de respeito a tôdas as liberdades, é, pelo contrário, a expressão de uma injustiça social imensamente agravada pela desconsideração aos direitos mais sagrados de tôdas as famílias religiosas.

Não nos dissimulamos a resistência psicológica que, no ânimo de muitos leitores, ainda dos mais moderados, terá encontrado a exposição das idéias acima. A ditatura do laicismo, exercida, entre nós, durante quarenta anos, acabou deformando a nossa mentalidade jurídica e social. As frases sonoras de uma ideologia inconsistente, à fôrça de repetidas, cristalizaram no fetichismo de fórmulas artificiais, sem nenhum contato com as realidades profundas de que vive a

(30) E. FAGUET, *Le libéralisme*, pp. 134-135.

consciência do país. É bom sairmos dêste ambiente que asfixia para respirarmos outros ares. É instrutivo percorrer, em rápido escôrço, o modo por que outros países conciliaram as exigências de todos os princípios que devem regular a organização do ensino oficial. Esta sinopse de legislação escolar comparada terá ainda a vantagem de uma dupla lição. Ver-se-á, em primeiro lugar, como outras nações, incomparàvelmente mais divididas que a nossa, no ponto de vista religioso, resolveram a questão jurídica do respeito à liberdade espiritual dos cidadãos sem tratar as convicções religiosas com o descaso de quem se desembaraça de superfluidades sem valor. Ver-se-á ainda que a questão do ensino religioso não depende da solução dada à das relações entre o poder espiritual e o poder civil. Foi mais um desacêrto dos nossos constituintes de 1891 inferirem da separação oficial entre a Igreja e o Estado a necessidade de laicizar o ensino público. Solidarizaram duas questões, que se resolvem com princípios jurídicos distintos. Encontraremos o ensino religioso oficialmente garantido às famílias católicas, não só em países onde a Igreja se acha separada do Estado, mas ainda em outros oficialmente unidos a confissões religiosas acatólicas.

Comecemos pela *Alemanha*. A nova Constituição do *Reich*, promulgada a 31 de julho de 1919, estabelece: Art. 146, § 2: "A pedido dos pais ou tutores, fundar-se-ão escolas primárias de suas respectivas confissões ou opiniões filosóficas... A vontade dos pais deve ser quanto possível respeitada."

Art. 149: "A instrução religiosa é matéria ordinária de ensino nas escolas, com exceção das escolas aconfessionais (leigas). Ela será regulada pela legislação escolástica. A instrução é ministrada segundo os princípios da respectiva sociedade religiosa, salvo o direito de vigilância do Estado... A participação à instrução religiosa, às festas e prá-

ticas do culto é deixada à vontade de quem deve decidir da educação religiosa do aluno."

Com ligeiras modificações, a Assembléia de Weimar consagrou o direito escolar preexistente. Sem entrarmos em minúcias de uma organização muito complexa, sem descrevermos particularidades próprias ao regime dos diferentes estados confederados, traçaremos, no que nos interessa, as grandes linhas da legislação alemã.

A escola primária é, por via de regra, confessional, isto é, católica para os católicos, protestante para os protestantes (31). A confessionalidade de uma escola importa, antes de tudo, *o ensino religioso,* ao qual se consagram durante os 8 anos do curso primário *4 horas* por semana e as melhores do dia (as da manhã) e durante o curso ginasial, também de 8 anos, 2 horas por semana. As notas de religião ocupam o primeiro lugar nos boletins escolares. Além da instrução, há também a *educação* religiosa. As aulas começam e ter-

(31) A lei prussiana de 28 de julho de 1906, ainda hoje em vigor, estatui no § 33: "As escolas primárias públicas devem ser por via normal organizadas de modo que o ensino seja ministrado aos meninos evangélicos por mestres evangélicos e aos meninos católicos por mestres católicos. "Die oeffentliche Volkschulen sind in der Regel so einzurichten, dass der Unterricht evangelischen Kindern durch evangelische Lehrkraefte, katholischen Kindern durch katholische Lehrkraefte erteilt wird." E quando recentemente se concluiu a Concordata entre a Prússia e a S. Sé, como nela se não houvesse tratado da questão escolar, como era desejo do papa, o presidente do Gabinete, Braun, em carta publicada em apêndice à concordata, assegura a S. Santidade que "A omissão de regulamento da questão escolar no solene Tratado ora concluído não prejudicara realmente de modo algum os direitos que, nesta importante matéria, competem aos católicos da Prússia em fôrça da Constituição, especialmente no que concerne à escola confessional e ao ensino religioso, porquanto o Govêrno Prussiano considera naturalmente como dever seu tutelar e levar à efetivação os direitos religiosos reconhecidos na Constituição do Reich." *Acta Apostolicae Sedis,* t. XXI (1929), p. 541.

minam pela oração; os alunos, em companhia de seus mestres, assistem incorporados às cerimônias de culto, preparam-se para a recepção dos sacramentos, etc. O corpo docente é constituído por professôres da mesma confissão religiosa (32). Numa palavra, os alunos continuam na escola a vida espiritual que viviam na família e hão de viver mais tarde na sociedade. A estabelecimentos assim os pais confiam tranqüilamente os seus filhos, seguros de que hão de encontrar nos mestres, não demolidores e adversários mas auxiliares e colaboradores da educação doméstica. É a realização do que na Câmara prussiana dizia em 1892 o chanceler Caprivi: "A meninos católicos, escolas católicas. A criança pertence aos pais; seu direito sôbre ela é inalienável e os pais católicos têm o dever rigoroso de educar os seus filhos num meio de mentalidade plenamente católica."

Nos lugares, onde, pelo exíguo número de alunos ou por motivos de outra ordem, não é possível organizar uma escola confessional, a escola primária é *mista* ou *interconfessional.*

(32) Sôbre o modo por que devem os professôres entender a sua missão educativa, expedia há pouco (1927-28) o ministro da Instrução pública da Baviera um programa didático, onde se declara explìcitamente que a instrução escolar tem por fito educar harmônicamente a personalidade do aluno nos sentimentos, ideais e ações inspirados nos princípios da religião, da moral e da vida nacional e social; quer que nas escolas confessionais desenvolvam com particular cuidado e se valorizem os pontos que oferecem ensejo de formar o aluno no espírito da própria religião; estabelece que o fim do ensino religioso nas escolas é não só o conhecimento dos dogmas de fé mas também o cumprimento dos deveres morais e religiosos e a prática da vida cristã segundo os preceitos da Igreja; e exige que o mestre de religião seja bem compenetrado da doutrina religiosa e moral que ensina, e seja homem de fé profunda, piedade exemplar e especial dedicação à Igreja. *"Amtsblat des baycrischen* Staatsministerium fuer Unterricht und Kultus", 1926, p. 127 e agr. Assim falam os ministros da Instrução Pública na Alemanha. Há quanto tempo os nossos estadistas perderam o segrêdo desta linguagem evocadora das profundas realidades espirituais da vida!

Nesse caso, nas horas consagradas à religião, os alunos separam-se, segundo os seus credos, e em locais diferentes do edifício escolar recebem a instrução religiosa dada pelos ministros do respectivo culto. Para as outras matérias reúnem-se de novo, sob a direção de professôres escolhidos indistintamente entre as várias confissões, mas severamente obrigados a não ofender as convicções dos alunos pertencentes a confissões diversas da sua. A escola interconfessional não corresponde nem ao ideal dos princípios nem às exigências dos pais. Tolera-se onde não é possível a outra. O seu número é incomparàvelmente menor que o das confessionais. Assim, no ano letivo de 1921-22, havia, em tôda a Alemanha, 15.009 escolas católicas, 29.439 protestantes, 207 israelitas e 5.939 interconfessionais, isto é, pouco mais de 10%, enquanto as católicas atingiam a 29% e as protestantes, a 56%; percentagens que, com pequenas diferenças, correspondem à das diferentes confissões na população total do país. Na Baviera, onde a maioria é católica (cêrca de 70%), as escolas interconfessionais constituem uma verdadeira exceção. Na mesma data acima contavam-se apenas 187 para 5.191 escolas católicas e 1.947 protestantes.

Várias disposições legislativas asseguram o respeito à liberdade de consciência das minorias. Quando numa escola confessional há um grupo de alunos, pertencentes a outra confissão, diversa da professada na escola, e bastante numerosos para constituir uma aula, assiste-lhes o direito de pedir, remunerado pelo Govêrno, um professor da própria religião. Se o número dos meninos não basta para organizar um curso, o ministro do culto a que pertencem pode solicitar das autoridades escolares um local para lhes ministrar o ensino religioso; nessa hipótese, porém, sem remuneração do Estado. Do ensino religioso podem ser dispensados os meninos por um requerimento dos pais ou, depois de certa idade, dos próprios alunos (lei federal de 15 de julho de 1921). A um aluno não é permitido, sem expressa licença dos pais,

assistir à instrução religiosa dada por um mestre pertencente a uma confissão diversa da sua. Para os meninos católicos que freqüentam escolas protestantes, os dias santos da Igreja são, *ipso facto*, feriados: não lhes é necessária autorização especial a fim de não assistir às aulas. Como se vê, o respeito à liberdade de consciência é real: faculta-se às famílias o cumprimento dos deveres a que se julgam obrigadas; não se impõe abusivamente aos que têm religião o modo de ver dos que não a têm.

Nos institutos pedagógicos correspondentes às nossas escolas normais (*Præparandenschulen, Lehrerseminare, Pædagogische Akademie*) o ensino religioso é ainda mais cuidado e as práticas de culto mais freqüentes. Os alunos católicos assistem diàriamente à Missa e comungam várias vêzes no ano. Os futuros professôres, como em tudo o mais, assim também na sua vida religiosa, devem servir de guias e modelos aos seus alunos. Na *Baviera,* uma *Normativa* (*Normativ,* de 29-9-1866) sôbre a formação dos mestres estabelece que "o fim da escola normal é dar aos futuros mestres... uma verdadeira educação moral e religiosa, de conformidade com os princípios do cristianismo positivo". Na *Prússia,* o aluno, que, usando da sua liberdade, não freqüentar as aulas nem prestar exames de religião, terá no seu diploma a nota "não freqüentou a instrução religiosa", e conseguintemente não a poderá ensinar nas escolas públicas.

No intuito de garantir às famílias a segurança e ortodoxia do ensino religioso, o Estado, de sua natureza incompetente nesta matéria, entra em relações com as diferentes autoridades eclesiásticas a fim de se determinarem de comum acôrdo as condições de uma vigilância e fiscalização eficaz. Na *Prússia,* os órgãos da autoridade municipal para a administração dos negócios escolares são a *Deputação escolar* (*Schuldeputation*) para as cidades e o *Conselho escolar* (*Schulvorstand*) para os municípios rurais. Nestas organizações tomam o seu lugar obrigatório o decano do clero ca-

tólico e do clero protestante local. Em outras comissões, que, segundo as leis de 28-VII-1908 e 7-X-1920, se podem constituir para fins especiais (*Schulkommissionen*) fazem parte também o pároco católico e o pastor protestante. No *Conselho dos pais* (*Elternbeirat*), organizado pelos decretos ministeriais de 1-X-1918 e 5-XI-1919, o pároco e o catequista intervêm com voto consultivo tôdas as vêzes que o assunto discutido possa interessar a religião. Além destas funções, o pároco tem o direito de inspecionar o ensino religioso, visitando as aulas, interrogando os alunos, fazendo, onde fôr mister, e em particular, observações ao professor, assistindo com direito de voto aos exames das disciplinas religiosas. (Decreto ministerial de 18-II-1876.)

Na *Baviera* as relações da Igreja com a instrução foram recentemente estipuladas pela nova *Concordata* que entrou em vigor a 24 de janeiro de 1925. Preferimos transcrever à letra algumas dessas disposições.

Art. V, § 1: "A instrução e educação dos meninos nas escolas elementares católicas será ùnicamente confiada a mestres e mestras que sejam aptos e dispostos a instruí-los de modo seguro na doutrina católica e educá-los no espírito da fé católica."

§ 2: "Os mestres e mestras que queiram ser empregados nas escolas católicas devem provar antes da sua nomeação que receberam uma formação correspondente à natureza das mesmas, tanto no que concerne à instrução religiosa como no que respeita às disciplinas que têm importância para a fé e os costumes. Para dar instruções religiosas exige-se prèviamente a *missio canonica* por parte do bispo diocesano."

§ 3: "Na nova organização das escolas normais o Estado procurará que haja institutos capazes de assegurar uma formação correspondente aos princípios acima para os mestres e mestras destinados ao ensino nas escolas primárias católicas."

§ 4: "As autoridades eclesiásticas superiores serão convenientemente representadas, ao menos no que se refere à instrução religiosa, nas comissões examinadoras para a habilitação ao ensino nas escolas primárias católicas."

Art. VIII, § 1: "São garantidas à Igreja a vigilância e direção da instrução religiosa nas escolas elementares, médias e superiores" (33).

Como se depreende da brevidade destas linhas gerais, forçosamente muito resumidas, a legislação escolar alemã, inspirada tôda no princípio de respeito à liberdade de consciência e ao direito educativo dos pais, consagra ao ensino religioso um lugar de preeminência em tôda a sua organização pedagógica oficial. Muito teríamos que aprender, nesta Constituição, monumento de ciência jurídica, promulgada

(33) O texto íntegro da Concordata, em alemão e italiano, encontra-se na *Acta Apostolicae Sedis*, t. XII (1925), pp. 41 e segs. O texto italiano, pode ler-se também em A. GIANNINI, *I concordati postbellici*, Milano, 1929, pp. 61 e segs. — Tôdas estas disposições, que provàvelmente hão de ter surpreendido a mais de um laicista nosso com o sobressalto de um escândalo, não passam, entretanto, de corolários desapaixonadamente deduzidos dos princípios que regem todo o direito escolar. O Estado, que deve respeitar a liberdade espiritual das famílias, não pode impor uma educação religiosa aos pais que a rejeitam como incompatível com a sua consciência, como não pode constranger a abraçarem uma religião os que a isto se recusarem. Haja, portanto, educação religiosa para atender às exigências dos primeiros e faculdade de dispensa para não violentar a vontade dos outros. Mas uma instrução não é católica, se sôbre a sua ortodoxia não pode exercer sua vigilância a jerarquia espiritual, depositária autêntica, e como tal reconhecida pelas famílias, da verdade cristã. Que o Estado, portanto, com um realismo sadio, adaptando o seu direito às exigências positivas das coisas, entre em relações com a sociedade espiritual, a fim de assegurar às famílias católicas tôdas as garantias tranqüilizadoras de um ensino religioso genuíno, eficaz, em harmonia com os deveres de sua consciência. Fora daí o direito torna-se abstrato, vazio, irreal, formalista, ignorando ou fingindo ignorar a existência das grandes realidades espirituais de que vive a alma do povo.

em nossos dias, para um povo, onde, incomparàvelmente mais do que no nosso, a situação de discórdias religiosas pareceria dever sugerir a solução superficial de uma impossível neutralidade escolar.

Com inevitáveis alterações, que não nos é possível pormenorizar, legislação análoga possuem a *Suécia,* a *Noruega,* a *Dinamarca,* a *Áustria,* o *Luxemburgo,* etc. Em todos êstes países o *ensino religioso* faz parte do programa oficial do ensino nas escolas do govêrno.

Outro tipo de organização escolar em que, melhor talvez ainda, se acatam os direitos das consciências, é o chamado regime de *repartição proporcional,* de que a lei holandesa nos dá o modêlo mais acabado.

Na *Holanda,* o ensino *nacional* compreende dois tipos de escolas, umas abertas pelo govêrno, outras por iniciativa particular.

Nas escolas abertas pelo govêrno, o ensino religioso é facultativo. As diversas autoridades eclesiásticas interessadas entram em relação com a direção da escola para determinar as condições práticas de tempo e lugar em que poderão dar a instrução religiosa, nos edifícios escolares, aos alunos pertencentes às famílias de sua confissão respectiva.

As escolas livres são abertas por iniciativa de uma associação particular que goze de personalidade jurídica (união de pais de família, paróquia, diocese, etc.) mas *mantidas pelo Estado*. O govêrno dá-lhes edifício. luz, água, aquecimento, material escolar, nas mesmas condições que às escolas públicas. Os seus professôres são pagos com os mesmos vencimentos e gozam dos mesmos direitos de aposentadoria que os do Estado. Os alunos pagam as mesmas taxas escolares que nos estabelecimentos públicos. Nessas escolas as autoridades oficiais conservam um direito de vigilância sôbre o cumprimento de certas cláusulas que concernem aos programas e à competência pedagógica do corpo docente. A

associação particular que solicitou a abertura da escola assiste o direito de escolher os professôres, adotar os livros de textos e os métodos que lhes parecem melhores, acrescentar o ensino do catecismo e de outras disciplinas e dar a orientação espiritual em harmonia com as suas convicções filosóficas ou crenças religiosas. Se uma escola — pública ou livre — durante três anos seguidos não conservar uma freqüência de alunos superior a um minimum legal, é fechada. Se a escola era livre, o imóvel reverte para o município; se pública, é adaptado a outros fins.

Eis um regime de respeito verdadeiro e sincero à liberdade de consciência. Equiparadas integralmente a escola pública e a escola particular, os pais são *verdadeiramente livres* de escolher a que corresponde aos seus princípios morais e religiosos, sem agravos de despesas, nem perda de nenhuma prerrogativa. A perfeição técnica do edifício e do mobiliário escolar, idêntica numa e noutra escola; idêntica a competência do professorado, retribuído com os mesmos honorários e com as mesmas regalias; idêntico o valor legal dos diplomas; idêntica a contribuição dos pais numa e noutra. A taxa escolar, arrecadada pelos cofres do govêrno, é *proporcionadamente repartida* pelas escolas que de fato são preferidas pelas famílias. Os dinheiros públicos, os privilégios oficiais não vão alimentar um ensino arreligioso, indiferente e agnóstico, obrigando as escolas particulares que só satisfazem às consciências das famílias a impor-lhes uma pesada contribuição ainda assim insuficiente para rivalizar com as munificências dos erários.

Mais. Esta equiparação abre ainda o campo à mais justa e benfazeja concorrência, de que a educação só poderá auferir vantagens. Uma escola já se não sustenta só porque é pública ou dá rendimentos comerciais. Se num estabelecimento de ensino decai a perfeição técnica da instrução ou deixa a desejar a elevação moral dos professôres ou dos alunos, as famílias — e ninguém melhor do que elas zela efi-

cazmente pela educação dos filhos, — não encontram o menor obstáculo, financeiro, pedagógico ou jurídico, de mudar de escola. Destarte, o instituto de ensino, oficial ou livre, que não corresponde à sua missão, vê desertadas as suas aulas e, no cabo de três anos, é obrigado a fechar. Em virtude dêste dispositivo, nestes últimos anos, mais de 400 escolas municipais cerraram as suas portas, substituídas por outras tantas escolas católicas. Tanto é verdadeiro que, onde a liberdade de escolha não é uma ficção, os pais dão as suas preferências à escola confessional. Em 1927 os católicos contavam 2.073 escolas primárias freqüentadas por uma população escolar de 345.731 alunos e dirigidas por um corpo docente de 10.075 professôres. Para a formação dêsse magistério existiam, na mesma data, 44 *escolas normais católicas,* inteiramente mantidas pelo Estado, nas condições legais acima descritas e freqüentadas por 4.234 alunos. Graças a esta legislação, hoje considerada como o mais perfeito dos regimes escolares, pôde realizar-se o ideal: filhos de famílias católicas em escolas católicas.

A esta perfeição só gradualmente é que se foi elevando a pequenina Holanda. Também ela passou pela fase do laicismo opressor. As leis de 1857 e 1878, promulgadas em nome do liberalismo, procuraram aclimar na instrução pública a falsa neutralidade escolar. Só em 1889 é que se inaugurou, com a *Lei de Pacificação,* o princípio da repartição proporcional que se foi desenvolvendo e aperfeiçoando com as leis de 1900, 1905, 1917 e principalmente de 1920 (sôbre o ensino primário), que representa, ao presente, o mais bem acabado modêlo no gênero. Foi ela elaborada quando no Ministério da Instrução Pública se achava o Dr. Visser, protestante, e na presidência do gabinete o velho estadista Boerenbrouck; submetida ao Parlamento, foi aprovada por 75 votos contra 3, isto é, pela quase unanimidade dos deputados. É, com efeito, uma lei inspirada pela reta compreensão da liberdade espiritual; que assegurou, no interior da

nação, a paz dos cidadãos, suprimindo a questão escolar, pomo de tantas discórdias, em outros países; uma lei que constitui um incentivo contínuo ao progresso da verdadeira pedagogia. Neste pequenino país, pacífico, laborioso, de organização social modelar, onde não há analfabetos e o respeito às consciências é um fato, o laicismo escolar passou como um pesadelo; hoje é apenas a recordação de épocas tristes que já não voltam.

Ainda que não vigente com a mesma perfeição de coerência que na Holanda, o princípio de repartição proporcional é também aplicado nas legislações da *Bélgica* e da *Inglaterra,* e, em conseqüência dos tratados que se seguiram à grande guerra, ou das próprias constituições, na *Hungria,* na *Tchecoslováquia,* na *Grécia,* na *Áustria,* na *Bulgária* e na *Iugoslávia*. É-nos impossível descer a pormenores, próprios de cada um dêstes países.

Não queremos, porém, passar em silêncio a situação jurídica do ensino religioso em algumas nações que passaram, nestes últimos anos, por uma profunda renovação política e social.

A primeira é a *Polônia*. Após um século e meio de sofrimentos e opressões, o povo mártir recobrou a soberania perdida. Na reorganização social e política do país, com as ingentes dificuldades fáceis de prever, a instrução pública em todos os seus ramos atraiu as mais constantes solicitudes do govêrno. Em pouco mais de 10 anos os resultados obtidos foram, deveras, consoladores. De 1921 para cá construíram-se 6.126 edifícios escolares. A proporção dos meninos de idade escolar que freqüentavam a escola era em 1921 de 66%; em 1927-28 eleva-se a 92%; em 1928-29 a 95,3%. O combate ao analfabetismo foi intenso e eficaz. Na Polônia submetida à Rússia, onde em 1910-11 apenas 370.000 crianças

freqüentavam a escola primária, há hoje uma população escolar de mais de um milhão e meio (34).

Mas os reorganizadores da Polônia não se deixaram fascinar pela ilusão de um super-intelectualismo ingênuo e antiquado. Não se conserva nem se regenera um país com a simples alfabetização dos seus filhos. Uma publicação de caráter oficioso indica-nos os princípios que nortearam o Ministério da Instrução Pública. "O fim do ensino que se teve em mira foi despertar e desenvolver as faculdades do espírito sem descuidar os conhecimentos fundamentais, mas limitando-lhes a quantidade em proveito da profundidade e da exatidão. Além das faculdades do espírito, o ensino deve outrossim despertar e desenvolver sistemàticamente as fôrças físicas e morais, dar habilidade e valor; deve ser não sòmente instrutivo senão também educativo. O elemento educativo, coordenado com a ação fora das horas de aula, deve manifestar-se na escolha das matérias e dos métodos de ensino. Cada matéria em particular e a maneira de tratá-la, bem como a sua coordenação, devem contribuir para fortalecer a saúde física, formar o caráter, torná-lo firme e sereno, elevar o nível moral, ampliar a consciência social, cultivar o patriotismo, o sentimento dos deveres cívicos, o sentimento da solidariedade humana e dos ideais religiosos" (35). Assim é: uma escola que pretende realmente *educar* o homem não lhe pode esquecer a formação *moral* e *religiosa*. E por isso a *Constituição* polaca de 17 de março de 1921, com o seu art. 120, consagrou solenemente a importância e necessidade do ensino religioso. Eis textualmente o citado artigo: "Em todo estabelecimento de instrução, cujo programa comporta a formação de jovens abaixo de 18 anos, e que é mantido

(34) Cfr. CASIMIR SMOGORZEWSKI, *L'instruction publique en Pologne*, Paris, 1930.

(35) *L'instruction publique en Pologne*, Varsóvia, 1925, pp. 9-11. Cit. por C. SMOGORZEWSKI, op. Laud, p. 8.

total ou parcialmente pelo Estado ou pelas coletividades autônomas, o *ensino religioso é obrigatório para todos os alunos*. A direção e fiscalização dêste ensino pertencem à autoridade religiosa interessada, sob reserva do direito superior de inspeção que pertence às autoridades escolares do Estado."

No ensino primário e no secundário, que abrange complexivamente 12 anos, duas horas por semana são consagradas ao estudo da religião. No ensino superior, o estudo da religião é feito principalmente nas faculdades de teologia católica que existem em tôdas as universidades, exceto na de Poznan.

Em virtude das disposições do art. 120, e a fim de determinar as condições do ensino religioso para as famílias católicas, que constituem a maioria da população, o govêrno polaco entrou em relações com a Igreja. Os resultados destas negociações foram inseridos na Concordata concluída a 10 de fev. de 1925, entre a S. Sé e a Polônia. Transcrevo literalmente o art. XIII para deixar aos textos legais tôda a eloqüência de sua significação.

"1.º Em tôdas as escolas públicas, com exceção das escolas superiores, o ensino religioso é obrigatório. Êste ensino será dado à juventude católica por mestres nomeados pelas autoridades escolares, que os escolherão exclusivamente entre as pessoas autorizadas pelos Bispos a ensinarem religião. As autoridades eclesiásticas competentes inspecionarão o ensino religioso no que concerne ao seu conteúdo e à moral dos docentes. No caso em que o Bispo retirasse a um docente a autorização que lhe havia dado, êste será, *ipso facto*, privado do direito de ensinar religião. Os mesmos princípios, que se referem à escolha e revogação dos docentes, aplicar-se-ão aos professôres, agregados e adjuntos universitários das facul-

dades de teologia católica (Ciências eclesiásticas) das Universidades do Estado" (36).

No ano seguinte, um decreto do Ministro da Instrução Pública, Casimiro Bartel, datado de 9 de dezembro de 1926, precisava as condições de funcionamento do ensino religioso. Eis as principais disposições dêste documento, que recebeu sem reservas a aprovação do Episcopado polaco:

"1) Em conformidade com o art. 120 da Constituição polaca de 17 de março de 1921 e com o art. XIII da Concordata concluída entre a S. Sé e a República polaca, o ensino da religião é obrigatório para os alunos católicos em tôdas as escolas do Estado e nas escolas particulares dotadas de direitos "de ginásio" plenos ou restritos.

2) O bispo tem direito de visita e inspeção, direito que pode exercer por si ou por sacerdotes por êle designados e cujos nomes serão comunicados às autoridades escolares...

. . . . . .

7) As práticas religiosas da juventude católica fazem parte da sua instrução e educação religiosa. Todos os alunos são obrigados a tomar parte nelas. As práticas religiosas obrigatórias para a juventude escolar são reguladas pela autoridade religiosa de acôrdo com o Ministério dos Cultos e da Instrução Pública e as autoridades escolares interessadas.

As práticas religiosas obrigatórias são as seguintes:

a) Serviço divino comum, na Igreja, nos domingos e dias de festas, e no princípio e encerramento do ano escolar.

b) Cada ano, retiro em comum, por três dias.

c) Confissão e comunhão em comum três vêzes no ano (no começo e no fim do ano, e depois do retiro).

(36) Texto oficial da Concordata na *Acta Apostolicae Sedis*, t. XVII (1925), pp. 277-278; em A. GIANNINI, *I concordati postbellici*, p. 137.

d) Oração em comum prescrita pelas autoridades religiosas, antes e depois de cada aula.

. . . . . .

9) No orçamento anual de cada escola de nível médio inscreve-se certa soma destinada às necessidades do ensino religioso. A importância desta soma é fixada de acôrdo com as prescrições que regulam as despesas gerais da escola.

10) Uma parte do ensino do canto é consagrada obrigatòriamente ao ensino do canto religioso".

Eis com que cuidado, diligência e espírito de conciliação e respeito às consciências se tratam as questões de ensino religioso por outros povos, solícitos em conservar o patrimônio espiritual de que vivem as almas.

Na Polônia os católicos constituem a maioria, 75% da população. Na *Romênia*, representam uma fração muito limitada, cêrca de 15%. Pela anexação da Bessarábia, Bucovina, Transilvânia, Maramuresh, Chrishana, Banat às antigas províncias da Valáquia, Moldávia, Oltênia e Dobrodgea, a população do país cresceu de mais do dôbro, e hoje com os seus quase 20 milhões de habitantes a Romênia representa uma influência de primeira importância no equilíbrio da Europa oriental. Também aqui, com a necessidade de profundas reorganizações sociais, o govêrno sentiu o dever e a importância de regular as questões de ensino religioso, de modo que não se violassem os direitos da consciência católica. Após longas negociações diplomáticas entre a S. Sé e o govêrno rumeno, foi concluída uma Concordata a 10 de maio de 1927 e trocados os instrumentos da ratificação a 7 de julho de 1929. Dêste documento solene de direito internacional transcrevemos na íntegra o art. XX, que se refere precisamente ao que nos interessa.

"Art. XX. § 1. A Igreja católica tem o direito de dar instrução religiosa aos alunos católicos em tôdas as escolas

públicas e particulares do Reino; esta instrução lhes será dada na língua materna.

§ 2. Nas escolas secundárias do Estado, freqüentadas em maioria por alunos católicos, o ensino da religião será dado por mestres católicos, sacerdotes ou leigos, nomeados de comum acôrdo pelo Bispo e pelo Ministério da Instrução Pública e pagos pelo Govêrno em conformidade com as leis em vigor.

§ 3. Nas escolas primárias do Estado, freqüentadas em maioria por alunos católicos, o ensino da Religião Católica será dado por um sacerdote designado pelo Bispo, e na falta de sacerdotes, por um leigo católico, que poderá ser o mestre-escola, contanto que seja reconhecido idôneo pelo Bispo.

§ 4. Se o Bispo informar o ministério que o mestre de religião não é idôneo, por motivos de doutrina ou moralidade, o mestre será obrigado a deixar imediatamente o ensino e proceder-se-á a nomeação do seu sucessor em conformidade com os §§ 2 e 3.

§ 5. Nas escolas do Estado, o programa de ensino religioso, para os católicos, será redigido pelo Bispo e comunicado ao ministério competente.

§ 6. Os textos escolares deverão ser igualmente aprovados pelo Bispo, que terá outrossim o direito de inspecionar o ensino dado nas mesmas escolas" (37).

Terminemos esta breve excursão no domínio da legislação escolar comparada com o exemplo da *Itália*. Pela sua situação geográfica mais próxima de nós, pelas afinidades estreitas de raça latina, de cultura ocidental, de quase totalidade católica da população, pelo maravilhoso surto econômico, social e político dêste último decênio, o estudo das

(37) Texto oficial da Concordata, na *Acta Apostolicae Sedis*, t. XXI (1929), pp. 449-450. Tôda a Concordata e documentos anexos, pp. 441-456.

suas profundas remodelações oferece-nos, em todos os campos, um interêsse de importância primordial. O estadista incontestàvelmente genial — tenha embora as suas deficiências e os seus erros — que há quase 10 anos lhe dirige os destinos, reconheceu com a sua profunda clarividência que a prosperidade econômica e a grandeza material de um povo só lhe poderão vir a ser funestas quando desacompanhadas da elevação moral das almas que condiciona a estabilidade e a paz de qualquer vida social. A honestidade das consciências individuais e a solidez das tradições domésticas, que se alimentam uma e outra na profundidade do sentimento religioso, são as bases insubstituíveis sôbre as quais pode elevar-se a grandeza de uma nação. Mussolini percebeu-o e para a defesa e restauração da moral, da família e da religião, volveu a solicitude de seu govêrno e a energia de suas decisões. Estamos assim diante de uma revolução de almas; sem ela, as outras, as políticas e militares, cedo ou tarde degeneram em anarquia.

Restringindo-nos ao ponto que nos interessa, lembramos que o ensino religioso legalmente nunca fôra ab-rogado na Itália. O art. 315 da lei Casati (1859), que o ordenava, como matéria obrigatória, permanecia ainda em vigor. De fato, porém, alguns decretos ministeriais posteriores, mal interpretados por autoridades escolares anti-clericais, haviam na prática, desterrado o catecismo de muitos municípios do Reino. Com o advento do fascismo, o senador-filósofo Gentile, elevado a ditador da instrução pública, reintegrou (10 de janeiro de 1924) o ensino religioso católico, como matéria obrigatória e parte essencial dos programas em tôdas as escolas primárias do govêrno.

Na nova reforma da instrução pública escreve o ministro guarda-sigilos A. Rocco: "Dalla scuola agnostica, *priva di contenuto morale, senza idealità,* pura fornitrice di nozioni, che lo Stato liberale democratico aveva creato, uscì la scuola *educatrice,* non solo dell'intelletto ma dell'*animo,*

con un *suo contenuto religioso* e nazionale, formatrice dell'italiano nuovo, degno della nuova storia di Italia, capace di comprenderla e di realizzarla" (38).

O acôrdo de Latrão, estipulado em 1929 entre o Vaticano e o Quirinal, veio ampliar e consagrar com a solenidade do direito internacional os benefícios da Reforma Gentile. Ainda uma vez deixemos, sem comentários, à singeleza dos textos oficiais, tôda a importância do seu significado.

Art. 36 da Concordata entre a S. Sé e a Itália: "A Itália considera fundamento e coroa da instrução pública o ensino da doutrina cristã, segundo a forma recebida pela tradição católica. E por isto concorda que o ensino religioso, ministrado nas escolas públicas elementares, tenha ulterior desenvolvimento nas escolas médias, de conformidade com os programas a estabelecerem-se de acôrdo entre a S. Sé e o Estado.

Êste ensino será dado por mestres e professôres, sacerdotes ou religiosos, aprovados pela autoridade eclesiástica, e subsidiàriamente por mestres e professôres leigos, munidos para êste fim de um certificado de idoneidade, passado pelo Bispo diocesano. A revogação do certificado por parte do Bispo priva, sem mais, o professor da capacidade de ensinar.

Para o ensino religioso nas escolas públicas só serão adotados os livros de texto aprovados pela autoridade eclesiástica" (39).

A Itália pacificada, a Itália que já vai marchando na vanguarda das nações latinas, integrou-se plenamente nas suas tradições religiosas.

(38) ALFREDO ROCCO, *La trasformazione dello Stato*, Roma, 1927, p. 10.

(39) Texto oficial da Concordata na *Acta Apostolicae Sedis*, t. XXI (1929), p. 291.

Resumindo os resultados adquiridos neste rápido estudo, verificamos que, com exceção de dois ou três países, o ensino religioso existe em tôdas as legislações escolares do velho mundo. Os regimes são vários, adaptados à diversidade das condições históricas e religiosas de cada nação, mas os princípios jurídicos que os informam são fundamentalmente idênticos e podem reduzir-se aos seguintes:

1.º) Direito natural e inalienável dos pais a dirigirem a educação dos filhos e, portanto, a terem escolas em harmonia com as exigências de suas convicções religiosas;

2.º) Dever correlativo do Estado de respeitar a liberdade de consciência das famílias e pôr à disposição delas escolas capazes de ministrar uma educação ético-religiosa em conformidade com os seus direitos.

Esquecer êstes princípios é justificar o absolutismo do Estado e implantar a mais insuportável das tiranias. Jurìdicamente, o laicismo é uma injustiça e um sistema irritante de opressão das liberdades espirituais.

CAPÍTULO IV

O ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL

A Constituição de 1891

O § 6 do art. 72 da Constituição de 1891 diz: "Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos."

Com esta disposição constitucional proscreve-se qualquer ensino religioso dos institutos oficiais de educação?

Sim, responde, no seu empirismo ilógico e injustificável, a prática precipitadamente adotada nos primeiros dias da República em quase todos os Estados da federação.

Não, ensina, com os princípios de uma exegese mais racional e coerente, a lição dos grandes mestres de nosso direito constitucional.

Já em 1883, sob a influência da campanha recente de laicismo sectário empreendida em França por J. Ferry, RUI BARBOSA propugnava, no seu célebre *Parecer sôbre a Reforma do Ensino Primário,* a laicidade do ensino, incluída mais tarde na Constituição, de que é êle o principal autor e o mais abalizado intérprete. Ainda assim, precisamente no Art. 1, em que propõe a laicização das escolas, o grande mestre do direito pátrio inclui expressamente o ensino religioso com êstes têrmos: "O ensino religioso será dado pelos ministros de cada culto, *no edifício escolar,* se assim o requererem os alunos *cujos pais o desejem,* declarando ao professor, em horas que *regulamentarmente* se determinarão, sempre posteriores às das aulas, mas nunca durante mais de

quarenta e cinco minutos cada dia, nem mais de *três vêzes por semana*" (1).

Tal era Rui, ainda nas verduras de sua mocidade. Mais tarde, no célebre discurso do Colégio Anchieta, voltou com mais energia a insurgir-se contra qualquer interpretação agnóstica, atéia e deformadora da nossa Magna Carta. "Há, por aí, uma feição peculiar de radicais, emanações da França voltairiana, da França revolucionária, da França jacobina, da França comtista, que imaginam engendrar a teoria de uma constituição à luz das tendências francesas, das reações francesas, das idiossincrasias francesas". Amadurecido pelos anos e pela experiência mais profunda dos homens e das coisas, convencido do papel transcendente que, na vida moral dos povos, desempenham as grandes realidades espirituais, Rui apontava na profundidade esclarecida do sentimento religioso o mais seguro baluarte da moralidade, da ordem e do progresso de uma nação. Citemos esta bela página, que se meditará com tanta oportunidade no momento atual: "Não é a soberania do povo que salva as repúblicas. Não são as urnas eleitorais que melhoram os governos. Não é a liberdade política que engrandece as nações. A soberania constitui apenas uma fôrça, a grande fôrça moderna, entre as nações embebidas na justa aspiração de se regerem a si mesmas. Mas essa fôrça popular há mister dirigida por uma alta moralidade social. As eleições mudam os governos mas não os reformam. As liberdades políticas não têm por objeto satisfazer a vaidade dos cidadãos, entregando-lhes em frações dispersas o cetro do poder. O verdadeiro destino destas liberdades está em revestirem e abroquelarem as liberdades civis, isto é, os direitos da consciência, da família e da propriedade. Essas três categorias de direitos ancoram na palavra divina, a saber, na divina

(1) RUI BARBOSA, *Reforma do Ensino Primário,* Parecer e Projeto, Rio de Janeiro, 1883, p. 350.

constituição do homem. Mas só os povos religiosos os têm definido e praticado sèriamente, ao menos no que respeita à consciência e à família. Só entre êles o santuário é inviolável. Só entre êles a mulher não pára em débil instrumento de outro sexo... As formas políticas são vãs, sem o homem que as anima. É o vigor individual que faz as nações robustas. Mas o indivíduo não pode ter essa fibra, êsse equilíbrio, essa energia que compõem os fortes, senão pela consciência do seu destino moral, associada ao respeito dêsse destino nos seus semelhantes. Ora, eu não conheço nada capaz de produzir na criatura humana em geral êsse estado interior, senão o influxo religioso. Nem o altruísmo reflexivo dos filósofos, nem o inconsciente altruísmo dos indiferentes são compatíveis com as qualidades de ação, resistência e disciplina essenciais aos povos livres. Os descrentes, em geral, são fracos e pessimistas, resignados ou rebeldes, agitados ou agitadores. Mas ainda não basta crer: é preciso crer definida e ativamente em Deus, isto é, confessá-lo com firmeza e praticá-lo com perseverança" (2). No momento em que alguns espíritos assustadiços querem ver, no decreto que vem revigorizar as energias da consciência religiosa da nação, uma ameaça às instituições republicanas, não era inoportuno lembrar essa página profunda do autor da nossa constituição e do mais genial dos fundadores da República.

Com o ensinamento de RUI BARBOSA concorda o de PEDRO LESSA, que é um dos astros de primeira grandeza no firmamento das nossas letras jurídicas. Também êle julga incompatível com a liberdade de consciência uma interpretação que excluísse das escolas oficiais a instrução religiosa. A sua afirmação é decisiva: "As escolas completamente

(2) RUI BARBOSA, *Discurso proferido no Colégio Anchieta,* em Nova Friburgo. Na Plataforma lida no Politeama baiano em 15 de janeiro de 1910, Rui volta a afirmar ainda uma vez a sua exegese constitucional, favorável ao ensino religioso nas escolas públicas.

leigas, das quais foi banido todo o ensino religioso, com razão observa Carlier, constituem uma ofensa ao princípio da liberdade religiosa" (3). E quando em 1914 o Dr. MÁRIO DE LIMA publicava um estudo sôbre o assunto, defendendo a genuína interpretação do nosso texto constitucional, o velho mestre, em carta ao autor, frisava a harmonia das idéias nestes têrmos: "Pôsto que divergindo do meu jovem e distintíssimo amigo quanto às idéias filosóficas, *estou plenamente concorde no que respeita à interpretação da nossa lei fundamental na parte concernente à liberdade de consciência e ao ensino escolar*" (4).

Ao lado de Rui Barbosa e Pedro Lessa poderiam ainda aduzir-se outros nomes de constitucionalistas acatados nos nossos meios jurídicos. ARAÚJO CASTRO observa judiciosamente: "Se quase tôda a população do Brasil é católica, se quase tôda essa população contribui para o erário público, que mal haveria em que, à custa dêste, fôsse, com o caráter facultativo, ministrado o ensino católico" (5). FILINTO BASTOS conclui o seu estudo sôbre o assunto com estas palavras sensatas: "Como dissemos, nenhuma razão política, nenhuma conveniência social, justifica a laicidade do ensino

(3) PEDRO LESSA, *Dissertações e polêmicas,* Estudos jurídicos, Rio, 1909, p. 22. E concluindo o seu estudo observa: "Se tôdas as confissões ou religiões, fundadas nos princípios fundamentais do cristianismo, têm direito a uma proteção igual, nunca se poderá censurar o legislador que, respeitando o princípio da igualdade, propulsar, entre nós, o desenvolvimento do catolicismo; porquanto devemos dizer dêle o que do cristianismo, em geral, repetem freqüentíssimamente todos os bons publicistas norte-americanos: se não é hoje a nossa religião oficial ou legal, é inquestionàvelmente a *religião nacional* do Brasil", p. 23. — O Decreto de 1931 fica ainda aquém do desideratum de Pedro Lessa, que não era católico mas sabia falar com a serenidade e objetividade dos espíritos superiores.

(4) Cit. pelo Dr. MÁRIO DE LIMA, *O bom combate,* Belo Horizonte, 1929, p. 300.

(5) ARAÚJO CASTRO, *A reforma constitucional,* Rio, 1924, p. 194.

público em um país de povo cristão, melhor, de povo católico... Não há filosofia que justifique a manutenção de um estado ateu, sem moral religiosa" (6). Já deixamos registrada a opinião do Dr. PONTES DE MIRANDA sôbre o ensino leigo.

Entre os estadistas contemporâneos citemos apenas dois nomes conhecidos em todo o Brasil. O primeiro é o do Dr. ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADA E SILVA, que, dois dias antes de tomar posse do govêrno de Minas Gerais, declarava no discurso proferido em Barbacena: "O Estado leigo afeta aos pais de família êsse importante aspecto da educação infantil; *mas eu entendo que lhe é vedado ir até o extremo de proibir o ensino religioso nas escolas, desde que em tal sentido se verifique o pronunciamento expresso e iniludível dos que, pais ou tutores, respondem diretamente pelo destino da criança.* Um povo em cujo meio falte ou desfaleça o espírito religioso está fadado a viver sem ideais e, portanto, a existir sem os únicos móveis que, em verdade, justificam e nobilitam a vida" (7).

Um ano antes, em outubro de 1925, o Dr. JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS, um dos estadistas de mais ampla envergadura intelectual do Brasil contemporâneo, afirmava, sem tergiversação, a propósito das emendas religiosas: "Nada, na Constituição vigente, impede que, sem prejuízo dos programas pedagógicos, e a pedido dos pais, seja ministrado nos próprios edifícios escolares o ensino religioso. ... Se se verificasse acaso que existem dúvidas sôbre a ortodoxia constitucional de tal modo de agir, sem hesitação se deveria, então, aprovar a exegese da lei e tornar bem claro que é perfeitamente lícito o que a emenda propôs. Sua formulação

(6) FILINTO BASTOS, *Manual de direito público*, Bahia, 1914, p. 404.

(7) *"Minas Geraes"*, de 7 de setembro de 1926 — Cf. MÁRIO DE LIMA, op. cit., p. 286.

foi absolutamente liberal... não há privilégio para credo algum; a vontade das famílias é acatada" (8).

E as citações poderiam multiplicar-se sem dificuldade. Não há, portanto, nenhum exagêro em afirmar a existência de uma tradição jurídica, das mais venerandas pelo número e autoridade dos que a compõem, inequìvocamente favorável à compatibilidade entre o ensino religioso, ministrado sem caráter obrigatório, e a qualidade leiga dos institutos oficiais de instrução.

Com a alegação dêstes nomes acatáveis não queremos apenas aduzir o pêso de autoridades abalizadas. A convergência de suas opiniões resulta da própria exegese racional da nossa combalida Magna Carta, que a todos assegura, do modo mais amplo, a liberdade de consciência. Ora, já o dissemos e provamos mais de uma vez, o ensino leigo, com exclusão da instrução religiosa, fere, pelo menos, a consciência das famílias católicas. Impor sem distinção a todos os pais um ensino agnóstico, que muitos dêles repelem, é manifestamente lesar os direitos espirituais, num dos pontos tão delicados para a consciência das famílias, como a educação dos próprios filhos. Só a faculdade de ministrar a formação religiosa aos que a desejarem, sem a ela constranger os que não a quiserem, concilia numa fórmula compreensiva e ampla o respeito de todos os direitos. Nos ardores juvenis do seu liberalismo, já o reconhecia RUI BARBOSA em 1883: o substitutivo "submetendo à mesma condição dissidentes e católicos, oferecendo a todos a escola mista e a todos abrindo, para a instrução religiosa, distribuída pelos representantes diretos de cada culto, o edifício escolar, assegura a tôdas as crenças mútuo respeito e completa liberdade" (9).

(8) J. P. CALÓGERAS, *Res Nostra*, S. Paulo, 1939, p. 239.

(9) RUI BARBOSA, *Reforma do ensino primário*, Rio, 1883, p. 97. Quem desejar mais amplamente desenvolvido êste ponto de exegese

Só a hermenêutica defendida pelos grandes luminares acima citados livraria a nossa Constituição desta antinomia interna entre todo o espírito que a informa e um dos dispositivos particulares do art. 72.

Não temos nenhum fetichismo pela Constituição de 1891. Não há hoje quem não lhe reconheça os inumeráveis defeitos, alguns bem graves. Entre êstes, ocupa sem dúvida um dos primeiros lugares o seu laicismo exagerado. A Constituição desconheceu, por completo, as condições históricas de nossa formação nacional e menosprezou a conservação das grandes realidades espirituais que alimentam, conservam, e desenvolvem a vida dos povos. Dêste vício original, como de causa primeira e mais profunda, provieram todos os males que hoje impendem, com a gravidade de uma ameaça, sôbre os destinos da nossa pátria.

Se nos detivemos alguns instantes em mostrar a possibilidade do ensino religioso nas escolas oficiais, dentro das antigas normas constitucionais, foi apenas para tranqüilizar a consciência alvorotada dos amoucos supersticiosos e intratáveis da obra legislativa de 1891. Nossa tese é outra; não nos prendemos fanàticamente a nenhuma velharia "intangível", que comprometa os bens superiores da grandeza nacional. O ensino religioso é um direito individual intangível das consciências, é uma necessidade suprema para a vida moral do país. Se com êle se concilia a nossa Carta de 1891, tanto melhor; se não, corrija-se-lhe imediatamente êste êrro fundamental.

O decreto de 30 de abril de 1931

A esta situação deplorável em que se menosprezavam tantos direitos imprescritíveis e se sacrificavam tantos interêsses vitais da nação, veio pôr têrmo feliz o decreto de 30 de abril de 1931, que faculta o ensino religioso nos estabelecimentos oficiais de ensino primário, secundário e normal.

Na exposição de motivos que o precede, o Exmo. Sr. Ministro da Educação resume em poucas frases as linhas fundamentais do direito escolar, por tanto tempo desconhecidas entre nós. A movimentação do pensamento, que se desenvolve em concatenações lógicas, rigorosamente articuladas, pode compendiar-se nesta série de proposições inegáveis: 1.º) O fim da escola é educar, isto é, formar o homem; 2.º) não é possível formar o homem sem um ideal de sua natureza e de seus destinos, isto é, sem uma concepção ético-religiosa da vida; 3.º) uma concepção ético-religiosa da vida não a pode ditar o Estado, máxime um Estado leigo, sem violar o direito natural dos pais à educação dos filhos; 4.º) o ensino religioso, determinado pela vontade das famílias, impõe-se, portanto, com a dupla necessidade de uma exigência pedagógica infrustrável e de um respeito jurídico às liberdades espirituais dos cidadãos.

A seguir, com uma rica messe de documentos justificativos (que utilizamos também nós, nestas modestas páginas) demonstrava-se, à luz da legislação comparada, quão distante se achava o nosso regime escolar do da quase totalidade dos países civilizados.

O decreto — digamo-lo com tôda a lisura da nossa sinceridade — não inferiu coerentemente tôdas as conseqüências das premissas estabelecidas na exposição de motivos. Aqui e ali se lhe podem notar senões; entre a magnitude da reforma introduzida e a ausência indispensável de maior estabilidade jurídica observa-se uma desproporção incontestável. São defeitos que ressaltam à vista e mostram que a obra, de primeiro jato, não foi levada à sua perfeição definitiva. O próprio Govêrno, com a sinceridade de seus propósitos e a clarividência de seus intuitos, encarregar-se-á, com o tempo, de preencher-lhe as lacunas e adicionar-lhe o

constitucional pode consultar os vários estudos do DR. MÁRIO DE LIMA, enfeixados nas duas obras: *A escola leiga e a liberdade de consciência,* Belo Horizonte, 1914, e *O Bom Combate,* Belo Horizonte, 1929. São trabalhos sólidos, serenos e irrespondíveis.

complemento que as circunstâncias do momento atual não permitiram fôssem incorporados na primeira redação.

Tal qual, porém, se acha, ainda com as suas imperfeições, o documento marcará época na história do nosso povo e constituirá talvez, para o Govêrno Provisório, o maior título de benemerência à gratidão nacional. Não é, pois, de maravilhar que de todos os Estados, num movimento popular, desacostumado na apatia das nossas massas, afluíssem as mais sinceras expressões de aplausos e por tôda a parte se multiplicassem manifestações de regozijo.

Não faltaram outrossim as vozes discordantes de alguns protestos. Percorrendo-os, não se pode ocultar a mais dolorosa impressão de superficialidade. Nenhum dos reclamantes — pelo menos dos muitos que me caíram sob os olhos — elevou-se à altura da questão discutindo serenamente o decreto nos seus múltiplos aspectos pedagógicos, jurídicos e sociais. Alguns até mostraram ou que o não leram ou que bem depressa se lhes varreu da memória o conteúdo com suas razões justificativas. O que, porém, com uma transparência visível aos olhares menos perspicazes, se entrevia em quase todos era a tenacidade de um preconceito que não discute; era a reação de paixões menos confessáveis que se aferravam, desesperadas, ao que pudesse parecer-lhes uma sombra de argumento; era o desconhecimento dos dados mais elementares da questão, a demonstrar, de modo evidente e inesperado, que, durante 40 anos, o nível da nossa instrução religiosa se conservara a zero.

Não discutiremos, por miúdo, êstes protestos. Resumiremos os motivos mais freqüentemente alegados contra a nova disposição, acrescentando-lhes uma crítica em duas palavras. Nosso intuito não é provocar polêmicas pessoais, quase sempre irritantes e improfícuas, mas discutir serenamente idéias.

*
**

Como era de esperar, a tecla mais batida foi a da *liberdade de consciência* que o novo decreto vinha ferir. — Nunca se usou e abusou tanto da sonoridade de uma palavra, esvaziando-lhe todo o conteúdo real. Protestou-se em todos os tons, em nome da liberdade, mas em que e como se achava ela ofendida, foi o que nem sequer se tentou demonstrar. E seria bem interessante ouvir uma prova de que era contrária à liberdade de consciência uma disposição legal que não impunha *nenhuma obrigação* e deixava a cada família o arbítrio de *escolher* para os seus filhos a educação — leiga ou religiosa — que bem lhe aprouvesse. O regime anterior que *obrigava* a todos os pais a submeterem-se a uma pedagogia agnóstica — regime de liberdade! O novo, que lhes *faculta a escolha* do ensino religioso ou do ensino leigo — regime de opressão das consciências! Parece incrível! Mas foi sempre assim: para ilaquear os ingênuos, que não refletem, e seduzir as turbas, que não pensam, não há como florear a palavra mágica de liberdade e acusar os católicos de intolerantes!

Outros protestaram em nome da *separação oficial da Igreja e do Estado*. — Deplorável confusão de idéias! Ensino religioso e união entre o Estado e a Igreja são questões distintas, cuja solução se baseia em princípios diversos. Das relações oficiais entre os dois poderes, temporal e espiritual, não é para aqui o dissertar longamente. Do ensino religioso, repetimos que depende apenas do mais elementar respeito à liberdade espiritual das famílias, e se impõe, sem distinção, a todos os governos livres, monárquicos ou republicanos, aristocráticos ou democráticos, unidos à Igreja ou dela separados. Ensina-se religião católica aos filhos de famílias católicas na Alemanha e na Inglaterra, na Holanda e na Romênia. E quem se lembrou por lá de combater essa dis-

posição legislativa em nome da separação oficial entre o govêrno e o catolicismo?

Pouco diferente da objeção anterior é a tirada da distinção *entre o temporal* e o *espiritual,* também ela batida em muitos protestos até ao cansaço. — Se com esta fórmula nada mais se quer dizer que a separação entre a Igreja e o Estado, a dificuldade já ficou resolvida acima. Em qualquer outra acepção implica a mais desastrosa heresia que, em matéria pedagógica, se possa escrever. Senão, respondam-me êstes senhores: a que domínio pertence a educação de um homem, ao temporal ou ao espiritual? Formar uma consciência, preparar uma existência humana para as realidades da vida, para o cumprimento de seus deveres domésticos, cívicos e profissionais é tarefa que se possa comparar à fabricação de tecidos ou manipulação de drogas? Se há campo em que a vida superior do espírito imponha a totalidade de suas exigências é a formação de um homem, de seu caráter, de sua vontade, de sua consciência. Ou a escola, negando-se a si mesma, renuncia à sua missão essencial de educar, ou nela o espiritual e o temporal devem colaborar na mais estreita e ininterrupta harmonia. Que as duas esferas sejam *distintas,* compreende-se; que se devam *separar,* nada mais irracional. Como a criança não pode ser, com um juízo de Salomão, bipartida em corpo e alma, ficando a alma em casa e indo o corpo para a escola, assim na sua educação não se pode separar a formação espiritual, intelectivo-ético-religiosa, da sua atividade externa. A primeira é a alma da segunda.

O que há de verdade no fundo da objeção é que o poder temporal, concretizado no Estado, não pode impor às consciências uma visão espiritual da vida determinada num credo religioso. Mas é precisamente nesta exorbitância que incidia o estado leigo, forjando as almas das crianças que lhe eram confiadas, segundo os moldes de uma pedagogia

agnóstica. É com esta invasão indevida do poder civil na esfera espiritual que vem acabar o regime inaugurado pelo decreto de 1931. Agora, já o Estado não impõe às famílias um sistema educativo que só se justifica numa determinada concepção religiosa ou arreligiosa da vida; respeita lealmente as fronteiras do espiritual, deixando aos pais a escolha em matéria que não depende dos poderes públicos. Só o ensino religioso, não compelido, mas livremente aceito, concilia as exigências da pedagogia com a distinção legítima entre o espiritual e o temporal. Agora, sim, é que cessou a confusão.

As igrejas evangélicas reunidas em congresso no Rio apelaram para outro princípio. Reconhecendo a importância e necessidade do ensino religioso e moral, opinaram contudo que não deveria êle ministrar-se nas escolas públicas mas nas igrejas e nas escolas paroquiais.

Poderíamos levantar objeções muito sérias contra a autenticidade protestante dessa doutrina, invocada agora como "Deus ex-machina" contra o decreto recém-firmado pelas mais altas autoridades do Govêrno. Poderíamos lembrar que a doutrina e a prática da *quase totalidade dos países de maioria protestante* infligem ao argumento aduzido pelo congresso evangélico o mais doloroso desmentido. Na Suécia, na Noruega, na Dinamarca, o ensino religioso é incluído como disciplina integrante dos programas oficiais e a única religião ensinada é a luterana, havendo para os católicos faculdade de dispensa. Na Alemanha o art. 149 da nova Constituição de Weimar prescreve: "A instrução religiosa é matéria ordinária de ensino (*ordentliches Lehrfach*) nas escolas". A Inglaterra e a Holanda, dos cofres públicos, alimentam e sustentam as escolas religiosas e confessionais.

Mais ainda. Em quase todos êstes países, quando se discutiu a questão escolar, os protestantes mais fervorosos uniram-se aos católicos para defender a conservação ou a readmissão do ensino religioso nos estabelecimentos oficiais

de ensino. É o que se tem dado, repetidas vêzes, na Alemanha. Na Holanda, a lei atual, considerada como o mais acertado modêlo de regime escolar, foi votada quando na pasta da Instrução se achava um protestante e reuniu, no Congresso, a unanimidade dos sufrágios de católicos e reformados de todos os matizes. Na Inglaterra há muitos anos que a Alta Igreja Anglicana forma ao lado da jerarquia católica para defesa da escola religiosa. Como explicar esta atitude do congresso evangélico, contrária à unanimidade dos países do velho mundo em que predomina a influência do protestantismo histórico? A fonte onde se foi êle inspirar poderia sugerir muitas reflexões interessantes sôbre a psicologia e as finalidades da propaganda protestante no Brasil.

Mas não queremos desviar a atenção do ponto central do protesto. Suponhamos, por um instante, que seja exata a alegação do manifesto evangélico. Que se segue daí? Que esta é a *maneira de ver dos protestantes*. Mas nesta imensa Terra de Santa Cruz ainda há muita gente que não negou a fé dos seus antepassados e possui e afirma e reivindica o direito de pensar diversamente. Nesta inevitável divergência de idéias, a que podem sensatamente aspirar protestantes e não protestantes? A que a lei respeite a consciência de uns e de outros e não lhes ofenda os direitos de liberdade espiritual. *Foi precisamente o que fêz a nova disposição legislativa,* contra a qual se vem levantar tão inconsideradamente um protesto injusto. Opinam os protestantes que não se deve dar instrução religiosa nas escolas públicas? Pois bem; valham-se dos direitos concedidos pelo art. 2.º do decreto e peçam para os seus filhos dispensa dessa instrução que julgam deslocada. São ainda de parecer que a religião só se deve ensinar nos templos ou nos lares ou nas escolas paroquiais? Muito embora; organizem, como bem lhes apraz, o seu ensino evangélico; não será tampouco o decreto de 30 de abril que irá cercear essa liberdade. Por que, pois, protestar

contra uma medida legislativa *que não lhes toca sequer a sombra de um direito?* Deixem, porém, aos não protestantes, que são o Brasil quase todo, a liberdade e o direito de organizarem também êles, à sombra da lei, o ensino da religião em harmonia com as convicções de sua consciência. Pretender que a legislação escolar seja modelada à imagem e semelhança de idéias exclusivamente protestantes, querer transformar o regime educativo de um país em instrumento da opressão das consciências alheias, é uma atitude incontestàvelmente intolerante e antipática.

Quase idêntica à tática dos protestantes é a de outros, que, pôsto não ligados às seitas dissidentes, são contudo de parecer que só no *seio da família* é que se deve dar a formação religiosa. — A êstes responderemos: 1.º) se disto estão persuadidos, peçam dispensa do ensino religioso escolar para os próprios filhos e respeitem a liberdade dos que pensam de outro modo. 2.º) Semelhante afirmação é contrária às exigências mais elementares de tôda a sã pedagogia e principalmente da mais moderna. A escola é a continuação do lar; a atmosfera que se respira nos dois ambientes educativos deve ser idêntica; entre a formação da família e o seu complemento na escola não deve haver antagonismo mas harmonia resultante da mais homogênea continuidade. 3.º) Entrando diretamente no cerne da questão, advertimos que semelhante dificuldade só poderia ser sugerida pela mais completa incompreensão da importância e da amplitude do ensino cristão, e só lograria impressionar os ânimos num país, como o nosso, trabalhado pela mais profunda ignorância religiosa. Por que há escola? Por que não se encarregam os pais de ensinar aos seus filhos português e geometria, física e latim? Porque aos pais — dir-se-á imediatamente — faltam quase sempre tempo e competência para se desempenharem desta missão. Pois, pelos mesmos motivos, ensina-se religião não só em casa mais ainda na escola. Con-

cepção infantil esta, que reduz a formação religiosa de um homem às poucas orações que tão bem se aprendem nos joelhos maternos. A instrução cristã compreende um dogma e uma moral, uma história e uma liturgia, uma apologética e uma ascética. Tôdas as grandes questões que interessam a vida e a morte, desde a existência de Deus até ao conhecimento dos deveres de cada estado, são do seu domínio. Onde se poderá encontrar, em casa, o tempo indispensável para um ensino orgânico e eficaz de tôdas estas disciplinas? Como supor sensatamente que nas famílias — sobretudo na grande massa das famílias populares — se possa encontrar a competência indispensável para ensinar com exatidão tantas, tão elevadas e tão difíceis questões? — Bem interessante fôra ver de que modo se acolheria semelhante dificuldade em países como a Holanda e a Alemanha, onde em todo o curso primário se consagram 4 horas semanais, e durante o ginasial, que dura 8 a 9 anos, se dedicam ainda 2 horas por semana ao estudo da religião.

Outros tomam por um atalho. Sem encarar de frente a questão, em tôda a sua gravidade, comprazem-se em devanear conseqüências possíveis da introdução do ensino religioso nos nossos estabelecimentos de educação. Com a diversidade existente das confissões religiosas, pulularão as *discussões e atritos entre estudantes* com perturbação da disciplina escolar. Alguns, com lentes de poder ampliatório de muitos diâmetros, já vêem centenas de judeus nos nossos colégios e, com arrôjo de fantasia criadora, representam, nas salas dos nossos institutos de educação, sacerdotes, pastôres e rabinos a empenharem-se em discussões espetaculosas. — Quanta imaginação! Melhor fôra dizer com sinceridade que não se quer o ensino religioso porque... não se quer. Semelhantes razões são muito pobres. Saiamos um instante do Brasil. Há países mais religiosamente divididos do que a Holanda, a Alemanha, a Polônia ou a Romênia? Lá as

centenas de judeus ou protestantes não são um hipérbaton descompassado mas uma realidade demográfica e quem se lembrou de desterrar a religião do ensino por semelhante motivo? Nos ginásios alemães, alunos católicos e alunos protestantes separam-se para receber, em locais diferentes, a instrução religiosa do sacerdote ou do pastor e depois volvem pacìficamente à convivência escolar.

E era mister sair do Brasil? Os dois Estados em que os dissidentes representam uma proporção mais elevada são os de S. Catarina e do Rio Grande do Sul. Lá os ginásios oficiais do Estado foram confiados à direção de sacerdotes religiosos. Há anos que as duas aulas são franquiadas a católicos e a luteranos e, ministrando-se, como de costume, o ensino religioso, a quanto saiba, nunca houve necessidade da intervenção da polícia. A experiência do ensino religioso já está feita, entre nós, nos Estados de Minas e Sergipe. Onde a anarquia escolar?

Entremos, porém, no mais vivo da dificuldade. É exato que já existem na população brasileira grupos tão consideráveis, pertencentes a outros credos? Se assim é, deveremos viver socialmente uns ao lado dos outros, em boa harmonia. Ora, a escola é a preparação para a vida social; aprendam as nossas crianças a conviverem na sociedade escolar como hão de mais tarde conviver na sociedade civil: sem insultos nem injúrias, na dignidade de um respeito mútuo. Preencherá assim a escola uma das suas funções principais: preparar os meninos para as realidades da vida. E se houvesse algum instituto de ensino primário ou secundário, incapaz de incutir aos seus alunos êstes princípios elementares de boa educação e deferência recíproca, daria, com esta impotência, a mais triste cópia de sua capacidade pedagógica...

Para outros, êstes receios ampliam-se desmesuradamente e, dos limitados recintos da vida escolar, dilatam-se para o

imenso cenário da vida nacional. São as perspectivas de uma *luta religiosa* que se projetam nos horizontes do nosso futuro. E as expressões dêstes profetas de desventuras carregam-se sombriamente de tonalidades rubras. Já se prevêem lutas fratricidas, já se prognosticam cenas dolorosas de um novo México, em terras de Santa Cruz.

Seria interessante indagar a origem dêstes zelos pela nossa paz religiosa. Partem, quem o crera?, de protestantes, os maiores inimigos da nossa unidade religiosa, dêstes missionários, pagos pelo ouro estrangeiro, que se empenham numa propaganda dissolvente e não justificada por algum ideal religioso (proselitismo protestante em país católico é, na própria lógica interna do protestantismo, o mais visível dos contra-sensos), partem dêstes ministros "evangélicos" que nos seus jornais de propaganda, escritos numa linguagem trivial que só o ódio inspira, semeiam contìnuamente a discórdia na família brasileira, outrora tranqüila na unidade de uma fé que se identifica com o tesouro das mais gloriosas tradições nacionais. São êsses homens que agora vêem na faculdade de ensinar às crianças a religião dos seus pais a ameaça fúnebre de uma luta religiosa! Ah! sinceridade humana!

Ao lado dos protestantes outros cavalheiros que até hoje não encontraram o desassombro de denunciar no comunismo um dos perigos mais reais e iminentes à paz social e religiosa do país, agora, ante a perspectiva de se abrir o Evangelho às almas infantis e moldar-se-lhes a consciência no respeito à lei de Deus, impressionam-se com uma hiperestesia mórbida e julgam-se no dever de alarmar o país com os agouros de uma guerra de religião. Dois pesos e duas medidas, incompatíveis com a lealdade das atitudes integrais.

Ameaçam-nos de luta religiosa. Por quê? Luta religiosa provoca-se num país quando o govêrno, exorbitando das suas funções, violenta o santuário interior das consciências. É o

caso da Rússia e do México, onde se fecham templos, se desterram ou encarceram sacerdotes, se interdiz a administração dos sacramentos, se perseguem e vexam os indivíduos pelas suas convicções espirituais. Mas uma medida legal que não faz senão conceder às consciências religiosas — sem lesar as que o não são — a satisfação de uma das suas aspirações mais legítimas, como se poderá, com sinceridade, acoimar de provocadora de lutas religiosas?

Vejamos, fora do Brasil, os efeitos que, em outras nações, produziu, respectivamente, a introdução do laicismo e a do ensino religioso. Na Holanda, a grande lei que acabou, em 1880, com a escola leiga, conserva na história o nome glorioso de *lei da pacificação*. Desde essa data, cessou no pequenino país a questão escolar que tantas e tantas lutas e discórdias civis excita e fomenta nos poucos países que se obstinam em vexar as consciências cristãs, impondo-lhes a uniformidade injusta de um ensino que "no abandono da religião confere à incredulidade os privilégios recusados ao culto" (Rui Barbosa) (10).

Na Bélgica a laicização das escolas públicas, introduzida pelas leis de 1879, promulgadas no ministério do Ir.·. maçon Orban, *para oprimir os católicos*, não conseguiu vida mais longa que de 5 anos. Em 1884, a religião voltou às escolas e o ato funesto que delas a exterminara ficou por lá estigmatizado com o nome expressivo de *loi de malheur*.

Fato análogo registra ainda a história do regime escolar na Inglaterra. O grande estadista A. Balfour ligou gloriosamente o seu nome à extinção do laicismo temporário e, ainda assim, muito mais mitigado que o nosso.

O que, portanto, por tôda a parte encontramos é a laicização do ensino, introduzida como medida legal de opressão das consciências, e de perseguição disfarçada das maiorias crentes pelas minorias sectárias e intolerantes; ao passo que,

(10) *Discurso no Colégio Anchieta.*

em todos os países é saudado o ensino religioso como disposição libertadora das consciências e a expressão leal do mais sincero respeito aos direitos espirituais das famílias. Não há, portanto, por que intimidar quixotescamente o país agitando no horizonte do futuro o espantalho de uma luta religiosa.

Mas, se a luta religiosa vier, *quod Deus avertat,* não será sôbre um decreto que respeita tôdas as liberdades e não constrange nenhuma consciência; não será sôbre os católicos que não querem impor o ensino de sua religião a quem livremente não a admita; será sôbre a intolerância estreita e sectária de quantos — poucos ou muitos, não importa — não contentes de que a lei lhes respeite integralmente as próprias opiniões irreligiosas, pretendem ainda opressivamente impô-las às consciências alheias — que carregará com todo o seu pêso a responsabilidade da imensa desventura.

A luta religiosa não a queremos, não a provocamos; mas não a tememos na consciência tranqüila de que lutamos pela defesa do mais intangível e sagrado dos nossos direitos.

CONCLUSÃO

A escola leiga não é, no Brasil, uma aventura a correr; é uma experiência feita. A deliqüescência moral, com suas lastimosas repercussões na vida doméstica, profissional e política do país, por todos unânimemente observada e atestada, aí está a denunciar as conseqüências funestas de uma escola sistemàticamente incapaz de formar as consciências para a fidelidade ao dever. Uma reforma profunda impunha-se aqui com a exigência imperiosa de uma necessidade vital. Não são tanto as leis e instituições que precisam ser refundidas; antes de tudo importa elevar o nível dos homens à altura das instituições. *Not measures, but men.* Mais do que há meio século, é hoje verdadeira a palavra de um dos nossos grandes bispos: É preciso restaurar moral e religiosamente o Brasil.

Com a admissão do ensino religioso, o Govêrno Provisório começa a elevar-se à compreensão das necessidades mais profundas do país. Um ato dêstes revela o descortino das visões largas e basta para imortalizar a glória de um estadista. Abandonadas as fórmulas abstratas de um direito irreal, inspirado em ideologias inconsistentes, a legislação começa a entrar em contato com a realidade concreta, viva, orgânica, reconhecendo, respeitando e tutelando a existência destas fontes profundas em que se alimenta a vitalidade espiritual dos povos.

Sim; o ensino religioso, não o reclamam só os princípios mais incontestados da sã pedagogia, não o aconselham só os interêsses mais inadiáveis do bem social; exige-o outrossim a intransigência do direito como a reparação de uma injustiça

flagrante. Os direitos mais imprescritíveis das famílias religiosas haviam sido incontestàvelmente violados pela nossa legislação escolar, que, aplicando a frase de RUI BARBOSA em matéria análoga, constituía "pela mais errada inteligência das nossas liberdades constitucionais uma exceção absurda entre os povos civilizados". Saímos de uma atmosfera de asfixia e começamos a respirar o exigênio vivificante da liberdade. O regime escolar do Brasil poderá agora colocar-se ao lado de *todos os países civilizados* que não fizeram sectàriamente da instrução pública um instrumento de vexação das consciências.

Sinceramente não compreendemos como se tenha podido com lealdade protestar contra o decreto de 30 de abril. Todos os adeptos do laicismo terão *como antes* para os seus filhos uma educação leiga. Mas por que impô-la opressivamente às consciências, que a repelem? Por que violar tão manifestamente a liberdade espiritual dos outros, ditando-lhes compulsòriamente, por via legislativa, as próprias idéias? Uma atitude de protesto, numa situação destas, só poderá atraiçoar paixões inconfessáveis de sectarismos estreitos e rivalidades mesquinhas. Protesta-se com justiça contra a violação dos direitos próprios; não se protesta sensatamente contra o reconhecimento de direitos alheios.

O ensino religioso é uma questão da liberdade de consciência. Para reconhecer-lhe a legitimidade não é mister ser católico; todos, crentes ou não, deveriam unir-se num sentimento de lealdade, de justiça, de respeito mútuo para aplaudir com unanimidade a sabedoria de uma reforma que condiciona, de modo absoluto, a regeneração moral do Brasil.

PROBLEMAS DE DEONTOLOGIA MÉDICA

EXAME PRÉ-NUPCIAL

Despistar a tempo as enfermidades contagiosas ou as taras transmissíveis que poderiam comprometer a saúde das famílias e o vigor físico e moral da prole, eis essencialmente a finalidade do exame pré-nupcial. Quantas vêzes a ignorância ou a deslealdade de um homem leva à intimidade de uma família, com o germe contaminador, a fonte envenenada de sofrimentos secretos e inconfessáveis! Quantas, um inconsciente que não pode arcar com os deveres da paternidade transmite a uma prole infeliz os estigmas da degenerescência! Postado, como sentinela vigilante, no limiar dos novos lares, o exame pré-nupcial apresenta-se como guarda solicito dos interêsses físicos e morais da família e da raça, do presente e do futuro.

É, em síntese, o que nos dizem os eugenistas em prol da medida que se pretende introduzir na nossa legislação.

*
**

Para atingir êste objetivo, a mesma instituição fundamental pode revestir modalidades diferentes.

Cumpre distingui-las e caracterizá-las com cuidado, porque nem tôdas apresentam a mesma proporção de vantagens e de inconvenientes. Estas diferenças, por vêzes profundas, não as poderá deixar de levar em conta um juízo que aspire a justo e equilibrado na sua distribuição de louvores ou censuras.

Num primeiro relancear de olhos apresentam-se-nos para logo duas formas bem diversas que chamaremos a do *exame* e a do *certificado* pré-nupcial.

No primeiro caso, o candidato ao matrimônio procura voluntàriamente um médico da sua confiança, submete-se-lhe ao exame em vista das responsabilidades futuras, e dêle recebe um *boletim de consulta*, documento estritamente particular que lhe indicará a orientação a seguir e que o consulente, por dever de justiça e lealdade, comunicará ao outro interessado (1). Estamos, como se vê, em face de um simples *exame pré-nupcial*. Introduzido com prudência e generalizado como costume social, o seu uso poderá prestar serviços relevantes, assegurando vantagens reais e evitando inconvenientes graves.

A fim de difundir com mais rapidez esta prática, algumas municipalidades, na Bélgica e na Holanda, costumam distribuir aos nubentes uma fôlha volante em que brevemente se expõe e se inculca a utilidade de uma visita médica nas vésperas de se assumirem as responsabilidades matrimoniais.

*
**

No segundo caso, o resultado do exame médico já não é um simples *boletim de consulta* mas um *certificado*. Ao documento particular sucede o papel mais ou menos oficial, o atestado que deverá ser exibido para prova do cumprimento de um *dever legal*. Tocamos assim a diferença profunda que separa as duas hipóteses. A primeira é um ato

(1) Poderia talvez adotar-se outra fórmula mais prática. Os médicos das suas famílias, por elas dispensados do segrêdo profissional, trocariam idéias sôbre as probabilidades eugênicas do casamento projetado e comunicariam aos futuros esposos as suas impressões fundamentadas. A intervenção do médico da família, com a competência assegurada por uma longa experiência e a autoridade que lhe dá a confiança comum, só poderá trazer vantagens na eventualidade de um matrimônio.

livre e espontâneo ditado à consciência do futuro espôso pela convicção de suas vantagens e pela percepção viva de futuras responsabilidades. A outra é a satisfação, mais ou menos formalista, de uma obrigação imposta por lei.

Esta *obrigatoriedade* do exame pré-nupcial ainda assim é suscetível de graus; pode revestir uma expressão suave e outra forte. Por vêzes, a lei contenta-se com exigir dos nubentes um atestado de que foi feita a consulta médica e recìprocamente comunicada a resposta às partes. Outras ainda, entre os papéis exigidos para o casamento inclui-se o atestado do exame pré-nupcial. Se foi positivo o seu resultado, dá-se aos nubentes um certificado de habilitação eugênica. Se negativo, comunica-se-lhe o conteúdo desfavorável, mas os candidatos ao casamento, assim advertidos do risco que os ameaça, *conservam ainda a liberdade* de proceder como melhor lhes aprouver.

Na sua expressão forte, a obrigatoriedade do certificado implica, *como sanção nos casos negativos, a interdição legal*, temporária ou definitiva, do *casamento*. Para esta forma radical tendem alguns eugenistas anglo-saxões. Parece-lhes a única medida eficaz para tutelar os interêsses da saúde na família e na sua descendência. Onde os exames médicos denunciam um perigo de contágio ou de transmissão de degenerescências, intervém a lei e proíbe o matrimônio. O efeito natural desta sanção legislativa seria elevar o nível eugênico de um povo, estancando as fontes contaminadas das descendências indesejáveis e concedendo só às nascentes puras o privilégio de alimentar as correntes da vida.

Esta primeira impressão, porém, produzida pela visão superficial de uma questão, em extremo delicada e complexa, para logo se desfaz à luz de um exame mais sereno, refletido e compreensivo. O certificado nupcial suscita tantas e tão graves dificuldades, científicas umas, jurídicas e morais

outras, que o tornam não só de todo ponto inaceitável senão ainda contraproducente.

*
**

Antes de tudo, os nossos *conhecimentos científicos,* no estado em que atualmente se encontram, não permitem de modo algum a certeza de prognóstico indispensável para justificar a gravidade de uma medida legislativa de tão penosas e incalculáveis conseqüências. O estudo da hereditariedade, não obstante os seus inegáveis progressos, está bem longe ainda de nos subministrar uma base segura de previsões. Incerta muitas vêzes é a nossa diagnose, tímida e conjectural a prognose. A experiência inflige-lhe cada dia desmentidos inesperados e desnorteados. Parecem esquecê-los alguns eugenistas entusiastas; não os esquecem, porém, os grandes mestres da ciência. "Numa família tarada, escreve o Professor João PIÈRI, o caráter doença (caráter dominante) pode transmitir-se à geração seguinte, mas isto *não é fatal.* Na mesma família, o caráter boa saúde (caráter recessivo) pode perfeitamente reaparecer nas gerações seguintes. O estado mórbido, aliás, atenua-se muitas vêzes à medida que envelhece na descendência. É o que acaba de enunciar, na lei seguinte, BÉNARD *(J. Méd. Français, Sept. 1926):* "Quando, numa afecção hereditária de proporção mendeliana, o primogênito de uma fratria (família) se acha indene, os outros filhos serão igualmente indenes e pode considerar-se extinta a doença neste ramo". O caráter hereditário não é, pois, fatal. Mais. O outro gerador, se sadio, tem tôdas as probabilidades de atuar mais na prole com a sua influência, segundo uma *lei de preponderância,* muitas vêzes averiguada. "Se quiséramos aplicar o princípio da seleção pelo estudo da hereditariedade, a cada passo tropeçaríamos em novas dificuldades" (2). "Em geral, escreve por sua vez o Dr. VERVAECK, o diagnóstico da grande probabilidade, senão da fatalidade da transmissão familiar das taras perigosas de certos grupos de doentes e anormais, será difícil, senão impossível. As razões são complexas: incerteza das leis da hereditariedade no homem; possibilidade da latência de tendências perigosas na descendência direta e probabilidades de seu desaparecimento nas gerações seguintes sob a influência de uniões felizes, da sobriedade, da vida higiênica, de uma reeducação moral ou pedagógica apropriada ou de uma terapêutica eficaz. Enfim e sobretudo será difícil distinguir num anormal ou doente se as taras ou tendências perigosas são de origem hereditária, se são devidas às blastotoxias ou se são conseqüência de enfermidades ou infecções contraídas na infância" (3).

O Dr. LÖWENTHAL, num artigo notável publicado no *Mercure de France,* 1 de abril de 1934, julga poder formular a seguinte lei, que presidirá à hereditariedade humana: *"A transmissão das fôrças psíquicas e morais, positivas ou negativas; das fôrças intelectuais, científicas e artísticas — gênio, talentos, aptidões, etc. — quase nunca é direta (de pais a filhos) mas a longo prazo, de anos e séculos.* Nos numerosos casos invocados em apoio da transmissão direta, trata-se de efeitos da educação, do exemplo, do contágio, da necessidade de adaptação ao meio. Contràriamente à opinião geral, não há dinastias hereditárias de ladrões, assassinos, falsários, epilépticos, psicopatas, etc., como não há dinastia hereditária de gênio, talentos, aptidões, virtudes". Estuda,

(2) PIÈRI, em *L'Eglise et l'Eugénisme,* Paris, 1930, pp. 80-81.

(3) Cit. por DE GUCHTENHEERE, *La limitation des naissances,* Paris, 1929, p. 112, que, por sua conta, conclui: "Estamos aqui num domínio mal explorado, no qual, independentemente das opiniões ou preconceitos possìvelmente hauridos em outras fontes, a todos os espíritos científicos se impõe a maior prudência", p. 113.

a seguir, os casos de Goethe, Beethoven e Byron, cujos pais "pertenciam a títulos diferentes às categorias dos que hoje são destinados à esterilização". Na maioria das vêzes, diz o Dr. APERT, quando a causa cessa de atuar, quando a segunda geração deixa de sofrer a influência mórbida, quando o descendente do alcoólico não tem o mesmo hábito da bebida, quando o descendente do sifilítico é convenientemente tratado, o tipo familiar hereditário reaparece nas gerações seguintes" (4).

Os eugenistas costumam fazer grande cabedal de certas árvores genealógicas cujos ramos só parecem frutificar para a enfermidade e a delinqüência. Em quase todos os seus escritos de propaganda aparece aquela mendiga alcoólica do século XVII, primeira raiz de sete gerações, nas quais Galton pretende ter encontrado um número impressionante de criminosos. Quem se não lembra da desditosa família dos Yukes? Dêste tronco gafado pela debilidade mental, em 709 rebentos estudados, contam-se 312 mendigos e vagabundos, 17 rufiões e 79 malfeitores. Não obstante uma primeira impressão de espanto e de compaixão, a crítica retoma logo os seus direitos de exame sereno e objetivo. Infelizmente muitas destas genealogias foram organizadas com um preconceito visível que lhes diminui de muito o valor probativo. Com excessiva facilidade classificaram-se entre os delinqüentes ou tarados indivíduos de que se não possuíam informações precisas. Admitiu-se, quase com credulidade ingênua, a exatidão de todos êstes diagnósticos retrospectivos que remontam a dois ou três séculos. Esqueceu-se, principalmente, o trabalho de discriminar as origens de tôdas estas deficiências físicas e morais. Não é mister ser grande erudito em ciências médicas para saber, por exemplo, que a repetição dos casos de tuberculose, numa família, não é devida tanto à transmissão

(4) E. APERT, *A hereditariedade em patologia,* traduzido de "Le Journal Méd. Français" para o Boletim da Eugenia, setembro de 1930.

hereditária, quanto ao contágio produzido pelo descuido das medidas profiláticas na convivência de cada dia. Não são ùnicamente os grandes especialistas em criminologia que não ignoram dever-se a multiplicação dos delinqüentes numa mesma descendência menos a uma fatalidade biológica (a escola de Lombroso já passou) do que à influência poderosa do exemplo, da educação, da atmosfera moral e social respirada nos primeiros anos (5). Cumpre, portanto, desfalcar das responsabilidades de uma transmissão hereditária inúmeros casos que se explicam pela ação de outros fatôres. "Sob o nome de hereditariedade, escreve o Dr. APERT, no artigo há pouco citado, confundiam-se com a hereditariedade pròpriamente dita as afecções que podem ser transmitidas de pais a filhos por outros mecanismos — contágio, transmissão intraplacentar, educação, comunidade de condições, de existência, hábitos familiares comuns". Com espírito de mais imparcialidade crítica algumas destas árvores genealógicas foram modernamente revistas e ao lado dos indivíduos disgênicos se estudaram também os normais e equilibrados que se apresentavam em proporções notáveis. Alguns resultados são interessantes. O Dr. GRIMBERT, especialista em doenças mentais, acompanhou de perto os destinos de uma família dinamarquesa. Quarenta e quatro casos de perturbações mentais ao lado de uma descendência hígida em que se salientaram estadistas, magistrados, pintores e inventores beneméritos. "Se a lei, observa o sábio psiquiatra, houvesse estancado a vida desta família, a nação teria perdido mais do que

(5) É experiência feita. Subtraídos em tempo à influência corruptora dos pais e submetidos a uma educação sadia, os filhos de delinqüentes atingem, por via de regra, a mediania moral dos outros e por vêzes a ultrapassam. O *Ospizio educativo pei figli dei carcerati,* fundado em 1891, por Bartolo Longo, nas vizinhanças de Nápoles, tem dado à sociedade inúmeros cidadãos honestos e prestimosos. Em quase tôdas as nações há instituições análogas e por tôda a parte são idênticos os resultados salutares.

lucrado com a interdição" (6). Cada genealogia constitui, pois, um caso muito especial que não poderá ser conhecido com certeza senão depois de indagações longas e complexas. E a conclusão delas será apenas de ordem *histórica,* isto é, relativa ao passado. O futuro envolve-se em conjeturas mais ou menos prováveis. Ante um novo lar que se funda, impossível, na quase totalidade dos casos, predizer com segurança a sorte da prole.

Compreende-se, assim, por que razão os médicos, em geral favoráveis ao exame pré-nupcial, não se mostram partidários entusiastas do *certificado*. Vivamente conscientes dos limites dos seus conhecimentos científicos e gravemente impressionados pela delicadeza do assunto, não desejariam, sob o fundamento precário de prognósticos duvidosos, assumir a responsabilidade de uma proibição com a qual, muitas vêzes, se jogariam os destinos de uma felicidade humana (7). No ponto de vista rigorosamente científico, portanto, não possuímos ainda sôbre a hereditariedade no homem conhecimentos certos que nos permitam predizer com certeza em que resultante convergirão as múltiplas e complexas influências dos ascendentes diretos e atávicos. Mais ainda. Falece-nos um critério científico ou social, para estabelecer os limites precisos em que uma tara, física ou moral, começa a ser uma ameaça considerável para a saúde da raça ou a conservação da sociedade. Êstes deveriam ser, entretanto, no domínio da ciência, os preliminares indispensáveis de qualquer legislação que pretendesse impor formais restrições em matéria de eugenia (8).

(6) GRIMBERT, *Les psychopathies et l'Eugénisme,* na "Revue de Philosophie", 1930, p. 139.

(7) "Nenhum médico consciencioso poderia aceitar semelhante responsabilidade". J. ARNOULD, antigo chefe de clínica ginecológica na Faculdade de Medicina de Marselha, *L'Eglise et l'Eugénisme,* p. 119. Outro aspecto da questão que também os impressiona desagradàvelmente é o do segrêdo profissional direta ou indiretamente comprometido com a obrigação legal do certificado.

O parágrafo único do art. 2.º do projeto apresentado ao nosso Parlamento em 1936 diz: "Êsses certificados não envolvem violação do segrêdo profissional". Solução muito simplória de um problema difícil e delicado. Como se para resolver a questão do furto uma lei dissesse: "O apoderar-se do alheio não envolve violação ao direito de propriedade". A fórmula legal, quando muito tira aos lesados o fundamento jurídico de uma ação judiciária, não suprime de modo algum as *razões naturais* em que se baseia a exigência do segrêdo profissional. Imagine-se a situação de vexame e de constrangimento de um indivíduo ao qual cinco dias antes do casamento se passa um certificado de inaptidão, "com firma reconhecida", por se achar êle incluído num dos capítulos seguintes da patologia: "tuberculose aberta, lepra, sífilis contagiante, blenorragia, cancro venéreo, idiotia, imbecilidade e alienação mental sob qualquer de suas formas". Art. 1.º, § 1.º. Imagine-se o que representa de desprestígio social e de prejuízos para as famílias a revelação em documentos públicos destas intimidades penosas e humilhantes. Se o segrêdo profissional, por sua própria natureza, não está obrigado a defendê-las, é melhor "decretar-lhe" de uma vez a supressão total e promulgar-se que: "A manifestação dos segredos mais íntimos conhecidos no exercício da profissão não envolve violação do segrêdo profissional".

*
**

Estas considerações já nos dão a entender as dificuldades *de ordem ético-jurídica* envolvidas na obrigatoriedade do certificado pré-nupcial. Achamo-nos aqui em face de uma intromissão indébita do Estado num dos domínios mais delicados da vida humana. Ao lado da sua função essencial

(8) "Os nossos colegas de profissão, escreve o Dr. ROBERTO GAUPP, admitirão, sem dificuldade, que no estado atual dos nossos conhecimentos biológicos há algo de mais urgente do que inaugurar uma legislação eugênica. A tarefa real que se nos antolha é discutir os meios de substituir um conhecimento bem fundado das leis que regem a hereditariedade, a impressões vagas que se apóiam em

de velar pelo bem público da sociedade, os poderes públicos não devem esquecer o respeito aos direitos anteriores e naturais dos seus governados. Um cidadão não é uma coisa a serviço total e incondicionado do grupo, é e continua com o seu patrimônio de direitos intangíveis a condicionarem a realização dos seus destinos próprios. Recusamo-nos à idolatria da apoteose do Estado; a um Leviatã monstruoso que absorve e sacrifica todos os direitos pessoais para pô-los a serviço absoluto de uma finalidade temporal — Nação, Classe ou Sangue — não prestamos o culto de uma genuflexão humilhante.

Ora, entre os direitos naturais do homem acha-se o de contrair matrimônio e de fundar uma família. E o seu exercício prende-se a realidades psicológicas tão profundas, desperta ressonâncias morais tão remotas que não se compadecem com as restrições exteriores frias e uniformes de uma regulamentação legal. Se, em alguns casos, — e êstes casos existem — a justiça e a caridade aconselham a renúncia ao direito de fundar uma família, esta renúncia deverá ser sugerida às consciências, numa atmosfera moral superior às injunções niveladoras da lei positiva. Fora dêstes casos excepcionais, o direito ao matrimônio prevalece. A constituição

---

dados isolados e insuficientes". *Die Unfruchtbarmachung geistig und sittlich Kranker und Minderwertg,* Berlim, ap. BRUEHL, *Birth Control and Eugenies,* Nova York, 1928, p. 133. Isto, já se vê, escrevia-se na Alemanha pré-hitleriana, ainda não fascinada pelo mito do Sangue.

Outro médico de singular competência no assunto: "Quem quiser levar em consideração as últimas investigações e experiências, deve chegar a esta conclusão empírica: o estado presente dos nossos conhecimentos sôbre a hereditariedade, pelas dificuldades do prognóstico hereditário e do diagnóstico clínico, não justifica absolutamente, no ponto de vista científico, a esterilização dos doentes de anomalias ou deficiências psíquicas". Dr. VALLEJO NAJERA, *Higiene de la raza desde el punto de vista psiquiátrico,* Madrid, 1933, p. 77.

normal de um lar é, para a quase totalidade do gênero humano, a condição de uma vida moral, útil e serena. Mesmo a previsão de uma prole menos perfeita não destrói êste direito fundamental. Convém não perder de vista nunca a jerarquia dos valores humanos. A existência é sempre um benefício; se uma enfermidade pode torná-la menos fecunda ou menos agradável, não lhe destrói o valor essencial. *Melius est esse quam non esse.* Para os que se colocam num ponto de vista espiritualista e cristão, uma pessoa humana possui, na imortalidade dos seus destinos, uma dignidade inauferível. Entre uma eternidade de vida espiritual feliz e umas dezenas de anos de menor rendimento social não há comparação possível. Não divinizemos o Físico ou o Fisiológico como o bem supremo do homem, medida de todos os demais e critério derradeiro dos seus valores. Infelizmente nesta, como em outras reivindicações de propagandistas extremados, sob o pavilhão de eugenia embarca muitas vêzes a mercadoria avariada do velho materialismo de vistas baixas, que não vê, no homem, outros valores acima do prazer e da saúde que o condiciona. Daí a tentativa de uma transposição unívoca para a nossa vida social dos processos de seleção empregados no aperfeiçoamento das raças animais.

Mas não se mutila impunemente a integridade da nossa natureza nem se reduz de maneira simplória a um processo de zootecnia um problema profundo e delicadamente humano. Suponhamos em ação o mecanismo do certificado pré-nupcial. Qual será o destino de todos aquêles a quem o govêrno declara ineptos para o casamento? Que ingênuo acreditará na possibilidade de uma vida moral e honesta nesta legião de celibatários forçados? Todos êstes "refugos" da sociedade, privados por ela da proteção da família que os poderia preservar, defender e melhorar, lançar-se-ão em tôdas as irregularidades de uma vida sexual sem lei nem disciplina. E a união livre, o concubinato, a Vênus vaga ganharão tudo aquilo que perder a honestidade normal de um

lar. E como a família é a instituição eugênica por excelência, a que melhor provê à existência e educação da prole e com mais eficácia defende os seus interêsses físicos e morais, uma baixa geral do nível sanitário e moral do povo será a conseqüência inevitável desta medida restritiva, inspirada em uma visão incompleta e unilateral do homem e das suas exigências fundamentais de vida. Aqui, como em tantos outros pontos, ressalta o círculo vicioso em que se emaranha o eugenismo materialista. Achamo-nos por hipótese em face de uma nação na qual, a quanto se nos diz, é elevada a percentagem de tarados (sifilíticos, tuberculosos, etc.). Em vez de tomar pelo caminho de um saneamento positivo e construtor, inculca-se como medida salvadora a restrição legal dos casamentos. Aplicar-se-á a lei em todo o rigor, para obter-lhe o preconizado fim eugênico? Será o aumento dos filhos ilegítimos, das uniões clandestinas, do amor livre; a decadência da instituição familiar e com ela a ruína do mais seguro baluarte da existência de um povo, o envenenamento dos mananciais mais puros da vida. Burlar-se-á a lei e abrir-se-ão as malhas de sua rêde para que passem, na sua quase totalidade, "os indesejáveis" da família! Desaparecem, então, os motivos alarmantes com que se movimentou a propaganda de sua necessidade e se tentou justificar a urgência de sua promulgação. Num e noutro caso, contraproducente ou inoperante, o certificado pré-nupcial revela-se como incapaz de atingir os fins colimados. A sua obrigatoriedade, sancionada com o veto do matrimônio, viria comprometer, por uma espécie de ricochete fatal, bens superiores de ordem moral e os próprios interêsses eugênicos indissolùvelmente ligados à instituição da família e ao seu funcionamento normal.

*
**

Há ainda outro aspecto de importância vital para a existência de um povo: é o *demográfico*. Os poderes públicos,

que devem zelar pelo bem social, não podem esquecê-lo se faltar a uma das suas funções primordiais. Suponhamos, na melhor das hipóteses, que o mecanismo do certificado pré-nupcial funciona maravilhosamente, transformando em realidade a utopia dos eugenistas mais sonhadores: do casamento são regularmente afastados todos os deserdados da deusa *Hígis*. Admitamos ainda que todos êstes infelizes, virtuosos como frades ou esterilizados como eunucos, se mantenham nas alturas difíceis de uma continência perfeita. Que acontecerá? No fim de algum tempo a população estará dividida em duas facções: a dos que podem e a dos que não podem casar-se, a dos descartados da vida conjugal e a dos diplomados pelas repartições oficiais como bons reprodutores da raça. Sôbre êstes pesará tôda a responsabilidade da conservação da espécie. Poderá, porém, esta fração de privilegiados preencher os grandes claros abertos pelo afastamento da outra das suas funções procriadoras? (9) Quererá esta aristocracia da saúde, dura e soberba, egoísta e gozadora, assumir as responsabilidades de famílias duplamente numerosas? É bem de crer que não; mas, concedamos que, num primeiro momento, não mingúe êste poder nem falte esta boa vontade. A situação

(9) A prevalecer o critério de certo eugenismo, o número dos "incapazes" atingiria proporções extraordinàriamente elevadas.

Num dos centros mais freqüentados de consultações pré-matrimoniais, o de Hubner em Bonn, apenas 54% dos candidatos se achavam em condições de contrair casamento imediato.

Sôbre os outros 46% havia restrições de caráter temporário ou definitivo. Outros algarismos apresentados pelos eugenistas dão-nos sôbre esta mísera humanidade a mais dolorosa das impressões, 87% dos moços e 90% dos adultos são tuberculosos; 80% são sifilíticos; 33% dos operários são alcoólicos, etc., etc. Quem se salvará dêste dilúvio universal? Quando os médicos nos descrevem a existência de miríades de micróbios patogênicos que nos envolvem no ar, em casa, na rua, no assento dos automóveis e nas notas de troco, há também quem tire a conclusão salvadora: para viver é mister fechar-se numa redoma de vidro saturada de antissépticos.

agrava-se com o volver do tempo. As taras alcoólicas, sifilíticas, etc., não se transmitem só por via de herança, adquirem-se ainda por infortúnios ou desregramentos pessoais. E quem estará livre da surprêsa de regressões atávicas? De ano para ano, pois, o escol dos "sem tara" irá sofrendo desfalques progressivos e irremediáveis. Chegará, inevitável, o momento trágico em que o flagelo da oligantropia, precursor da morte das civilizações, pesará, com tôdas as suas conseqüências fúnebres, sôbre a existência de uma pátria agonizante. Não se desprezam impunemente os direitos naturais do homem, nem se aventuram, sem terríveis sanções, experiências temerárias no domínio dos mistérios da vida. Nos que tratam assuntos tão transcendentes gostaríamos de ver uma percepção mais viva de suas responsabilidades e uma compreensão mais profunda da complexidade do problema e da gravidade de suas ressonâncias.

*
**

À deficiência de sólidos fundamentos científicos, às indeclináveis objeções éticas, jurídicas e sociais que acabamos de resumir, cumpre ainda acrescentar as dificuldades de *ordem prática*. Uma coisa é uma lei na limpidez e simplicidade de suas fórmulas abstratas, outra, uma instituição, a funcionar nas entrosagens de seu mecanismo concreto.

Quem se encarregaria dos exames pré-nupciais? A garantia de certa eficiência exigiria um corpo de especialistas; além do clínico geral, em muitos casos, deveriam ser ouvidos o sifilógrafo, o dermatólogo, o ginecólogo, o psiquiatra perito em tôda a escala das doenças mentais. À disposição dêstes facultativos deveriam achar-se laboratórios bem apetrechados que permitissem os exames — bacteriológicos, radioscópicos, serológicos — indispensáveis a um diagnóstico prudente. Qualquer médico seria qualificado para assinar um certificado pré-nupcial? Mas quem não vê, não só os

riscos de incompetência, mas ainda a possibilidade de fraudes e explorações escandalosas? Ninguém, por certo, se há de maravilhar se lembrarmos que, na classe médica como em tôdas as demais, ao lado de um escol de moral elevada e digna, há um contingente não desprezível para o qual o código da deontologia profissional tem elasticidades indefinidas. Numa matéria tão delicada, e onde entram em jôgo interêsses tão profundos não é infundado o receio de abusos graves e freqüentes que poderiam bem depressa desprestigiar a instituição.

Fundar-se-iam consultórios matrimoniais de caráter oficial ou oficioso? A solução poderia assegurar melhor a eficiência técnica das instalações, mas suscitaria dificuldades mais graves no conflito das doutrinas. Uma consulta sôbre aptidão ao casamento relaciona-se por vínculos muito estreitos com outros pontos que interessam profundamente a moral: a interrupção eventual da gravidez, uso de práticas anticoncepcionais, etc., etc. Aqui o choque das concepções morais seria inevitável. A pressão de clientes que pediriam instruções equívocas acabaria por arrastar instituições oficiais na onda do individualismo conjugal, preconizador da esterilidade voluntária. Os consultórios do Estado transformar-se-iam em oficinas de propaganda neomalthusiana (10).

---

(10) O perigo não é quimérico, nem sem fundamento o temor. Na clínica das mães, da Dra. M. Stopes, sôbre as primeiras 5.000 consulentes, 4.834 vinham pedir receitas para não ser mães. Em Hamburgo, num instituto semi-oficial, destinado a consultas pré-nupciais, os candidatos ao casamento representaram em 1925 apenas 10% dos consulentes. Os outros, isto é, 90%, eram mulheres casadas que vinham instruir-se sôbre os meios de evitar ou interromper uma gravidez indesejada. Ao que pondera com razão o Dr. E. JORDAN: "É muito grave, como sintoma e como presságio, e como precedente e como aviso, ver o público imediatamente e como que por um instinto tentar a transformação de um Instituto eugênico num — passe o têrmo — Instituto agênico". *L'Eugénisme et la morale*, Paris, 1930, p. 17.

E a execução de uma lei, promulgada sob a capa de melhorar a raça, acabaria por comprometer-lhe mortalmente o futuro, desencadeando sôbre o país o flagelo da denatalidade, que é, atualmente, *a mais grave ameaça à civilização ocidental*.

Em que *data* se faria o exame pré-nupcial? Outra questão embaraçosa. Muitos dias antes do casamento? A sua eficácia ficaria não pouco diminuída; no intervalo haveria tôda a possibilidade de contrair uma enfermidade contagiosa, ou manifestar-se, se já contraída anteriormente. Pouco tempo antes das núpcias? (O nosso projeto fixa o prazo de 5 dias.) Nem assim se assegura a sua eficiência despistadora da sífilis, cujo período de incubação pode durar até meses; e os prejuízos de ordem material e social podem atingir proporções imprevistas. Eis um futuro casal à espera do dia solene; já feitas tôdas as despesas para a instalação do lar; anunciado a parentes e conhecidos o enlace próximo; os sentimentos de amor e esperança elevados à temperatura de ebulição. Quatro ou cinco dias antes da faustosa data um certificado negativo interdiz temporária ou definitivamente o matrimônio, por inaptidão eugênica de um dos noivos!! Imagine-se o que de sofrimentos, de prejuízos, de humilhação e de desespêro pode provocar uma situação destas! E o fato se repetiria tôdas as vêzes que a instituição funcionasse de acôrdo com a sua finalidade! Ante estas e outras dificuldades vivas não nos maravilhamos de ver os países que precipitadamente sancionaram a lei do certificado nupcial com interdição legal do casamento, corrigirem, na sua ab-rogação prática, as imprevidências de um idealismo divorciado das realidades da experiência humana. "Se em alguns Estados da grande república americana, a legislação era rigorosa e proibido o casamento das pessoas, física ou

moralmente ineptas, as leis foram revistas ou ab-rogadas ou caíram em desuso" (11).

***

Resumindo e terminando. Qualquer forma de certificado pré-nupcial *sancionada por uma interdição legal do matrimônio* não pode ser admitida. O estado atual dos nossos conhecimentos sôbre a hereditariedade não presta uma base científica à intervenção prudente da lei. A fundação da família é um dos fatos mais importantes na existência dum homem e que mais conseqüências exercem em tôda a sua vida, física, psicológica e moral. Cercear-lhe, neste ponto, a liberdade, é por parte do Estado um *abuso de poder*. A sua repercussão no decréscimo das famílias bem constituídas e no aumento das uniões irregulares constituiria para a sociedade uma das ameaças mais graves e um mal incomparàvelmente maior do que a geração de alguns tipos, disgênicos. Os inconvenientes de ordem prática, sob a pressão de paixões violentas, pululariam sem medida, e além de frustrarem quase sempre a finalidade da lei, ensanchariam, sob a alta tutela oficial do Estado, a oportunidade de propagandas criminosas e destruidoras da raça (12).

(11) Dr. J. Arnould, em *L'Eglise et l'Eugénisme*, pp. 109 e 123. Mesma afirmação em outro conhecedor da legislação norte-americana: "Cumpre observar que nos Estados Unidos, onde estas leis são mais antigas, de regra geral não foram aplicadas. O realismo americano temperou na prática o que as especulações teóricas tinham de excessivo". R. de Guchtenheere, *La limitation des naissances*, Paris, 1929, p. 109.

(12) A proibição legal do matrimônio por motivos eugênicos não é compatível com a doutrina católica. Depois de Leão XIII, declarou-o mais explìcitamente Pio XI na Encíclica *Casti Connubii*. Um dos seus intérpretes mais autorizados, comentando o documento pontifício, escreve: "O Sumo Pontífice não admite de modo algum que, por motivos eugênicos, o Estado possa diretamente proibir o

O certificado exigido por lei, mas sem caráter eliminatório, se evita e atenua alguns dos males apontados acima, impõe ainda reservas de uma gravidade indissimulável.

Resta o *exame pré-nupcial livre*, prudentemente introduzido nos costumes sociais. As dificuldades aqui diminuem até quase de todo desaparecerem. Aos interêsses sanitários da raça e à conveniência de se evitarem enganos e decepções dolorosas dar-se-ia, na medida do possível, uma satisfação justa.

Neste rápido estudo mantivemo-nos sempre num plano superior, encarando a questão em seus princípios e conseqüências gerais. Se lhes houvéramos de fazer a aplicação ao Brasil, as condições particulares do nosso meio haveriam de impor-nos atitudes mais severas. A grande falta de médicos suficientemente especializados em todo o nosso imenso interior, a deficiência de laboratórios e aparelhamentos técnicos fora dos grandes centros urbanos (13), a lamentável facilidade com que as nossas instituições, esquecidas da sua finalidade social, se põem a serviço de interêsses individuais e subalternos, o triste estado de decadência em que se encontra a instituição da família nas camadas inferiores do povo, a rapidez com que, nas mais elevadas, se vai aclimando a mentalidade egoísta dos que declinam os deveres

casamento a pessoas naturalmente capazes de lhe exercer as funções; menos ainda lhe reconhece o direito de impor uma mutilação que prive alguém de uma faculdade natural". A. VERMEERSCH, *Catéchisme du Mariage Chrétien d'après l'Encyclique "Casti Connubii"*. Bruges, 1931, p. 63. O novo projeto do Código Civil italiano, que acaba de ser publicado, no art. 5 dispõe: "São proibidos os atos de disposição do próprio corpo quando produzam uma diminuição permanente da integridade física, ou sejam contrários à lei, ordem pública ou aos bons costumes".

(13) De uma capital de Estado, sei eu que, até há dois anos, não possuía o indispensável para uma radioscopia.

da paternidade e preparam talvez amanhã a um povo jovem as decadências da decrepitude precoce — tornariam no Brasil mais profundas e desastradas tôdas as repercussões danosas do certificado pré-nupcial.

Por outras vias e com outro espírito urge trabalhar para o saneamento físico e moral do nosso povo.

(Publicado pela primeira vez na revista "A Ordem", 16 [1936], 151-165.)

muitas objeções. A perplexidade em que certos casos angustiados colocam por vêzes médicos e clientes haveria de sugerir tentativas de evadir as conseqüências de um dever austero.

A criança que põe em perigo a vida da mãe, dizem alguns, não poderia considerar-se como um injusto agressor? Todos os moralistas admitem que é permitido defender-se a própria existência *usque ad effusionem sanguinis,* até à morte do invasor violento. Por que não poderia a mãe, para conservar a própria vida, sacrificar a êste título o fruto de suas entranhas?

O caso evidentemente não é o mesmo. Não é injusto agressor todo aquêle que constitui uma ameaça à vida de outrem. Um náufrago que se aferra ao seu salva-vidas, insuficiente para dois, ameaça a vida do companheiro que ao seu lado se debate contra as ondas. Quem, por isso, concederá a êste o direito de apunhalar o outro para pôr em salvo a vida própria com a morte alheia? Um doente de moléstia contagiosa constitui para os membros da família a iminência de uma ameaça grave. Poderia, porventura, ser equiparado ao injusto agressor do qual nos é lícito desembaraçarmo-nos com a violência?

Injusto agressor é só aquêle que com uma ação *injusta* (materialmente injusta, como um louco, ou formalmente injusta como um assassino) atenta contra a nossa existência. Ora, a criança no seio materno não pratica injustiça de espécie alguma. O perigo em que ela põe a vida materna provém do jôgo das leis naturais, à qual ela é inteiramente estranha, como o doente de enfermidade contagiosa de há pouco. Quase sempre, pelo contrário, a situação angustiosa é criada pelo próprio organismo da mãe, pelas suas irregularidades morfológicas ou anomalias do metabolismo. A criança não é um injusto agressor, é um *inocente,* que será imolado ao egoísmo materno. Que mãe desnaturada, para salvar a própria vida, seria capaz de beber todo o sangue

do filhinho que lhe sorri nos braços? Ora, o não haver nascido não muda a situação moral. Vagindo no berço ou silencioso ainda no seio que o gerou, a criança é o mesmo ser humano com direitos invioláveis a que se lhe respeite a vida. A ninguém é permitido sacrificá-la como *meio* aos interêsses vitais de ninguém. É o que dizia desassombradamente um mestre de obstétrica, que ninguém poderá suspeitar de clerical, PINARD: "Nem o pai, nem a mãe, nem o médico têm o direito, em circunstância nenhuma, de suprimir a vida da criança que está no seio de sua mãe" (1). É o veredictum evidente de qualquer consciência esclarecida e bem formada.

Mas deverá então a mãe antes sucumbir que permitir a exterminação violenta da vida que lhe palpita no seio? O caso é raro, excepcionalmente raro. "O grupo antigo e imponente de indicações médicas do abôrto, diz o ilustre clínico suíço que citamos há pouco, vai restringindo-se até quase dissipar-se de todo sob a pressão concêntrica dos progressos terapêuticos" (2). Admitamos, porém, que uma ou outra vez se ponha em sua angustiosa realidade a alternativa fatal. Seria esta, porventura, a única vez em que a fidelidade ao dever levaria ao heroísmo das imolações supremas? Que deve fazer o magistrado a quem um assassino ameaça a vida se êle fizer justiça? Salve a justiça e sacrifique a vida. Que deve fazer a humilde sentinela a quem a pátria confia

(1) Cit. pelo Dr. CLÉMENT, *Le droit de l'enfant à naître,* p. 35. Pouco adiante, à p. 39, lê-se a opinião do Prof. PRENANT, que vê no abôrto um "pequeno assassínio", pequeno "pelas exíguas dimensões da vítima", mas talvez "bem grande pela premeditação e cilada, mais odioso que outros porque a vítima é golpeada na sombra, sem um grito, um vagido para defender o seu direito à existência e implorar a piedade".

(2) Dr. CLÉMENT, p. 107. DAUWE, cit. à p. 98, conclui resolutamente: "o abôrto pode ser suplantado pela abstenção em tôdas as doenças em que foi praticado".

a guarda de um pôsto estratégico, se o inimigo o surpreende e lhe propõe o dilema da traição ou da morte? Morra, mas não atraiçoe. Que deve fazer o comandante de um navio que se vai imergindo nas ondas? Impávido e fiel conserve o seu pôsto de comando enquanto durarem as manobras de salvamento, e se a execução dêste alto dever lhe exigir o preço da vida desça gloriosamente ao seu túmulo, imolado mas não desonrado. Que fizeram afinal todos os mártires senão, na inevitável escolha, preferir uma consciência pura a uma vida maculada? Que muito, pois, que a gloriosa função da maternidade exija, uma vez ou outra, o heroísmo das dedicações sublimes! Se alguém não vê a beleza destas imolações às exigências superiores do dever, bem pouco entendeu da grandeza da nossa vida moral. Já o poeta pagão via almas mesquinhas nos que, para conservar a todo transe a luz da vida, sacrificavam tudo o que lhe constitui a grandeza da sua própria razão de ser.

Et propter vitam vivendi perdere causas!

Francamente, não vejo remate mais belo a uma existência humana que a aceitação consciente da morte em homenagem à lei moral.

Mas, insistem ainda os pragmatistas, calculadores matemáticos das vantagens e desvantagens quantitativas das ações humanas, a que pró êste disperdício de vidas? Se imolando a criança é possível salvar a mãe, por que deixar que pereçam as duas existências? Já o vimos; não é *possível* salvar a mãe, porque não é possível *matar* para não morrer (3). Nunca é permitido praticar um crime para ressalvar interêsses ainda que vitais.

A lei moral, porém, é sempre para o bem do homem.

(3) O tribunal de Falmouth condenou em 1884 dois marinheiros inglêses, que, depois de passarem numa barca 17 dias sem comer e 5 sem beber, julgaram as suas vidas de pais de família mais preciosas que a de um jovem grumete de 17 anos e o mataram para não morrer de inanição. Ainda que para êles êste assassínio fôsse o *único meio* de não morrer de fome, foram julgados réus de homicídio e condenados à morte. CH. G. PAYEN, *Déontologie médicale,* Paris, 1922, p. 378.

Não temos, pois, receio de justificá-la no terreno, por assim dizer, utilitário. O preceito que afirma a inviolabilidade absoluta da vida em germe é o que de fato salva o maior número de existências humanas. Tôda a lei impõe aqui e ali sacrifícios penosos a êste ou aquêle indivíduo; na generalidade, porém, de suas aplicações tutela mais eficazmente o bem geral.

No caso particular que estudamos, o respeito absoluto à vida da criança traça aos médicos uma diretriz clara, definida, racionalmente justificada. Abra-se, porém, uma brecha nesta norma inflexível e vê-la-eis, para logo, incoercìvelmente alargar-se sob a pressão de todos os interêsses e paixões coligadas. Os clínicos quase sem o perceberem se decidirão com facilidade pela expulsão violenta do feto tôdas as vêzes que houver o mais insignificante risco para a vida materna (4).

(4) "Num lar singularmente feliz e unido, residente temporàriamente numa grande cidade universitária, a jovem espôsa começa a definhar no princípio da primeira gravidez. Consultado, o médico declara formalmente que só uma libertação artificial poderia salvá-la e convence sem dificuldade ao marido da necessidade inelutável de uma intervenção. Solicitada a submeter-se, a espôsa hesita: à consciência repugna esta solução homicida. Isolada dos seus e sentindo a necessidade de um apoio moral neste meio estranho, ocorreu-lhe a idéia de escrever ao bispo e lhe pede conselho. O bispo acode ao chamado. Trava-se a discussão, que logo se torna ardente e apaixonada, entre o intérprete da lei moral, comovido pelo trágico das circunstâncias, e o marido, que violentamente se insurge contra esta doutrina "cruel" que pretende obrigá-lo a sacrificar uma espôsa querida e a sua felicidade na terra, com o pretexto de salvar um pequenino ser desconhecido ou mesmo só de lhe prolongar a existência precária. Apesar das revoltas bem compreensíveis do sentimento conjugal, triunfa o dever austero. Ora, contràriamente a quanto se previra, a seu tempo nasceu o pimpolho, hoje rapazinho gracioso e inteligente, alegria e orgulho dos pais" (DR. CLÉMENT, *op. cit.*, p. 32).

A isto o levarão todos os seus interêsses profissionais. Pela vida da criança informe ninguém advoga: é um pequenino ser mudo que inda não despertou simpatia e afetos. Sob uma palavra do facultativo, todos se resignam fàcilmente à sua perda, convencidos de que é necessária para salvar a vida da mãe, em cuja conservação tão profundamente se empenha tôda a família. E quantas vítimas inocentes não se sacrificam assim desnecessàriamente ao renome profissional dos clínicos!

Mais. Se é lícito imolar a criança para salvar a vida da mãe, por que não o será também para defender um bem comparável à vida, como, por exemplo, a honra? E aí tendes o abôrto justificado, em todos os escorregos morais de solteiras e casadas. Encobre-se um pecado com um crime; defende-se a honra de uma culpada com o sacrifício de um inocente. E a vida humana que desponta vai-se tornando cada vez mais leve na estima pública; pouco a pouco outros bens pesarão mais que ela. Por motivos higiênicos, econômicos e sociais já se não hesitará em suprimir violentamente estas pequeninas existências em flor. Nas mães, os sentimentos delicados de sacrifício e abnegação vão baixando e o egoísmo subindo. Nos médicos, se vai obliterando o respeito à vida humana. Passo a passo, as práticas abortivas se generalizam, e uma hecatombe de vítimas inocentes mostra dolorosamente a importância da inviolabilidade da lei moral. E não são só os inocentes as vítimas; vítimas são também as mães. Apesar de todos os progressos modernos da assepsia, o abôrto está ainda bem longe de ser uma operação segura. Hemorragias cataclísmicas, infecções fatais põem muitas vêzes um remate sem honra a uma vida egoísta que se quis conservar imolando outra. E ainda quando não leva ao desenlace fatal, o abôrto deixa de freqüente tristes conseqüências no organismo feminino, que o inabilitam ao exercício normal da sua mais nobre função: a de triunfar da morte pela maternidade que vai da vida à vida.

Serão estas, talvez, exagerações de algum moralista supercilioso? Não; simples lições da experiência. A história só tem uma voz para nos mostrar como não se transige com a lei moral sem decair irremediàvelmente. Já não precisamos apelar para o império romano em dissolução. Basta observar a nossa civilização contemporânea. Sob o pretexto no começo de salvar algumas vidas ameaçadas pela gravidez, foram-se tão ràpidamente multiplicando as manobras abortivas que hoje, em muitos países, constituem, sôbre um imenso crime de lesa-humanidade, um verdadeiro perigo social. Na França, avaliam alguns em 500.000 os abortos anuais! Na Alemanha, os cálculos, sempre difíceis em matéria tão delicada, oscilam entre 250 e 800 mil! Segundo Freudenburg, em 1923 e 1924, na antiga periferia da capital alemã (Alt-Berlin), sôbre 44.000 concepções, 23.000 foram interrompidas por abortos. A percentagem geral, que entre 1880 e 1890 era de 9 a 10 %, eleva-se atualmente a 15 e 20%; em algumas regiões a quase 40%. Nos Estados Unidos, o mal se alastra em grande. Já em 1881 a Comissão nomeada pelo *Michigan Board of Health* chegara à conclusão de que cêrca de 1/3 das concepções abortava criminosamente. Tobinson, em 1919, avaliava em um milhão o número anual de abortos criminosos, isto é, quase metade das crianças que vêm à luz. Como conseqüência destas operações, morrem anualmente em Nova York 8.000 mulheres e em tôda a República norte-americana 50.000! (5)

A lei moral está perfeitamente justificada. Suas intransigências, que num primeiro momento de irreflexão seríamos tentados de chamar cruéis, são na realidade altamente preservadoras. Por havê-lo esquecido é que nos achamos diante de um verdadeiro flagelo social. Ao egoísmo das paixões imo-

(5) V. F. Calverton, *The bankruptcy of marriage*, Nova York, 1928, pp. 186-187.

lam-se anualmente, numa progressão assustadora, milhares e milhares de vidas humanas.

Para esconjurar o perigo crescente urge colaborem, em esforços convergentes, quantos podem exercer na opinião pública uma influência eficaz e benfazeja. Entre êstes à classe médica cabe uma responsabilidade singular. O profissional que pela sua fidelidade ao dever contribui para a formação da consciência pública é um benemérito da sociedade. E êste é um dos aspectos mais nobres e elevados da sua missão. "Por sua influência, escreve um grande ginecólogo e cirurgião suíço, o corpo médico pode contribuir para restabelecer a noção exata do valor da vida em germe e do que autoriza ou reprova o direito natural. Destarte restará uma das suas mais belas e necessárias tradições: o respeito escrupuloso da *vida humana,* mesmo da mais humilde e mais ameaçada, e especialmente da vida fetal, porque mais precária, menos protegida, menos cercada de uma simpatia natural, e, no entanto, portadora de tôdas as promessas e esperanças do porvir" (6).

(Publicado pela primeira vez na revista "A Ordem", 3 [1930], 87-94.)

(6) Dr. Clément, *op. cit.*, p. 120.

RELÍQUIAS DE UMA POLÊMICA

Artigos do Sr. José Oiticica apostilados

PREFÁCIO

Ao meu primeiro artigo respondeu o Sr. Oiticica afirmando não perfilhar pessoalmente as idéias dos modernistas. As convicções de Tyrrell não eram as suas. Não obstante, "por gôsto de esgrimir", "por desporto inofensivo" continuaria pela imprensa a terçar armas contra a Igreja Católica, batendo-se por crenças religiosas alheias *como se foram* próprias. Nestas condições, já me não era livre a escolha; impunha-se o silêncio. Uma discussão séria não tem razão de ser senão como esfôrço das inteligências na pesquisa da verdade. Quem, postergando-lhe os interêsses supremos, *discute por discutir,* labirinta-se em dédalo sem saída, cansa-se inùtilmente em pista sem têrmo, combate sem esperança de vitória. Emprêsa de insensato.

Mais. Meta necessária nas justas da razão, a verdade pauta-lhes ainda as normas fundamentais. Quem não sente êste respeito profundo ao bem supremo das inteligências, esgrimindo por esgrimir, não recuará ante os processos polêmicos mais condenáveis. Sacrifiquem-se os direitos da lógica, mas prolongue-se o esporte inofensivo de esgrimir! A realidade confirmou tristemente o que era de prever. Não houve regra de controvérsia séria que o Sr. Oiticica não transgredisse uma e muitas vêzes.

Prescreve o mais elementar senso comum que se não adiantem proposições inevidentes sem as relativas provas. Uma afirmação gratuita cai com uma negação também gra-

tuita. Ora, nos artigos do Sr. Oiticica encontrarão os leitores, a cada passo, juízos surpreendentes, dêstes que ameaçam a invasão da barbaria no mundo intelectual, formulados sem sombra de demonstração, com um entono, um desempeno, uma desenvoltura, uma ousadia de quem apela para uma evidência de axioma. É meio fácil de sugestionar os leitores incapazes de resistência intelectual. É fácil; não é nobre.

Impõe ainda a mais rudimentar honestidade científica que se não repisem velhas acusações sem consultar as respostas que já lhes foram dadas. O escritor probo, que toma entre mãos uma questão controvertida, começa por informar-se conscienciosamente do seu estado atual. Examina as objeções antigas e as soluções novas. Se estas são decisivas, proclama fechado o debate; se não o satisfazem, impugna-lhes sinceramente o valor. Calcar, porém, e recalcar acusações já mil vêzes respondidas, não é trabalhar para a verdade, é assoldadar-se na propaganda do êrro e da mentira. Percorram-se os artigos do Sr. Oiticica. Desde a fábula do incêndio de Alexandria pelos cristãos até as declamações balofas contra o despotismo romano, lá se encontram quase tôdas as estafadíssimas objeções, mil vêzes refutadas, eternos lugares comuns explorados pelos libelistas profissionais. Custa pouco copiar excertos dos mil e um pasquins escritos contra a Igreja por adversários sem consciência; custa pouco folhear os anais inglórios da heresia e, com os farrapos de erros já vencidos, alinhavar uma túnica de ignomínia, que mal dissimule aos olhos de leitores ingênuos a nudez vergonhosa de uma polêmica sem escrúpulos. É fácil, não é nobre.

Coerência lógica é outra condição essencial de qualquer discussão honrada. O professor do Colégio Pedro II não sabe conservar-se na firmeza de uma posição tomada. Aqui defende a Tyrrell com o calor apaixonado de um modernista

dos primeiros tempos, ali agride a S. Justino com a violência de um pagão desabusado, acolá fala de religião com a indiferença leviana de um cético vulgar. Mutiplicar assim os campos de batalha pode parecer valentia e é fraqueza. Não se desampara uma praça forte que se pode, com vantagem, defender. É fácil, não é nobre.

Com quem, portanto, esgrime só por gôsto de esgrimir e toma as alforrias dialéticas que dessa atitude derivam, não é possível uma polêmica séria e honesta. Não me arrependi nem me arrependo do meu primeiro silêncio. Continuo a negar a minha cooperação aos exercícios desportivos do Sr. Oiticica no seu funambulismo infatigável. Pareceu-me, porém, no interêsse da verdade, pôr ainda uma vez em relêvo os processos de combate do belicoso professor.

Para isto bastaria reunir em opúsculo os seus artigos e submetê-los ao exame demorado e comparativo dos leitores. O jornal é essencialmente efêmero. Entre os que lhe percorrem diàriamente as colunas haverá, talvez, um entre mil que tenha a paciência de conferir um artigo com o precedente, acarear uma acusação com a sua resposta. Reuni, portanto, aos outros artigos relativos à questão todos os números da "Resposta a um jesuíta" do Sr. Oiticica, e, no intuito de facilitar a crítica pessoal dos leitores, apostilei-os com ligeiras observações. Não pretendem essas notas salientar todos os erros e incoerências do professor; visam apenas chamar a atenção sôbre os mais importantes e de mais conseqüências no curso das idéias discutidas.

O sistema adotado da refutação em notas era evidentemente o mais desfavorável. Obrigando-me a seguir todos os rodeios do adversário, nem sempre orientado pela lógica, tirava-me a vantagem de uma exposição seguida e coerente. Apertando-me nas estreitezas de notas forçosamente limitadas em número e extensão, tolhia-me a possibilidade de

respostas exaustivas. Adotei-o, contudo, por me parecer o mais leal. Ante os olhos de todos ficam, na sua íntegra, os artigos do Sr. Oiticica e a brevidade de minhas apostilas, convidativas de ulterior meditação. O mais à seriedade científica, à honestidade imparcial, à atenção refletida de quem lê. *Intelligenti pauca*.

LEONEL FRANCA S. J.

Nova Friburgo, 10 de abril de 1926.

CATOLICISMO E MODERNISMO

(Do P. Leonel Franca S. J.)

I — HISTORIANDO IDÉIAS

O modernismo foi uma tentativa frustrada de invasão do protestantismo liberal na vida e na doutrina católica. Caracteriza-o uma tendência fundamentalmente anti-intelectualista, que se manifesta na inclinação a supervalorizar os elementos afetivos e pragmáticos em detrimento dos racionais e intelectivos. A história do movimento de idéias protestantes que o preparou explica-lhe essa tara original. Assinalemos os grandes marcos desta evolução.

LUTERO

Lutero, o homem que até hoje insultou com os mais revoltantes vitupérios a razão humana, chamando-a até de "concubina do diabo", inverteu os pólos, em tôrno dos quais gravitava, havia 16 séculos, a vida religiosa do cristianismo. A fé, sem a qual é impossível agradar a Deus, é, consoante a doutrina de S. Paulo, um assenso da nossa *inteligência* à verdade revelada.

Para o pseudo-reformador a fé que salva é um *sentimento* de confiança nos merecimentos de Cristo. O homem, essencialmente corrompido, não pode senão acumular pecados. Uma verdadeira regeneração interior é-lhe impossí-

vel. Como, pois, justificar-se? Por uma espécie de ficção jurídica: confiando firmemente que lhe são aplicados os merecimentos redentores de Cristo. Basta crer na eficácia do sangue divino, e os seus pecados, ainda que continuem a existir, não lhe serão imputados. Esta fé-confiança nos dispensa de qualquer cooperação individual, de qualquer atividade própria, dispensa-nos até do arrependimento e do amor e de tôdas as boas obras.

Doutrina profundamente imoral, porque jarreta todo o esfôrço para o bem. Doutrina profundamente anti-evangélica, em aberta antítese com um sem-número de preceitos de Cristo, que só promete a vida eterna a quem observa os mandamentos (*Mat.* XIX, 16). A tal extremo chegou o heresiarca, não por via filosófica — Lutero desprezava a filosofia — mas por uma experiência religiosa, por êle tentada, para acalmar os remorsos da própria consciência e, mais tarde, arvorada em dogma universal da reabilitação salvadora.

Tal a teoria luterana da justificação exterior e forense. O esfôrço da vida cristã já não se concentra em aderir firmemente às verdades ensinadas pelo Divino Mestre e pautar por elas a nossa atividade moral; converge todo para a excitação emotiva de uma confiança viva. A religião desenraizada dos seus alicerces intelectuais entra a oscilar na areia movediça de uma experiência afetiva.

Por dois séculos navegou a teologia protestante na esteira aberta pelo ex-monge saxônio.

KANT

Não é para aqui examinar com que justiça foi dado ao solitário de Kœnigsberg o título de "filósofo do protestantismo". É certo, porém, que, filho de uma pietista fervorosa, Kant concorreu poderosamente com as suas doutrinas para

abalar a confiança na fôrça nativa da razão. Com a balança falseada pelos preconceitos sistemáticos pesou êle, na sua dialética transcendental, os argumentos clássicos da existência de Deus e achou-os leves. Professará então o ateísmo? Não; a Crítica da Razão prática introduzirá de novo a Deus na vida humana como postulado da consciência. Destarte as verdades fundamentais da religião natural — Deus, alma e liberdade — são excluídas do domínio do conhecimento especulativo e exigidas como condições da atividade moral. À razão, enclausurada no estreito âmbito dos fenômenos, já não é dado elevar-se às realidades meta-empíricas. "Foi-me necessário destruir a ciência, escreve êle, para edificar a fé".

Contemporâneos de KANT, LESSING e JACOBI, o filósofo das intuições do coração, deram novo impulso à corrente sentimentalista que continuou o seu curso em todo o século XIX.

RENOUVIER (1815-1903), o fundador do neo-criticismo francês, põe um ato de fé como base da nossa vida racional. Foram, porém, a filosofia nova de BERGSON e o pragmatismo de W. JAMES que levaram à plena maturação os germes anti-intelectualistas do sistema kantiano.

SCHLEIERMACHER

Enquanto a filosofia descrevia a trajetória de KANT a JAMES, desacreditando progressivamente os elementos racionais da vida especulativa, a teologia luterana encontrava em SCHLEIERMACHER (1768-1834) o seu mais célebre organizador sistemático. O protestantismo liberal saúda no contemporâneo e discípulo do filósofo de Kœnigsberg o seu verdadeiro fundador. A origem da religião, diz êle, é um *sentimento,* o sentimento da coexistência do infinito no finito (1.ª fase, panteísta), o sentimento da nossa dependência de Deus (2.ª fase). Os conceitos especulativos lhe são de todo

o ponto estranhos. A religião não reside na inteligência, mas só no coração; não é um símbolo de verdades a crer e um código de leis a praticar, é sentimento e emoção da alma em contato com a realidade. A função da teologia, inteiramente alheia a doutrinas especulativas, é auscultar e registrar as vibrações emotivas da alma religiosa e procurar-lhe os harmônicos na vida intelectual e moral.

Ao aspecto afetivo dêste imanentismo religioso, acrescentou-lhe A. RITSCHL (1822-1889), tributário de Kant, Fichte e Schleiermacher, o aspecto pragmático: ao sentimento irmana-se a ação para integrar a vida do homem. O conhecimento religioso não pronuncia juízos de existência mas só juízos de valor. Deus existe; eis um juízo de existência. A existência de Deus presta serviços à expansão da minha vida moral e estética; eis um juízo de valor. Dêsses se interessa a alma religiosa, não daqueles. Ou mais exatamente: a afirmação da objetividade é condicionada pela percepção do valor subjetivo: é verdadeiro o que para mim se me revela útil.

Os que se acham ao corrente das idéias religiosas contemporâneas já terão visto nas teorias de Schleiermacher e Ritschl os princípios fundamentais do que entre protestantes se chama "teologia moderna" na Alemanha e "teologia nova", na Inglaterra. HARNACK e CAMPBELL ecoaram em nossos dias essas teorias religiosas de orientações acentuadamente agnósticas e utilitaristas.

SABATIER

Da convergência das idéias filosóficas agnóstico-pragmáticas que entroncam em Kant e das teorias religiosas místico-sentimentalistas, esboçadas por Lutero e codificadas por Schleiermacher e sua escola, nasceu, em fins do século XIX, nos arraiais do protestantismo liberal, o símbolo-fideísmo

que encontrou em França os seus mais célebres representantes em E. MÉNÉGOZ e A. SABATIER.

Ainda aqui predomina a noção anti-intelectualista da fé. O homem não se salva pela fé-crença, de natureza intelectual, mas pela fé-confiança, de base afetiva: é a tese central do fideísmo. Que valem então os dogmas? Por que conservá-los? Dêles já se desembaraçara Schleiermacher: Sabatier conserva-os mas lhes dá outra interpretação. O dogma já não é uma verdade que orienta a vida religiosa, mas a expressão intelectual do sentimento autônomo. "Não deveis dizer: o cristianismo é vida, logo não é doutrina. É raciocinar mal. O que importa dizer é que, se o cristianismo é vida, deve engendrar uma doutrina; o homem não pode viver uma vida sem a pensar". *Esquisse d'une philosophie de la religion*, 4.ª éd., pp. 302, 309.

O ponto de partida da religião é o sentimento, é a emoção. "Tomemos, diz êle poucas páginas antes, tomemos a emoção interna, de qualquer modo que se lhe explique a origem, como o primeiro nó vital e orgânico, como o princípio de que se deve partir para seguir o desenvolvimento da vida religiosa interna". Semelhante emoção constitui a revelação subjetiva de Deus à alma religiosa. E é pensando estas experiências primitivas que a inteligência se esforça por traduzi-las em fórmulas, derivadas e secundárias, de valor puramente simbólico: — são as fórmulas dogmáticas. O dogma, pois, não é uma verdade divina, imutável, de valor objetivo; é uma expressão transitória da experiência íntima, correspondente a uma das fases da evolução da humanidade. Só lhe resta um valor prático, utilitarista: o de excitante dos sentimentos religiosos. Quando, no seu simbolismo antiquado, já não vingam despertar vibrações emotivas da piedade, são dogmas mortos. Sepultem-se em paz, enquanto a vida religiosa vazará nos moldes de outras fórmulas, fadadas

a igual destino, a expressão intelectual inadequada de suas experiências afetivas no contato inefável com o desconhecido absoluto.

Uma autoridade religiosa, depositária infalível da verdade revelada, é uma superfluidade que não encontra cabida no subjetivismo de A. Sabatier. A religião do espírito está destinada a suplantar as religiões de autoridade. É a tese de uma das obras do professor da Faculdade de teologia protestante de Paris: *Les Religions d'autorité et la Religion de l'esprit*.

À vista desta volatilização progressiva de todos os dogmas tradicionais, perguntará o leitor refletido se a tão arrebicadas e vaporosas sentimentalidades é lícito ainda, em boa consciência, dar o título de cristianismo. Os protestantes liberais o conservam.

Mas quem não vê neste artifício de cobrir com um nome glorioso uma religiosidade deliqüescente, não sei que insinceridade a raiar pela mais requintada hipocrisia? A censura vem dos próprios arraiais protestantes. "Se não tendes nem quereis ter nem credo nem catecismo, nem papa, nem sínodo, se já não credes na infalibilidade de um homem ou de um livro, na imortalidade de nenhuma doutrina ou instituição, tende a coragem de vos chamardes com o vosso nome, sois livres-pensadores... Sêde lógicos, proclamando-o. É mais, porém, muito mais do que a lógica quem vos impõe o dever de ir tomar vosso lugar onde êle realmente se acha: é a probidade". M. F. Buisson, *Libre pensée et protestantisme libéral*, p. 44. Mesma conclusão em Monod, historiador protestante: "não há autoridade nem certeza dogmática fora da tradição eclesiástica representada pelo catolicismo. O protestantismo não é senão uma série ou *coleção de formas religiosas do livre-pensamento.*" *Revue historique*, t. XLIX (1892), p. 103.

MODERNISMO

Foi nas fontes intoxicadas do protestantismo liberal que os modernistas foram beber as suas doutrinas subversivas do cristianismo que civilizou a Europa. Já há vários anos uma corrente de apologistas católicos frisava, com a importância dos elementos afetivos na conquista da fé, a harmonia entre os nossos dogmas e as mais profundas aspirações da natureza humana. Enquanto, porém, os mais prudentes e penetrantes diligenciavam, dentro nos limites da ortodoxia, por utilizar os germes fecundos e separar o ouro da ganga na corrente sentimentalista, outros, espíritos aventureiros e superficiais, se afanavam por agravar os paradoxos, encarecer as ousadias perigosas e joeirar os elementos suspeitos e deletérios para aglutiná-los em sistemas incoerentes. É o critério que, das justas e sensatas, distingue as inteligências falsas e desequilibradas.

Neste meio recolheu a escola modernista os seus adeptos. Mais conhecidos entre êles, na Alemanha, foram: Gebert e os redatores da revista *Das neue Jahrhundert;* na Itália, o senador Fogazzaro e o Pe. R. Murri, que a febre da ação social precoce afastou bem cedo dos estudos sérios; na França, E. le Roy, leigo, bom matemático mas filósofo amouco de Bergson, A. Loisy, sacerdote, de formação teológica notòriamente sumária, a quem já em 1903 pùblicamente censurara o arcebispo de Paris pela heterodoxia de suas opiniões matizadas de hegelianismo; na Inglaterra, J. Tyrrell, ex-jesuíta, convertido, que nunca se desembaraçou inteiramente dos preconceitos de sua primeira educação protestante. Êstes soldados das novas idéias lutavam aqui e ali, não como um exército disciplinado, conduzido por um chefe para a realização de um plano, mas como francos-atiradores, avulsos e independentes. Idêntico, porém, era o espírito que os animava, idênticos os princípios que lhes informavam a atividade intelectual. Se calhava cruzarem-se no caminho,

um gesto, uma palavra bastavam para se compreenderem. Loisy, no seu *L'Evangile et l'Eglise,* cita um só filósofo e êste é Ed. Caird, que mais tarde iria colaborar no *Rinnovamento,* órgão modernista. Critica Le Roy o milagre da Ressurreição de Cristo? Na exegese de Loisy vai êle beber os princípios de que se socorre. É que, à maneira de substrutura de tôdas essas construções, se ocultava, em alguns talvez inconscientemente, uma filosofia desorientada. Não foi principalmente o progresso das ciências históricas e bíblicas que acelerou a crise modernista, como por aí se andou superficialmente afirmando. No campo dos fatos não havia desacôrdo, a divergência acentuava-se na sua interpretação, na esfera dos princípios filosóficos. Confessou Loisy: "ante a inteligência do crente o simples conhecimento da história do dogma não levanta nenhuma dificuldade nova... se o problema (cristológico) se põe de novo... é em conseqüência *do renovamento integral que já se efetuou e que ainda continua na filosofia moderna". Autour d'un petit livre,* pp. 129. 202. E em trabalho posterior: "Não é a origem dêste ou daquele dogma em particular que entra em discussão atualmente: *é a filosofia geral do conhecimento religioso". Quelques lettres,* p. 157.

Foi esta filosofia geral do conhecimento religioso, por todos os modernistas implìcitamente suposta e por nenhum lealmente proposta em tôda a sua extensão, que ao mundo católico, em síntese admirável de clareza e exatidão, apresentou a Encíclica *Pascendi* (1907). As novas doutrinas, antes nebulosa esparsa e incoerente, aí aparecem, como núcleos definidos a gravitarem na ordem lógica de suas dependências relativas.

Em todo o orbe acordou o importantíssimo documento uma repercussão imensa.

Entre modernistas foi uma explosão de cóleras mal dissimuladas.

Na Itália, em resposta ao papa saiu, sob o véu do anonimato, o *Programma dei modernisti* (Roma, 1903), acervo

indigesto de insolências grosseiras e incoerências pueris, para logo traduzido em francês e alemão. Artigos de jornais e revistas, opúsculos e libelos, afinados em todos os tons do insulto e desrespeito, desde a crítica olímpica até o palavrão de sarjeta, pulularam por tôda a parte. O papa havia excedido em severidade, declarava-se inimigo de todo o progresso, comprometera para sempre o desenvolvimento do catolicismo, deturpara as doutrinas modernistas a ponto de as tornar irreconhecíveis, etc., etc. Era a velha e vulgar psicologia de todos os hereges, sofistas e revolucionários que modestamente se identificam com a religião, a ciência e a pátria.

Em alguns, a acusação nascia de estreiteza de vistas. Encantoados numa especialidade, não se elevavam à altura dos grandes princípios que a informavam e iam repercutir em outras disciplinas. Assim, o exegeta não se julgava solidário dos desvios do filósofo, o historiador desligava a sua responsabilidade das aventuras do teólogo. Esqueciam todos que o papa não condenava diretamente um indivíduo, mas uma doutrina, não feria um modernista, mas o modernismo em todo o âmbito de suas manifestações polimorfas. Em outros revia manifestamente a má-fé. Professôres ou escritores católicos, haviam êles falado muitas vêzes em harmonia, ao menos verbal, com os ensinamentos tradicionais. O êrro se lhes insinuava por entre a verdade. Nada mais espontâneo a um amor próprio ferido, que a idéia de respigar uma meia dúzia de trechos irrepreensíveis e florear a paveia artificial, como pendão triunfante de ortodoxia, contra as malsinações do papa. Era um expediente desleal do primeiro momento, à espera que a crítica, sincera e conscienciosa, em magnífica apologia da sinceridade do documento pontifício, enfileirasse, atrás de cada afirmação da Encíclica, uma série irrespondível de asserções modernistas. A fidelidade foi muitas vêzes levada à identidade verbal. Êsse desabafo explosivo de cóleras mal domadas então não se justi-

ficava, mas entendia-se. O que se não justifica nem entende, o que é tristemente deplorável é que, volvidos quase 20 anos, um foliculário qualquer venha julgar o documento do papa e tachá-lo de calunioso, estribado nestes libelos nascidos na efervescência dos primeiros ódios e despeitos.

Nos ambientes católicos, a Encíclica foi acolhida, não só com a submissão devida à palavra do supremo pastor a quem Cristo confiou a missão de confirmar na fé a seus irmãos, mas ainda com entusiasmo pelo seu elevado valor doutrinal. "É uma obra-prima de verdade!" escrevia o periódico belga *Revue des sciences philosophiques et théologiques*, 1907, p. 648.

Entre muitos acatólicos sérios e desinteressados na pendência, a atitude foi de respeito e mesmo admiração. A uns impressionou a solidez da estrutura científica da Encíclica, como ao filósofo GENTILE, que nela viu "una magistrale esposizione e una critica magnifica dei principi filosofici di tutto il modernismo". PAULSEN, professor em Berlim, reconheceu a primeira origem das idéias profligadas. "É bem provável, diz êle, que tôdas as doutrinas condenadas na Encíclica sejam de origem alemã." *Internationale Wochenschrift*, 7 de dez. 1907. A outros causou maravilha a exatidão e o tom de sinceridade do papa. "O que é notável e novo é que a Encíclica expõe o modernismo, não sob forma de caricatura mas com uma espécie de objetividade e quase em todo o seu encanto." AULARD, *Progrès de Saône et Loire*, 27 set. 1907.

O próprio Tyrrell, contradizendo-se à distância de poucas linhas, confessou num artigo do *Times* que "o retrato do modernista era tão sedutor que a leitura da Encíclica constituía um perigo para os filhos do século". *Times*, 30 set.

Em artigos seguintes, o leitor poderá diretamente apreciar o valor histórico e doutrinal do importantíssimo documento pontifício. Ao expormos as doutrinas impugnadas só nos serviremos de autores modernistas.

II — EXPONDO DOUTRINAS

"O Cristianismo, escreveu FONTENELLE, é a única religião que tem provas". E só a Igreja Católica sabe respeitar plenamente os direitos da razão. Se alguém lhe bate à porta, antes de lhe impor a fé, fala-lhe à inteligência, antes de lhe exigir a sujeição, mostra-lhe os títulos de seus direitos, exibe-lhe as credenciais de sua missão divina.

Quando se desenvolve em tôda a sua plenitude, esta demonstração compreende três fases ou momentos, que se resumem na trilogia: Deus, Cristo, Igreja.

A existência de Deus pessoal e transcendente, Criador e Providência, é o primeiro alicerce da vida religiosa. Prová-lo à evidência, eis o objeto da teodicéia.

Cristo apareceu na plenitude dos tempos, preparado e anunciado pelos profetas como Filho de Deus, Mestre e Redentor da humanidade. Aos homens fala com acentos que se não encontram em outros lábios humanos, entre os homens obra maravilhas que só Deus podia obrar: *si mihi non vultis credere operibus credite*. E o estudo profundo e minucioso, crítico e histórico, da grande teofania, dêste fato singularmente divino que domina a história do gênero humano, fá-lo o tratado da Revelação cristã.

Intata, imutável, incorrupta, a doutrina salvadora do Evangelho deverá chegar a todos os povos na perpetuidade do tempo e na universalidade do espaço, sobrevivendo a tôdas as revoluções, a tôdas as vicissitudes dos homens e das coisas — única firme na torrente das caducidades humanas que tudo arrasta nos vórtices de sua constante mutabilidade. A uma instituição divinamente fundada é cometida esta emprêsa árdua e sôbre-humana.

Quais os caracteres que distinguem a verdadeira sociedade das almas cristãs? Como discerni-la hoje da multidão de igrejas que apelam para o Cristo? Estudo largo e delicado,

exegético e histórico, que enche as páginas dos admiráveis tratados "Da Igreja".

Sôbre a solidez lògicamente inconcussa dêste tríplice pedestal descansa a fé, racional e serena. Magnífico monumento, glória imortal do trabalho incansável de vinte séculos de cristianismo, honra não menos da inteligência católica que da inteligência humana.

APOLOGÉTICA MODERNISTA

Tão bem travada é a estrutura científica da nossa apologética que não há derrocá-la sem ferir ao mesmo tempo a razão na essência de sua dignidade e atentar, em assaltos de vandalismo destruidor, contra tôdas as construções intelectuais do espírito humano. Fê-lo certa filosofia moderna que, num gesto de desalento, se enclausurou na resignação de uma ignorância confessadamente incurável. Perfilhou-lhe as negações céticas o modernismo superficial.

Não bastam os protestos verbais com que os inovadores repeliram, em tom de indignação hipócrita, a acusação de agnosticismo. É tática pueril conservar um êrro e repelir-lhe o nome. Para os que se não pagam de palavras, o que antes de tudo importa é a realidade. E a realidade do agnosticismo, reconhecida ou dissimulada, se acha tôda na origem das doutrinas modernistas. "Aceitamos, escrevem êles, a crítica que da razão pura fizeram Kant e Spencer." *Programma dei modernisti*, p. 96.

Ora, que fêz Spencer, relegando o absoluto para o domínio do incognoscível, senão ligar indissolùvelmente o seu nome ao agnosticismo? Não foi Kant quem negou à razão o poder de atingir qualquer realidade supra-sensível? Não foi Kant quem a condenou, ainda na esfera dos objetos sensíveis, a não lhes conhecer senão as aparências determinadas pelas categorias apriorísticas da nossa natureza? Aceitar,

pois, os resultados da crítica da razão pura é emparedar-se nas muralhas chinesas do mais absoluto subjetivismo agnóstico. Aqui a confissão dos modernistas é mais explícita. "A crítica recente das várias teorias do conhecimento leva a concluir que *é tudo subjetivo e simbólico* no campo do conhecimento." *Prog. dei Mod.*, p. 109.

Tudo, inclusive a demonstração da existência de Deus, base racional de qualquer religião. "Já não podemos aceitar uma demonstração de Deus levantada sôbre êsses "idola tribus" que são os conceitos aristotélicos de movimento, causalidade, contingência, fim." *Prog. dei Mod.*, pp. 99-103. Que importam as definições vaticanas acêrca da demonstrabilidade racional da existência divina! Foram formuladas por "teólogos tomistas". E o têrmo "tomistas" vem sublinhado com êsse desdém olímpico tão freqüente na auto-suficiência de espíritos superficiais. Como historiadores, fingem ignorar que esta é a via real trilhada pela humanidade de todos os tempos nas suas ascensões para o infinito. Como filósofos, esquecem que êsses argumentos, tão puerilmente ridicularizados, são subscritos pelos maiores gênios desde Aristóteles e Platão até Descartes e Leibnitz. Como teólogos que ainda se dizem católicos, desgarram manifestamente da doutrina explícita de S. Paulo (*Rom.* I, 19) a ecoar, nos primórdios da Nova Aliança, os antigos ensinamentos da Sabedoria (*Sap.* XIII).

É que os modernistas declararam guerra sem quartel à inteligência na mais nobre de suas funções. "Para nós *não existe a razão abstrata*: só existe em função de outras faculdades instintivas, cujas exigências e resultados assinala." *Prog. dei Mod.*, loc. cit. Se *não existe a razão abstrata*, que resta do nosso patrimônio científico, todo êle baseado nos princípios especulativos por ela formulados?

Tão radical e tão anti-intelectualista é a parte destrutiva da nova apologética.

IMANÊNCIA

Agora é mister construir. Se o edifício religioso já não pode descansar em seus fundamentos racionais, importa assentá-lo em novas bases. Se a inteligência não as pode subministrar, batamos à porta do coração, do sentimento, das exigências religiosas indefiníveis, dos impulsos latentes da subconsciência. Nestas penumbras talvez consigamos lobrigar o que se nos não depara na região luminosa da vida intelectual. Aí tocaremos a Deus com a experiência imediata. Ouçamos os interessados a descrever-nos a natureza dêsse novo conhecimento religioso como uma "experiência atual do divino que opera em nós e no todo... experiência do divino que se realiza nas *profundezas mais obscuras da nossa consciência* e leva-nos a um sentido especial das realidades supra-sensíveis". Pouco depois, êsse novo sentido do divino se transforma num "senso ilativo... com o qual nos é dado aferrar, no seu inefável mistério, a presença de energias superiores, com as quais nos achamos em contato direto". *Prog. dei Mod.*, pp. 96-7. "A forma nativa [das verdades de fé], escreve Loisy, é uma intuição sobrenatural e uma *experiência religiosa,* não uma consideração abstrata ou uma definição sistemática de seu objeto". *Autour d'un petit livre,* p. 200.

Outro modernista explicou não menos luminosamente a origem do conhecimento religioso mediante a teoria do diafragma: "Cada um de nós é, na frase de Nietzsche, uma ponte, uma corda tesa, não para o quimérico super-homem, mas para o infinito subsistente; descemos nas *escuras penumbras da consciência,* sôbre cujo diafragma refletem nossos atos racionais". *Cultura Sociale,* 16 de out. 1905.

Eis, pois, a origem da vida religiosa: uma emoção a irromper das escuridades profundas da nossa alma. Por uma espécie de reação espontânea, esta emoção provoca uma representação de ordem cognoscitiva. Aqui entra, pela porta

do coração, a inteligência. Já ouvimos o programa dos modernistas a proclamar que a razão só existe para assinalar as exigências e os resultados das faculdades instintivas.

Loisy pouco difere quando afirma que, "diversamente das percepções de ordem racional e científica, a percepção das verdades religiosas não é fruto só da razão. É um trabalho da inteligência executado, por assim dizer, *sob a pressão do coração,* do sentimento religioso e moral, da vontade real do bem". *Autour d'un petit livre,* p. 197.

Neste impulso do sentimento religioso que aflora à consciência consiste para o modernista a revelação. "O que se chama revelação não pode ser senão a consciência que o homem adquiriu de suas relações com Deus". *Ibid.,* p. 195. E Tyrrell: "Tôda a revelação verdadeira é, de algum modo, uma expressão da inteligência divina no homem, do espírito de Deus; porque a expressão outra coisa não é senão a *reação espontânea ou refletida, provocada na inteligência humana pelo toque divino sentido no coração". Rights and Limits of Theology,* na *Quarterly Review,* out. 1905, p. 406.

De quanto fica dito, claramente se vê que a parte construtiva da apologética dos modernistas é tôda baseada na imanência. Êles já não o contestam. Os seus princípios, dizem, "partem todos do pressuposto que o sujeito... tira do próprio ser espiritual quer o testemunho de uma realidade superior, pela intuição [não por via de razão mas por experiência emotiva] de sua presença, quer a sua fórmula abstrata". *Prog. dei Mod.,* p. 97. Por essa via, julgam poder reconstruir todo o edifício religioso que haviam demolido com a crítica da razão pura. "Nossa apologética, dizem êles no dòcumento acima citado, foi um esfôrço para sair do agnosticismo."

Qual o valor lógico desta tentativa? Duas palavras sôbre a imanência, e responderemos à questão.

No sentido mais geral, o imanentismo afirma que só quanto se inclui na esfera de nossa atividade subjetiva,

quanto é por nós experimentado e vivido, pode ser objeto de conhecimento. Aplicada à questão religiosa, o novo sistema pretende que Deus se deve buscar dentro, não fora de nós. Aqui ainda, a imanência pode ser utilizada como método ou afirmada como doutrina. Como doutrina, a experiência interna constitui já a afirmação de Deus; como método essa experiência subministra apenas o ponto de apoio de uma verdadeira demonstração.

Das tendências e exigências religiosas de nossa alma se pretende inferir a realidade capaz de as satisfazer. É legítima semelhante inferência? Não, evidentemente. Uma religião que satisfaz aos desejos profundos da alma, às suas mais íntimas aspirações, convém ao sujeito, *é boa*. Será por isso mesmo *verdadeira?* Ainda não; da bondade à verdade não se pode passar sem intermediários. A transição torna-se de todo impossível quando se trata de uma religião sobrenatural; o sobrenatural, por definição, se acha fora das exigências da natureza. O método imanente não pode, portanto, construir exclusivamente um vestíbulo racional do cristianismo. Como complemento, porém, da apologética externa, presta-lhe inestimáveis serviços. Os argumentos externos demonstram a *verdade* da religião, os internos, a sua *bondade;* aquêles falam à inteligência, êstes ao coração; uma apologética integral enfeixa-os harmoniosamente na síntese perfeita de suas demonstrações.

Êsse admirável trabalho tem sido empreendido por inumeráveis autores católicos. Aos modernistas, porém, veda a lógica a utilização da imanência-método, acima descrita. A argumentação que parte das tendências naturais descansa em princípios especulativos, em princípios de ordem abstrata, que não podem ter valor objetivo algum para quem mutilou a razão com o subjetivismo kantista.

Só lhes resta, pois, a imanência-doutrina, a afirmação de que a nossa experiência religiosa aferra imediatamente a Deus. Neste intuicionismo pseudo-místico vão ainda adiante

pretendendo que a emoção já é uma manifestação do Infinito imanente, uma aparição do divino nas profundidades da consciência. Ultrapassamos destarte os limites da mais tolerante ortodoxia e entramos afoitamente no panteísmo com todos os seus perigos e absurdos. Já os leitores terão observado, nos documentos modernistas acima referidos, a predileção pelo têrmo "divino", em substituição a "Deus". Para o modernista, um Deus pessoal e transcendente não pode lògicamente existir ou pelo menos ser reconhecido.

Com efeito, se todo o conhecimento de Deus se reduz a uma *experiência* que tenta *sentir* o divino na consciência ou na natureza; se nos é impossível elevar-nos dos efeitos criados à causa primeira, segundo os processos lógicos e naturais do espírito humano; se o divino é objeto de intuição direta e a intuição direta não atinge senão o próprio ato consciente, por que não identificar Deus com a nossa consciência? Destas conclusões panteísticas virtualmente contidas nos princípios da imanência mais de uma vez nos deram os modernistas explícitas, pôsto que tímidas, afirmações. "Irei parar no monismo, no panteísmo? Não o sei. *São palavras*. A fé exige o teísmo; a razão tenderia para o panteísmo". A. Loisy, *Quelques lettres,* p. 45. "Para nós, escreve Le Roy, Deus não é, faz-se. E o seu *fieri* é o nosso progresso". *Revue de Metaphysique et de morale,* 1907, p. 59. Ora, o panteísmo é uma forma delicada de eliminar a Deus do universo: onde tudo é Deus, Deus é nada.

E assim, de decadência em decadência, de êrro em êrro, de abismo em abismo, os modernistas mais lógicos justificaram a destruição gradual da fé e da vida religiosa assinalada concisamente na Encíclica: "O primeiro passo foi dado pelo protestantismo (de Lutero), o segundo pelo modernismo (na alheta de Kant e Schleiermacher), o seguinte precipitará no ateísmo."

Aí estão as inevitáveis conseqüências das aberrações religiosas dêstes incautos doutrinadores que uma crítica míope

tentou aureolar com a glória de libertadores do pensamento católico e restauradores do cristianismo primitivo.

III — CERRANDO CONCLUSÕES

A apologética modernista é construída sôbre os escombros da razão; a moral eleva-se sôbre as ruínas do dogma.

Que é um dogma? É uma verdade revelada por Deus, responde o católico. Na teologia modernista, como já vimos, a revelação não é a manifestação de uma verdade; é a aparição imediata do divino que aflora na emoção da consciência religiosa. Sob o seu impulso, como reação puramente humana, surge a representação intelectual, tôda vazada nos moldes das disposições subjetivas da alma. Destarte o homem "pensa sua fé". Um ingênuo repetiu ùltimamente esta frase para demonstrar que os modernistas querem dar "bases científicas" à sua vida religiosa. Pensando assim a sua emoção, a alma esforça-se por dar-lhe uma representação intelectual e verbal em harmonia com a cultura, a civilização, o ambiente em que vive. Esta expressão mais ou menos feliz de uma experiência religiosa — eis o dogma, no conceito modernista. As venerandas fórmulas tradicionais do credo católico não enunciam verdades especulativas, condensam apenas as emoções religiosas de cristãos de outras eras. Que valor conservam atualmente? O de um símbolo, respondem uns, o de uma receita prática, acrescentam outros. No seu simbolismo são ainda benfazejas, exalam não sei que perfume capaz ainda de excitar-nos nalma sentimentos religiosos análogos aos dos que nos precederam. No seu valor pragmático, indicam-nos uma atitude religiosa. Deus pessoal: eis um dogma. Que vale? Especulativamente, nada; como fórmula prática de ação, diz que vos deveis portar com Deus *como se* fôra uma pessoa.

Aos textos. TYRRELL: A fórmula trinitária "não tem valor especulativo mas puramente profético e simbólico, *um valor de imaginação, de devoção, de prática*". *Through Scylla and Charybdis*, p. 343. LOISY: "Os conceitos que a Igreja apresenta como dogmas revelados não são verdades caídas do céu e conservadas pela tradição religiosa na sua forma primitiva. Nêles só vê o historiador a interpretação de fatos religiosos, fruto de um esfôrço laborioso do pensamento teológico". *L'Evangile et l'Église*, c. 4, § 2. LE ROY: "Deus é pessoal, quer dizer, nas vossas relações com Deus, procedei como nas vossas relações com uma pessoa humana... O dogma da presença real, quer dizer que diante da hóstia consagrada se deve conservar uma atitude idêntica à que se teria na presença de Jesus que se tornasse visível". *Qu'est-ce un dogme? Quinzaine*, 16 abril, 1905, pp. 517, 518. Em resumo: a revelação é essencialmente uma emoção religiosa, o dogma um conceito humano mais ou menos intimamente ligado com esta emoção; a fórmula que o exprime não encerra uma verdade mas um símbolo puro de utilidade exclusivamente prática. No curso dos séculos estas fórmulas, se chegam a perder o seu valor pragmático, transformam-se, evolvem, somem-se na voragem dos tempos.

ANTI-INTELECTUALISMO

Dêste rápido escôrço das idéias modernistas salienta-se, em vivo relêvo, o caráter profundamente anti-intelectualista que desde o princípio assinalamos nas novas doutrinas.

Intelectualismo e anti-intelectualismo não são têrmos exclusivos, como por aí levianamente se supôs. Nem o intelectualista nega a existência das outras faculdades humanas, nem o anti-intelectualista pretende negar a realidade da inteligência. O que separa os dois sistemas é uma questão de preeminência, de jerarquia. Em matéria religiosa, o intelectualismo afirma que todo o homem deve ir a Deus, mas

sob o primado da razão; o anti-intelectualismo, neste trabalho ascensional da alma, dá a primazia à vontade, ao sentimento, à ação. À inteligência, diz o primeiro, compete iluminar, dirigir, coordenar as fôrças cegas e impetuosas da vida afetiva. Não, contesta o segundo, sua função se restringe à de um simples registrador que assinala as tendências e as necessidades instintivas e lhes dá uma expressão cujo alcance não vai além do puro simbolismo. Para o intelectualista, a verdade, na intransigência absoluta dos seus direitos, domina a vida humana. O pragmatista, no seu relativismo cético, não reconhece à verdade direitos absolutos.

Anti-intelectualista, portanto, e intratàvelmente anti-intelectualista é o modernismo na multiforme variedade de suas manifestações. Fechando à razão o ádito aos conhecimentos supra-sensíveis, limitando-lhe a capacidade à percepção fenomênica de aparências subjetivas, dando à religião uma origem puramente sentimental, esvaziando o dogma do seu conteúdo especulativo para reduzi-lo a uma simples receita, a nova heresia declarou guerra sem quartel à dignidade intelectual da nossa natureza.

Mas não se toca impunemente na escala jerárquica das faculdades humanas. Aqui tôda a inversão é revolução, e tôda revolução, desordem. A vida religiosa e moral, desquiciada da solidez dos seus gonzos naturais, entra infalìvelmente a oscilar à mercê das emoções violentas, das degenerescências mórbidas, da instabilidade incoercível do sentimentalismo. Aí está a história do protestantismo a atestar-nos até que abismos pode descer a sentimentalidade religiosa, quando, emancipada da razão e do dogma, pode dar livre curso aos seus impulsos cegos.

W. JAMES, na sua conhecida obra *The Varieties of Religious Experience*, recolheu inúmeros exemplos. Citemos um ou outro. Para o alemão C. HILTY, a vida religiosa consiste num sentimento vago da presença de Deus e no "incomparável sentimento de felicidade ligado a esta presença, sentimento muito humano, que é a melhor prova da existência de Deus". *Glük*, 3.ª parte, p. 18. Mas em que consiste êste sentimento de felicidade, a melhor prova da existência de Deus? Para HAVELOCK ELLIS "as mais simples funções da vida fisiológica podem ser seus ministros. Os que têm conhecimento da mística da Pérsia sabem como o vinho pode ser considerado como um instrumento de religião. De fato, em todos os países, em todos os tempos, qualquer forma de bem-estar físico — canto, dança, bebida, excitação sexual — foi ìntimamente associada ao culto. Até a expansão momentânea da alma num bom riso é, na sua pequena medida, um exercício religioso! Onde quer que haja uma expansão alegre de tôda a alma, aí há religião". *The New Spirit*, p. 232. Mística pouco exigente! Outro, HALLEY, acha-se numa taberna, bebera até o último vintém, depois de quatro noites de *delirium tremens*. De repente sente-se invadido por uma grande presença. Era Jesus que lhe aparecia: soube-o êle mais tarde. Bate violento murro na mesa, declara que não há de embriagar-se mais, e para ser fiel ao seu propósito vai recolher-se ao primeiro pôsto policial. (W. JAMES, *op. cit.*, pp. 79, 49, 201.)

Contra êstes desmandos que poderá dizer o modernista sem princípios racionais e sem dogmas especulativos? Que diria coerentemente TYRRELL, depois de haver escrito que "sendo a nossa experiência religiosa o sentido das relações dinâmicas que ligam o nosso espírito com o espírito universal, nela temos um critério prático, que permite rejeitar qualquer teoria incompatível com esta experiência"? *Quarterly Review*, out. 1905, p. 483; *Through Scylla and Charybdis*, p. 230.

Nem menos do que a vida religiosa, fica irremediàvelmente comprometida a nossa atividade moral. Sem princípios racionais demonstrados, sem *verdades* reveladas não há,

nem pode haver moral humana, moral cristã. Os pressupostos de uma regra de vida — liberdade, lei, obrigação, etc. — são proposições que só uma filosofia racional objetiva pode estabelecer com certeza. O expediente pragmatista de Le Roy é, não só eminentemente irracional, mas revoltantemente hipócrita. Se os dogmas não têm nenhum conteúdo de verdade, por que hei de eu proceder como se o tivessem? Se Cristo não está realmente na hóstia consagrada, por que, num requinte de hipocrisia idolátrica, devo eu curvar o meu joelho ante um fragmento de pão?

Ah! Como é admirável, na coerência de sua construção, a doutrina católica! Quisestes tocar-lhe nos fundamentos, arruinastes a ciência, a religião, a moral.

"UBI TROIA FUIT"

Tão inconsistente como vimos, o modernismo não podia, entre católicos, viver vida longa. A crise foi momentânea. O gesto firme de Pio X conjurou para sempre o perigo. Que é feito hoje dos grandes modernistas de ontem? O desventurado Tyrrell faleceu em 1909 sem chegar a ver a profundidade do precipício em que se abismara. R. Murri, aureolado pela popularidade efêmera e barata com que o escândalo das multidões envolve todos os revolucionários, vive hoje no silêncio e na obscuridade, esquecido de amigos e inimigos. De sua revolta contra a Igreja, só lhe resta um casamento sacrílego com uma protestante. Loisy é a verificação experimental das decadências doutrinais previstas na Encíclica Pascendi. Hoje o apóstolo do cristianismo primitivo (!) passou os limites do protestantismo liberal e do racionalismo crítico para cair num positivismo vulgar. Na humanidade, vê êle "o verdadeiro Cristo eterno, sempre a sofrer, sempre a morrer, sempre a ressuscitar". *La Religion*, p. 287. Os ritos e as festas de culto do porvir serão o aniversário da batalha do Marne, da paz de Versailles, etc. *Ibid.*, p. 312.

Realmente valia a pena que um causídico desocupado tomasse a defesa de uma causa desamparada pelos próprios interessados? Não é anacronismo ridículo vir cantar loas, onde se deviam entoar epicédios? *Hic locus ubi Troia fuit*.

A ENCÍCLICA "PASCENDI"

Das eminências a que chegamos agora, e com um recuo histórico de quase 20 anos, podemos apreciar, em tôda a sua grandeza, o valor excepcional do grande ato de Pio X. Depois de multiplicar por vários anos os conselhos e admoestações paternas, a intervenção enérgica e decidida do Papa foi, ainda uma vez, na história, uma afirmação da dignidade do homem, e uma defesa dos direitos intangíveis de Deus.

Afirmou a dignidade do homem, tutelando a integridade de suas fôrças intelectuais. Contra as diminuições injustificáveis de todos os agnosticismos, subjetivismos e relativismos, o Pontífice reivindica para a razão os direitos inalienáveis de investigar os fundamentos da fé; reconhece-lhe a capacidade de elevar-se ao conhecimento das realidades supra-sensíveis, defende a verdade absoluta dos grandes e imutáveis princípios que constituem a alma insubstituível da nossa vida intelectual.

Afirmou a dignidade do homem, salvando a coerência de sua atividade moral. Nada de vida religiosa ao sabor das flutuações do sentimentalismo, nada de ficções degradantes a velar mal dissimuladas hipocrisias. Unidade e continuidade entre a vida moral e intelectual, entre o cérebro e o coração. Acima de tudo, a verdade na expressão natural dos grandes princípios e na manifestação sobrenatural dos dogmas revelados, a imprimir aos atos passageiros da nossa

existência a orientação segura, coerente e constante das coisas eternas.

Afirmou ainda a dignidade do homem, defendendo a sinceridade religiosa do cristianismo. É sabido como, entre protestantes, muitos pastôres se resignam ao aviltante mister de comediantes religiosos. O eclesiástico protestante, escreviam êles há mais de um século, não é obrigado a subscrever uma profissão de fé senão para a paz e tranqüilidade pública, *sem outro fim* que o de conservar, entre os membros de uma mesma comunidade, a união exterior. CL. CHAVAUX, *Quelques considérations* etc., pp. 105, 106. Acentuando-se nos nossos dias a babilônia dogmática, PAULSEN pretende ainda demonstrar como um pastor, que na universidade é discípulo de Strauss, possa "por considerações pedagógicas" calar as suas opiniões numa aldeia e falar ao povo simples dos campos a linguagem tradicional da Bíblia. *System der Ethik,* Berlin, 1906, t. II, pp. 242-3.

Loisy pretendeu aclimar entre católicos esta indigna hipocrisia. "O fiel adere com sua intenção à verdade plena e absoluta *figurada* pela fórmula imperfeita e relativa." *Autour d'un petit livre,* p. 206. A intenção do fiel vai à verdade absoluta (como e por que via a conhece êle?) enquanto os seus lábios pronunciam palavras figuradas e simbólicas. Sendo assim, por que não podemos amanhã recitar simultâneamente uma profissão de fé luterana, anglicana, muçulmana, passando com os lábios pelo símbolo das palavras e aderindo com a intenção à verdade absoluta, incógnita e incognoscível?

A Igreja Católica não conhece essas transações vergonhosas com a sinceridade. Não há "considerações pedagógicas" que a seus olhos legitimem a mais abominável das hipocrisias, a hipocrisia religiosa. Quando ela nos impõe o seu credo, exige dos nossos corações a adesão leal ao significado do que pronunciamos. Quando dizemos "creio em Jesus Cristo Filho Unigênito de Deus, Deus de Deus, Luz de luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro", tôda a nossa alma, na plenitude de um ato consciente, se inclina em homenagem de adoração ao Salvador. Outros poderão não ter essa fé; nenhum homem reto, porém, poderá deixar de admirar a coerência, a lealdade, a nobreza de semelhante proceder.

Acima da afirmação da dignidade do homem, a palavra do Papa foi principalmente uma defesa das prerrogativas intangíveis da verdade divina. Quem não tem um conceito exato, uma percepção viva da infinita, absoluta e inefável majestade de Deus, na inviolabilidade soberana dos seus direitos, não pode entender a intransigência dogmática da Igreja Católica. A Igreja não é autora de um sistema humano, filosófico ou religioso, é depositária autêntica de uma revelação divina. Cristo ensinou-nos uma doutrina celeste: "A doutrina que eu vos ensinei é d'Aquêle que me enviou". S. João, VII, 16; XII, 49. Aos seus discípulos ordenou que a transmitissem a todo o gênero humano na sua integridade incorruptível. "Ensinai-lhes a observar *tudo* o que vos mandei." Mat. XXVI, 20. E para que a falibilidade humana não alterasse o depósito divino, prometeu-lhes a eficácia preservadora da sua assistência. "Estarei convosco até o fim dos séculos".

A Igreja Católica tem, pois, promessa divina de imortalidade e infalibilidade. Não foi, não será nunca infiel à sublimidade da sua missão. Quando a sinagoga, alarmada com os prodígios que sancionavam o cristianismo nascente, prendeu os apóstolos e lhes impôs um silêncio criminoso, Pedro respondeu aos sinedritas um sublime *non possumus*. No volver dos séculos nunca desmentiu a Igreja as promessas dêste seu batismo de sinceridade. Tôdas as vêzes que o êrro, armado como a fôrça, mascarado como o sofisma ou subdolo como a política, bateu às portas do Vaticano, pedindo ou impondo-lhe uma concessão, uma aliança, um compromisso, saiu-lhe ao encontro um ancião inerme e venerável

na candura simbólica de suas vestes, e, com voz firme e olhar fito no céu, respondeu-lhe: *Non possumus*.

Após quase dois mil anos, ecoando ao protesto necessário do humilde pescador da Galiléia, outro humilde filho do povo opôs à mais refinada, altiva e perversa aberração religiosa a negação serena de sua divina intransigência.

E o *non possumus* de Pio X, que foi uma reivindicação solene dos direitos e da dignidade da nossa natureza, salvou ainda uma vez o cristianismo, que, só, é fermento de vida da humanidade.

Nota. — Cronològicamente saíram êstes artigos (só os dois primeiros) depois de começada a polêmica com o Sr. Oiticica. Publicamo-los, porém, em primeiro lugar porque facilitam lògicamente a inteligência de quanto se segue.

MODERNISMO CATÓLICO

Artigo do Sr. José Oiticica

A morte do cardeal Mercier, arcebispo de Malines, recorda-me uma das fases mais intensas do movimento liberal modernista na Igreja Romana, conseqüente à encíclica de Pio X, *Pascendi Dominici gregis*, de 8 de setembro de 1907.

Nesse documento célebre o papa condenava a profunda agitação liberatória do pensamento católico apelidada: *modernismo*.

Ora, o mais denodado campeão dessa batalha anti-romana foi o grande jesuíta irlandês Georges Tyrrell, e o mais vigoroso escrito seu foi justamente a resposta à Carta Pastoral do cardeal Mercier, endereçada, pela quaresma de 1908, aos fiéis da sua diocese.

Essa carta revela-nos um Mercier de espírito estreito, nada sincero, suspeito nas suas afirmações, reacionário mui prêso a Roma, contraditório e pouco hábil.

A réplica de Tyrrell, nominalmente apontado pelo arcebispo como um dos guias modernistas, é, segundo a frase do padre Albert Houtin, na sua *História do modernismo católico*, "uma obra-prima de controvérsia religiosa".

Com efeito, sua argumentação cerrada, o ardor do seu estilo, a viveza da sua sinceridade, tornam sua análise um modêlo de polêmica, sempre respeitosa, enérgica e brilhante.

Como seu livro (em inglês *Medievalism;* em francês *Suis-je catholique?;* em italiano *Medioevalismo*) reflete perfeitamente o que de melhor se tem pensado e escrito, a meu ver, do assunto, e como no Brasil se desconhece, penso eu, a literatura e a história dêsse admirável arranco para a liberdade de pensamento, vou resumir alguns pontos da controvérsia acompanhando de perto os conceitos do autor.

Começa o cardeal Mercier sua carta agradecendo a Deus ter preservado a Bélgica do vírus modernista, graças também à vigilância dos seus Pastôres. Retruca-lhe Tyrrell observando que isso depõe muito contra os pastôres franceses, italianos, inglêses, americanos, etc. Demais, não se pode compreender tal vigilância quando, na conclusão da carta, lamenta o arcebispo o descaso geral da religião, declarando ter vãmente procurado, na estante de amigos seus, a prateleira de literatura religiosa, e quando recomenda, para remediar essa indiferença, a leitura, ao menos, do *Novo Testamento*. E Tyrrell pergunta: "Pode V. Em.ª imaginar que nos três grandes países protestantes, Inglaterra, Alemanha, América... se encontre um só lar cristão que não tenha sua Bíblia e alguns livros religiosos? Teve V. Em.ª curiosidade de comparar a produção anual de literatura religiosa num país protestante como Alemanha ou Inglaterra com a de um país católico, tal Espanha ou Itália?"

Por que isso? Porque a Igreja Romana, disciplinando militarmente seu rebanho, impondo idéias e preceitos, mata o espírito e alastra o indiferentismo. "É precisamente a ausência dêsse interêsse que tornaôca e arrastada qualquer palestra com a média dos ultramontanos, leigos ou padres. Versai diante dêles assuntos religiosos; tende-los retransidos logo a vos olharem com olhos mortos de estátua."

Tudo isso é conseqüência do ensino empedernido e esterilizante da Igreja. O católico romano há de aceitar a pílula como vem de Roma, doce ou amarga, e não pode tugir; há de obedecer humildemente aos bispos sem lhe tomar contas ou fiscalizar seus atos; há de crer o que lhe mandam crer, sem nenhum direito de objeção a absurdos bíblicos ou disparates encíclicos; se tem dúvidas, recorra ao cura e, se o cura não dissipa as dúvidas, reze à Virgem e comungue. Querer saber *por quê* revela *vaidade* e a vaidade é pecado.

Só assim consegue Roma essa *uniformidade* estagnante e letal.

O que o modernismo quer, antes de tudo, é *unidade espiritual*, isto é, conformação de crenças, espontâneamente provinda de sereno estudo e constante experiência religiosa, alicerçada nos ensinamentos mesmos do Cristo. A uniformidade imposta não é conformidade, é regime de centralização feroz, que tira, tanto aos sacerdotes, quanto aos fiéis, a menor iniciativa pessoal ou conjunta na pesquisa das verdades espirituais.

Querendo definir o modernismo, afirma o cardeal Mercier que, em substância, consiste êle nisto: achar que a alma religiosa devia tirar de si mesma, só de si mesma, o objeto e o motivo de sua fé e rejeitar tôda comunicação revelada imposta a sua consciência. Portanto, o modernismo nega a autoridade doutrinal da Igreja fundada por Cristo e tôda a hierarquia da sociedade cristã.

Essa definição Tyrrell considera *imaginária e de todo ponto paradoxal*. É interpretação de alguém que jamais houvesse lido um livro modernista, ou lido por cima sem capacidade, pois, de julgar. "Cada linha do retrato, acentua Tyrrell, está diretamente oposta à do modêlo".

Demais, há flagrante contradição porquanto, páginas adiante, o cardeal critica o modo pelo qual Tyrrell entende a tradição católica, sua manutenção pelo corpo sacerdotal, a definição dos seus dogmas pela colaboração de todos os fiéis e ensino posterior pelos bispos e padres. Logo, sabia o cardeal que o modernismo não rejeita a autoridade, nem prega o individualismo religioso extremado. Entre o romanismo, ou ultramontanismo, ou teologismo medieval (*medievalismo*, chama-lhe Tyrrell), e o modernismo, a diferença está no entender a revelação. O romanismo *mecaniza* a concepção do ensino revelado; o modernismo repele essa concepção mecânica e apela para uma concepção espiritual, feita de estudo, indagação comum e aceitação coletiva da vida religiosa.

Mercier dá Tyrrell como individualista e êste declara que em todos os seus livros sempre se bateu contra todos os individualismos. Não admite que um homem crie *sua* religião, fora dos demais homens, como também não admite que um homem, chame-se papa, ou um grupo de homens, chame-se conselho ou concílio, imponha aos demais homens uma regra religiosa que a consciência dêstes muitas vêzes repele.

É que o cardeal repetia a lição da encíclica *Pascendi*, repositório de deturpações calculadas e asserções arbitrárias.

Ora, a encíclica é o coroamento de um trabalho multissecular de centralização da Igreja até o despotismo religioso mais ferrenho. Em vão se procurará, nos evangelhos, uma indicação política, um preceito de suserania teológica, um esbôço de hierarquia administrativa ou pedagogia. Todos ali são irmãos; Jesus era Mestre, mas não amo; seus discípulos eram discípulos e não servos. Seria monstruoso imaginar Cristo dando a si mesmo o título de bispo dos bispos. Na primitiva organização eclesiástica o bispo era pastor na sua diocese, não dependia de ninguém e ensinava a comunidade sem *teologia;* transmitia os preceitos evangélicos, consubstanciados pela tradição dos dois primeiros séculos de vida religiosa. Seria absurdo ouvir um bispo declarar ser êle a *tradição* cristã, como o declarou, alto e bom som, o papa Pio X, *la tradizione sono io*. Nos primeiros séculos da Igreja o bispo de Roma não é superior em coisa alguma aos demais; é primeiro *entre irmãos*.

Deu-se depois o que os modernistas chamam: *desenvolvimento*. Pouco a pouco, aproveitando circunstâncias históricas favoráveis, foram os bispos de Roma concentrando em suas mãos o poder administrativo e a ditadura espiritual. Criou-se um corpo de missionários, firmou-se a distinção anti-evangélica, entre mandatários e mandantes, rebanho a ensinar e pastôres ensinantes. Caminhou-se para o homogêneo, o uniforme, o autoritarismo de pior forma, o religioso. "No comêço não havia uma Igreja ensinante e uma Igreja ensinada, mas uma Igreja ensinante e um mundo ensinado. Cada cristão, por virtude do seu batismo, era mestre e apóstolo. E foi a cada um dos apóstolos e a todos que Jesus conferiu sua própria autoridade, seu Espírito, sua missão." Onde se vê Jesus definindo pontos teológicos e impondo-os sob pena de condenação eterna? Sua autoridade é tôda espiritual e não jurídica "autoridade que tem a verdade sôbre o pensamento, a bondade sôbre a consciência". E só essa autoridade conferiu êle aos discípulos. E como reconhecerão os homens êsses discípulos? Jesus explica: se vos amardes uns aos outros.

Logo não podemos reconhecer discípulos de Jesus a homens que impõem sua autoridade, seu pensamento, seus preceitos, ritos e ordens, jamais determinados ou sequer

imaginados pelo mestre, "sob pena de condenação eterna"! Jesus pregou um princípio de vida religiosa, não pregou uma teoria ou uma teologia.

Tôda a teologia romana é *desenvolvimento,* acréscimo, adendo, invencionice, deturpação, impostura. As igrejas cristãs do Oriente jamais admitiram semelhante superfetação e foi contra ela que se levantou Lutero.

A tal cena contestabilíssima da entrega das chaves a Pedro serviu de pretexto a êste desenvolvimento, concentrador de todo o poder nas mãos do papa.

Tyrrell, para mostrar a mentalidade dos ultramontanos, cita a opinião do jesuíta Liberatore, que expõe tal concentração absoluta, e mais êste passo da carta pastoral do arcebispo de Salzburgo, em 2 de fevereiro de 1905: "Ó poder de inconcebível potência! o céu permite que a terra lhe dê ordens; o servidor se transforma em juiz e seu Mestre, nos Céus, ratifica a sentença por êle proferida na terra."

"Assim, conclui Tyrrell, o próprio Deus está equiparado aos bispos, recebe ordens de Roma, e, dando as chaves do Reino a Pedro, Cristo se tornou *roi fainéant.*"

Êsse endeusamento do papa nota-se hoje em tudo. Refere Tyrrell que na *Tessera* da comunhão pascal de 1907. aprovada pelo arcebispo de Milão, vem duas vêzes o nome do papa nivelado com o da virgem Maria: *"Gloria alla Madre Immacolata; Gloria al Santo Padre"*.

Nas cruzes vendidas aos peregrinos a Roma viu Tyrrell a imagem de Cristo substituída pela do Papa.

Por isso os protestantes acusam os católicos romanos de *papolatria*.

E quem edificou todo êsse aparelho de autocracismo romano? Foi o consenso dos cristãos? De modo algum. Foi a camarilha teológica ávida de domínio; foi o corrilho político medieval, à custa de inverdades, tortura de textos, concílios ridículos; foi a Companhia de Jesus trabalhando para isso até o concílio do Vaticano e continuando ferozmente, depois do concílio, até a encíclica *Pascendi*.

Impossível tratar, num artigo, de todos os pontos do debate. Não poderei, todavia, omitir um dos mais importantes, por vir errado na encíclica e na carta de Mercier. Ambos

supõem o movimento modernista fruto de mau preparo filosófico, de um desvio da reta filosofia escolástica, por contaminação de doutrinas modernas.

É patente o êrro. O modernismo originou-se da crítica dos textos bíblicos. O germe da desconfiança, da dúvida e finalmente do cisma foi a impossibilidade de concordar os ensinamentos e práticas romanas com as evidências assinaladas pela crítica histórica.

Na Idade Média foi possível a mistificação. Não havia a erudição bíblica; não se conheciam as interpolações; ninguém sabia a história dos livros componentes da Bíblia; ignoravam-se os documentos caldeus, assírios e egípcios... Dêsse modo puderam os teólogos assentar, nos textos da Vulgata, sua complicada arquitetura doutrinária que foram gradativamente substituindo à lição evangélica.

Com a crítica histórica do século XIX tudo mudou. Apareceu, assim, aos olhos espantados de sábios sacerdotes como Duchesne, Loisy, Hébert, todo o edifício católico romano tal qual é: absurdos, incongruências, erros secularmente amontoados. Comparando-o à simplicidade do edifício levantado por Cristo, sentiram-se indignos da sua missão sacerdotal, colaboradores dessa obra de deformação em proveito do Vaticano burocrata.

E então denunciaram corajosamente essa deformação e essa burocracia proventuária. "É a revolta, clama Tyrrell, não tanto da inteligência cativa, como do sentimento religioso e moral violado pela oposição cìnicamente anti-religiosa e egoísta da burocracia do Vaticano, por sua indiferença a tudo que não seja seu próprio poderio e dominação, e sobretudo pelos miseráveis métodos maquiavélicos empregados e por meio dos quais espera chegar a seus fins. Os Papas mudam; mas a onipotência burocrática exploradora do papado permanece imutável em seu espírito, métodos e fins. Vemos aí uma grande multidão de homens para os quais à Centralização da Igreja de Roma significa dinheiro e posições, que têm interêsse em ir levando as reivindicações do Papado a seus limites mais extremos. Com êles, o Papa tudo pode fazer; sem êles nada. Através dêles é que êle se acha em comunicação com a Igreja, e nada logra passar-se entre Ela e Êle sem que tome a forma mais favorável aos interêsses coletivos daqueles. E' contra êsse exército com-

pacto de funcionários, que a consciência católica se está levantando indignada".

Em suma, o que pretendem os padres modernistas é a volta ao cristianismo primitivo sem teologias complicadas, sem anátemas ridículos, sem dogmas impostos, sem índices, sem adições deturpadoras, sobretudo sem concentração de todos os poderes nas mãos de um só, e através de um grupo intermediário ambicioso.

A IGREJA CATÓLICA E O MODERNISMO

Resposta ao artigo anterior pelo P. Leonel Franca S. J.

Cingido pela tríplice auréola da ciência, do patriotismo e da virtude, caiu, ceifado pela morte, Desiderato Mercier. Ante esta grande sepultura recém-aberta, os filhos da Igreja verteram lágrimas de gratidão e saudade; os incrédulos, sensíveis à beleza superior dos espetáculos morais, descobriram-se silenciosamente num gesto de respeito e admiração. Com o fundador do Instituto Filosófico de Lovaina, com o defensor intrépido dos direitos da Bélgica, com o virtuoso cardeal-arcebispo de Malinas desaparecia uma das almas mais nobres, mais fortes, mais simpáticas do mundo contemporâneo.

Sôbre essa memória veneranda o Sr. José Oiticica julgou oportuno atirar o atrevimento de seus baldões. A piedade pagã reconheceu na morte um asilo inviolável à irreverência dos vivos: *jam parce sepulto*. O professor de gramática do Colégio Pedro II não entendeu a delicadeza humana dêste sentimento.

Em artigo publicado no "Correio da Manhã" de 13 do mês findo, houve por bem "revelar-nos um Mercier de espírito estreito, nada sincero... contraditório e pouco hábil". — Não há fidalguia neste gesto petulante. Insultar um adversário, que a loisa fria de uma sepultura separou irrevogàvelmente da arena dos combatentes, não é nobre.

Através do grande vulto de Mercier desazadamente escolhido em hora inoportuna, os assaltos de José Oiticica

visam a Igreja Católica. As armas da ofensiva foi êle buscá-las num libelo do modernista Tyrrell, escrito em 1908, contra uma Pastoral do finado Primaz da Bélgica.

Outra escolha que atraiçoa paixões mal domadas. Não é nos escritos, envenenados pelo ódio e pelo despeito, de um apóstata recém-cortado da comunhão dos fiéis, que sôbre a Igreja Católica se deve pedir a luz serena da verdade. Moralmente, é uma testemunha contra a qual se elevam tôdas as exceções da crítica e do bom senso.

Poucos autores apanharam tão ao vivo a psicologia dêstes desditosos fedífragos como o grande convertido inglês Roberto Hugh-Benson: "Quereis ouvir destilar a calúnia, com arte refinada, esgotar o vocabulário dos têrmos mais grosseiros, atribuir aos outros os motivos mais vis, malsinar as ações mais inocentes, com o ardor de um extático? Procurai um monge apóstata ou um religioso desfradado... É raro que um católico prevaricador deixe em paz o catolicismo. Judas não se fêz crítico nem mesmo fariseu: tornou-se traidor, criminoso entre os que mais o são, precisamente pela superioridade d'Aquêle que outrora fôra seu mestre".

Ora, é sôbre as linhas fundamentais de um escrito firmado pela mão de um sacerdote, decaído da grandeza de sua missão sagrada, e infiel aos seus juramentos religiosos, que o articulista do "Correio da Manhã" decalca o seu requisitório contra a Igreja Católica.

Nada de novo nos deparou o trabalho de José Oiticica sôbre uma questão, que êle ingênuamente julga desconhecida no Brasil. Sempre o mesmo processo em que são useiros e vezeiros quantos escrevem, não por amor da verdade, mais para a propaganda de uma idéia afagada com carinho apaixonado. No pequeno espaço de duas ou três colunas de jornal acumulam-se mil objeções diversas que entendem com a filosofia, a história, a teologia e a exegese. A bateria de parada impressiona o leitor ingênuo e irrefletido e dificulta sobremaneira ao adversário sério o trabalho da réplica pronta

e concisa. A refutação cabal de uma dificuldade que se formula em duas linhas demanda às vêzes duas colunas. Poderá esta ser tática de guerrilheiro de profissão, não é arte de polêmica leal.

Notável proceder o dêstes paladinos da razão tão prontos, pelos seus direitos, a sair de lança em riste contra a Igreja e tão fáceis em lhe desrespeitar as exigências mais elementares.

Se a tôdas as afirmações gratuitas do Sr. Oiticica opuserdes um "não" decisivo, elas desmoronam como um castelo de cartas. Não têm sequer o arrimo de um simulacro de prova.

Não seguiremos êste método cômodo inda que legítimo. Submeteremos à rápida análise crítica duas ou três das suas principais asserções.

***

Rompe a série de recriminações a velha, rançosa, estafadíssima acusação de obscurantismo desta Igreja que "mata o espírito" com o seu "ensino empedernido e esterilizante". A questão já foi tão estudada no seu duplo aspecto, doutrinal e histórico; tanto tempo há que a crítica mais bem informada, mais imparcial e exigente disse sôbre ela a sua última palavra, que já quase nos falta a vontade de polemizar sôbre o assunto.

Por que, em vez de ler Tyrrell, não tomou o Sr. Oiticica a sessão III dêste Concílio Vaticano tão malsinado quão desconhecido? Veria aí como a Igreja entende as relações harmônicas entre a razão e a fé: como à inteligência humana reconhece os direitos e a capacidade natural de discutir e examinar os fundamentos filosóficos e históricos da revelação; como "tão longe está ela de opor-se ao cultivo das ciências e das artes que o auxilia e promove de muitos modos";

como enfim lhe reconhece a justa liberdade no âmbito natural de seu objeto.

Quão distante, esta elevação de pensamentos, êste descortino de horizontes, da insulsaria mesquinha e injuriosa do articulista, para quem o católico, se lhe não dissipa as dúvidas o cura, que "reze" à Virgem e comungue. "Querer saber porque revela vaidade, e a vaidade é pecado."

A Igreja a ensinar nos documentos oficiais do seu magistério solene que se não pode exigir do incrédulo um ato de fé, sem antes lhe demonstrar a sua racionalidade, o seu porquê — e o professor de gramática a vender aos seus clientes como doutrina católica que o desejo de saber é pecado, porque vaidade. Ainda uma vez, não é leal.

Ao catolicismo que assim respeita e consagra os direitos da razão, opõe êle o modernismo como "uma profunda agitação liberatória do pensamento católico". Mal suspeita que a nova heresia é precisamente caracterizada por um anti-intelectualismo intratável. Sua tendência fundamental é supervalorizar os elementos afetivos e pragmáticos do homem em deprimento dos racionais e intelectivos. O edifício de nossa vida religiosa, levantado pelo catolicismo na região luminosa da atividade consciente e sôbre os alicerces inconcutíveis da verdade, transferem-no os inovadores para as sombras fôscas e impenetráveis da subconsciência e para a areia movediça do sentimentalismo volúvel. — Mas para combater a Igreja tôda a arma é boa.

À doutrina católica defensora e nobilitadora da inteligência correspondem os fatos como o seu mais significativo comentário. Não há, em tôda a história, nação ou instituto social que possa apresentar à gratidão da posteridade tantos títulos de benemerência intelectual como a Igreja Católica.

Logo ao nascer, banhada ainda no sangue dos próprios filhos, colhe reconhecida das mãos dos Justinos e dos Atenágoras a flor da sabedoria pagã.

Mais tarde, no período áureo desta Idade Média, só menosprezada pelos que a ignoram, submete a inteligência humana a uma disciplina admirável. "Nenhuma outra época, escreve A. HARNACK, mostrou tanto desejo de pensar e tanto vigor em submeter à razão tôdas as existências e todos os valores, como a idade do meio". *Lehrbuck der Dogmengeschichte,* III, 328.

Os nossos tempos são ainda testemunhas de uma vitalidade do pensamento católico tão profunda, tão intensa e tão expansiva que só a ignoram os eruditos de gazetas anticlericais.

Estão, pois, escritos com os caracteres indeléveis dos fatos os títulos da glória científica da Igreja. Uma instituição que desde os primeiros séculos de sua vida livre faz do ensino primário um dever pastoral dos seus ministros; que salva no asilo dos seus mosteiros os tesouros inapreciáveis das literaturas clássicas; que consagra uma grande parte de suas Ordens religiosas ao estudo das ciências e aos árduos labôres do magistério; que fundou na sua maioria as mais célebres Universidades do velho continente; que conta no número de seus filhos, entre as glórias especulativas da humanidade, Agostinho de Hipona e Tomás de Aquino, entre os grandes iniciadores da ciência e da civilização moderna, Gutenberg e Colombo, Copérnico e Galileu, Descartes e Pascal, entre os maiores cultores da ciência do século XIX, Volta e Ampère, Barrande e Pasteur, Leverrier e Cauchy, Weierstrass e Hermite; — pode continuar serena a sua missão iluminadora das inteligências e perdoar generosamente os doestos bolsados pela raiva impotente de malquerentes gratuitos e inofensivos.

*
**

Mais grave que a de cortar as asas ao vôo livre do pensamento é a acusação de deformar os ensinamentos primitivos do Evangelho. "Tôda a teologia romana é... invencionice, deturpação, impostura." Dogma e jerarquia, disciplina e liturgia, organização social e jurídica, tudo é criação posterior, coroamento de uma evolução multissecular. O modernismo outra coisa não é senão uma tentativa de voltar ao cristianismo primitivo mediante um corte cirúrgico de tôdas estas superfetações anti-evangélicas.

Manifestamente o Evangelho não é a leitura favorita do Sr. Oiticica. Verdade é que, como professor de gramática, não está êle obrigado a ter sempre entre mãos o livro sagrado. Mas como escritor que sai a público para dirimir questões de exegese entre católicos e modernistas fôra prudente lançar antes os olhos pelas páginas de algum Novo Testamento. Uma simples leitura, ainda que superficial e muito pela rama, ter-lhe-ia poupado a humilhação de expor-se aos chascos e assuadas das galerias galhofeiras, que não perdoam erros palmares em professôres oficiais: percalço inevitável de improvisações atabalhoadas.

Basta acarear textos.

— "Onde se vê Jesus definindo pontos teológicos e impondo-os sob pena de condenação eterna?" Em São Marcos, XVI, 15, 16: "Ide pelo mundo universo e pregai o evangelho a tôda a criatura. Quem crer e fôr batizado será salvo; quem não crer será condenado". Em S. Mateus, XXVIII, 19, 20: "Ensinai a todos os povos... a observar *tudo o que eu vos mandei.*" Como se afirma que Jesus não ensinou dogmas? Não se chamou Êle, e não quis que o chamássemos Mestre e Mestre que veio a êste mundo para dar testemunho à verdade? Que faz o Mestre senão ensinar? E que ensina o Mestre infalível senão verdades? E que é um dogma senão uma verdade revelada? E onde aprendeu a humanidade os dogmas da Trindade, da Encarnação, da Redenção e da Eucaristia senão nas páginas do Evangelho? Jesus, pois, ensinou dogmas e, com todo o pêso de sua divina autoridade,

os impôs à fé da humanidade: "qui non crediderit, condemnabitur".

— "Tôda a teologia romana é *desenvolvimento*... invencionice, etc." — Não é tal; é estudo das verdades reveladas. A inteligência católica medita o Evangelho, confronta um dogma com outro, deduz conseqüências lógicas das verdades ensinadas por Cristo, aproxima-as dos princípios e conclusões da razão. E todo êste grandioso edifício intelectual chama-se teologia. Para ajuizar, porém, com acêrto e prudência, do seu conteúdo e valor é mister conhecê-la. Chwolson, o célebre físico russo, a propósito dos disparates de Haeckel, chamou-ó severamente à observância do que êle chama o *XII^{o} mandamento: "Não fales do que não entendes."* Mais perto de casa, já em seu tempo fustigava Tolentino êstes que

> altercam mil questões, prontos contendem,
> prontos decidem no que nada entendem.

Infelizmente a raça impenitente e recidiva dos Haeckels é imortal.

No afã de impugnar a Igreja descuida-se até a coerência mais rudimentar. Aqui se nos diz que a teologia romana é *"desenvolvimento"*. Pouco antes que Roma só com um "ensino *empedernido*" consegue essa *"uniformidade estagnante e letal"*.

Oh! gente difícil de contentar! Se a inteligência católica pensa e repensa as verdades cristãs, fecundando-as com a sua atividade, acusam-na de "fazer teologia"; se as quisesse conservar embalsamadas na imobilidade de múmias egípcias, que diriam, se ainda agora lhe acusam o ensino de "empedernido"? E se êste ensino é *"estagnante"*, como *"se desenvolve"*, e se se *desenvolve* contìnuamente numa magnífica exuberância de vitalidade, como é *"estagnante e letal"*?

Oiticica, não esqueça o preceito de Boileau: "Avant donc que d'écrire apprenez à penser". Voltemos ao Evangelho.

— "Jesus era Mestre mas não amo... Seria monstruoso imaginar Cristo dando a si mesmo o título de bispo dos bispos". — Monstruoso para quem lhe desconhece as divinas prerrogativas. São João, XIII, 13: "Vós me chamais Mestre e Senhor e dizeis bem porque o sou."

Aí está uma e outra coisa. O amo "dominus", quanto ao nome e quanto à coisa. Bispo dos bispos, não quanto à materialidade do têrmo, que é grego, e Cristo falava aramaico, mas quanto à plenitude do significado: poder de jurisdição e de magistério: *magister et dominus*.

Mas, ainda, se para satisfazer as exigências dum gramático, fôr necessário o vocábulo na sua identidade literal, é só procurá-lo no cap. II da 1.ª epístola de S. Pedro, que chama a Cristo: "pastor" e "bispo" das nossas almas, — ποιμένα καὶ ἐπίσκοπον.

— "Em vão se procurará nos Evangelhos um esbôço de hierarquia administrativa ou pedagógica." Com o tempo "firmou-se a distinção anti-evangélica entre rebanho a ensinar e pastôres ensinantes".

No entanto, em São Mateus, XVI, 17-19, São Pedro recebe as chaves do Reino dos Céus, com plenos poderes de ligar e desligar. A esta cena chama o Sr. Oiticica: *"contestabilíssima"*; mas os títulos de contestação ficaram no tinteiro do ilustre arauto do livre-pensamento. Não sei se será também contestabilíssima a de São João, XXI, 15-17, em que, de novo, Pedro, e só Pedro, é nomeado Pastor Universal de todo o rebanho de Cristo. Eis, em um só texto, firmada evangèlicamente a hierarquia e distinção entre pastôres e rebanhos. Não menos clara essa distinção nas palavras de S. Paulo, referida nos Atos dos Apóstolos, c. XX, 28: "Atendei a vós e a todo o rebanho sôbre o qual vos constituiu bispos o Espírito Santo, a fim de governardes a Igreja de Deus."

— "Nos primeiros séculos da Igreja, o bispo de Roma não é superior, em coisa alguma, aos demais." Que afirmação cônscia de si mesma! Aos fatos. S. Clemente, terceiro sucessor de S. Pedro, ainda na idade apostólica e em vida de S. João, intervém autoritativamente na longínqua igreja de Corinto, para compor dissídios internos; S. Vítor, no segundo século, *ordena* que *em todo o orbe cristão* se reúnam sínodos, a fim de uniformizar a celebração da Páscoa. S. Calixto, em princípio do século III, legisla sôbre a deposição dos bispos e promulga um decreto para regularizar, na África, a prática da confissão. Poucos anos depois, S. Estêvão dirime com a sua autoridade a célebre controvérsia agitada, na Ásia e na África, sôbre a repetição do batismo conferido pelos hereges; etc. etc.

Profundamente convencido da honestidade do Sr. Oiticica, quero crer que êle desconheça, de todo, a história do cristianismo primitivo. Senão, como explicar o desempeno daquela afirmação? O laborioso professor de gramática, nos lazeres que lhe deixa a sua esmiuçadora disciplina, entrega-se a estudos de remontadas controvérsias religiosas. Que muito que a um bisonho em tão complicadas questões lhe escapem, aqui e ali, incoerências cronológicas e desacertos de metodologia? Tratava-se de conhecer o cristianismo primitivo, e êle tomou por mestre a Tyrrell, o apóstata apaixonado. Sr. Oiticica, Tyrrell floresceu no século XX, e os primórdios do cristianismo já lá se vão há muitas centúrias de anos. Em vez de manusear a Tyrrell de Irlanda, conviria travar relações com Clemente de Roma, Inácio de Antioquia, Irineu de Lião, Cipriano de Cartago, etc., etc. Estas são as *fontes* do período histórico sôbre o qual se pretende discutir. Nelas encontrará como no cristianismo primitivo já se ensinava o primado do Pontífice de Roma, a organização social e hierárquica da Igreja, a distinção entre docentes e discentes, a crença em dogmas sob pena de condenação eterna, tal qual no Evangelho. Dispensar-me-á de trazer para as colunas de

um jornal uma série numerosa de longas citações. Já tive ocasião de as referir em outra polêmica com outro gramático, também êle com fumaças teológicas.

*
**

Por último, aponta o articulista as causas desta deturpação profunda do cristianismo primitivo na Igreja Católica. Quais são elas? "A camarilha teológica, ávida de domínio: o corrilho político medieval"... "uma grande multidão de homens para os quais a centralização da Igreja de Roma significa dinheiro e posições".

Oh! como é para deplorar que uma nuvem de preconceitos vulgares e grosseiros tivesse velado aos olhos do Sr. Oiticica a majestade sôbre-humana da Igreja Católica. É única esta instituição maravilhosa, viva e imutável na perene juventude de sua imortalidade. No desabar universal dos tronos e das dinastias, das escolas e dos sistemas, das instituições sociais e políticas, é a única fôrça moral que fica de pé, superior às vicissitudes dos tempos e ao poder dissolvente das paixões humanas. Só ela sabe levantar a voz para falar ao gênero humano, e os seus ensinamentos vão acordar ecos em milhões de consciências, em todos os pontos do universo.

O símbolo misterioso de sua fé repetem-no, com igual submissão, os congressos de sábios nos salões artesoados das universidades da culta Europa, e os humildes selvagens perdidos nas arribanas da longínqua Polinésia. É a Igreja Católica que ainda hoje lhes vai levar, com a pregação do Evangelho, a luz da civilização. Há vinte séculos esta tem sido sempre a sua missão benfazeja. Não há, na história de dois mil anos de progresso humano, conquista sôbre a barbaria e a ignorância, sôbre a tirania e o egoísmo, sôbre a injustiça e a imoralidade, em que a Igreja não tivesse impresso o sinête inconfundível de sua influência salutar, influência, no

dizer de Guizot, "porventura superior a quanto disseram os seus mais ardentes adversários ou os seus mais zelosos defensores".

Para quantos a contemplam, através da luz da fé, esta grandeza humana sobredoira-se ainda com os fulgores inefáveis do sobrenatural. A Igreja, então, é o prolongamento de Cristo na terra, o seu corpo místico vivificado pelo espírito de verdade, a depositária autêntica e infalível dos ensinamentos evangélicos, a dispensadora da graça que regenera as almas. o manancial perene da vida divina do cristianismo no seio da humanidade.

Mas ainda olhos desalumiados dos resplendores dessa luz do céu, se penetrantes e sinceros, não podem furtar-se à impressão de beleza dêste monumento sublimemente grandioso na sua singularidade. Quem lhe não sabe admirar a solidez inconcussa dos fundamentos, a majestosa unidade arquitetônica do conjunto, a sobriedade elegante da decoração, perdeu o senso estético das grandes realidades históricas.

Desta extraordinária grandeza intelectual, social, moral e religiosa apresenta-se-nos como causa explicativa a ação de "camarilhas de teólogos" ou de "corrilhos de políticos medievais", numa palavra, ambições vergonhosas ou interêsses inconfessáveis. Oh! que insuficiência de proporções! que estreiteza de intuição filosófica! A ambição é variável, incerta, efêmera, como os indivíduos que ambicionam. A Igreja é imutável na sua orientação segura para a eternidade. Os interêsses dividem, opõem-se, destroem-se nos entrechoques inevitáveis de lutas sempre renascentes. A Igreja realizou a maior obra de unidade intelectual e moral que ainda contemplaram os séculos. A ambição e os interêsses são a expressão indomada do feroz egoísmo humano, que esteriliza os corações. A Igreja semeou o seu caminho de abnegações sublimes, de beneficências inexauríveis na sua atividade multiforme, de heroísmos inauditos, que constituem a maior honra, a maior glória da nossa pobre humanidade.

Oh! faltou, de certo, a intuição profunda dos grandes princípios filosóficos a quem, para tão maravilhosos efeitos, assinalou a mesquinhez de causas tão miseráveis.

E quem maneja uma pena, se lhe falece o senso das grandes realidades históricas e a visão segura dos princípios filosóficos, — não escreva sôbre a Igreja Católica.

Contente-se com servir à pátria... ensinando gramática.

RESPOSTA A UM JESUÍTA

Do Sr. José Oiticica

I

Bom soldado papalino, acudiu ontem, pressuroso, o padre Leonel Franca em defesa da Madre Igreja, contra mim, pelas colunas de *O Jornal*. Assanhou-se o reverendo com o meu artigo *Modernismo católico* inserto nesta fôlha em 13 do mês passado. Sugeriu-mo o trespasse do cardeal Mercier, aproveitando eu a oportunidade para informar os leitores, por acaso alheios às lutas religiosas dêstes últimos anos, do aceso movimento iniciado por padres católicos para se libertarem do jugo romano. Ora, um dos episódios dessa agitação foi a resposta do padre jesuíta Georges Tyrrell à carta pastoral do cardeal Mercier contra o modernismo.

"Essa carta, dizia eu, revela-nos um Mercier de espírito estreito, nada sincero, suspeito nas suas afirmações, reacionário muito prêso a Roma, contraditório e pouco hábil."

O padre Franca, puxado a sensível, clama, no estilo alambicado e enfático da nossa oratória sacra, contra a minha irreverência ao *asilo inviolável* da morte e o *atrevimento dos meus baldões* a tão veneranda memória.

Diz o padre Franca que eu "houve por bem revelar-nos um Mercier de espírito estreito... etc..." Que se conclui daí? Que, no meu entender, o cardeal era ou foi, em tudo e tôdas as coisas, êsse espírito estreito e o mais. Ora, eu frisei claramente: *"Essa carta* revela-nos um Mercier... etc.". Penso estar patente haver eu particularizado a estreiteza de espírito, insinceridade, apêgo a Roma, etc., no assunto particular do ataque ao modernismo. Eu assinalava um aspecto especial dessa figura em dada questão. Agora pergunto: será irreverência formularmos um juízo sôbre a

personalidade de um defunto eminente? Onde há baldão em ver, no arcebispo de Malines, reacionarismo, contradições nas suas arremetidas, inabilidade na sua dialética? Se achei tudo isso, e tudo isso mostra largamente George Tyrrell, onde a mais mínima sombra de desrespeito? Mas o padre Franca dá lições aos outros sem tomá-las para si. Com efeito, como se refere êle à excepcional figura de seu companheiro Tyrrell, honra da Companhia de Jesus?

Diz êle que fui buscar luz sôbre a Igreja "nos escritos *envenenados pelo ódio e pelo despeito* de um *apóstata* recém-cortado da comunhão dos fiéis". Tyrrell morreu em 1908. Logo, sôbre o *asilo inviolável* onde repousa um jesuíta ilustre, o jesuíta Franca nem sequer reconhece uma virtude nêle reconhecida por todos os adversários: *sua sinceridade até o sacrifício*. Sôbre a *lousa fria da sua sepultura* cospe-lhe o baldão de *odiento* e *despeitoso,* apontando-lhe os escritos, tôda sua alma, tôda sua vida como resíduos do mais vil sentimento humano. O jesuíta francês Maurice de la Taille só descobre em Tyrrell um defeito: *falta de humildade*. Ao que reponta o padre Houtin: "Conheci Tyrrell pessoalmente. Mau grado a opinião do seu confrade, sempre o achei *muito humilde, a simplicidade, a bondade mesmas"*.

Então, padre Franca, onde sua caridade com o ex-irmão *transviado?* Eu não devo ser *irreverente* com um falecido e sua reverendíssima, sacerdote de Cristo, pode ultrajar um morto? E que diferença entre os nossos juízos! O argumento principal do padre Franca é o mesmo de todos os adversários que me têm saído pela frente: o Perilo, o professor de Caixa-pregos e outros: minha *ignorância!*

E por mais que eu proteste, proclame, propale minha conhecida, reconhecida, ultraconhecida ignorância em tudo, sempre me cantam nas oiças o refrão aniquilador:

— Você é ignorante, logo não tem razão. O padre Franca vem até mais doutoral e circunspecto. Chama-me ignorante com citações polpudas, como a do 12.º mandamento de Chwolson: *não fales do que não entendes*.

E é de ver a sobranceria, o desdém com que o sábio padre Franca me trata de *professor de gramática* e me aconselha, no fim da sua réplica, a desistir, por míngua de senso histórico e visão filosófica, de escrever sôbre a Igreja, contentando-me com servir a pátria... *ensinando gramática*.

Certamente o genial e super-sapiente padre Franca não conhece (desculpe-me se ofendo sua Sapiência) a opinião de outros sábios lingüistas que me acusam de não saber gramática!

E assim só sirvo, decididamente, para engraxar as botas de tanto sábio brasileiro.

Entretanto, observo que o padre Franca, com aquela referência a Tyrrell, chamando-lhe *apóstata,* denota não conhecer o movimento modernista, coisa confirmadíssima quando escreve as seguintes linhas, rebatendo a afirmação de ser o modernismo um movimento liberatório do pensamento católico: "Mal suspeita (eu) que a nova heresia é precisamente caracterizada por um *anti-intelectualismo intratável.* Sua tendência fundamental é supervalorizar os *elementos afetivos e pragmáticos do homem em detrimento dos racionais e intelectivos.* O edifício da nossa vida religiosa levantado pelo catolicismo na região luminosa da atividade consciente e sôbre os alicerces inconcutíveis da verdade. transferem-no os inovadores *para as sombras fôscas e impenetráveis da subconsciência* e para a areia movediça *do sentimentalismo volúvel".*

É incrível, mas é verdade. Já Tyrrell suspeitava que o cardeal Mercier jamais lera um livro sôbre modernismo, tão contrárias eram suas afirmações à realidade dos fatos. O padre Franca parece também não ter folheado nunca os escritos modernistas pois assevera uma insustentável calúnia. Ou teria êle ouvido falar na interpretação do *dogma* segundo Le Roy e concluído arvoadamente para todo o modernismo?

O mais interessante no artigo *magistral* do padre Franca é o não ter sequer compreendido o alcance da minha tôsca reportagem. Vendo o público sair tão formidável sábio contra mim, e chamar-me ignorante, a mandar-me ler os padres, a atribuir-me *fumaças teológicas* e pretensões *a dirimir questões de exegese entre católicos e modernistas,* a falar nas minhas afirmações gratuitas, etc., etc., crê piamente que desenrolei todo um filme de acusações minhas à Igreja Católica. Entretanto, a verdade — verdade é que o padre Franca incide, julgo eu, em pecado mortal, capitaneando os *chascos e assuadas de galerias* galhofeiras (não supus que os católicos descessem a garotos de rua) contra mim, contra um inocentíssimo *resumidor de opiniões alheias.*

Declarei, com efeito, formalmente: "... vou *resumir* alguns pontos da controvérsia *acompanhando de perto os conceitos do autor* (de Tyrrell).

Não há, portanto, ali, *nenhuma asserção minha.* Exponho apenas *as opiniões* de Tyrrell. Tyrrell era padre modernista. Eu não sou padre nem modernista. Só dos miolos de um supererudito padre Franca poderia espocar a fantástica dedução de que o expositor de uma doutrina há de fatalmente compartilhar das opiniões do doutrinador. De modo que, se eu amanhã sumariar as objeções dos contraditores de Einstein, têm os einsteinianos razão de me xingar; se eu compendiar os credos e intenções da igreja católica liberal, é que sou da mesma grei; se historiar as tentativas de demonstração da quadratura do círculo, é que estou certamente matutando alguma.

Destarte, concluamos, todos os assovios e sapateados das educadas galerias do padre Franca não podem ser contra mim, são contra Tyrrell.

É Tyrrell, pois, o ignorantaço metido *a falar do que não entende.* Tyrrell nunca leu sequer os evangelhos, não soletrou sequer Clemente Romano, Inácio de Antioquia, Irineu de Lião, Cipriano de Cartago e os mais, não sabia nada de teologia, não era *leal,* etc., etc.

Ora veja o leitor amigo a espécie do colosso mental que me agride. Ao ler a rabilonga apresentação do padre Franca pela redação de *O Jornal,* quase desfaleci de susto. Sosseguei, porém, mal tomei o pulso do gigante, embora me tivesse êle ameaçado com *uma série numerosa de longas citações.*

Ora, como gosto muito de ver gigantes esgrimindo com pigmeus, resolvo o seguinte: assumir a defesa das asserções de Tyrrell como se fôssem minhas. É um esporte inofensivo, e o público brasileiro vai ter assim ocasião de ver desabar, de penedias quilométricas, niágaras de erudição jesuítica, da boa.

Ao mesmo tempo as galerias galhofeiras do padre Franca, turunas na pateada e exercitadinhas na gíria capadócia, mostrarão suas habilidades honrando o mestre e a classe que as educa.

Rio, 8 — 3 — 26.

TREPLICANDO

Do P. Leonel Franca S. J.

Picado, o Sr. Oiticica respondeu.

No meu modesto trabalho formulara documentadamente três acusações principais contra o artigo do Sr. Oiticica: a de *desnaturar* o ensino oficial da igreja católica, de *adulterar* escandalosamente a história e *mutilar* visìvelmente o Evangelho. Sôbre êstes pontos que constituíam o núcleo polêmico-doutrinal do meu artigo nem sequer a tentativa de um esbôço de réplica nas duas colunas de sua "resposta a um jesuíta".

Tôda a atenção do leitor que já não tinha diante dos olhos o meu trabalho, esforça-se êle por distraí-la para acidentalidades insignificantes. Em vez de combate sério, escaramuças sem importância.

Mas nem aqui lhe sorriu a felicidade.

DELICADEZA DE SENTIMENTO INCOMPREENDIDA

Começa por lançar-me a pecha de irreverente e descaridoso com Tyrrell, como eu dissera, havia êle sido com Mercier. O Sr. Oiticica não percebeu ou fingiu não perceber a diferença que vai de caso a caso. Ninguém pretendeu jamais que os mortos se furtassem ao juízo da posteridade. A história é o tribunal indeclinável a cujas barras são chamados todos os que desempenharam uma função importante na

vida. Mas um preceito de prudência elementar e "uma delicadeza de sentimento humano" aconselham que êsse julgamento, mormente quando se resolve em uma sentença desfavorável, não se pronuncie sôbre uma "sepultura recém-aberta". Não entende o Sr. Oiticica a nobreza dêste proceder? Pois êste é o caso de Oiticica com Mercier falecido ontem, não é o caso de Franca com Tyrrell, que há quase 20 anos desapareceu dentre os vivos.

Mais. Não saí eu de lança em riste e de caso pensado contra Tyrrell. Vendo que o Sr. Oiticica decalcava sôbre o opúsculo dêle os artigos do seu requisitório anti-católico, denunciei de caminho o defeito crítico na escolha de semelhante mentor. Tyrrell é um "apóstata" (é o têrmo técnico para designar o que abandonou a fé). Ora, um apóstata, no momento em que é cortado de uma sociedade religiosa, não pode, psicològicamente falando, dizer bem da instituição que assim o eliminou de seu seio. Escolher, pois, como fizera o Sr. Oiticica, os escritos de Tyrrell como fonte de informação sôbre a Igreja católica, era ater-se a uma testemunha suspeita, parcial, apaixonada. Aqui batia o ponto. Aqui urgia a fôrça do argumento. O professor pretendeu escamotear a dificuldade, passou de largo, recriminou o meu desamor fraterno, para destarte dar à sua vaidade mal ferida e à ingenuidade de algum leitor superficial a ilusão de um "retorqueo" invencível.

PSITACISMO INCONSCIENTE

Pouco adiante, nova tentativa de evasão. No meu artigo andei fustigando os ares ou combatendo moinhos de vento. Não eram opiniões do Sr. Oiticica as que saíram no "Correio da Manhã". "Só dos miolos de um super-erudito como o P. Franca poderia espocar a fantástica dedução de que o expositor de uma doutrina há de fatalmente compartilhar das opiniões do doutrinador."

Aqui o Sr. Oiticica abusa da indulgência dos leitores. Pelo tom geral do seu artigo não houve um só dentre êles que lhe não atribuísse as idéias expostas e assinadas com o seu nome. Foi só o tom geral? Não: di-lo êle ainda expressamente a quem sabe ler. O escritor que, referindo uma polêmica, diz de um dos contendores que é "espírito estreito, nada sincero... contraditório e pouco hábil", de outro que "é um modêlo de polêmica pela sua argumentação cerrada... viveza da sua sinceridade, etc." — limita-se apenas ao papel de simples "expositor de uma doutrina"? É preciso ter miolos tão explosivos para que espoque a inferência de que o relator rompe o equilíbrio da imparcialidade histórica, julga e decide da pendência, dando manifestamente a palma da vitória a um dos rivais?

A natureza do assunto tratado veio ainda confirmar-nos na nossa interpretação. Não há assunto tão grave como os que entendem com a consciência religiosa. Dificilmente se concebe a leviandade de um escritor que saia a público para agitar questões tão momentosas sem convicções pessoais arraigadas. Aos leitores do Sr. Oiticica se oferecia naturalmente a alternativa de um dilema terrível. Ou o signatário dêste artigo está convencido das opiniões de Tyrrell e assume tôda a responsabilidade do seu ato, ou é um leviano que, em matéria tão delicada, renova acusações, repete calúnias, reedita injúrias sem se preocupar das suas relações com a verdade, na inconsciência de um psitacismo revoltante e indigno.

Repugnava-me a segunda das aspas dêste dilema: abracei espontâneamente a primeira. Sai-me agora pela proa o Sr. Oiticica a dizer-me que me enganei redondamente, não havendo "sequer compreendido o alcance de sua tôsca reportagem". Diante de declaração tão formal só me resta comunicá-la lealmente aos meus leitores. Fiquem todos, portanto, informados e bem informados que o Sr. Oiticica, quando

chamou o modernismo "uma profunda agitação liberatória do pensamento católico", e o ensino da Igreja "empedernido e estagnante", não falou por convicção pessoal mas por exercício de "tôsca reportagem"; quando truncou ostensiva e escandalosamente o Evangelho, não se deu ao trabalho de verificar as suas citações, porque falava como relógio de repetição de Tyrrell; quando atirou injúrias contra a Igreja católica, ferindo a maioria dos seus concidadãos na mais delicada fibra de sua consciência religiosa, era apenas "um inocentíssimo resumidor de opiniões alheias"; quando enxovalhava a memória do recém-falecido cardeal Mercier e denunciava, no govêrno da igreja, o conluio ambicioso de "uma camarilha teológica ávida de domínio", papagaiava apenas um heresiarca de além-mar, na inconsciência dos louros que do alto de sua gaiola atiram aprendidos insultos ao transeunte inofensivo.

Tal a atitude intelectual que declaradamente assume o Sr. Oiticica. Outra interpretação só poderia estrugir entre o pipocar da fantasia exaltada de um super-erudito como o P. Franca.

SOFISTA

O professor, porém, no final de sua resposta pretende emendar a mão. "Como gosto muito de ver gigantes esgrimindo com pigmeus, resolvo o seguinte: assumir a defesa das asserções de Tyrrell como se fôssem minhas. É um esporte inofensivo, e o público brasileiro vai ter assim ocasião de ver desabar, de penedias quilométricas, niágaras de erudição jesuítica, da boa".

O gesto queria ser destemido mas saiu desazado.

No século de Péricles pululou em Atenas uma praga de gramáticos e retóricos, homens venais e sem convicções, ávidos de riqueza e de glória, que exploraram em benefício

da própria vaidade e cupidez a crise que então ameaçava o pensamento grego. Com o prestígio e artifícios de uma palavra fascinadora atraíam a juventude ateniense e ensinavam-lhe a defender o sim e o não, o pró e o contra de tôdas as questões e o segrêdo de tirar partido de qualquer situação para galgar os postos mais elevados numa democracia volúvel e irrequieta. Sócrates e Platão, com o látego de sua lógica inexorável, fustigaram êstes histriões da filosofia que compravam a fama com a traição da verdade. E o nome de sofista, outrora nobre e honrado, passou aos pósteros indissolùvelmente unido ao de leviandade, superficialidade e enrêdo desleal.

A estirpe dos Protágoras e dos Górgias não se extinguiu com a civilização grega.

O Sr. Oiticica, que ontem fazia o mais "inocentíssimo resumo de opiniões alheias", declinando-lhes tôda a responsabilidade, que declara hoje "não ser modernista", promete, sairá amanhã a quebrar lanças pelas idéias que não são suas, "como se suas fôssem".

E por que motivo? Pelo gôsto de "esgrimir". É sempre o velho desejo de rusgar, sestro incorrigível de gramáticos desocupados. A êsses torneios dialéticos chama êle "esporte inofensivo".

Não podemos aqui concordar com o preclaro professor. Inofensivas serão talvez as rixas de gramaticólogos. Nunca é inofensiva a discussão de matérias que interessam a consciência religiosa e a orientação moral da humanidade. Não são êstes assuntos desportivos. O professor de português do Colégio Pedro II, sem ser discípulo de Tyrrell, sem ter convicções pessoais, nem preocupação da verdade objetiva, toma sôbre si a ignóbil tarefa de vir repisar pela imprensa cotidiana desmodadas acusações modernistas, com a mesma facilidade com que sai a desporto para apostar neste ou naquele corcel de corrida.

Outras são as nossas idéias. Estamos aqui de acôrdo com RUI BARBOSA na plenitude de sua virilidade: "A natureza de tais questões [de ordem religiosa] exigia que delas não se aproximasse ninguém senão com uma *sinceridade* absoluta e uma intensíssima percepção de sua gravidade... É dos interêsses eternos do homem que se trata, das suas responsabilidades eternas, das bases morais da família e da sociedade. Com a consciência, a sua liberdade, os seus direitos não se especula, não se transige, não se joga". Discurso proferido em Belo Horizonte em 1910.

E porque não se joga com a gravidade de semelhantes questões, nós, que há muitos anos lidamos com idéias e não recusamos nunca opor, em discussão leal, a sinceridade de nossas convicções à sinceridade de convicções diferentes, — não sairemos agora *inùtilmente* a campo contra quem professa, num debate religioso, defender opiniões alheias como se foram próprias "por esporte inofensivo" (1).

Poderá, pois, o Sr. Oiticica dar tranqüilamente ao público brasileiro o espetáculo de suas habilidades dialéticas; poderá exibir as suas proezas de volatim na maromba, sem o mínimo receio de que niágaras de erudição jesuítica, nem mesmo duchas de artigos volantes o venham resfriar ou constipar no calor de suas acrobacias funambulescas.

AINDA AS GALERIAS

Terminado o espetáculo, as galerias, cujas galhofas tanto incomodaram o catedrático, agora mais disciplinadas pela sua férula de Catão, sairão pesarosas e cabisbaixas, ruminando a sós consigo: êste espadachim que saiu a agredir

(1) Note o leitor, clara e explicitamente declarado, o motivo por que recuso continuar a polêmica.

a Igreja católica e defender idéias modernistas, não tem convicções, esgrime pelo gôsto de esgrimir, é um sofista. Julgamos que lhe faleciam a visão das grandes realidades históricas e a intuição dos princípios filosóficos. Agora estamos convencidos que lhe faltam outrossim a noção de respeito aos direitos intangíveis da verdade e a óbvia compreensão de que a questão religiosa exige, antes de tudo, a homenagem da nossa sinceridade.

RESPOSTA DO SR. OITICICA AO ARTIGO PRECEDENTE

Estavam escritas essas linhas e ia eu passar a outro assunto quando se me deparou, em *O Jornal,* um extenso artigo do padre Franca, em resposta ao meu primeiro desta série.

O muito sábio Sr. Pe. Leonel da Franca declara formalmente que não prosseguirá na discussão!

Como assim? Não foi S. Rev. quem me provocou à liça? Foi. (1) E, se foi, como desiste assim tão cedo?

Explica-se de um modo engraçadíssimo.

É que eu procuro evasivas. (2) Êle me atacou e eu alijo de mim a responsabilidade das agressões à Igreja, dando-as como de Tyrrell.

É boa! São minhas as idéias expostas em meu artigo *Modernismo católico?* De modo algum. (3) Não fui eu quem respondeu ao cardeal Mercier, nem aceito nenhuma das idéias religiosas dos chefes modernistas.

Para o Sr. Pe. Franca esposei essas idéias por ter achado a carta de Mercier estreita e reacionária ao passo que louvei o modernismo e julguei *modelar* a resposta de Tyrrell pela viveza, sinceridade e cerrado da argumentação!

Assim, admirando eu, por exemplo, o *Papel forte* do

---

(1) O Sr. Oitícica formula contra a Igreja um requisitório de acusações falsas. Saio a responder-lhe. Sou eu quem o provocou!

(2) Falso. Não foi êsse o motivo alegado da minha desistência. Leia-se o artigo acima. Isto realmente é "engraçadíssimo".

(3) Entretanto as propôs como representando *"a seu ver* o que de melhor se tem pensado e escrito do assunto".

a Igreja católica e defender idéias modernistas, não tem convicções, esgrime pelo gôsto de esgrimir, é um sofista. Julgamos que lhe faleciam a visão das grandes realidades históricas e a intuição dos princípios filosóficos. Agora estamos convencidos que lhe faltam outrossim a noção de respeito aos direitos intangíveis da verdade e a óbvia compreensão de que a questão religiosa exige, antes de tudo, a homenagem da nossa sinceridade.

RESPOSTA DO SR. OITICICA AO ARTIGO PRECEDENTE

Estavam escritas essas linhas e ia eu passar a outro assunto quando se me deparou, em *O Jornal,* um extenso artigo do padre Franca, em resposta ao meu primeiro desta série.

O muito sábio Sr. Pe. Leonel da Franca declara formalmente que não prosseguirá na discussão!

Como assim? Não foi S. Rev. quem me provocou à liça? Foi. (1) E, se foi, como desiste assim tão cedo?

Explica-se de um modo engraçadíssimo.

É que eu procuro evasivas. (2) Êle me atacou e eu alijo de mim a responsabilidade das agressões à Igreja, dando-as como de Tyrrell.

É boa! São minhas as idéias expostas em meu artigo *Modernismo católico?* De modo algum. (3) Não fui eu quem respondeu ao cardeal Mercier, nem aceito nenhuma das idéias religiosas dos chefes modernistas.

Para o Sr. Pe. Franca esposei essas idéias por ter achado a carta de Mercier estreita e reacionária ao passo que louvei o modernismo e julguei *modelar* a resposta de Tyrrell pela viveza, sinceridade e cerrado da argumentação!

Assim, admirando eu, por exemplo, o *Papel forte* do

---

(1) O Sr. Oiticica formula contra a Igreja um requisitório de acusações falsas. Saio a responder-lhe. Sou eu quem o provocou!

(2) Falso. Não foi êsse o motivo alegado da minha desistência. Leia-se o artigo acima. Isto realmente é "engraçadíssimo".

(3) Entretanto as propôs como representando *"a seu ver* o que de melhor se tem pensado e escrito do assunto".

padre Vieira e as suas dissertações do *Quinto Império*, segue-se que lhe patrocino as idéias. (4)

Sem nenhuma dúvida o modernismo é para mim, contemplador interessado no movimento humano, uma tendência altamente simpática por ser agitação contra o despotismo romano.

Desde que reclama liberdade de pensamento, merece aplausos e bons votos de qualquer espírito liberal. (5)

Mas, daí a aceitar-lhe as idéias vai muito. Tyrrell era e queria ser padre católico romano. Suas idéias não podem ser por mim, anarquista, perfilhadas. Como então julgar *evasiva* minha não perfilhá-las? Isso entra no juízo de gente sã?

Não me meti em nenhuma questão religiosa. Expus uma doutrina para interessar no revolver de idéias em luta os leitores curiosos. Não fazem outros jornalistas a mesma coisa? (6)

---

(4) Se *admirasse* sòmente, não se segue. Se *julgasse* a sua *"demonstração cerrada"* e a dos adversários *"contraditória"*, segue-se. Não é cerrada, é aberta uma demonstração que não aperta a verdade nas suas conclusões.

(5) Que indignidade! E depois dizem que é princípio jesuítico: o fim justifica os meios! Aí está êle na mais detestável das suas formas. Fim ideal: combater o catolicismo ("agitação contra o despotismo romano"). Para isto *todo o meio é lícito*. O modernismo é falso? é, na opinião do Sr. Oiticica. É hipocrisia defender opiniões alheias e falsas como se foram convicções próprias? É. Mas que monta tudo isto? Combate-se assim a Igreja? Merece aplausos! Ainda uma vez, que indignidade!

(6) Jornalistas sérios e que se prezam, não. — Comparece um réu no tribunal. Repreende-lhe o juiz de haver assassinado maldosamente um pai de família inocente. "Que mal há nisto, responde o incriminado, não fazem outros assassinos a mesma coisa?" A desculpa do Sr. Oiticica é do mesmo calibre.

Sendo assim, não poderia, como desejava o padre Franca, defender as idéias de Tyrrell com a *sinceridade* do grande modernista.

Que fiz então? Tornei-me advogado seu. Aceitei a causa modernista como um causídico aceita a de um cliente. Estuda os prós e os contras, arrazoa os autos e sustenta a parte, aparando os golpes adversários. (7)

Que poderia eu fazer mais? Fui eu o agredido pelo padre Franca? Absolutamente, não. (8) Para dar-lhe o gostinho de revelar seus mundos de sapiência, deliberei advogar Tyrrell. E o faço, disse eu, por desporto inofensivo.

Isso exasperou o padre Franca. Religião é coisa séria e não brincadeira ou passatempo. E, assim, arreda-se da arena.

Não foge de todo. Lá deixa um *post-scriptum* como esbôço de resposta. (9) Êle desiste, mas eu não. É só ter paciência, padre Franca, e verá deferidas suas petições.

Importa registrar que o padre Franca já perdeu o entono de seu primeiro artigo. Vem mais brando, menos presunçoso e meio zonzo.

Há certos professorezinhos de gramática muito renitentes. (10) Digam-no o Perilo Gomes e o professor de Caixa-pregos.

---

(7) Nobre atitude! Insulta-se hoje a Igreja Católica. Defende-se amanhã o modernismo, depois o paganismo, a seguir o maometanismo. Não há baixeza em tudo isto? Não; é um exercício de advocacia. — Mas estão em jôgo a verdade religiosa, a moralidade humana, os problemas mais sérios da consciência. — Qual!! Somos inocentes como o causídico aceitando a primeira causa que se lhe oferece!!

(8) Como! Há pouco eu o "provoquei à liça". Agora "absolutamente, êle não foi agredido por mim"!

(9) À qual o Sr. Oiticica até hoje não retrucou.

(10) Renitência, isto é, teimosia ou obstinação no mal, não é virtude.

RESPOSTA A UM JESUÍTA

II

Acusa-me o padre Franca de haver acumulado num só artigo, velhacamente, "mil objeções diversas que entendem com a filosofia, a história, a teologia, a exegese", isso para dificultar o trabalho de réplica.

Já mostrei que meu artigo era um resumo das idéias de Tyrrell. Que havia de ser senão um acúmulo de opiniões sôbre vário assunto? Havia eu de expor as doutrinas de Comte, por exemplo, sem amontoar seus ensinamentos em cada ramo de ciência?

Agora, porém, que não se trata de *resumir,* mas de defender Tyrrell, fácil é separar os pontos e desatrapalhar o padre Franca.

E o primeiro ponto, para boa marcha da polêmica, deve ser o tocante à inteligência mesma do modernismo.

Afirmou o padre Franca ser característico do modernismo "um anti-intelectualismo intratável", sendo sua tendência "supervalorizar os elementos afetivos e pragmáticos do homem em detrimento dos racionais e intelectivos", e mais que os alicerces da verdade os põe o modernismo na *subconsciência* e no *sentimentalismo volúvel*.

A isso retruquei ser insustentável calúnia, parecendo-me não haver nunca o padre Franca manuseado livros modernistas.

Suas frases bebeu-as êle na Encíclica *Pascendi gregis* de Pio X quando diz, no § 17: Que se tornam, com isso, a *teologia natural, os motivos de credibilidade, a revelação exterior?* É fácil de atinar. Êles (os modernistas) os suprimem pura e simplesmente, e os relegam para o *intelectualismo,* sistema, dizem êles, que faz sorrir de piedade, e perempto desde muito". E no § 19: "Segue-se, pois que

o objeto da religião é Deus, que a fé, princípio e fundamento de tôda a religião, reside em certo sentimento íntimo, engendrado pela necessidade do divino. Essa necessidade, aliás, não se manifestando senão em certos estados determinados e favoráveis, não pertence, por si, ao domínio da consciência: a princípio acha-se em baixo e, segundo um vocábulo tomado à filosofia moderna, na *subconsciência,* onde, cumpre ajuntar, fica sua raiz oculta, inteiramente inacessível ao espírito". No § 20 também fala nesse mesmo *sentimento particular* e no § 21 insiste assim a propósito da revelação modernista: "Êsse sentimento que surge na consciência, e Deus, que nesse sentimento, embora ainda confusamente, se manifesta à alma, não serão uma revelação ou pelo menos um comêço de revelação?" Mal saiu a encíclica, livros, artigos, cartas pastorais correram mundo reproduzindo essa interpretação romana. Foi naturalmente em livros como *Modernism sou, what it is* da C. B. S., *La vérité catholique* de Bricout, *Pragmatisme, modernisme, protestantisme* de Leclére, que o Sr. Pe. Franca hauriu conhecimento dessa desfiguração.

Contra ela protestam todos os modernistas. Loisy, por exemplo, em *Simples reflexions,* p. 149, diz: "... a exposição que êle (Pio X) faz das doutrinas *modernistas* é quase uma *fantasia da imaginação teológica...*" e ainda: "Pio X atribui-lhes (aos modernistas) um sistema concebido *ad instar* das teorias escolásticas, onde nenhum dêles se reconhecerá e condena-os em massa, em nome do seu próprio sistema, sem tratar de um só dos problemas que existiam e continuarão a existir para êles e para muitos outros, depois da condenação".

Paul Sabatier, em seu livro *Les Modernistes,* p. 17, escreve: "Entretanto, se eu quisesse dar a êsse têrmo de modernista o sentido que lhe atribui o Santo-Padre, minhas conferências gorariam: não existe, no mundo vivente, monstro análogo ao descrito por êle. Se preferirdes, e para ser mais exato, dir-vos-ei que jamais o descobri, conquanto, desde muito, não haja cessado de freqüentar igrejas, sacristias, conventos."

Tyrrell, igualmente, embargou logo pelo *Giornale d'Italia,* em 26 de setembro de 1907, julgando a encíclica "um modêlo de escamoteação vulgar", pois ela "dá do modernismo uma interpretação que o desnatura".

Os autores do livro *Le programme des modernistes* qualificam justamente a encíclica de "bem combinada tentativa de apresentar ao público as doutrinas modernistas sob um aspecto falso e antipático". (11)

Será o modernismo anti-intelectualista?

Como, talvez, grande número de leitores desconheça a nomenclatura filosófica vigente, tomo a liberdade de explicar pela rama o que vem a ser intelectualismo. É um método de pesquisa da verdade pelo mero raciocínio, por provas lógicas, por silogismos. É o processo preferido pela filosofia escolástica. Em têrmos mais guindados podemos defini-lo, aproveitando uma fraše de William James: *a lógica do conceito puro*. A razão, nessa lógica, procura, segundo regras fixas, concluir, das relações entre dois ou mais conceitos, uma noção exata. (12)

---

(11) Até aqui nem sequer vislumbre de prova. A Encíclica do Papa não é exata porque os modernistas..: não na aprovaram. Psicologia primitiva! Ingenuidade crítica! Queria o Sr. Oiticica que os condenados se desfizessem em louvores à justiça, moderação e sabedoria de sua sentença de morte? Queria que os modernistas batessem palmas ao Papa, que, na energia certeira de um golpe, os jugulou para sempre? Gentile, que não é modernista e muito menos católico, mas pensador sagaz e ao corrente das idéias modernas, definiu a Encíclica de Pio X: "una magistrale esposizione e una critica magnifica dei principi filosofici di tutto il modernismo". Quanto à justificação da sinceridade da Encíclica já a deixamos exarada nos nossos artigos acima.

(12) Que salgalhada inextricável! Intelectualismo na nossa questão não é método, é doutrina, é afirmação do primado da inteligência na vida humana. O professor, que à primeira vista se manifesta para logo muito bisonho em semelhante assunto, esforçou-se talvez por definir o método dedutivo *a priori* de Spinoza ou coisa semelhante, mas evidentemente saiu tudo muito "pela rama".

Êsse processo nada tem de condenável quando usado com rigor na verificação das interdependências fenomenais.

A filosofia pragmatista condena o método, porém, quando se arvora em descortinador da *realidade* e pretende conduzir-nos ao absoluto. Sobretudo, não é tanto o processo intelectualista legítimo que se condena, senão o *intelectualismo vicioso,* no dizer de James e assim por êle definido: "o hábito de supor que um conceito *exclui,* de tôda realidade por seu meio concebida, tudo o que não se acha *incluído* na definição dêsse conceito". (13)

O que se condena é o *abuso* do processo silogístico, o dar-se como conclusão legítima uma resultante lógica sem verificar-se a *qualidade* das premissas. Exemplo: o entimema de Descartes: *penso, logo existo,* ou sua correção por Farias Brito: *penso, logo existe meu pensamento.*

Não me cabe, todavia, discutir aqui o *intelectualismo* ou o *pragmatismo.* Cumpre-me sòmente verificar se o modernismo católico rejeita o intelectualismo, se é de um *anti-intelectualismo intratável,* como assevera o padre Franca.

Loisy protesta contra a imputação: "É falso, antes do mais, que os modernistas adotem ou não a filosofia da imanência, hajam feito profissão de *agnosticismo*. É falso que suprimam o papel da inteligência na pesquisa de Deus. Protestaram sempre, alto e bom som, contra a separação que se quer fazer neste particular, entre a inteligência e as demais faculdades humanas; proclamaram sempre, e em voz alta, que vamos para Deus com tôda a nossa alma, disseram também que não vamos só com a razão, mas nunca disseram que vamos sem ela. *Imanentistas* ou *não imanentistas,* nunca isolaram o sentimento e a ação, para lhes atribuir, com exclusão da inteligência, a faculdade de atingir Deus. Não concebem o homem interior como feito de várias peças, algumas das quais poderiam funcionar sem que as outras participem do movimento. Logo, se se trata de conhecer Deus, não dizem que a inteligência chega sòzinha à fé, para admitir o que o sentimento e a ação teriam desco-

---

(13) Onde é que o Sr. Oiticica viu semelhante "hábito" na filosofia escolástica, que ensina precisamente o contrário?

berto logo sem ela; mas entendem que o sentimento e a ação, exercendo-se concertadamente, e não podendo exercer-se senão de concêrto com a inteligência, poderosamente a ajudam a reconhecer Deus, e, em certo sentido, lho revelam".

O *programa dos modernistas* rejeitando enèrgicamente o *intelectualismo* vicioso, repele também com igual energia o *agnosticismo* (14) e proclama a legitimidade da especulação intelectual na indagação do divino. "Distinguimos, primeiramente, diversas ordens de conhecimentos: o conhecimento fenomenal, o conhecimento científico, o conhecimento filosófico, o conhecimento religioso". E assim define o conhecimento filosófico: "interpretação filosófica do universo conforme certas categorias inerentes ao espírito humano (15) e onde se reflitam as exigências profundas e inalteráveis da operação". Mais adiante insiste: "A especulação nos aparece presentemente como uma operação no sentido mais geral da palavra e, como consecutiva à operação, vem a ação de conhecer, isto é, o resultado de um laborioso esfôrço do espírito que procura possuir melhor o real e a dêle servir-se mais útilmente, através de qualquer esquema mental que logre com êle formar."

---

(14) O "enérgico protesto" de Loisy e do *Programa* é simplesmente *verbal* para enganar os simples. O mesmo *Programa* escreve textualmente: "Aceitamos a crítica que da razão pura fizeram Kant e Spencer"; e mais adiante: "tudo é *subjetivo* e *simbólico* no campo do conhecimento". *Progr. dei moder.*, pp. 96, 109. Quem não vê nestas expressões a profissão aberta do mais radical agnosticismo, do mais intratável anti-intelectualismo desconhece o abc da história do pensamento moderno.

(15) Com que simplicidade se copiam estas frases! O Sr. Oiticica nem de longe sequer parece suspeitar que tudo isto é escrito em estilo kantiano. Êste louvado conhecimento filosófico, "conforme certas *categorias inerentes ao espírito humano*", "através de qualquer *esquema mental*", não atinge a *realidade*, não é conhecimento do universo

Qual o intelectualismo refugado? O que erige arbitràriamente "uma faculdade intelectiva que se exerce fora de tôda influência de consciência e atinge uma certeza e uma verdade que seja *adaequatio rei et intellectus*", isto é, o *vicioso*, o *abusivo*. (16) Veremos noutro artigo a questão do *subconsciente* e do *sentimentalismo volúvel*.

---

objetivo. Não nos é dado conhecer senão um estado psicológico que desfigura os objetos impondo-lhes as formas subjetivas de nossa mentalidade atual. — Manifestamente houve um lapso de atenção no ilustre professor. Queria copiar um texto que provasse o intelectualismo dos modernistas e transcreveu outro que *demonstra exatamente* o *contrário:* um pragmatismo agnóstico. — O caráter anti-intelectualista do modernismo deixamo-lo largamente demonstrado acima no 2.º artigo sôbre Catolicismo e Modernismo, pp. 157-164.

(16) Digna chave de ouro! Sabeis qual é o intelectualismo vicioso refugado pelos modernistas? O que afirma que só há verdade quando entre a inteligência e a realidade existe equação. Para o modernista a verdade é a desigualdade entre o pensamento e o seu objeto extramental. Afirmais que o Brasil está na América? Há conformidade entre a realidade e o vosso juízo; nesta equação julgais consistir a verdade. Engano; noção "viciosa e abusiva" é a vossa. Quereis ser verdadeiros? Dizei que o Brasil está na Ásia ou na Austrália. Isto é sério, Sr. Oiticica? É êste o intelectualismo tratável dos seus clientes?

Resumo analítico. 1.º) A Encíclica Pascendi é inexata... porque não tem o *placet* dos modernistas. 2.º) O modernismo não é anti-intelectualista, como se viu em citações que *provam precisamente o contrário*.

Valor lógico do artigo = 0.

III

Referindo-se às acusações de *imanentismo* e de *fideísmo* por parte da Encíclica, diz Loisy:

"É muito provável que nenhum *modernista* se reconheça nas opiniões atribuídas a êles pela encíclica, relativamente ao conhecimento religioso, à fé e à revelação".

Com efeito, para a encíclica, a fé, segundo os modernistas "reside em certo sentimento íntimo suscitado pela necessidade do divino", sentimento "inatingível ao espírito, gerado no subconsciente e fora do domínio da consciência". Isso foi traduzido pelo padre Franca em "sombras fôscas e *impenetráveis* da subconsciência" e *sentimentalismo volúvel*.

Ora, Loisy relega para os teólogos de Pio X "essa psicologia simplória" inventada por êles, e clama: "Jamais modernista algum pensou ou escreveu que a fé nasça do sentimento religioso, sem nenhum exercício da inteligência. (17) O sentimento religioso não é concebido como faculdade separada que sòzinha faria tudo sem concurso da inteligência e da vontade. Êsse sentimento implica a realidade de seu objeto, como a realidade do verdadeiro e do bem se acha implicada no conhecimento e no ato moral.

---

(17) E jamais a Encíclica atribuiu semelhante opinião aos modernistas. O Sr. Oiticica, "inocentíssimo resumidor de opiniões alheias", resume aqui "inocentemente" a calúnia de Loisy. Ouçamos o documento pontifício: "Até aqui nenhum lugar é dado à inteligência. Mas, segundo a doutrina modernista, ex modernistarum doctrina, *também ela tem sua parte no ato de fé*. E esta parte importa assinalá-la. O sentimento... faz surgir a Deus na alma mas...

Mas êsse objeto é a razão, melhor, o homem pensante e moralmente atuante que pouco a pouco o discerne". *Simples réflexions*, p. 163.

E em *Autour d'un petit livre* (p. 197) já dissera: "Diferentemente das percepções de ordem racional e científica, a percepção das verdades religiosas não é fruto, sòmente da razão; é um trabalho da inteligência executado, por assim dizer, sob impulso do coração, do sentimento religioso e moral, da vontade real do bem".

Marcel Hebert, em seu livro *Le pragmatisme*, contrariando Schiller, que cita Newman entre os *fideístas*, diz: "Porém Newman sempre se manteve convencido dos direitos da inteligência, como se pode verificar no passo típico citado por W. James (*Lect. XVIII*, p. 368 da tradução Abauzit das *Variétés de l'exp. relig.*) em que Newman admite uma ciência de Deus, a teologia, como há uma ciência dos astros: a astronomia, da crosta terrestre: a geologia" (p. 101, nota). Com efeito, em sua *Apologia* há vários exemplos de *demonstrações*. Por exemplo, na p. 240, procura mostrar a plausibilidade da trindade divina por comparações geométricas e, na p. 243, conclui pelo dogma da queda raciocinando sôbre o estado moral da humanidade. (18) O padre mais célebre modernista italiano Romolo Murri, em *La croce e la spada*,

---

confusamente... é mister que uma luz o venha irradiar... *É o ofício da inteligência* faculdade de pensamento e de análise". Hipòcritamente Loisy não reconhece agora na Encíclica as suas doutrinas, êle que escrevera: "a percepção das verdades religiosas... é trabalho da inteligência executado, por assim dizer, sob *o impulso do coração, do sentimento religioso*". *Autour d'un petit livre*, p. 197. O advogado brasileiro julgou dever patrocinar as fraudes do seu cliente. E fará sempre assim, copiando, copiando, copiando, sem critério nem escrúpulos, as mais palmares inverdades, as mais negras calúnias assacadas no curso dos tempos contra a Igreja.

(18) Digressão inútil sôbre Newman, cujas doutrinas distam imenso das modernistas.

p. 22, mostra que a fé surge da necessidade *de compreender* o universo, *suas causas e finalidade*. Não é, portanto, um sentimento vago, mal desperto do subconsciente. É um surto da inteligência que prevê um Deus e o quer conhecer.

O próprio E. Ménégoz, que é *fideísta* ou *neofideísta*, não exclui a inteligência da fé. "Sempre ensinei que a fé que salva é o dom do coração a Deus: uma determinação do *eu* em sua unidade, compreende o pensamento, o sentimento e a vontade. Há, pois, na determinação que constitui a fé um tríplice fator: um elemento de pensamento, de sentimento e de vontade".

O *Programa dos Modernistas* explica excelentemente o modo de compreender a pesquisa da verdade religiosa e responde formalmente à acusação do padre Franca: "Tornou-se-nos hoje completamente impossível conceber a faculdade puramente intelectual e especulativa, desligada de qualquer influência das outras faculdades do espírito. A razão aparece, cada vez mais, à psicologia recente, como instrumento de expressão e definição que os instintos do ser humano receberam da natureza e de que se servem, por um trabalho inconsciente, para formular, em têrmos abstratos, suas tendências e experiências de faculdades elementares. O indivíduo humano aparece-nos agora como um conjunto de energias, cada uma das quais tende à plena expressão de si mesma no desenvolvimento cotidiano da vida. Não existe para nós a razão abstrata, existe sòmente em funções de outras faculdades instintivas cujas exigências e resultados ela assinala. Sem dúvida, os teólogos tomistas, que formularam no Concílio do Vaticano a definição supra-transcrita, pretenderam dizer que o conhecimento de Deus é possível à inteligência pura operando sôbre noções tiradas das aparências sensíveis do universo e procurando por processos silogísticos a causa primeira das coisas. Isso, entretanto, não impede que o espírito religioso que pôde concordar com os resultados indiscutíveis da filosofia moderna, se recuse a admitir em tal sentido a proposição do Concílio, e prefira entendê-lo no sentido de que *todos os meios de conhecimento ao alcance* do homem, compreendido também entre êles as coisas criadas, são capazes de adquirir a certeza viva da existência de Deus".

A fé, portanto, não é sòmente, para os modernistas, um *sentimento vago*, nem jamais tencionaram *supervalorizar os*

elementos afetivos e pragmáticos do homem em detrimento dos racionais e intelectivos. Pelo contrário, desejam apenas aliar todos êsses elementos, fazê-los colaborar na inquirição do sobrenatural.

É por isso que HENRI BOIS, em seu livro *La valeur de l'expérience religieuse*, p. 136, fundamentando as condições dessa experiência, preceitua: "A experiência cristã não poderia dispensar o cristão, sobretudo o apologista e o pregador, da moral e da metafísica. Seria de sua parte soberanamente imprudente parecerem desdenhá-las ou resignarem-se a ser-lhes inferiores, estranhos. Por exemplo, devem ser capazes, quer sob o aspecto moral, quer sob o aspecto metafísico, de fazer sobressaírem, nas experiências religiosas diversas, quer as lacunas e os erros, quer os esplendores e verdades. Devem poder mostrar, sob as experiências religiosas várias, antes delas como suas condições, depois delas como suas conseqüências, princípios metafísicos diferentes, ora justos e fecundos, ora estéreis e falsos".

Sim, os modernistas crêem, mas também querem saber, querem dar à fé bases científicas. (19) Para êles não é vaidade nem orgulho querer saber.

E aqui vem a pêlo, no fecho dêste artigo, responder ao padre Franca, segundo o qual é *insulsaria mesquinha e in-*

---

(19) Bases científicas à fé? Foi certamente distração do Sr. Oiticica. Não está êle lembrado do trecho citado no artigo precedente, no qual o *Programa dos modernistas* distingue o conhecimento religioso do conhecimento científico, como duas espécies irredutíveis? Já se lhe varreu da memória a oposição, pouco acima, frisada por Loisy, entre as verdades científicas, fruto só da razão, e as religiosas, trabalho da inteligência executado sob *a pressão do coração e do sentimento?* Esqueceu o protesto dos modernistas, citado há segundos: "para nós *não existe a razão abstrata*"? E como pode haver ciência sem princípios especulativos que só a razão abstrata é capaz de formular? Não leu o Sr. Oiticica no *Programa* que os modernistas aceitam a crítica da razão feita por Spencer? E que outra coisa fêz Spencer senão

juriosa o haver eu dito que, para o bom católico, pretender alçar-se aos motivos da sua crença às razões dos dogmas é vaidade e orgulho.

Não há insulsaria nem injúria. Há perfeita exatidão. Se o Sr. Pe. Franca, arquierudito, não conhece o *Catecismo do Concílio Tridentino,* a culpa não é minha. Pois abra-o no cap. I, parágr. 4c e lerá, em latim, o que vou traduzir aqui o mais literalmente possível. "Do que fica dito, segue-se que livre está da curiosidade de inquirir aquêle que é dotado dêsse celeste conhecimento da fé. Efetivamente, quando Deus nos ordenou crer, não apresentou seus juízos divinos à nossa escrutação, nem a razão e causa dêles à nossa perquirição; porém preceituou-nos a fé imutável, segundo a qual o ânimo repousa no conhecimento da verdade eterna. É, decerto, se, quando o Apóstolo testifica: *Deus é verdadeiro e mentiroso todo homem,* só de gente arrogante e impudente é não crer nas afirmações de um varão grave e sábio, e mais, exigir que as prove com razões e textos, que temeridade, ou antes, que loucura não seria a do que, ouvindo as palavras de Deus, indagasse das razões dessa doutrina celeste e salutar? A fé, pois, deve ser mantida, não sòmente separada de qualquer ambigüidade, como ainda do desejo de demonstrações". (20)

Passemos a outro ponto.

---

excluir o "Absoluto incognoscível", objeto da religião, não só *da esfera da ciência* mas ainda do *alcance do conhecimento?* Depois de tudo isto, afirmar que os seus clientes desejam "saber", querem dar à fé "bases científicas", não é abusar indignamente da irreflexão dos leitores?

(20) O texto simplesmente não é *ad rem*. A atitude aí indicada é a de quem *já descansa na posse da fé*: qui cælesti hac fidei cognitione *praeditus est*. Ora, o trabalho intelectual de investigação dos motivos de crer *precede* o ato de fé. "O homem não crê, diz S. Tomás, sem *ver* que deve crer". Só depois de *saber* que DEUS existe, que DEUS revelou, que a verdade que se nos propõe tem por fiadora a infalível autoridade divina, adere a inteligência ao credo católico. Assim

o historiador ao qual se apresenta um documento começa por examiná-lo friamente à luz da razão. Institui-lhe a crítica de integridade, de autenticidade, de veracidade. Convencido então de que lhe merece fé, admite racionalmente a verdade dos fatos nêle narrados e a cujo conhecimento não lhe é dado chegar por outra via. Anàlogamente procede o crente. Começa por *investigar* as razões, o *porquê da fé* e só depois de adquirida a *certeza racional* de que o símbolo católico tem por abono de sua verdade a inerrância de Deus, lhe presta o seu assentimento intelectual. É condenada pela Igreja a opinião que afirma suficiente para o ato de fé sobrenatural um conhecimento *simplesmente provável* do fato da revelação. É necessária a *certeza*. Cfr. DENZINGER, *Enchiridion symbolorum,* 1171, 1623, 1626.

Haverá atitude mais racional, isto é, mais digna do homem, e mais religiosa, isto é, mais digna de Deus, do que fundamentar a nossa vida espiritual e descansar tranqüilamente na *certeza de uma verdade* divinamente infalível?

A falsa interpretação do Sr. Oiticica nasce da desorientação de seu método. Ensina o mais elementar preceito de crítica que a doutrina de um homem ou de uma instituição acêrca de um determinado assunto se deve procurar onde *ex-professo se trata dêsse assunto*. Ora, as relações entre a razão e a fé, na doutrina católica, são expostas nas condenações do tradicionalismo, do fideísmo e principalmente no Concílio Vaticano. Que faz o professor? Vai ao catecismo do Concílio de Trento, que declara abertamente no proêmio destinar-se o livro "aos párocos que nêle possam haurir ensinamentos, para a edificação *dos fiéis*"; e, pouco adiante: que o catecismo não encerra "a explicação sutil de todos os dogmas cristãos qual se costuma encontrar nos autores que desenvolvem tôda a doutrina religiosa". — O Sr. Oiticica não atendeu a isto e agravando um êrro de hermenêutica com outro de metodologia crítica vem com a satisfação pueril

dum eureca de novo Arquimedes, ensinar a Igreja qual é a doutrina católica das relações entre a razão e a fé!

Resumo analítico: um acervo indigesto de textos caluniosos, contraproducentes, alheios à questão, falsamente interpretados.

Valor lógico do artigo = 0.

IV

Escreve o padre Franca: "Ora é sôbre as linhas fundamentais de um escrito firmado pela mão de um sacerdote decaído da grandeza de sua missão sagrada e infiel aos seus juramentos religiosos que o articulista do *Correio da Manhã* decalca o seu requisitório contra a Igreja Católica".

Já viram os leitores o infundado dessa acusação. Não me apoiei em Tyrrell para investir contra a Igreja. Expus, tão-sòmente as idéias de Tyrrell como poderia expor as de Marcion ou as de Lamarck. (21)

Para aniquilar Tyrrell, cita o padre Franca palavras do convertido inglês Hugh-Benson. (22) Nelas afirma o *apóstata* inglês (todo convertido é apóstata) (23) que os monges

---

(21) Falso. O Sr. Oiticica é muito esquecidiço. Convém pôr-lhe diante dos olhos que êle resumia o livro de Tyrrell porque "reflete perfeitamente o que *de melhor se tem pensado e escrito,* A SEU VER, do assunto". Ver p. 173.

(22) Falso. Não foi para aniquilar Tyrrell, senão para mostrar que o professor havia escolhido "uma testemunha contra a qual, moralmente, se elevam tôdas as exceções da crítica e do bom senso". Verdade tão evidente como a luz do meio-dia. Mas quem não pode responder a um argumento escamoteia a dificuldade. Uma pirueta e adiante!

(23) Etimològicamente, sim; mudou doutrina ou partido. Moralmente, só identifica os dois movimentos quem não tem convicções e nivela numa mesma apreciação a queda da verdade no êrro e a ascensão do êrro para a verdade.

apóstatas e os religiosos desfradados são grosseiros, refinados caluniadores, malsinadores das ações alheias, etc.

Ora, Tyrrell nem é apóstata, nem religioso desfradado. (24) Estava nas mesmas condições do outro grande jesuíta, o Padre Vieira. (25) Acusado pelo Santo Ofício e ameaçado de expulsão da Companhia por causa das suas interpretações ao Bandarra, declarou que jesuíta era e jesuíta havia de morrer, e, quando o destituíssem de tudo, êle iria morrer com a sua roupeta às portas do colégio onde vivera e sofrera. (26)

---

(24) Note-se a tese do Sr. Oiticica. As provas.

(25) Mesmas? Vieira foi expulso da Companhia? *Não.* Tyrrell? *Sim;* e solenemente. O não e o sim para o Sr. Oiticica são a *mesma* coisa.

(26) Dos lábios de Vieira não saiu nem podia sair semelhante desconchavo. O fato foi inteiramente alterado pelo Sr. Oiticica. Ei-lo como o relata o primeiro biógrafo do grande pregador. Ouvindo El-rei boatos de que Vieira ia ser demitido da Ordem, mandou oferecer-lhe uma mitra. Respondeu o santo religioso: "Que não tinha S. Majestade tantas mitras em sua monarquia, pelas quais êle houvesse de trocar a pobre roupeta da Companhia de Jesus; e que, se chegasse a ser tão grande a sua desgraça, *que a Companhia o despedisse,* da parte de fora de suas portas jamais se apartaria, perseverando em pedir *ser outra vez admitido nela,* senão para religioso, ao menos para servo dos que o eram; que, se nem para servo o quisessem admitir, ali estaria sem mais alimento que o seu pranto, até acabar a vida junto daquelas amadas portas dentro das quais lhe tinha ficado a alma tôda." André de Barros, *Vida do P. Ant. Vieyra,* Lisboa, 1746, pp. 25-26. Magnânima resposta! Tão humilde filho não podia a Companhia despedir de seu seio. Ao que nos importa: Vieira reconhece formalmente que demitido da Ordem *já lhe não pertenceria.* É o caso de Tyrrell,

Tyrrell já tinha, de antemão, respondido ao seu descaridoso e inveraz contemporâneo padre Franca. Realmente, defendendo Doellinger contra a acusação de *apóstata,* reeditada pelo cardeal Mercier, escreveu êle: "Doellinger foi um homem que preferiu sofrer as mais cruéis injustiças a renegar os princípios fundamentais que distinguem a concepção católica da concepção protestante da Igreja". (27)

---

que não teve a humildade do nosso grande pregador e foi não só demitido mas expulso solenemente da família de Inácio. — E seria mister invocar tão altas autoridades? Não é evidente que um membro eliminado legìtimamente de uma sociedade cessa, *ipso·facto,* de lhe pertencer?

(27) Após a de Vieira é a história de Doellinger que passa a ser maltratada. Aqui o mais culpado é Tyrrell, a cujos olhos, numa crise de amor próprio mal ferido, se anuviaram as verdades que por tantos anos lhe haviam orientado a vida. Ainda uma vez o coração seduziu a inteligência e da paixão nasceu o êrro. O Sr. Oiticica, como sempre, é o inocentíssimo copiador de erros e calúnias alheias. — Tôda a gente sabe a história de Doellinger. Com as costas quentes no govêrno alemão, que favorecia a idéia de uma igreja nacional, o ambicioso sacerdote opôs-se à reunião do Concílio Vaticano. Terminado o Concílio, recusou aderir às definições da Igreja Universal, entrando a combater a supremacia do Papa, que defendera outrora com tanto ardor. Por esta ocasião escreveu o grande Ketteler: "Estou de acôrdo com o Doellinger, que outrora nas suas lições inflamava os seus alunos de entusiasmo pela Igreja e pela Sé Apostólica; nada tenho que ver com o Doellinger que hoje aclamam e vitoriam os inimigos da Igreja e da Sé Apostólica". *Acta et Decreta Conc. Vatic.* Collectio Lacensis t. VII, col. 1845-46. Excomungado, pôs-se à frente de uma seitazinha que se intitulou dos Velhos Católicos. Outros a chamaram neoprotestante e hoje de fato já perdeu a sua

E explica: "Sem dúvida, é cômodo, no interêsse do absolutismo, apresentar os defensores das liberdades católicas à execração da massa crédula, nodoá-los como heréticos e apóstatas. A multidão gosta dos juízos feitos e não inquire do valor dêles: Doellinger, o protestante, o apóstata; Tyrrell, eco longínquo de Doellinger; é tão simples, tão fácil de reter!"

E adiante: "Quando o Dr. Doellinger se defendeu, de modo tão decisivo, contra a acusação de heresia e de apostasia, nem um só dos seus caluniadores tentou responder-lhe. (28) Contentaram-se com afirmar e reafirmar; sabiam que, morto o homem e esquecida a controvérsia, a multidão, indiferente e dócil, continuaria. com o tempo, a jungir, durante séculos, ao nome de Doellinger, o de Apóstata".

E enfim: "Um apóstata é, segundo a etimologia, e o uso confirma a etimologia, aquêle que se afasta ou se separa das idéias que sempre foram as suas. Mas o Dr. Doellinger pôde, em tôda a verdade, dizer que, até o fim de seus dias, conservou, sôbre a constituição da Igreja, as idéias a que aderira, idéias que pùblicamente pregara com o *placet* dos

---

insignificância na babilônia de igrejinhas que tanto proliferam no campo do livre-exame. Em 1872 espontâneamente deixou Doellinger de exercer os ministérios sacerdotais, vindo a falecer mais tarde sem se reconciliar com a Igreja. Sôbre o papel indigno e revoltante representado pelo desventurado Doellinger durante o Concílio Vaticano veja-se: G. GOYAU, *L'Allemagne religieuse,* t. IV, Paris, Perrin, 1909, principalmente c. VII, pp. 292-387.

(28) Falso; as respostas pulularam. Leiam-se entre outros os trabalhos do sábio Hergenroether, principalmente: *Kritik der von Döllinger'schen Erklaerung vom 28 Maerz dieses Iahres,* Freib. 1871 e *Anti-Janus, eine historisch-theologische Kritik der Schrift "der Papst und das Council".* Freiburg. i. B. 1870. Outras obras em GRANDERATH, *Geschichte des vaticanischen Konzils* nach den authentischen Documenten, t. III, 1906, 1, 4, c. 7, pp. 636-63.

poderes eclesiásticos, durante os trinta anos precedentes a 1870".

Tyrrell nunca apostatou nem deixou de ser padre, embora fôsse excomungado. E contra a possível conclusão de que ser excomungado é ser apóstata, cito palavras dêle mesmo ao cardeal Mercier:

"Eminência, não suponho haja teólogo tão ultramontano que ensine ser o Papa infalível quando excomunga, ou não poder haver nem ter havido jamais excomunhões injustas ou que possam ser infirmadas em razão da ignorância ou da maldade dos juízes eclesiásticos. Por si mesmo, o fato de ter sido excomungado um homem não autoriza a tratar êsse homem de apóstata. O excomungado é o homem a quem lançam no mar; o apóstata é o homem que se suicida, que voluntàriamente se atira ao mar. Ambos estão na água, sem dúvida, e pouco importa saber como caíram!

Importa, porém, muito, que a verdade triunfe, e mesmo um excomungado tem o direito de invocar o mandamento que diz: Não levantarás falso testemunho a teu próximo". (29)

Ora, Tyrrell morreu considerando-se católico romano, protestando não ser outra coisa senão católico romano porque: "O catolicismo é uma grande experiência religiosa; a pesquisa da mais plena e perfeita expressão do cristianismo". (30)

E acrescentava: "Enquanto estas idéias forem minhas, ligado ficarei à Igreja Romana. E se quero que assim seja "quem poderá separar-nos dela? Não seriam vinte Papas

---

(29) Não é numa nota que se pode expor e justificar o direito penal da Igreja. Restringindo-nos ao caso presente: quem é excomungado ou excluído da Igreja pela *heterodoxia de suas doutrinas,* como Tyrrell, não pode nela ser readmitido sem uma sincera *profissão da fé católica.*

(30) É algo mais. É um complexo de dogmas e de preceitos morais que constituem um patrimônio religioso confiado à guarda infalível de uma sociedade jeràrquicamente organizada. "Quem não crer será condenado." S. Marcos, XVI, 16; "quem não ouvir a Igreja seja considerado como pa-

nem cem excomunhões. Pertenço-lhe pela só maneira por que me preocupo de pertencer-lhe: em espírito e verdade; prendo-me a ela por um laço, o da minha livre convicção, que nenhum bispo logrará romper. *Multi intus sunt qui*

---

gão". Mat., XVIII, 17. É esta a imutável legislação divina que rege há 20 séculos a Igreja Católica. Ao desventurado religioso a paixão desvairou-lhe o juízo. Não ouviu a Igreja: será excluído do seu seio. É sentença de Cristo e ninguém é cristão desobedecendo a Cristo. Numa exaltação frenèticamente individualista de orgulho, Doellinger e Tyrrell julgaram-se, contra o sentimento da Igreja Universal, os únicos depositários das luzes do alto e do espírito do cristianismo primitivo. Pobres infelizes! passaram como passam as pequeninas paixões humanas e a Igreja ficou, única firme na indefectibilidade das promessas divinas.

Mas a que propósito tôda esta disquisição jurídica para saber se Tyrrell é ou não apóstata? Ainda uma vez o hábil professor ladeia a questão para desvairar o juízo dos leitores. Tôda esta coluna trufada de citações modernistas, de paralelos com Doellinger, etc., etc., está simplesmente *fora do ponto debatido*. É uma escapatória de polemista em talas. Reconstituamos o estado da controvérsia. Afirmara o Sr. Oiticica que o trabalho de Tyrrell constituía *"a seu ver* o que de melhor se tinha pensado e escrito do assunto" e, por isso, ia resumi-lo. Retruquei-lhe que não era acertada a escolha. Não era nos escritos de "um apóstata recém-cortado da comunhão dos fiéis que sôbre a Igreja Católica se devia pedir a luz serena da verdade". Jurìdicamente apóstata ou não, *o fato* é que Tyrrell, ao escrever o seu libelo contra Mercier, havia sido recentemente expulso da Companhia e excomungado da Igreja. Ora, *qualquer que seja a justiça ou injustiça dêstes atos,* é evidente que, em semelhante efervescência de paixões encandecidas, nenhuma testemunha reúne as condições de serenidade, imparcia-

foris videntur. Numerosos os que, com "Doellinger, o Apóstata" parecem fora da Igreja mas, em verdade, se acham dentro. Numerosos os que, com os perseguidores dêsse grande homem, parecem dentro e estão, na realidade, fora; porque o único empenho dêles, sob o nome de Catolicismo, é o monopólio do individualismo; não é a justa obediência, mas a servidão absoluta, a sujeição do *orbis terrarum*".

Prosseguindo, salienta o padre Franca: primeira na série das *minhas* recriminações, a *rançosa* acusação de obscurantismo da Igreja que "mata o espírito" com seu "ensino empedernido e esterilizante".

Evidentemente, Georges Tyrrell se referia apenas ao *ensino religioso,* o de *crê ou morre,* impôsto pela Igreja concentrista, absolutista, *definidora* de *dogmas* ternos, sem cuja crença vamos, eu e muita gente boa, direitinho para o inferno. (31)

---

lidade, isenção de ânimo, para, num livro de combate, exarar o que "de melhor se tenha pensado e escrito do assunto". Isto foi o que eu afirmei; isto foi o que asseverou Hugh-Benson; isto é o que dizem todos os críticos; isto é o que confirma o senso comum da humanidade; isto é o que *devia refutar* o Sr. Oiticica e não refutou. Em vez de conservar o pôsto que lhe assinava o dever da lógica, preferiu o articulista desertá-lo e, reincidindo ainda uma vez no mesmo pecado crítico, mostrar em Tyrrell, com excertos *do próprio interessado,* mais uma vítima da intolerância da Igreja. Destarte se empalma a dificuldade, se iludem os simples e se acordam e mobilizam contra o catolicismo os baixos instintos de rebelião que dormem no coração das massas humanas. Tão nobre fim não justifica o emprêgo sem escrúpulo de todos os meios?

(31) O "crê ou morre" assacam-lhe os acusadores gratuitos. A Igreja ensina nos seus documentos oficiais: "O que insistentemente procura evitar (a Igreja) é que alguém abrace a fé católica *contra a própria vontade,* ad ample-

Todavia, em seu livro, o libelo contra o despotismo teológico de todos os tempos é tremendo. Resume, em duas páginas, todos os empeços da teologia à ciência, mal uma descoberta ou uma idéia possa de longe contrariar-lhe os ensinamentos e *definições*.

Diz o padre Franca estar mais que demonstrada a ação benéfica da Igreja na investigação científica, pela "crítica mais bem informada, mais imparcial e exigente".

Naturalmente julga o padre Franca ser muito ignorante o *professor de gramática* do Colégio Pedro II e mais ignorantes que êle todos os leitores de *O Jornal*. Porque só indivíduos fanáticos ou profundamente iletrados poderão admitir semelhante impostura da "crítica imparcial e exigente". (32)

E manda-me ler a sessão III do Concílio do Vaticano!!! Que é isso! padre Franca! Logo isso é que vem citar?! (33)

A *Constitutio dogmatica* da terceira sessão é a prova provada e confessada do iliberalismo romano. A Igreja *to-*

---

xandam fidem catholicam invitus cogatur, porque como sàbiamente adverte S. Agostinho: ninguém crê se o não quer". Leão XIII, Encíc. *Immortale Dei*, 1 nov. 1885. Quanto à "Igreja Concentrista", tão desfigurada é a Igreja de Cristo, que disse: "passarão o céu e a terra, mas as minhas palavras não passarão"; "quem não crer será condenado".

(32) E no entanto, depois da obra caluniosa de Draper, aí estão, *até hoje irrefutados*, os trabalhos de Dennert, Kneller, Cathrein, Bricarelli, Zahm, Eymieu. Mas é processo econômico de polêmica dar diploma de iletrados ou fanáticos aos adversários cujos argumentos não se podem rebater. Custa pouco e impressiona muito.

(33) Note o leitor a encenação ridícula do Sr. Oiticica. Vamos à análise do Concílio Vaticano.

lera (34) a ciência, desmancha-prazeres da teologia. Tolera-a por não podê-la abolir e sòmente *enquanto lhe não contraria as pseudo-verdades*. A Igreja descobriu a engraçadíssima divisão entre *verdadeira* e *falsa* ciência. (35) É falsa ciência tudo quanto desmente as elaborações teológicas de Roma.

Quem o diz? Precisamente a *Constitutio dogmatica* citada.

Supondo-se *depósito da fé*, tem a Igreja a missão e direito divino *falsi nominis scientiam proscribendi*, isto é, de proscrever tôda a falsa ciência.

"Por isso, preceitua, todos os fiéis cristãos não sòmente estão impedidos de defender, como conclusões legítimas da ciência, quaisquer opiniões que saibam ser contrárias à doutrina da fé, máxime se reprovadas pela Igreja, como ainda são coagidos a considerá-las erros com falaz aparência de verdade". (36)

---

(34) Onde está o texto do Vaticano em que se afirma que a Igreja tolera a ciência? O que diz literalmente o Concílio é que "a Igreja, longe de se opor ao culto das artes e ciências humanas, o *ajuda e promove de muitos modos*". O Sr. Oiticica traduz "juvare et promovere multis modis" por tolerar!!

(35) A Igreja fala de "falsi nominis scientia", isto é, de ciência que se arroga falsamente êste título. O Sr. Oiticica acha isto "engraçadíssimo" e crê ingênuamente que tudo quanto aparece com o rótulo de ciência é verdade puríssima. Feliz simplicidade!

(36) Esta atitude é um corolário da noção católica de fé. Se a fé é a adesão a uma *verdade revelada por Deus*, não pode haver verdadeiro conflito entre ela e a ciência. O que é possível é um atrito temporário entre um sábio e um teólogo, uma hipótese e uma opinião individual; entre as verdades de fé e os resultados definitivos da ciência, nunca. Duas verdades não se contradizem. Para julgar,

E espraia-se em mostrar o auxílio prestado pela ciência à fé e o zêlo da Igreja em promover o estudo das várias ciências e artes. Cabe, porém, à Igreja a fiscalização da ciência, porque as descobertas dos homens são perfectíveis, ao passo que as verdades depositadas na Igreja são infalíveis.

"Portanto, conclui, cresça e mui veementemente progrida em tôda a sucessão dos séculos e idades a inteligência,

---

porém, o valor lógico desta atitude, é mister antes haver examinado o conceito católico de fé, é mister haver pronunciado um juízo crítico sôbre a verdade inteira do cristianismo. O acatólico que não empreendeu prèviamente êste trabalho científico, com a seriedade e sinceridade que exige a gravidade da questão, deve manter-se em reserva e admirar a coerência doutrinal do catolicismo. Em geometria ninguém pode rejeitar um corolário sem antes provar a falsidade do teorema de que lògicamente deriva. Admirável! Quase pelos mesmos têrmos do Vaticano encontramos esta doutrina ensinada por um grande físico, OERSTED: "Quase sempre que se falou de conflito entre o cristianismo e a ciência ou foi porque se apresentou como doutrina cristã o que não era senão opinião humana, ou que se lançou à conta da ciência o que não passava de leviandade ou licença do pensar". Aí está a *falsi nominis scientia* tão superficialmente ridicularizada pelo Sr. Oiticica!

BLAINVILLE, o grande naturalista, discípulo de Cuvier, afirma que Deus dirigiu providencialmente o progresso da ciência em relação à fé a fim de que "la science arrivée à son terme fut assez *mûre* et *assez puissante* pour *redevenir sa servante,* en rappelant à son but la raison egarée". *Histoire de la science de l'organisation,* Paris, 1845, t. III, p. 518. — Servir racionalmente à fé é, para o sábio, sinal de *madureza* e poder da ciência. O Sr. Oiticica ri-se de tudo isto e, em única resposta, multiplica os pontos de admiração!

a ciência e a sapiência, não sòmente de cada um, como a de todos, a de cada homem como a de tôda a Igreja...!"

Belíssimo, não?

Lêde agora êste fecho: "... mas tão-sòmente conforme a sua natureza, e dentro do mesmo dogma, do mesmo sentido, da mesma sentença." (37)

Portanto a ciência é livre, libérrima!

Sim! *mas...* submissa ao dogma e às sagradas escrituras, pois, segundo Leão XIII, não pode haver descoberta científica desmentidora do menor versículo da Bíblia!

Pode haver mais dourado cativeiro? (38)

---

(37) Aqui o intemerato defensor da ciência recorre a uma assacadilha que, em polêmica limpa, não tem nome. O fecho por êle citado refere-se *ùnicamente à ciência das verdades reveladas:* fidei doctrina. Dado o conceito católico do dogma, — verdade revelada por Deus — a evolução do seu conhecimento só pode ser feita num mesmo sentido. Acrescentar-lhe verdades estranhas é transformar a revelação divina com idéias humanas. Falando, porém, *das ciências profanas,* a Igreja reconhece-lhes a *justa liberdade,* justam libertatem agnoscens, de progredir no âmbito do seu objeto e no desenvolvimento de seus princípios. Que faz o Sr. Oiticica "livre do cativeiro" da Igreja? *Cala* êste último trecho relativo às ciências humanas; e ao progresso destas atribui o *fecho que o Concílio põe ao estudo e desenvolvimento do dogma.* É muita liberdade, professor!

(38) E neste "dourado cativeiro" matemáticos como Cauchy, Weierstrass, Hermite, Poinsot, Puiseux; astrônomos como Leverrier, Herrschell, Faye, Jansen, Schiapparelli, Denza, Perry, Secchi; físicos e químicos como Brunhes, Duhem, Melloni, Despretz, Carbonelle, Delsan, Cailletet, Amagat, Biot, Fraunnhofer, Fizeau, Volta, Ampère; Branly; Thénard, H. Sainte-Claire Deville, J. B. Dumas; naturalistas, biólogos e médicos como Blainville, J. Müller, Van Beneden, Stoppani, O. D'Halloy, von Fuchs, A. de Lapparent, Bar-

rande, Haüy, Fabre, Schwann; Van Gehuchten, Laennec, Grasset e Pasteur, etc... etc... realizaram as mais importantes descobertas e os maiores progressos da ciência moderna. Concluamos com THIERS: "a Igreja só impede o pensamento dos que são incapazes de pensar".

Resumo analítico: 1.ª Parte: Tyrrell não é apóstata nem da Companhia, nem da Igreja. Não da Companhia, porque Vieira que *nunca* saiu de Ordem foi *sempre* Jesuíta; *logo* Tyrrell, que dela foi *expulso* se acha nas mesmas condições. Não da Igreja, porque nunca mudou de doutrina, como demonstra a ortodoxia das suas idéias resumidas no primeiro artigo do professor do Pedro II, que, a ser coerente, julgará aquela diatribe contra a Igreja a expressão mais pura do catolicismo de um bom jesuíta! 2.ª parte: A Igreja cerceia a justa liberdade do pensamento. Prova-o exuberantemente o Concílio Vaticano analisado com os novos processos críticos de tesoura inventados pela ciência livre do Sr. Oiticica.

Valor lógico do artigo = 0.

EXCURSUS A — TYRRELL APÓSTATA?

No artigo precedente tentou o Sr. Oiticica — com que desastroso resultado já o sabe o leitor — escoimar a Tyrrell da pecha de apostasia. Apóstata, diz o professor, repetindo palavras de seu cliente, "é aquêle que se separa ou se afasta das idéias que sempre foram suas".

Ora, como talvez alguns dos leitores não conheçam "as idéias que foram de Tyrrell, antes da crise modernista, resumi-las-ei aqui de uma de suas obras anteriores a 1907: *External Religion,* its use and abuse. Não tendo entre mãos o original inglês, referem-se as minhas citações à tradução francesa de AUGUSTIN LEGER, *La Religion Extérieure,* Paris, Lecoffre, 1902. Os grifos são meus.

Antes de tudo, Cristo fundou uma Igreja indefectível; "sua vitória (da Igreja) está fixada por um decreto eterno: sôbre esta rocha eterna, imutável, fundarei a minha Igreja e as potências do Inferno não prevalecerão contra ela. Estou convosco até a consumação dos séculos", p. 179. "O que Deus prometeu é... que Êle havia de preservar a sua Igreja e conservá-la sempre em evidência", p. 184.

A Igreja fundada por Cristo é uma sociedade *visível.* Foi "a revolta que no século XVI explodiu contra a Igreja Católica, quem tentou depreciar excessivamente a necessidade de uma religião exterior objetiva, com um *ensino dogmático definido,* formas de culto e meios de graça sacramentais. A Reforma ainda, quem acreditou a opinião que o ensino de Cristo se perpetuava pelo Espírito Santo, falando, não coletivamente à Igreja visível e pela *Igreja visível ao indivíduo,* mas direta e independentemente a cada alma em particular", p. 70. A Igreja é portanto *continuadora da missão de Cristo:* "O método de Cristo para iluminar as almas durante o seu ministério terrestre foi o *método dogmático, não o método do juízo privado...* Em outros têrmos, Cristo era em si mesmo o que a Igreja pretende ser hoje, *uma regra exterior de fé,* onde o espírito encontra a sua pedra de toque e à qual deve procurar conformar-se", pp. 79, 80.

Por isso, a Igreja existiu sempre, como a quis Cristo, *una e hierárquica:* "Como o meu Pai me enviou, diz êle, à sua Igreja, assim eu vos envio! "Eu sou a luz do mundo!" "Vós sois a luz do mundo!" "Quem vos ouve a mim ouve". Estas palavras e tantas outras têm o seu melhor comentário no seguinte fato: *desde a ascensão de Cristo* existiu sempre uma *Igreja unida e hierarquizada,* que reivindica a herança destas promessas, o privilégio de possuir e aplicar êsse cânon de verdade que Cristo lhe pôs entre as mãos", p. 81. Daí a distinção necessária entre rebanho e pastôres, entre ensinantes e ensinados: "Distinguimos a *Ecclesia docens* e a

Ecclesia discens, a *Igreja ensinante* e a *Igreja ensinada*", p. 177. Daí ainda a necessidade vital do princípio de autoridade que o nosso século individualista finge desconhecer: "O formalismo em questão não é êrro de uma seita ou partido bem definido; é uma disposição de certos espíritos a interpretar mal a insistência com que a Igreja Católica *tão justamente, em nossos dias de individualismo desenfreado, lembra os grandes princípios de autoridade, de obediência, de união à sociedade dos fiéis*", p. 72.

O fim da Igreja militante é duplo, defensivo e ofensivo. Ofensivo na conquista das almas infiéis, defensivo "enquanto protege seus próprios filhos e reúne sob as asas os seus pintainhos; ela, tímida por natureza, ouriça-se terrível contra o milhafre que os quisesse empolgar"; p. 176. "Durante as crises de particular gravidade a unidade e rapidez de juízo e de ação são de importância decisiva. A Igreja então *recolhe sàbiamente tôda a iniciativa na cabeça* e no *centro do seu organismo social* e impõe aos seus membros a obediência cega e passiva que se exige dos soldados no momento da batalha. *Se cada qual pudera julgar a seu talante e agir a seu modo, seria o caos e a derrota*", p. 188.

Fundada por Cristo, hierárquica e unida, socialmente organizada, a Igreja é ainda a única e autêntica depositária da verdade revelada. *"A causa da verdade é a causa do Cristo e da sua Igreja"*, p. 186. Corolário inevitável: a união com a Igreja é condição absolutamente necessária de salvação e de vida. "À luz de quanto vimos acêrca da razão de ser e do sentido da Encarnação, perguntamos surpreendidos como é possível que aquêle que compreendeu algo dêste mistério possa considerar a Igreja visível e suas instituições como objeto de simples comodidade, que cada qual pode tomar ou deixar a seu arbítrio e não como instrumento de vida eterna, divinamente estabelecido sem o qual não há salvação para quem recusa conscientemente servir-se dêle", pp. 75-6. "A incorporação orgânica na Igreja visível, como membro, é, para todos os que a ignorância ou um obstáculo invencível não escusam, condição *sine qua non* de incorporação na sociedade dos santos. Para todos êstes, fora da Igreja não há salvação", p. 83. Por onde "assim como por natureza reconhecemos que é necessário obedecer à consciência até a morte, assim *os que são fiéis à consciência reconhecem exatamente a mesma voz no Cristo e na Igreja*", p. 209.

Assim falava, assim escrevia Tyrrell, católico e jesuíta, sereno, longe do tumulto das paixões que cegam a inteligência e arrastam a vontade. O que disse Tyrrell nos assomos de um orgulho em revolta já o conhece o leitor pelo 1.º artigo do professor do Pedro II. Houve ou não mudança de doutrinas, houve ou não *apostasia?*

Agora, tranqüila e sinceramente perguntamos: Conhecia o Sr. Oiticica estas doutrinas de Tyrrell? Não? E com que consciência saiu a censurar a Igreja por haver condenado um homem sempre fiel aos seus ensinamentos? Sim? E com que consciência afirmou que Tyrrell não foi apóstata porque não mudou de idéias?

Ah! é glorioso para a Igreja ter semelhantes adversários: e uma das grandes provas da verdade católica são os processos de polêmica de quantos a impugnam.

V

Para alardear os *títulos de benemerência intelectual da Igreja Católica,* diz o padre Franca: "Logo ao nascer, banhada ainda no sangue dos próprios filhos, colhe reconhecida das mãos dos Justinos, dos Atenágoras, a flor da sabedoria pagã".

A gente lê e não crê! A *sabedoria pagã* nas mãos de Justino e Atenágoras?! Que entende o padre Franca por sabedoria pagã?

Morais (2.ª ed.) define: *ciência, saber, doutrina, prudência*. Não sendo prudência, há de ser os demais, e sabedoria pagã vem a ser a ciência, o saber, a doutrina pagã, isto é, a ciência e filosofia de gregos e latinos. Justino e Atenágoras seriam assim continuadores, quando nada expositores dos sábios e filósofos greco-romanos. Eis por que, lendo a frase do padre Franca, um ignorante professorzinho de gramática ficaria estatelado. (39) Sim, a Santa Madre Igreja possuiu, logo no segundo século, sábios e filósofos herdeiros da ciência de um Hiparco, de um Aristóteles, de um Estrabão, de um Epicuro, de um Hipócrates, de um Celso, de um Plínio, de um Varrão, do senso histórico de um Tucídides, de um Heródoto, de um Plutarco, de um Tito Lívio, de um Tácito, da riqueza moral de um Epicteto, de um Sêneca, de um Marco Aurélio, do espírito construtivo de um Demócrito, de um Platão, do talento expositor de um Cícero

(39) Tôda esta artificiosa introdução visa armar a efeito. Mau sinal! Em polêmica, a encenação aparatosa vem quase sempre velar dissimuladamente a mesquinhez dos argumentos. Possível! O professor de português do Pedro II houve de desempoar os seus velhos dicionários para saber o que significava: flor da sabedoria pagã!! Prossigamos.

ou de um Quintiliano, da visão crítica de um Aristófanes, do labor científico de tantos arquitetos, agrônomos, técnicos militares, lingüistas, críticos, retóricos? (40)

A coisa é tão abstrusa que ouso perguntar, dos abismos da minha ignorância gramatical, se o Sr. Pe. Franca já leu Justino e Atenágoras.

Porque não é crível o haja feito, e escrito depois, sem

(40) Apesar de incomodar o venerável Morais, o Sr. Oiticica não atinou com o meu pensamento. Ninguém pretendeu que, no segundo século, os padres e doutores da Igreja, preocupados e absorvidos pela regeneração moral do mundo pagão, fôssem astrônomos como Hiparco, médicos como Hipócrates, retóricos como Quintiliano e muito menos ateus materialistas como Demócrito, panegiristas imorais do prazer como Epicuro, agrônomos, arquitetos, técnicos militares! Nada disto é sabedoria; tudo é ciência ou arte. Abramos também nós um dicionário de sinônimos para esclarecer a propriedade dos vocábulos. Seja Roquette: "Sabedoria (de sapio) é o conhecimento intelectual das coisas divinas e humanas, é a razão perfeita, como disse Cícero: ratio perfecta nominatur rite sapientia. Sciencia (de scio) é a notícia ou conhecimento das coisas humanas... A geometria, a matemática, a astronomia, etc. são *ciências,* mas não se podem chamar *sabedorias*". O que ùnicamente queríamos dizer, portanto, é que a Igreja, logo ao nascer, não recusou a contribuição do que havia de verdadeiro, de melhor (isto quer dizer flor; se duvida, professor, consulte de novo o seu léxico), nas mais altas expressões da filosofia e da moral dos pagãos. Neste trabalho de assimilação Justino, Atenágoras, Aristides, etc., etc., trouxeram os primeiros subsídios. Não levaram a têrmo e à perfeição o grandioso trabalho. Um magnífico monumento intelectual não é obra de um homem nem de uma geração. Mas o haver iniciado e o haver colaborado em tempos tão calamitosos não é pequena glória.

tremor de pena e calefrios de sacrilégio, a barbaridade que escreveu.

Justino e Atenágoras são, em tudo e por tudo, a antítese, quer da ciência, quer do espírito, quer do método grego.

Justino é inimigo declarado da sabedoria grega. Foi peripatético e platônico, (41) mas tão pouco entranhado nas concepções das escolas que mal estudou o cristianismo, logo se passou com armas e bagagens (42) e iniciou campanha acesa contra a ciência grega. (43)

---

(41) Como! Justino, discípulo de Platão, discípulo de Aristóteles, e ao mesmo tempo inimigo da sabedoria grega! Ninguém se faz discípulo de quem odeia. Era conveniente separar um pouco mais estas frases. Juntas assim, a contradição salta aos olhos do leitor mais distraído. — Quanto à afirmação em si, Justino era tão amigo da sabedoria grega que, na nimiedade da sua indulgência, chegou a estender o nome de cristão a Sócrates, Heráclito e outros filósofos, que êle julgava de modo particular iluminados pelo Logos ou Verbo de Deus.

(42) Conclusão: quem sabe bem o paganismo não se converte ao cristianismo. O advogado do modernismo esqueceu o seu cliente para patrocinar a causa dos pagãos. — A realidade é que S. Justino bateu, em busca da verdade, à porta dos estóicos, dos peripatéticos, dos neopitagóricos e dos platônicos e só depois de longo estudo descansou no cristianismo, sigilando com o próprio sangue a sinceridade de suas convicções.

(43) Assim o afirma o Sr. Oiticica. Os especialistas falam de outro modo: "Pela primeira vez depois da pregação do Evangelho, Justino tenta concluir um tratado com a filosofia e os filósofos. Estende sinceramente a mão à razão, aceitando o seu testemunho para elevá-la mais alto". LAGRANGE, *Saint-Justin*, Paris, Lecoffre, 1914, p. 144. "S. Justino e Atenágoras apóiam-se de boa vontade na autoridade

No seu *Discurso aos gregos* revela irremediável incapacidade para compreender os gregos. Repele Homero por causa da violência e orgulho das personagens e porque *suas rapsódias, de princípio a fim, são sempre mulher*.

Como acreditar nos deuses gregos e nos mitos pagãos? e como ensinar aos filhos as imoralidades de Zeus, ou consentir à espôsa que adore Afrodite?

Fôrça corpórea? beleza fisionômica? arrogância de nobreza? Nada disso quer o logos divino, senão pureza de alma, santidade, etc. (44)

---

dos filósofos gregos, para combater o paganismo e defender a nova religião". JANET-SÉAILLES, *Histoire de la philosophie*, 12 ed. Paris, 1912, p. 996.

(44) Que briosa arremetida... contra um moinho de vento. O Sr. Oiticica, que fala de tudo, quis falar também de S. Justino. Estende a mão a alguma edição antiquada ou ao primeiro dicionário enciclopédico que lhe estava ao alcance. Infelizmente devia de ser de algum autor velho ou anacrônico, que da crítica moderna sabe tanto como quem o consultava. Ilustre professor, há muitos anos que já se demonstrou ser o Discurso aos gregos obra apócrifa. Não é de S. Justino. Consulte qualquer crítico de valor, católico ou não: BARDENHEWER, *Geschichte der altkirchlichen Literatur*. I, 190; Idem, *Patrologie*, t. I, § 17; STÖCKL-WEINGAERTNER. *Grundriss der Geschichte der philosophie*, 4.ª edic., Mainz. 1924, p. 112. A. HARNACK, *Gesch. der altchristl, Lit*, 1, 2, 2, pp. 151, 545.

Por esta crítica a um pseudo-Justino não é o escritor cristão "que revela irremediável incapacidade de compreender os gregos", mas o professor do Pedro II, que a revela muito mais radical e deplorável de compreender o catolicismo. O autor do Discurso aos Gregos é aqui censurado por pregar, em nome de Cristo (Logos), a "pureza" de costumes e a santidade da vida". Em vez destas antiqualhas, deveria defender o culto "dos deuses gregos e dos mitos pagãos." Deveria fazer

Sua *Exortação aos gregos* é uma refutação da ciência e da filosofia gregas no intuito de mostrar que nelas não se encontra a verdadeira religião. E como filósofos gregos, Pitágoras por exemplo, ensinavam a existência de um deus único, é que o tinham colhido em Moisés, por intermédio dos egípcios. Justino exora aos gregos que refuguem a erudição e a filosofia pagãs e venham para o redil cristão aberto pelo deus hebraico (§ 38). (45)

No minúsculo tratado *Da monarquia,* pretende demonstrar que dentro do paganismo, criado por êrro humano, perdura a primitiva inspiração natural da crença num deus único. E busca exemplos nos antigos poetas gregos. (46)

Nas Apologias a favor dos cristãos insiste nas mesmas opiniões. Seu juízo sôbre os mitos é precioso atestado da sua mentalidade. Para êle os mitos gregos foram inventados pelo diabo. Sabendo êste que Jesus se incarnaria milagrosamente para vencê-lo e salvar os homens, inspirou as fábulas gregas para que, vindo o Cristo, considerassem fábula também seu nascimento, milagres, morte e ressurreição (I, 54). (47)

---

a apologia das "imoralidades de Zeus", ensinando-as às crianças, deveria aconselhar às espôsas a adoração de Vênus. Eis para o Sr. Oiticica "a flor da sabedoria pagã". Eis o que devera ter colhido Justino para depor no regaço da Igreja nascente!!

(45) Outra aventura digna de herói de Cervantes. Também a *Cohortatio ad graecos* é espúria.

(46) Terceira quixotada. O *De Monarquia,* onde aliás nada há de irrepreensível, não é certamente autêntica. E se o fôsse, confirmar a tese da unidade de Deus com citações antigas não é colhêr a flor da sabedoria pagã?

(47) Chegamos finalmente a uma obra de S. Justino. Nela só viu o Sr. Oiticica uma explicação acessória da mitologia (que, para ser apreciada com eqüidade, deve integrar-se no ambiente filosófico-religioso do 2.º século) e esqueceu a magnífica apologia dos cristãos, a prova da divindade de Cristo, o apêlo sereno à justiça do Império, etc. etc.

Finalmente no seu longo *Diálogo com o Judeu Trifão,* defende o cristianismo contra as objeções dos judeus.

É a mesma argumentação de sempre: as profecias anunciadoras do Messias, os milagres provantes ser o Cristo o prometido salvador, cegueira dos judeus em não quererem ver na lei nova derrogação da lei antiga, apêlo aos judeus que se convertam à religião cristã, etc. (48) Justino foi dos primeiros também a escarafunchar no Velho Testamento promessas e figuras do Novo. (49) As núpcias de Jacó, por exemplo, prognosticavam o que iria suceder com o Cristo. Lia é o povo judeu; Raquel a Igreja, espôsa legítima. E êsse é o filósofo cristão em cujas mãos santas a Igreja foi colhêr a flor da *sabedoria pagã!*

O outro é Atenágoras de Atenas. Como assim? É fácil ver. Atenágoras escreveu a *Embaixada em favor dos cristãos,* endereçada aos imperadores Marco Aurélio e Cômodo. Nela defende os cristãos da pecha de ateus, explica por que não sacrificavam aos deuses, conta a origem dos demônios, anjos decaídos, e prova não passarem os deuses gregos de homens divinizados e suas estátuas de obras humanas indignas de culto. (50)

Outro seu escrito é o tratado da *Ressurreição dos mortos.* Nêle examina se é ou não possível a ressurreição dos mortos, dado o poder criador de Deus.

---

(48) "Argumentação de sempre", contra a qual, há vinte séculos, quebram a cabeça todos os sofistas que nunca verteram o sangue pelas suas convicções.

(49) Engano, erudito professor. A doutrina que afirma a relação de tipo e antítipo entre o Antigo e o Novo Testamento é tão velha como o cristianismo. S. Justino aprendeu-a de S. Paulo: in figurâ omnia contingebant illis. I Cor. X, 11; I Cor. V, 7; Colos. II, 17; e S. Paulo, de Cristo, Joan. III, 14; XIX, 36. Mat. XII, 40; II, 15.

(50) E que mal há em tudo isto? Para o Sr. Oiticica a "flor da sabedoria pagã" seria o politeísmo, o sacrifício aos deuses, a idolatria!!

Seus argumentos honram a teologia da Igreja ao demonstrar a necessidade da ressurreição.

Linda flor da sabedoria pagã! (51) Positivamente o Sr. Pe. Franca está brincando de 1.º de abril! (52)

---

(51) É preferível ouvir um dos mais abalizados especialistas na matéria. "Atenágoras é escritor muito atraente; inferior na originalidade do pensamento a Justino e a Taciano, de muito se lhe avantaja na fluidez da frase, na pureza e elegância da língua, simplicidade e limpidez da composição. Os clássicos gregos são-lhe familiares. Sua apologia revela uma predileção pela citação dos poetas e filósofos. Como Justino, e em oposição a Taciano, mostra-se Atenágoras muito diferente com a filosofia grega, sobretudo platônica". BARDENHEWER, *Patrologie,* t. I, § 20.

(52) Não, Sr. Oiticica, estou pensando muito sèriamente na profunda impressão que há de produzir nos centros cultos as suas recentíssimas descobertas crítico-bibliográficas. Decididamente vão revolucionar as conquistas científicas dos últimos anos, no estudo das obras de S. Justino!

Resumo analítico. A Igreja não recolheu das mãos de Justino e Atenágoras a flor da sabedoria pagã. Provam-no: 1.º várias obras apócrifas; 2.º algumas obras autênticas em que êstes apologistas defendem doutrinas da Igreja contra as *escórias* religioso-morais do paganismo.

Valor lógico do artigo = 0.

V bis

Há um ponto no primeiro artigo do padre Franca, de mui difícil resposta. Confesso-me inteiramente embaraçado em demonstrar, como conviria, a ação anticientífica da Igreja, sempre, em tôda a sua história. Vem a dificuldade do colossal montão de documentos apresentáveis. Seriam necessárias mil colunas dêste jornal para resumir as provas *inconcutíveis* desta verdade: (53) a Igreja sempre se mostrou declaradamente infensa a qualquer progresso científico desde que, em tal progresso, perceba qualquer ameaça à rijeza dos seus dogmas. É o que hoje faz quando pode; e mais, muito mais faria se as revoluções democráticas e os cismas lhe não houvessem arrancado o poder das mãos. (54)

Entretanto, cingindo-me aos exemplos do padre Franca, direi algo de Santo Agostinho, de S. Tomás de Aquino e dos sábios católicos do século passado. Tocarei depois nas universidades e escolas. Para o padre Franca, Santo Agostinho é uma *glória especulativa da humanidade,* isto é, um espírito que raciocinou luminosamente sôbre o universo e o homem. (55)

Inegàvelmente, foi Santo Agostinho poderoso engenho, em tudo mui digno da nossa veneração por sua sinceridade e virtude. Pesa, entretanto, ver tão alentado cérebro gas-

---

(53) *Parturiunt montes nascetur ridiculus mus*.

(54) Vamos às provas. Afirmar é fácil. Vejamos a primeira das mil (!!) colunas ameaçadas à paciência dos leitores.

(55) Note-se a minha afirmação que o Sr. Oiticica se propõe refutar: S. Agostinho é uma glória especulativa da humanidade.

tar-se na elucubração de fantasias e enigmas insolúveis. (56) Igual impressão me causa o padre Vieira com seus incomparáveis sermões, sua história do futuro, seu quinto império.

Santo Agostinho foi um dos teóricos da distinção entre *sapiência,* ou entendimento das coisas celestes. e *ciência* ou conhecimento radical das coisas terrenas; com subserviência da segunda à primeira. Para êle a ciência não é nenhum mal (*De lib. arbitrio,* c. VII) ao passo que a experiência pode ser. Do mesmo modo que o corpo necessita de alimento para suster-se, também de alimento precisa a alma. Êsse alimento é a ciência (*De beata vita,* II, 8). Contudo, arrimando-se em S. Paulo (I *Cor.* 8, 1) assevera, em muitos passos, que a ciência sem a caridade nada vale (*Epist.* II, 56; *Serm.* 354, 6, etc.). Êsse tema, desenvolvera-o o mesmo S. Paulo, no cap. XIII da mesma epístola: "E ainda que tivesse o dom da profecia, e conhecesse todos os mistérios e tôda a ciência e ainda que tivesse tôda a fé, de maneira que transportasse os montes. e não tivesse caridade, nada seria".

Qual a conclusão dessa teoria para o cristão? Sendo o mister mais alto dos homens a salvação da alma, indubitàvelmente melhor é cuidar da *sapiência* e da *caridade* que da ciência como supedâneo da sapiência (*De trinitate,* XII, 25) pois esta sempre precede àquela. (57)

Basta, pois, ao cristão, conclui S. Agostinho (*De fide, spe et char.,* cap. 9) "crer que a causa das coisas criadas, celestes, ou terrestres, visíveis ou invisíveis, não é outra senão

(56) Foi só isto que leu o Sr. Oiticica nos dezesseis grandes in-fólios onde se multiplicam a cada página as análises finas do psicólogo, as elevações sublimes do moralista, os vôos d'águia do teólogo, os vastos descortinos do fundador da filosofia da história? Não sentiu a fascinação poderosa dêste gênio que "no seu transcendente poder de síntese foi uma inteligência quase sôbre-humana"? W. Turner, *History of philosophy,* London, 1903, P. II, c. 23.

(57) Naturalmente o Sr. Oiticica tem razão e S. Agostinho erra: mais vale o estudo dos besouros que o amor de Deus.

a bondade do Criador, que é Deus uno e vero; que nenhuma natureza existe que não seja êle ou dêle venha; que êle é a Trindade, isto é, o Pai, o Filho gerado do Pai, e o Espírito Santo procedente do mesmo Pai, porém um e o mesmo Espírito do Pai e do Filho". (58)

Assim. sentencia êle que não importa ao cristão investigar a natureza das coisas, qual o faziam os físicos gregos. (59)

"Nem se tema que o cristão ignore algo da fôrça e número dos elementos, do movimento, ordem e eclipse dos astros, da conformação do céu, dos gêneros e natureza dos animais, das plantas, das pedras, das fontes, dos rios, dos montes, das distâncias de lugares e tempos, dos sinais de tempestades iminentes e outras seiscentas coisas semelhantes que êles descobriram ou supõem ter descoberto; porquanto nem só não descobriram tudo, mau grado a excelência do seu gênio, o ardor da sua aplicação e o tempo disponível, ora investigando com o raciocínio, ora perscrutando com a experiência histórica, como também naqueles que se gloriam de haver achado, muita coisa é mais opinião que ciência". (60)

Conseqüentemente, êle S. Agostinho preferiu afundar-se no texto bíblico e escarafunchar nêle a *sapiência* salvadora. Nas *Confissões* temos, condensadamente, a amostra de tal sapiência. (61) Que surpreendentes coisas não legaria tão possante cérebro aos homens sofredores, se houvera de pre-

(58) Muito bem. Também S. Agostinho dizia que não era cristão quem não aderia aos artigos do credo. É o que repete hoje a Igreja como sempre. Passe a lição aos seus clientes e amigos, os modernistas.

(59) Que pena não vir o texto do Santo! A citação que se segue *diz precisamente o contrário.*

(60) Não é perfeitamente exata e justa esta crítica do santo Doutor? Diz porventura outra coisa a crítica moderna da física dos gregos?

(61) Oh! quem fala assim das confissões de S. Agostinho não tem alma humana!

ferência continuado a grande obra dos físicos gregos e romanos: a de um Plínio, por exemplo! (62)

A humanidade assiste, em sua época, ao espetáculo do assassínio de Hipácia em Alexandria, ao fechamento das escolas dos filósofos gregos em Atenas por Justiniano, ao incêndio do Terapiou pelo bispo Teófilo, às ridículas disputas sôbre questiúnculas teológicas sem nenhum proveito prático, mental ou moral.

Pela excelsitude mesma do seu talento, S. Agostinho contribuiu, mais que todos, para desviar os espíritos da nobre ciência grega. (63)

---

(62) Plinio, por exemplo. É costume do Sr. Oiticica apresentar de um vulto histórico dois ou três aspectos desfavoráveis ou que êle julga tais e calar as suas benemerências para desvairar, com semelhante caricatura, o juízo da maioria dos leitores de jornais, incapazes de crítica pessoal. Se eu seguisse o mesmo processo, reuniria aqui para apoucar o naturalista uma meia dúzia de fábulas ou lendas pueris sôbre basiliscos e salamandras. Mas não é mister nem é digno. Qualquer leitor de mediana cultura sabe a distância que, na história do pensamento humano, separa Agostinho de Plínio.

(63) Que barbaridade histórica! Quem ignora que, se os dois maiores gênios gregos — Platão e Aristóteles — exerceram tanta influência no pensamento ocidental, a dois gênios católicos — Agostinho e Tomás de Aquino — principalmente o devem? Isto não exige demonstração, tão comezinha verdade é na história da filosofia. Abra-se ao acaso qualquer tratado: "A filosofia da Idade Média deriva de duas fontes: filosofia de Aristóteles e filosofia cristã representada por S. Agostinho. A filosofia cristã por sua vez compõe-se de dois elementos: platonismo e cristianismo." JANET-SÉAILLES, *Hist. de Phil.* 12 ed. Paris, 1821, pp. 819-820. A demonstração minuciosa leia-se nas páginas seguintes. Para o

Tertuliano, S. João Crisóstomo, S. Jerônimo proferiram garbosos o epicédio da filosofia grega. (64) Êste último clamava: "Que há de comum entre as trevas e a luz, entre Atenas e Jerusalém, entre a Academia e a Igreja?" (65)

Naturalmente, a luz era a Igreja católica.

E assim a Igreja começou muito amiga da ciência.

---

professor do Pedro II, S. Agostinho concorreu *mais que todos* para desviar os espíritos da nobre ciência grega!! Evidentemente há aí algum desequilíbrio crítico!

(64) Os exemplos não foram bem escolhidos. Falem os competentes: "Em muito poucos homens mostrou-se a faculdade oratória tão espontânea e poderosa como em Crisóstomo; e também em poucos homens foi melhor cultivada. Êle juntou a educação à natureza e incorporou na sua arte *os melhores elementos da tradição clássica* [a flor da arte pagã; mãos ao vocabulário, professor]... Com Villemain, podemos considerá-lo "como o mais belo gênio da nova sociedade enxertada no mundo antigo. É, por excelência, *o grego feito cristão.*" A. e M. CROISET, *Manuel d'histoire de la littérature grecque,* Paris, 1900, pp. 819-820. S. Jerônimo, não obstante os exageros e fogosidades dum temperamento dálmata. "é entre os santos padres latinos o mais versado no conhecimento das línguas, o mais erudito polímata e o mais profundo crítico das Escrituras. Entre todos possuiu a mais profunda erudição profana, *a mais sólida e complexa formação clássica*... Cícero e Quintiliano, Virgílio e Horácio, Salústio e Suetônio, Terêncio, Lucano e Pérsio são-lhe tão familiares como os livros da Sagrada Escritura". A. BAUMGARTNER, *Geschichte der Weltliteratur,* Freiburg, i. B. 1900, t. IV, pp. 109-110. Como se vê, nem tôda a gente neste mundo concorda com o Sr. Oiticica.

(65) Poderia o Sr. Oiticica indicar-nos onde se acha êste trecho *nas obras de S. Jerônimo?*

Todavia, a filosofia grega vingou-se mais tarde por mão de Aristóteles. (66)

Dêsse S. Agostinho para quem a caridade é tudo muito espantará passarmos ao S. Agostinho apologista da violência contra os hereges, e muito, muito mais, verificarmos ser tal violência obra de misericórdia. Os pais castigam os filhos, os mestres aos alunos, a polícia os criminosos; que muito zele a Igreja por meio do braço secular, pela salvação de ovelhas desgarradas.

Textos não faltam na Bíblia para justificar tudo neste mundo. Deparou-se-lhe o *"Quoscumque inveneritis cogite intrare"* de Lucas; o exemplo de Paulo, forçado a entrar violentamente por Cristo (*Epist.* II, 93, 5). Alhures (*Epist.* III, 185, 21) é maior a documentação e alicerçado nos *Provérbios*. "O servo duro não se emendará com palavras pois ainda que te entenda não te obedecerá" e na primeira epístola de S. João (IV, 18): "Na caridade não há temor, antes a perfeita caridade lança fora o temor", e mormente no provérbio (XIII, 24) "quem o bastão poupa o filho odeia" concluiu pela necessidade da fôrça. No sermão de *utilitate jejuni* (cap. XII) mostra ser caridade essa compulsão, porquanto abandonar almas ao perdimento eterno fora da Igreja é a maior descaridade possível. E compraz-se em pôr exemplo com a sua diocese, onde campeavam, destemorosos, os donatistas.

Foi só baixar a mão e todo o renitente rebanho desertado logo entrou para o redil, contente e agradecido.

---

(66) Deveras! Aristóteles, como tôda a gente sabe, vingou-se oferecendo à Igreja a sua bem temperada armadura — a sistematização fundamental dessa filosofia perene do gênero humano — contra a qual, há séculos, se vão embotando as armas de todos os assalariados do êrro, desde Lutero até os seus novíssimos pimpolhos, mal patrocinados pelo professor do Pedro II. Sim, Sr. Oiticica, nós estamos muito às boas com o Estagirita, são os seus modernistas que não no podem ver. Não esqueça nem comprometa a causa que defende.

Ora, como pensar diferentemente da Igreja era e sempre foi *heresia,* todos os pensadores independentes, todos os cientistas não teólogos eram, pela doutrina agostiniana, réus compulsáveis. (67)

E assim foi durante todo o domínio da Igreja.

---

(67) Nestas linhas acima (muito a propósito da fôrça especulativa de Agostinho), é indignamente desfigurada a opinião do Santo sôbre a repressão social da heresia. A grande e generosa alma de S. Agostinho, de coração tão nobre como sublime era o seu gênio, por muito tempo se opôs à intervenção dos poderes seculares na luta contra a heresia "non mihi placere ullius secularis potestatis impetus schismaticos ad communionem violenter arctari." (*Retract.* 2, 5) "Verbo esse agendum, disputatione pugnandum, ratione vincendum". *Epist.* 93, 5, 17. Mas os seus adversários não tinham a mesma nobreza. Os donatistas não eram só hereges, eram revolucionários da pior estampa, não combatiam só a fé, assaltavam os católicos, talavam-lhes os campos, saqueavam-lhes os bens, vazavam-lhes os olhos, tiravam-lhes a vida. Só a intervenção da fôrça legal poderia pôr têrmo a estas crueldades e salvar os fracos que se bandeavam para os cismáticos sob a pressão do terror e violência: "nondum expertus eram vel quantum mali eorum auderet impunitas, vel quantum iis in melius mutandis conferre posset diligentia disciplinæ. *Retract.* 2, 5. Só para *resistir à violência ilegal,* recorreu êle à fôrça do direito. Quem ousaria recriminar hoje um bispo católico que apelasse para o poder civil a fim de defender os bens materiais e espirituais dos seus fiéis contra uma injusta agressão bolchevista?

Resumo analítico. S. Agostinho não foi uma glória *especulativa* da humanidade: 1.º) porque, preferindo a *especulação* nas suas formas mais elevadas às ciências positivas

e distinguindo entre sapiência e entendimento, antepôs o conhecimento e amor de Deus à descrição e classificação de cogumelos e gafanhotos; 2.º) porque para tutelar os haveres e as vidas de seus diocesanos chamou a polícia do imperador contra os anarquistas do seu tempo. Formidável dialética!

Valor lógico do artigo = 0.

VI

Completando o artigo anterior, citemos algumas linhas de W. Rouse Ball em sua *História da matemática* (versão francesa de Freund). Tratando de Hipácia, a infeliz sábia grega. assassinada pelos cristãos por açulamento de S. Cirilo (68) diz: "A sorte de Hipácia nos lembra que os cristãos do Oriente, mal se tornaram senhores, se mostraram impiedosamente hostis a tôdas as formas de ensino profano. Não tendo mais que um fim, propagar a religião cristã, perseguiram os que os não ajudavam na propaganda religiosa. Pode-se ver no romance de Kingsley (*Hypathia*) o modo pelo qual agrediam as velhas escolas científicas. Com o estabelecimento do cristianismo no Oriente, essas escolas deixaram de existir de fato, conquanto hajam vivido ainda, nominalmente, durante cêrca de duzentos anos".

Sôbre a escola ateniense diz o mesmo autor: "A última escola ateniense viveu no meio de grandes dificuldades cau-

---

(68) Dada a verdade do fato, que se segue daí? Que a Igreja é hostil às ciências? De modo nenhum. Em 529 um soldado exaltado assassinou bàrbaramente nas ruas de Roma um sacerdote católico, célebre professor na Universidade Gregoriana. Daqui a 15 séculos os descendentes espirituais do Sr. Oiticica citarão o caso para provar que... o exército italiano é hostil ao estudo da filosofia! — Que há, porém, de certo quanto ao fato? É provado que a infeliz Hipácia foi cruelmente assassinada numa arruaça. Por que motivo? Não se sabe com certeza. Aventam alguns historiadores a explicação seguinte. Entre Orestes, prefeito, e Cirilo, bispo de Alexandria, havia desinteligências. Orestes, amigo íntimo de Hipácia, consultava-a e ouvia-lhe os conselhos nas desa-

sadas pela oposição dos cristãos. Assim, Proclus foi várias vêzes ameaçado de morte, porque era *filósofo*. Tem-se dêle citado esta resposta a alguns estudantes que procuravam protegê-lo: "Que importa meu corpo, não é por êle que temo, senão por meu espírito que levarei comigo, morrendo". Os cristãos depois de algumas tentativas infrutíferas obtiveram enfim em 529, de Justiniano, um decreto pelo qual o *ensino pagão* não podia ser ministrado em Atenas. Essa, portanto, é a data que assinala o fim da Escola ateniense. (69) Em

---

venças com o prelado. Daí o espalhar-se entre o povo que os dois se não reconciliavam por culpa de Hipácia. Um dia, alguns imprudentes irritaram a plebe, que, sempre cega e violenta nas suas paixões, perpetrou o detestável crime. Os últimos estudos críticos mostram que os documentos não permitem responsabilizar a S. Cirilo pelo delito cometido por um grupo de parabolanos fanáticos. A questão foi escrupulosamente examinada por SCHAEFER, *The catholic university Bulletin*, t. VIII (out. 1902), p. 441. Mas aos advogados insinceros de tendências anticatólicas e por isso mesmo "altamente simpáticas", pouco se lhes dá do que diz a ciência; o que importa é esgrimir, ainda que as armas sejam o êrro e o aleive. A isto chamam "desporto *inofensivo*". — Hipácia tinha num bispo católico, Cinésio, um dos seus maiores amigos e admiradores. — Explorar contra a Igreja um fato desta natureza basta para caracterizar uma polêmica.

(69) 1.º) A Igreja não é responsável de todos os atos dos imperadores batizados. Justiniano, que perpetrou violências contra hereges e pagãos, não as empregou menos contra os católicos e contra o próprio Papa. Como tantos imperadores bizantinos, tinha a mania de dirimir questões teológicas e impor suas decisões com todos os meios de que podia dispor. 2.º) Justiniano mandou fechar a escola pagã de Atenas pela sua atitude agressiva contra as instituições oficiais e porque *já não encontrava discípulos*. Nas

Alexandria, a Igreja do Oriente menos influência tinha e mais longe estava a cidade do poder central. As escolas foram pois toleradas, mas sua existência era precária. Nessas condições prosseguiu ainda o estudo da matemática no Egito por um período de cem anos, mas desaparecera todo gôsto para o estudo".

Essa era a época de S. Agostinho. Nove séculos depois, com S. Tomás de Aquino o espírito da Igreja era ainda o mesmo.

Para o Doutor Angélico (*Summa theologica, quaest.* I, *art.* 5) a *ciência sagrada* transcende a tôdas as outras, quer especulativas, quer práticas, tanto pela *certeza*, quanto pela

---

novas condições sociais do Império cristianizado o ensino pagão constituía um anacronismo que não podia durar muito. De fato, encerrada a escola, os professôres — seis ou sete — foram para a Pérsia mas também de lá voltaram, em breve, desiludidos. O paganismo agonizava definitivamente. — E que se ensinava nesta escola cujo fechamento representa tamanha perda para a ciência? Declamava-se contra o cristianismo, tentava-se reabilitar, sob a nomenclatura neoplatônica das emanações eônicas, o cansado politeísmo antigo e sobretudo ensinava-se muita teurgia, muita nigromancia, muita arte mágica. Eis o precioso tesouro que perdeu a civilização com o decreto de Justiniano. Mas, para o Sr. Oiticica, todo o movimento anticatólico "é tendência altamente simpática". — Há anos descobriu-se em Paris uma escola de pacíficos cidadãos, que, havendo adquirido grande experiência na sua técnica profissional, comunicavam a um escolhido grupo de jovens os segredos da arte lucrativa de se apoderar do alheio. O govêrno interveio e sem decreto. Mais despótico que Justiniano, mandou recolher ao xadrez nacional o corpo docente e discente do futuroso instituto. Que atentado nefando! Sr. Oiticica, 77 artigos contra o govêrno francês em defesa das intangíveis liberdades das ciências cleptológicas.

dignidade. Com efeito, as demais tiram sua certeza da luz natural à razão humana, falível, ao passo que a ciência sagrada, construída sôbre a revelação e as escrituras, é infalível. Quanto à dignidade, sua matéria ultrapassa a razão humana, enquanto as outras cuidam de assuntos acessíveis ao entendimento.

As ciências práticas são menos dignas que ela, pois para ela se ordenam, como as milícias para um Estado. Servem-na; só ela não é servida. Seus princípios não lhe advêm das ciências filosóficas, mas da revelação, de modo que, se às vêzes recorre a algum auxílio destas, é sòmente para tornar mais claras ao imperfeito intelecto humano as verdades diretamente vindas de Deus. (70)

Essa teoria reflete a situação social e moral da Idade Média, assim resumida por Joseph Fabre em seu livro *La pensée chrétienne* (p. 429): "A Idade Média viu constituir-se a autoridade do poder espiritual. Infelizmente trata-se de um poder espiritual que repousa na abdicação da razão perante a fé. Sim, ao pensamento cabe o cetro do mundo, mas ao pensamento livre. (71) Ora, a preponderância crescente

---

(70) Grande crime intelectual de S. Tomás: distinguir a filosofia da teologia, os conhecimentos humanos que só dependem da razão e dos seus processos naturais e os conhecimentos sobrenaturais em que entram como novos fatôres os dados da revelação divina! É porventura atentar contra a ciência discriminar as várias disciplinas, assinalando-lhes o objeto e método próprio e determinando-lhes a reciprocidade de relações? Nesta distinção definitiva entre a filosofia e a teologia levianamente ridicularizada pelo Sr. Oiticica vê um professor atual da Sorbona "uma importante descoberta aos olhos da história... *Se há hoje uma filosofia como tal, é ao trabalho paciente dos pensadores medievais* que o devemos". E. GILSON, *La Philosophie au Moyen Age*, Paris, Payot, 1925, pp. 166-67.

(71) Livre também do jugo da verdade? — Abdicação da razão? "Nenhuma outra época mostrou tanto desejo de

da Igreja Católica nos Estados cristãos e do Papado na Igreja Católica deu um movimento social em que a ciência e filosofia estão servilmente subordinadas à teologia. (72) Só vale o pensamento religioso regulado pela Igreja segundo as Escrituras, os concílios e os Padres. Sôbre a inteligência paira a sombra da escola e sôbre a escola a sombra da Igreja. O dogma é soberano. Todos concordam com a sua inviolabilidade. Trata-se de explicá-lo e aplicá-lo. A Igreja intervém nos domínios da ciência e não admite verdade senão moldada nos moldes da sua tradição. Por isso mesmo, querendo encadear, encadeia-se. Ainda hoje está prisioneira da Idade Média, cujo fim foi o começo da decadência do catolicismo". (73)

---

pensar e tanto vigor em submeter à razão tôdas as existências e todos os valores como a idade do meio". Assim fala o recém-falecido reitor da Univ. de Berlim, o racionalista A. HARNACK, *Lehrbuch der Dogmengeschichte*, t. III, p. 328.

(72) Servilmente não, nobremente. Nunca é servil inclinar-se ante a verdade. Para quem demonstrou *racionalmente* a existência da revelação com argumentos de ordem histórico-filosófica, a atitude proibitiva, imposta às ciências e à filosofia no caso em que ameaçassem um dogma, é apenas um caso particular *da lei geral de solidariedade lógica*. O físico com seus processos experimentais não pode contradizer um teorema demonstrado pelos métodos dedutivos do geômetra. O filósofo não pode chegar a uma conclusão contrária às verdades estabelecidas pelo teólogo. Num e noutro caso é a aplicação da mesma evidência: duas verdades não se contradizem.

(73) Decadência do catolicismo? Há mais de quinze séculos que já nos habituaram aos dobres dêsse fúnebre presságio. Diocleciano cunhou uma medalha celebrando a extinção do nome cristão: christiano nomine deleto. Lutero predissera que a sua morte seria a ruína do papado. Os enciclopedistas pediram vinte anos para ultimar a obra demo-

Eis por que, segundo observa o mesmo Fabre: "Nenhum leigo figura na nomenclatura dos filósofos da Idade Média. Todos foram homens de igreja". (74)

Entretanto, sabemos que a *sabedoria grega,* pagã, não foi totalmente sufocada e sob as cinzas lavrava surda a sua

---

lidora. Ranc anunciara o "entêrro do catolicismo para 1905, o mais tardar 1906". Combes, dois anos antes, pedira apenas três meses para acabar "com a reação clerical". E a Igreja continua serena, há vinte séculos, enterrando e perdoando os seus inimigos gratuitos de um dia. — Sr. Oiticica, não arrisque os seus créditos de profeta nem mesmo resumindo inocentìssimamente alheios vaticínios.

(74) Que conclusão tirar daí? Que numa sociedade recém-saída da barbárie, onde só se prezava a fôrça física e a bravura militar, a Igreja foi a única a manter bem alto o prestígio da inteligência; que, no parêntese aberto pelas invasões dos povos do Norte, na história da cultura humana, a Igreja foi a única a salvar, em ambiente sem tradições intelectuais, o precioso patrimônio da ciência e da literatura antiga para transmiti-lo às novas gerações. O nosso professor, porém, tem outra lógica tôda sua. Na Idade Média as figuras mais ilustres na filosofia, nas ciências e nas artes foram homens de igreja? Logo... a Igreja é inimiga das ciências. — Mas seria porventura verdadeiro o fundamento sôbre que cambaleia, frágil e desequilibrada, a conclusão do Sr. Fabre-Oiticica? Nem isso. Na Idade Média a Igreja patenteava igualmente *a todos, leigos e eclesiásticos,* os umbrais de suas escolas. Se não foram grandes legiões os homens de capa e espada que se distinguiram na filosofia, à conta das condições sociais do tempo o devemos lançar. Ainda assim, muitos estudaram e vários escreveram os seus nomes na história do pensamento. Leigo era Boécio, o célebre comentador de Porfírio e Aristóteles, versado em todos os sistemas da antiguidade e que exerceu tanta influência nos séculos se-

chama. Que sucedia, porém, mal se animava a reatear-se? Logo lhe surgia o espírito de S. Agostinho ou do seu confirmador S. Tomás de Aquino a recomendar violência contra ela, intolerância *em nome da caridade*. Para êle "os hereges mereciam, não sòmente ser separados dos fiéis pela excomunhão, como ainda ser retirados do mundo pela morte".

Sendo, segundo êle, a heresia uma infidelidade dos que alteram os dogmas e sendo os dogmas a verdade revelada por Deus, dever da Igreja é não tolerá-la. Com efeito, o malfeitor que deturpa a fé muito mais culpado lhe parece que o falsificador de moeda, pois a moeda sustenta o corpo, enquanto a fé sustenta a alma. Logo, se aos falsificadores se dá morte, por que não dá-la mui legìtimamente aos hereges?

E é de ver a lógica imperturbável e ferrenha com que *prova* o direito e dever da Igreja, sempre conforme à caridade, em não perdoar da morte o herege que, uma vez reconvertido ao dogma, segunda vez apostata. E doutrina mais que, para bem comum, a Igreja não deve hesitar. Sempre que puder golpear certo, golpeie, para não suceder como em tempo de Ario; não se apagou logo a chama; ateou-se formidável incêndio com risco da Igreja. Só se permite hesitação quando houver perigo de arrancar-se o grão com a cizânia. (75)

---

guintes. Leigo era Cassiodoro, conhecido pela enciclopédia de seus conhecimentos. Leigo, Abelardo, quando em Paris reunia aos pés de sua cátedra para cima de 5.000 ouvintes. Leigo o divino Alighieri, que à sublimidade da inspiração artística aliava a solidez do pensamento filosófico. Não é, pois, exato que *"nenhum* leigo figura na nomenclatura dos filósofos da Idade Média". Assim é que se agrava, com a invenção de uma falsidade histórica, o desar de uma conseqüência abortada.

(75) Aqui é maldosamente apresentada a doutrina de S. Tomás sôbre a repressão da heresia, doutrina que não pode ser entendida com eqüidade, senão no ambiente medieval e à luz do direito público então vigente. Ainda uma vez relevamos êste processo subdolo, desleal e anticientífico de cari-

O juízo definitivo (76) sôbre a obra de S. Tomás de Aquino é o de White na sua célebre *História da luta entre a ciência e a teologia:* "O método experimental já havia

caturar as mais nobres figuras da história cristã. Não é apresentando dois ou três aspectos das suas doutrinas, menos simpáticos às tendências contemporâneas, que se incute na maioria dos leitores. incapaz da acomodação visual para julgar o passado, uma idéia exata da sua grandeza. Não há homem célebre na história da humanidade no qual se não possam indicar falhas ou apontar erros. Com os processos polêmicos do Sr. Oiticica qualquer estudantinho dos nossos dias, sem grande esfôrço de erudição, poderia respigar um manípulo de opiniões extravagantes e antipáticas, de explicações pueris e ridículas, colhidas nos restolhos dos fundadores das ciências modernas e apontá-los à irrisão frívola das turbas superficiais: eis o grande Newton! o grande Kepler! É tarefa mais fácil que dar um balanço crítico e imparcial à sua contribuição para o progresso humano.

(76) Juízo definitivo, Sr. Oiticica! Como! S. Tomás há de ser sentenciado em última instância por um escrevedor de conflitos entre a ciência e a teologia *ad usum* dos libelistas de profissão! Não pode ser, nem mesmo que traga na fronte um W inglês para espantalho dos brasileiros. Já lhe conhecemos a fôrça. Há cêrca de 30 anos êste norte-americano, em tentativa abortada, procurou renovar o escândalo de Draper. A sua obra não revela menos ignorância da teologia do que da história das ciências. Os erros mais grosseiros multiplicam-se a cada passo aos olhos do leitor erudito. Ausência completa de senso histórico, parcialidade flagrante, superficialidade pueril, eis as qualidades desta "célebre" *História da luta entre a ciência e a teologia.* O indigno e apaixonado professor de Cornell rebaixou a cátedra universitária ao nível da mesinha de um vulgar escrevedor de gazetas. Eis o supremo juiz de S. Tomás!

feito sua estréia prática. Alberto de Bollstadt e Rogério Bacon dêle se serviram no início de sua obra, porém S. Tomás envidou todos os esforços para reduzir a ciência ao jugo dos métodos teológicos e à sobrevigilância eclesiástica. (77) Em seu comentário ao tratado de Aristóteles sôbre o *Céu e a Terra* deu frisante exemplo do que podia produzir seu método, exemplo que bem mostra que perigo é combinar o raciocínio teológico e a interpretação literal da Escritura com os fatos científicos. Essa obra permanece até hoje um monumento de gênio científico pervertido pela teologia". (78)

E depois: "Os resultados dos métodos de S. Tomás de Aquino foram tão funestos para a Igreja quanto para a ciência. Produziram lamentável parada na evolução do pensamento, pois o primeiro efeito do compromisso dêsse grande homem foi fechar durante séculos êsse trilho da ciência que

(77) Engano do *yankee*. Alberto Magno e Tomás de Aquino concordam perfeitamente em assinalar as relações entre a teologia e as outras ciências. A única diferença entre os dois grandes vultos é que Tomás de Aquino, gênio mais sintético, se dedicou de preferência ao trabalho especulativo sem desvalorizar o estudo experimental; Alberto Magno, mais analítico, sem menosprêzo da especulação, se consagrou mais às ciências naturais. Os dois, — ambos santos, ambos padres — completam-se e mostram as duas faces desta filosofia escolástica tão denegrida por quantos a ignoram.

(78) Frisante exemplo do que podia êste método é esta só frase de S. Tomás nesta mesma obra *De Cœlo,* 1. II, lect. 17: "não é necessário que sejam verdadeiras as hipóteses dos astrólogos. Ainda que com elas se expliquem aparentemente os fatos, pode *muito bem ser que, com outra hipótese ainda não conhecida dos homens, se expliquem os fenômenos astronômicos*". Admirável! Êste teólogo do século XIII, numa intuição segura, declara o caráter hipotético do sistema ptolomaico e a possibilidade de uma nova teoria astronômica capaz de explicar os fatos observados.

leva às mais preciosas descobertas — o método experimental — e reabrir essa velha senda de teologia e ciência misturadas, a qual segundo Hallam "em três ou quatro séculos não desatou um nó, nem ajuntou uma só verdade certa ao domínio da filosofia". (79)

---

(79) Tal a opinião irreformável de White e Oiticica, ambos conhecidos num e noutro hemisfério *e in altri siti ancora* pela originalidade e profundidade dos seus estudos históricos sôbre a ciência medieval. Apesar do seu caráter "definitivo", é bom ouvir outros pareceres que talvez não afinem pela toada dos nossos juízes inapeláveis. "No séc. XIII (o de S. Tomás) o movimento científico torna-se mais poderoso e fecundo; *desta época* pode datar-se o *desenvolvimento das ciências.*" J. C. POGGENDORF, *Histoire de la Physique,* Cours fait à l'Université de Berlin, tr. Bibart, Paris, 1886, p. 46. "A ciência mecânica e física de que justamente se desvanecem os tempos modernos *deriva,* por uma série ininterrupta de aperfeiçoamentos apenas visíveis, *das doutrinas professadas nas escolas da Idade Média.*" PEDRO DUHEM, prof. na Universidade de Bordeus, *Origines de la statique,* Paris, 1904, t. I, Prefácio. J. GUIRAUD, Prof. de Hist. na Universidade de Besançon e Diretor da *Revue des Questions Historiques:* "não pretendemos citar tôdas as grandes descobertas da Idade Média no domínio da física. *Tão numerosas* são elas que uma simples enumeração nos levaria já para além dos quadros dêste volume". *Histoire Partiale, Histoire Vraie,* 32.ª ediç., Paris, Beauchesne, t. II, p. 26. Onde White e o seu inocente repetidor só "vêem uma lamentável parada no pensamento", os competentes encontram matéria para volumes. E êstes volumes já foram escritos: BERTHELOT, *La Chimie au Moyen Age.* 4 vol., Paris, 1894; POUCHET, *Histoire des Sciences Naturelles au Moyen Age,* Paris, 1853; PAUL MANSION, *Histoire des Mathématiques dans l'antiquité et au Moyen Age,* Roma, 1875. TH. ORTOLAN, *Savants et chrétiens.*

Essa a obra de Tomás de Aquino, o luminar da Igreja, o êmulo de Agostinho, o sem par na galeria dos seus sábios!

Que serviço prestaram ambos à ciência humana? Serviço, nenhum; desserviço, incomensurável. (80)

Etudes sur l'origine et la filiation des sciences, Paris, Briguet, 1898. Todos êstes autores, assinalando dum lado as explicações que hoje nos parecem pueris e as hesitações naturais em quem começa, salientam, do outro, a valiosa contribuição da Idade Média para o progresso das ciências humanas. Sem êste esfôrço laborioso e perseverante não seria possível o surto maravilhoso dos últimos três séculos. "Entre os trabalhos da Escolástica e a alvorada das ciências naturais não há esta ausência de continuidade que por aí se ensina... Êste golpe teatral *não é histórico* e já seria tempo de compreender que a época que construiu as catedrais realizou uma obra científica digna de respeito." E. NAVILLE, *La Physique mone,* 2.ª ed. 1883, pp. 149-150. Meu caro Naville, depois de 50 anos ainda há quem não queira compreender.

(80) Após êste "juízo final" do Sr. Oiticica, ouçamos ainda a voz imparcialmente serena de quem estuda e investiga sem pretensões a juízes supremos. O leitor perdoará o número das citações. É mister provar. Os medievalistas mais abalizados em nossos dias são, na Alemanha, Grabmann e Baumgartner; na Bélgica, De Wulf; na França, Gilson. Para o professor na Universidade de Munich: "a característica de sua individualidade de sábio [de S. Tomás] é o esfôrço de atingir, na seriedade da reflexão científica, a verdade em tôda a pureza de sua plenitude. Com êste nobre ideal ante o olhar agudo e penetrante, Tomás não toma senão posições sòlidamente fundadas. Daí a circunspeção e cuidado com que define o estado da questão, movimenta o pensamento, dispõe as provas. Daí ainda a clareza, a ausência de paixões, a impersonalidade de sua exposição... é incontes-

tado o talento de S. Tomás para a síntese, para as visões de conjunto, para a sistematização dos conhecimentos particulares numa grande unidade científica... tudo resultado do seu gênio metafísico". M. GRABMANN, *Die Philosophie des Mittelalters,* Berlim, 1921, pp. 77-79. Faz-lhe eco o catedrático da Universidade de Breslau: S. Tomás "é a inteligência mais lúcida e o mais poderoso sistematizador da Idade Média... Ninguém, antes ou depois dêle, possuiu em tão alto grau o dom da síntese". A. BAUMGARTNER-UEBERWEG, *Geschichte der Philosophie,* Berlim, 1915, t. II, 10.ª edição, pp. 478, 485. O laureado professor da Universidade de Lovaina admira antes de tudo no tomismo "a rigorosa concatenação e solidariedade das doutrinas. Tudo nêle se relaciona e unifica. O poder construtivo dêste mestre do pensamento forçou a admiração dos séculos... A Escolástica por êle construída é comparável às catedrais dos princípios do séc. XIII, que buscam, também elas, a sua potência na lógica e na sobriedade." M. DE WULF, *Histoire de la Philosophie Médiévale,* 5.ª edição, Paris, 1925, t. II, pp. 28-30. E. GILSON começou as suas investigações sôbre a Idade Média quando ainda professor na Universidade de Estrasburgo. Atualmente é o diretor da escola prática de altos estudos religiosos na Sorbona. Em sua última obra, que me acaba de chegar às mãos, saúda em S. Tomás "um gênio extraordinário", "o gênio da ordem racional, talvez o maior coordenador de idéias que ainda conheceu a humanidade", vê na sua doutrina "uma riqueza infinita, uma ordem maravilhosa que só se revelam no curso de um estudo direto". *La Philosophie au Moyen Age,* Paris, Payot, 1925, pp. 162, 241, 191. Dos especialistas em história passemos aos filósofos. H. HÖFFDING, Prof. na Univers. de Copenhague, e de idéias contrárias às do Doutor Angélico, reconhece contudo "que a Idade Média contribuiu consideràvelmente para o progresso intelectual e não é de modo algum um deserto ou um mundo de trevas, como por aí se pinta... *nenhum outro período se lhe avantaja* na energia com que aproveitou os meios de cultura à sua disposição"; há no pensamento medieval "uma aspiração à grandeza e ao infinito aliada a uma tendência de inserir na grande construção do pensamento todos os elementos que então se possuíam sôbre o conhecimento do mundo", tendência "que se exprime do modo mais perfeito em Tomás de Aquino, o maior dos escolásticos e um dos maiores sistematizadores que ainda se conhecem". *Histoire de la Philosophie moderne,* Paris, Alcan, 3.ª ed. 1924, t. I, pp. 8, 10. R. EUCKEN, professor por muitos anos na Universidade de Iena e neo-idealista conhecido em todo o mundo, reconhece hist̀oricamente na atividade intelectual de S. Tomás: "uma obra para o seu tempo importante e fecunda e que, no curso dos séculos, influiu poderosamente para a coesão da vida e a disciplina dos espíritos", cit. por J. M. VERMEYEN, *Die Philosophie des Mittelalters,* 2.ª ediç. Berlim, 1926, pp. 64-5. Vermeyen é atualmente professor na Universidade de Bonn. Gilson falava-nos há pouco da riqueza do pensamento tomista que se revela a quantos o estudam diretamente. VAN DER VLUGT, professor holandês, em confirmação, assim se exprime: "que surprêsa para quem não conheceu S. Tomás, senão pelas informações malévolas de outrem e que, um belo dia, entra em contato imediato com êle na leitura de suas obras! Um homem dêste porte não pertence a uma geração, pertence a todos os séculos. Glória a êste iniciador! Glória a sua obra!" Cit. no *Philosophisches Iahrbuch,* t. III, (1890) p. 133. O célebre jurista R. VON IHERING: "Recriminaram-me com razão a ignorância das doutrinas de S. Tomás, mas com muito mais razão se podem censurar os filósofos modernos e os teólogos protestantes de haver esquecido os pensamentos másculos dêste espírito vigoroso... Quantos erros se teriam evitado se se houvessem com fidelidade conservado as suas doutrinas... Quanto a mim creio que, se as houvesse conhecido antes, não teria escrito o meu livro. As idéias fundamentais que desejava publicar já se acham expressas com

clareza perfeita e notável profundidade neste pensador robusto". *Der Zweck im Recht,* 2.ª edição, Leipzig, 1886, t. II, p. 161. — O Sr. Oiticica, professor de gramática no Colégio Pedro II, que não sabe distinguir pensamento *especulativo* de investigação *experimental,* é de parecer contrário: à ciência S. Tomás não prestou "serviço nenhum; desserviço incomensurável"!

Resumo analítico: A Igreja é hostil às ciências 1.º) porque em 415 numa cidade cristã, num tumulto popular, foi assassinada uma sábia grega; 2.º) porque Justiniano em 529 fechou uma escola em Atenas, onde se ensinavam os erros mortos do paganismo; 3.º) porque do trono de glória que lhe elevou a admiração de sete séculos, S. Tomás acaba de ser definitivamente apeado por White-Oiticica!

Valor lógico do artigo = 0.

VII

Por mais que me tenha querido cingir ao indispensável nesta resposta, sou forçado ainda a prolongar a série dêstes artigos, acompanhando as alegações do Sr. Pe. Leonel Franca.

Para êle é *glória científica* da Igreja haverem sido católicos homens como Gutenberg e Colombo, Copérnico e Galileu, Descartes e Pascal, Volta, Ampère, etc., etc.

Contra isso, protestamos todos. O sábio, quando no seu observatório ou no seu laboratório pesquisa a natureza, não o faz como religioso, porém como cientista. Os princípios, os métodos, o raciocínio que segue não são os religiosos. São, como se vai ver, contrários muitas vêzes às normas do seu credo ou da sua igreja.

Argumentando como o padre Franca, iríamos glorificar o protestantismo, o judaísmo, o islamismo, o paganismo, etc. Se a Igreja Católica tem Descartes, os judeus têm Spinoza; se é católico Hermite, é judeu Einstein. E, nesse caso, glória ao anarquismo que possui Kropotkine e Reclus. Entretanto, quando Kropotkine estudou a hidrologia da Finlândia, ou descobriu o sistema orográfico da Ásia oriental, não o fêz como anarquista, senão como sábio. (81)

---

(81) O Sr. Oiticica, consoante o seu louvável costume, muda ainda uma vez artificiosamente o estado da questão para atirar poeira nos olhos de leitores irrefletidos. Ninguém pretendeu nem afirmou jamais que os operários da inteligência trabalhavam nos laboratórios como religiosos e não como cientistas. Tampouco dissemos que a existência de sábios católicos provava *a verdade* do catolicismo. Por que então aduzimos os seus nomes como glórias e apologias vivas da Igreja? Porque o Sr. Oiticica afirmara (como se esquece

O que devemos apurar é como a Igreja recebe as descobertas ou as doutrinas dos sábios, *seus* ou estranhos; se os acolhe e anima, se procura corrigir seus erros, pedindo-lhes mais esclarecimentos sôbre asserções suas geralmente absurdas. (82)

O padre Franca ousa falar em Copérnico, Galileu, Descartes e Pascal! Gloriar-se a Igreja com êsses homens cujas idéias reprimiu, rejeitou pùblicamente!

Copérnico levou trinta anos a remoer suas idéias sem ousá-las expor, senão como simples *hipótese* (83) como dis-

---

êle depressa!) que o ensino de Roma é "estagnante e letal", que "mata o espírito"; dissera e repetira muitas vêzes que a Igreja é hostil à ciência. *Contra esta asserção,* depois da resposta teórica de princípios, citamos a confirmação dos fatos. São inumeráveis os sábios católicos, isto é, não se contam as inteligências que, de um lado, *se submetem aos ensinamentos da Igreja* e os veneram com piedade filial, de outro se distinguem na vanguarda da ciência. Logo a Igreja, *obedecida nos seus ensinamentos,* não paralisa o surto do progresso intelectual. O argumento é claro como a evidência: assim o exemplo de sábios protestantes ou pagãos prova igualmente que o protestantismo e o paganismo não são refratários à cultura da inteligência. Daí à glorificação das religiões de Lutero e de Júpiter vai um abismo que só a lógica do Sr. Oiticica é capaz de transpor.

(82) Sim, o importante é apurar como a Igreja trata os sábios, seus ou estranhos. Mas como êste é argumento desproporcionado às estreitezas de uma nota, tratá-lo-ei em excursus especial.

(83) Apresentou-a como hipótese porque, como sábio, tinha consciência do valor lógico dos seus argumentos. Copérnico não provou o sistema heliocêntrico, propô-lo como sucedâneo mais simples do ptolomaico, aduzindo em seu favor considerações que *não passavam os limites da plausi-*

tração de um sonhador. No fim da vida confiou as *Revoluções dos Corpos Celestes* a Osiandro de Nuremberg, e êste, por prudência, avisou no prefácio que a teoria heliocêntrica era explanada ali como paradoxo. (84)

Quando, porém, Galileu a declarou verdadeira e a demonstrou, logo se alvoroçaram os marimbondos teológicos

---

bilidade. Em 1687 Newton escrevia ainda: "os planêtas giram em tôrno da terra segundo a *hipótese* de Copérnico".

O Sr. Oiticica, afeito aos "juízos definitivos" e ao arrôjo desabalado de afirmações sem provas, não é homem para entender as reservas dos sábios.

(84) A história de Copérnico está de todo falseada. O cônego de Frauenburgo "gostava, seguindo o exemplo dos pitagóricos, de comunicar as suas doutrinas a uma roda limitada de amigos". UEBERWEG, *Geschichte der Philosophie,* t. III, 12.ª edição, Berlim, 1924, p. 128. Escreveu, pois, um *Commentariolus* que circulou entre os íntimos. Como o Cardeal Schönberg, em Roma, viesse no conhecimento das novas doutrinas, pediu-lhe instantemente (*te etiam atque etiam oro vehementer*) as quisesse dar à publicidade. O Papa aceitou que lha dedicassem. Copérnico acedeu às instâncias do amigo distante e a grande obra *De revolutionibus orbium cœlestium,* que marca época na história das ciências, apareceu em 1543 *com uma magnífica dedicatória a Paulo III*.

Em Roma a teoria heliocêntrica já não era novidade. Em 1533 Alberto Widmanstetter explicara o novo sistema a *Clemente VII, nos jardins vaticanos*. Cf. PASTOR, *Geschichte der Päpsten,* t. V, cap. 15. A tempos mais antigos podemos ainda remontar. Os estudos modernos revelaram-nos na Idade Média numerosos precursores de Copérnico. Em meados do século XIV, Nicolau de Oresme, bispo de Lisieux, o maior sociólogo do seu tempo, o inventor da geometria analítica (muito antes de Descartes) já propusera a dou-

condenando-a como contrária às Santas Escrituras. (85) Nesse, como noutros pontos, os católicos irmanaram-se aos protestantes, porque as duas teologias, embora inimigas no dogma, são solidárias na aversão a verdades científicas *inconvenientes*.

Não vou discutir aqui o caso Galileu. Quero conformar-me com as afirmações dos mais acesos defensores da Igreja. Um dos mais recentes é Pierre Aubanel, advogado parisiense, em seu livro *Galilée et l'Église*, publicado em 1910.

---

trina do movimento diurno da terra com mais clareza e precisão que o próprio Copérnico. Cfr. DUHEM, *Un précurseur français de Copernique*, na *Revue des sciences*, 15 nov. 1909. Pouco antes, Alberto de Saxônia sustentara a mesma opinião que já aprendera de um mestre seu. *O Comentário às Sentenças* de Francisco de Meyronnes dá-nos a interessante notícia que *já em 1320* a teoria do movimento da terra fôra defendida na Universidade de Paris como a hipótese mais plausível. Mas já estamos ultrapassando os limites de uma nota. Consultem-se DUHEM, *Études sur Léonard de Vinci*, Paris, 1909-1913 e UEBERWEG-BAUMGARTNER, *Geschichte der Philosophie*, t. II, pp. 571, 585, 623, 625.

(85) Falso, Sr. Oiticica, Galileu não *demonstrou* a teoria copernicana. Os argumentos aduzidos em 1616 no *Tratado del flusso e riflusso del mare* (o das marés) e em 1633 no *Diálogo* e outras obras (explicação do movimento dos planêtas e das manchas solares) são considerações sujeitas à discussão, não demonstrações concludentes. É êste ponto assentado hoje entre os críticos. LAPLACE, na sua Introdução à *Teoria Analítica das Probabilidades*, p. CLVI, nelas não vê mais que "fortes analogias". Um sábio alemão escrevia há meio século: "a justificação dos juízes romanos baseia-se no fato que as provas de Galileu sôbre o ponto capital não passavam de *conclusões de ordem analógica*." SCHANZ, *Galileo Galilei*, Würzburg, 1878, p. 36. Quem quiser

Dois fatos são incontestáveis: 1.º) Os teólogos consultores do Santo Ofício em 23 de março de 1616 declararam contra Galileu ser "estulta e absurda em filosofia e formalmente herética porquanto expressamente contradiz frases da Sagrada Escritura em vários passos, quer segundo a propriedade dos têrmos, quer segundo a exposição comum e o sentir dos santos padres e dos doutores teólogos" a doutrina de que "o sol é o centro do mundo e completamente privado de movimento local". Declararam mais: que a doutrina segundo a qual "a Terra não é o centro do mundo, nem imóvel, porém se move tôda com movimento diurno" deve "sofrer a mesma censura quanto ao aspecto filosófico, e, quanto à verdade teológica, é pelo menos errônea na fé".

Em conseqüência disso, Galileu excessivamente católico e submisso à Igreja e a quem Paulo V prodigalizava promessas e zumbaias, ficou impossibilitado por determinação

---

ver a discussão científica dessas provas pode consultar por ex.: A. MUELLER, *Elementi di Astronomia*, Roma, 1904, t. I, p. 370 segs. O grande êrro de Galileu foi embrenhar-se pela Escritura em controvérsias exegéticas, em vez de procurar *provas científicas decisivas*, como lhe aconselhavam o Cardeal Belarmino e outros amigos seus. KEPLER, copernicano, que, perseguido pelos seus correligionários, os protestantes, veio buscar proteção e segurança na Côrte do Imperador Católico, queixou-se "da importunidade de alguns, que por tratarem as questões astronômicas *com métodos alheios à astronomia* haviam comprometido a teoria de Copérnico que por mais de oitenta anos *liberrima fuit*". *Opera*, V, 8. A Congregação Romana não condenara pois uma *verdade científica* mas uma simples *opinião* à espera de provas. Êrro de perspectiva histórica é crer que a moderna teoria planetária saiu da cabeça de Galileu como Minerva da de Júpiter: armada de ponto em branco para os embates contra as antigas idéias, tradicionais nas escolas desde Aristóteles. É construção que exigiu trabalho secular.

do Santo Ofício a *ensinar* a doutrina de Copérnico ou publicar fôsse o que fôsse sustentando-a.

Não contente com isso, a Congregação do Índex condenava "todos os escritos que afirmassem a rotação da Terra".

2.º) Em 22 de julho de 1633, por não haver obedecido à notificação de 1616 e ter defendido a doutrina dos movimentos da Terra nos seus *Diálogos,* Galileu, sob ameaças de prisão e torturas, teve de fazer a seguinte abjuração: "Eu Galileu Galilei, filho de Vicente Galileu de Florença, com setenta anos, pessoalmente em estado de julgamento e ajoelhado diante de Vossas Eminentíssimas e Reverendíssimas Senhorias, os Cardeaes Inquisidores Gerais, contra os crimes de heresia na Universalidade da República Cristã... abjuro, maldigo e detesto os supraditos erros e heresias e em geral qualquer outro êrro e seita contrária à Santa Igreja. E juro que no futuro não direi, nem sustentarei mais, de viva voz ou por escrito qualquer coisa que de mim possa provocar tal suspeita (de herege); se eu conhecer qualquer herege ou alguém suspeito de heresia ou o denunciarei a êste Santo Ofício, ou ao inquisidor e ao ordinário do lugar onde me achar. Juro além disso e prometo cumprir e observar inteiramente tôdas as penitências que me foram ou forem impostas por êste Santo Ofício. Que, se me acontecer jamais, guarde-me Deus de tal! contravir por algumas de minhas palavras a estas promessas, a êstes protestos e a êstes juramentos, submeto-me a tôdas as penas, a todos os suplícios que forem decretados e promulgados contra tais delitos pelos sagrados cânones e outras constituições, quer gerais, quer particulares..." (A abjuração completa pode ver-se em apêndice ao livro de Aubanel.)

Êste autor tenta mostrar que a tempestade movida contra Galileu foi por êle mesmo suscitada, por não ter ficado quieto, não ter sido hábil, *diplomata maneiroso*. As iras contra êle não foram acesas pelo papa, mas por seus inimigos teólogos. Foram êstes, dominicanos e jesuítas, que o levaram à Inquisição. O Papa Urbano, para acabar com tais intrigas e para dar exemplo ao mundo com o pérfido Galileu, ordenou o processo, porém todo o rigor foi mais aparente que real. Essa é boa!

Se a Igreja fôsse protetora da ciência e se gloriasse com *seu* sábio Galileu, longe de o chamar a contas, imporia silêncio aos jesuítas e dominicanos que nada haviam descoberto. Ora, ao contrário disso, puniu com a fogueira o sábio católico e monge Giordano Bruno e oito anos antes de Galileu, condenara à prisão e queimara depois o corpo e os escritos do sábio De Dominis, arcebispo de Spalatro!!!

Que fêz ela, com os sacerdotes amigos de Galileu? Castelli Boni, Riccardi e Ciampoli (secretário do papa) *foram destituídos dos seus cargos*.

E tanto não se tratava, como sustenta Aubanel, de uma questão de monges e de mera disciplina que a Santa Congregação enviou a todos os arcebispos e bispos da Europa uma cópia da sentença contra Galileu com ordem de as transmitir aos vigários para que "todos os professôres de filosofia e matemática dela tenham conhecimento e reconheçam a gravidade do êrro, para o evitarem e premunirem-se das penalidades em que incorreriam caso incidissem na mesma falta".

Não só isso. Houve, além dessa ordem passiva, a ordem ativa de escreverem, falarem, refutarem por todos os meios o sistema de Copérnico.

White dá-nos amostras do que eram tais *refutações*.

E aí temos como se gloria a Igreja do catolicismo de Galileu. (86)

---

(86) Ainda uma vez o caso de Galileu! Em vinte séculos de existência dessa Igreja que "sempre se mostrou declaradamente infensa a qualquer progresso científico", parece que, para prová-lo, só se encontra o incidente Galileu, tantas vêzes vem êle à baila. Não nos é possível, numa nota, discutir uma questão sôbre a qual correram rios de tinta. Notamos apenas: 1.º) Que Galileu não foi condenado pela *autoridade infalível* da Igreja mas por uma Congregação Romana, cujas sentenças são *de sua natureza reformáveis*. Além disto, os decretos de 1616 e 1633 foram *disciplinares,* como hoje concordam os críticos competentes na matéria como Grisar, Vacandard, etc. Para as provas jurídicas dêste asserto ver CHOUPIN, *Valeur des décisions doctrinales et disciplinaires du Saint-Siège,* Paris, Beauchesne, 1907, p. 146. 2.º) Que o motivo da condenação não foi a

Mas, há Descartes e Pascal.

Descartes! Na sua notável obra sôbre *Descartes e a teologia*, E. Gilson trata, no segundo capítulo, do *adversário de Descartes*. Procura averiguar contra quem o grande francês arquitetou sua metafísica e conclui, de modo irrefutável, não ter sido outro senão Tomás de Aquino, isto é, tôda a doutrina católica. Descartes, o católico, foi dos primeiros e mais decisivos subversores da escolástica. Para êle, a Bíblia é narração para o povo, acomodada à sua ignorância, havendo, entretanto, de longe em longe, verdades científicas. A seu ver tôdas as religiões eram boas e êle era católico sòmente

---

fantasiada aversão às ciências. Havia *mais de 300 anos* que a teoria do movimento da terra se discutia livremente nas Universidades da Cristandade e até nos jardins do Papa. Contemporâneos de Galileu trabalhavam no mesmo gênero de estudos, com aplauso de Roma, os jesuítas Clavius, Griemberger, Guldin, Scheiner, Grinaldi e Riccioli, cujos nomes ficaram na história das ciências. No alto clero, o grande astrônomo encontrou numerosos amigos e protetores como os Cardeaes Barberini e Canti, os prelados Dini, Piccolomini, Cesarini, etc. Do erário pontifício recebeu o astrônomo uma pensão vitalícia.

Onde, pois, esta aversão à ciência? A imprudência de Galileu, entrando pela exegese bíblica e tratando os seus adversários com altivez e ironia ferina, avivou paixões contra o defensor de uma hipótese ainda indefesa no campo científico. A que se reduz, portanto, o lamentável incidente? A um êrro (que nós católicos somos os primeiros a deplorar profundamente) dos teólogos do Santo Ofício, que, esquecidos dos princípios exegéticos já estabelecidos por S. Agostinho e S. Tomás, falsamente julgaram incompatível com a Bíblia uma opinião, que mais tarde deveria receber a chancela da ciência. Há nisto matéria para grandes escândalos? Qual é a Academia científica que não tenha cometido, não um, senão muitos erros dêste gênero? E que diríamos do es-

porque nascera no catolicismo. (87) (Ver Fouillé: *Descartes*, p. 19.)

O pior é que Descartes é exemplo vivo da tirania católica. (88) Amigo do sossêgo, saiu de França para evitar aborrecimentos. (89) Prevendo contra êle as borrascas desabadas sôbre Galileu, não quis nunca publicar seu *Tratado do Mundo*, sem todavia perder a esperança de "que suceda como

---

critor desleal que, folheando os Anais, por exemplo, da Academia de Ciências de Paris, recolhesse as verdades científicas por ela condenadas e combatidas e as enfeixasse em volume demonstrativo de que o benemérito Instituto francês foi uma rêmora ao progresso das ciências? Por que só para a Igreja não há de haver eqüidade? Aduzir, pois, um caso singular (que, por isso mesmo, deve ser explicado pelo concurso de causas excepcionais), tendo a seu favor tantas atenuantes, como prova de que a Igreja foi "*sempre* infensa ao progresso científico" é exploração indigna que o Sr. Oiticica deve deixar aos folhetinistas sem consciência.

(87) Pobre Descartes, em que mãos caíste! Descartes que fêz um voto de romaria à Virgem de Loreto e o cumpriu em 1624; que no ano seguinte foi a Roma, confundindo-se com a turba anônima dos peregrinos que iam ganhar o jubileu; que, durante a sua estadia na Suécia, procurou a residência do embaixador francês para poder cumprir os seus deveres religiosos; que aí ouvia Missa todos os dias, que se confessava e comungava regularmente, que expirou sacramentado e com os sentimentos da mais viva piedade, é aqui apresentado pelo Sr. Oiticica, resumindo inocentemente opiniões alheias, como um indiferentão para quem o lugar de nascimento decidia na escolha do credo religioso!

(88) Às provas.

(89) Aborrecimentos, não por parte da Igreja, mas da Sorbona e do Parlamento, que haviam expulsado em 1594 os jesuítas, apoderando-se dos seus bens e das suas bibliotecas.

sucedeu a questão dos antípodes, que haviam sido quase do mesmo modo condenados outrora." (90) Achava pois que sua obra poderia vir à luz um dia.

"Enquanto esperava (diz Fouillé, p. 21), sabe-se com que subterfúgios, no seu livro dos *Princípios,* expõe a teoria do movimento da terra, embora negando-a aparentemente. Ao seu amigo Regius, menos prudente e às voltas com os teólogos, escreveu Descartes esta frase elucidativa: "Que ne prenez-vous un biais?", quer dizer, por que não arranjou um atalho, um subterfúgio?

Entretanto, apesar de tôdas as cautelas, caíram-lhe em cima os teólogos protestantes da Holanda e os próprios católicos, embora menos violentamente.

J. Millet, na sua obra sôbre *Descartes desde* 1637, nos descreve a habilidade rara com que logrou sustar a oposição dos jesuítas e manter as boas graças de alguns dêles, seus antigos professôres (p. 104). Porém, morto êle em 1650, começou a campanha contra seu sistema e, em novembro de 1663, foram postas no Index suas obras *donec corrigantur.* (91)

---

(90) Não quis publicar logo a sua obra como bom católico, em deferência ao recente decreto contra Galileu, no qual, instruído na sua fé, via, não uma decisão dogmática, mas apenas uma medida disciplinar, uma expressão transitória desta oposição natural às idéias novas.

(91) *Donec corrigantur.* Enquanto o sínodo calvinista de Dordrecht proibia a leitura de Descartes aos seus teólogos, enquanto o ensino da filosofia cartesiana era proscrito na Universidade anglicana de Oxford e nas outras universidades protestantes do continente, Roma mostrou-se muito mais clemente. Durante a vida de Descartes não lhe proibiu a publicação de uma só obra. Depois de sua morte exigiu que se corrigissem alguns pontos. E que pontos eram êstes? Porventura alguma *verdade científica,* o que havia de melhor e duradouro na obra cartesiana? Não; algumas teorias secundárias da sua filosofia, *hoje caducas e por mais ninguém patrocinadas.* Condenando-as, a Igreja serviu à causa da verdade.

Três anos depois eram transferidas a Paris as cinzas de Descartes. A Igreja proibiu entêrro e exéquias religiosas, assim como a ereção de um monumento. (92) A doutrina de Descartes foi vedada no *Collège Royal* em 1669, na Universidade de Paris (1671), na de Angers (1675). (93) Em 1677 a Faculdade Teológica de Caen recusou colação de grau aos cartesianos e vinte anos depois ainda se renovava em Paris, por influência do seu arcebispo, a condenação oficial do cartesianismo. (94) (Ver sôbre tôda a campanha Kuno Fischer no 2.º vol. sôbre Descartes, em sua *Geschichte der neuern Philosophie,* p. 8 e seg.).

Se Descartes houvera procedido como Galileu, coitado dêle!

O padre Franca cita Pascal, Pascal o jansenista, guerreado perpètuamente pelos jesuítas como herege, condenado pela Igreja, refugado por ela e por ela moralmente torturado. (95)

E a Igreja assim procede com os *seus* sábios! Que não faria, ainda hoje, com os outros, se pudesse!

---

(92) Descartes foi enterrado na Igreja de Sta. Genoveva.

(93) A Igreja não é responsável pelos atos das universidades francesas que lhe não obedeciam.

(94) A condenação do arcebispo tem o mesmo alcance que o *donec corrigantur* de Roma. Fora dêstes pontos secundários, a doutrina de Descartes foi livremente discutida entre católicos, uns favoráveis, outros infensos ao novo sistema. Nisto não há que maravilhar; discutia-se então Descartes como hoje se discute Einstein. Porventura favorece o progresso da ciência quem diz amém a tôda novidade?

(95) Mesmo equívoco que a propósito de Descartes. Em Pascal, a Igreja não condenou *a ciência* mas *o jansenismo,* êsse jansenismo torvo que negava a liberdade humana, que afirmava a corrupção essencial da nossa natu-

reza, que desnaturava tôda a beleza divina do cristianismo. Aprovando-o, ter-se-ia a Igreja mostrado fautora da ciência?

Resumo analítico. A hostilidade sistemática da Igreja contra as ciências, provam-na 1.º) Copérnico, cuja obra fundamental, *dedicada a um Papa,* se deve *às instâncias de um Cardeal residente em Roma;* 2.º) o episódio absolutamente singular de Galileu, contra tôdas as leis da lógica, generalizado e arvorado em lei comum; 3.º) Descartes e Pascal, nos quais a Igreja reprovou erros, e dos quais aceitou *tôdas as verdades científicas*. A êstes quatro nomes artificiosamente escolhidos e focalizados pelo Sr. Oiticica acrescentem-se os de *centenas e centenas* de sábios pela Igreja auxiliados, protegidos e animados *em todos os tempos* e pelo seu adversário dolorosamente omitidos em silêncio altamente significativo e ter-se-á uma idéia exata da economia dos processos dialéticos com que se constrói a tese da continuada e onímoda aversão da Igreja ao progresso das ciências.

Valor lógico do artigo = 0.

EXCURSUS B — A IGREJA E OS SÁBIOS

Não agradou ao Sr. Oiticica que, para rebater a acusação feita à Igreja de paralisar o movimento científico, citássemos meia dúzia de grandes nomes, grandes não menos pelos merecimentos intelectuais que pela fidelidade ao catolicismo. Protestou *(sic!)*. Em que pêse ao protestante e descontente articulista, a galeria dos sábios católicos não perderá um só dos medalhões que a exornam.

Mas, insiste o professor, o que importa apurar não é tanto o número dos sábios católicos quanto o modo por que os trata a Igreja, como os acolhe e anima, como recebe as suas descobertas e doutrinas. A exigência é razoável. A satisfazer-lhe resumidamente consagraremos as poucas linhas

que seguem. Não iremos, porém, como fará o Sr. Oiticica, consultar a Houtin ou autores quejandos, de todo em todo ignorados na história do pensamento e só registrados, por um gesto de rebeldia, no cadastro dos revoltosos insignificantes. Ouviremos a lição dos fatos e a opinião de quem incontestàvelmente a possa dar no assunto.

Antes de tudo, a *Igreja manifestou sempre o maior aprêço da ciência,* a *mais elevada estima dos sábios*. Quando, nos primeiros séculos da Idade Média, as hordas invasoras de povos, quase todos sem tradições literárias ou científicas, ameaçaram envolver para sempre a antiga civilização nas trevas de um pavoroso eclipse, a Igreja levantou bem alto o prestígio da inteligência, ensinando para todos necessária a instrução e proclamando mais excelentes que a fôrça muscular os valores espirituais do homem. "A ignorância, lemos no direito canônico da época, é a mãe de todos os erros; a ignorância é apenas tolerável num leigo, num sacerdote é inescusável." Volveram os anos. Quase em nossos dias reúne-se em Roma a mais augusta assembléia religiosa do século XIX. Ecoando aos antigos ensinamentos, ainda uma vez proclamava o Concílio Vaticano: "que tão longe está a Igreja de se opor ao cultivo das artes e ciências humanas que, muito pelo contrário, o auxilia e promove de muitos modos. Não ignora nem despreza as vantagens que delas dimanam para o convívio social; antes confessa que assim como elas provêm de Deus, Senhor das ciências, assim devidamente estudadas não podem, com o seu divino auxílio, senão levar-nos a Êle".

Desta estima que tem a Igreja da ciência deriva o critério, por ela seguido, de elevar às suas mais altas dignidades quantos, aos predicados indispensáveis de virtude e prudência, aliem as vantagens de uma esmerada cultura intelectual. Gerbert, filósofo e matemático, era tido pelo homem mais sábio de seu tempo; Próspero Lambertini, no

dizer insuspeito de Voltaire, era o homem mais erudito do século XVIII. A um e a outro cingiu-lhes a Igreja a fronte com os esplendores da tiara pontifícia. E na cátedra de S. Pedro nunca se extinguiu a dinastia dos papas sábios de Leão Magno a Leão XIII, de Inocêncio III a Pio XI. — Desde Barônio, o erudito historiador, Lugo, o jurista clássico, Belarmino, o polemista invencível, até Newman e Wiseman, Hergenröther e Pitra, Mercier e Van Rossum, Billot e Ehrle, quantas vêzes a púrpura cardinalícia não veio consagrar a eminência de méritos científicos incontestáveis!

Aos que não pode a Igreja elevar aos altos cargos eclesiásticos testemunha-lhes, de outros modos, a sua benevolência. São inúmeras as cartas e os Breves que partem contìnuamente do Vaticano e ao trabalhador obscuro e dedicado vão levar, no silêncio do seu gabinete de estudo, o parabém, a animação e o confôrto do Pai comum dos cristãos. Dos confins da Polônia a um Papa dedica a sua obra-prima o fundador da moderna astronomia. Do seu leito de morte a outro Papa envia as suas obras completas o renovador dos métodos sociais no século XIX. A última carta escrita por Le Play é dirigida a Leão XIII e a última consolação humana que teve o grande sociólogo foi uma condecoração pontifícia. "Seria infinito, escreve FREPPEL, se quisesse enumerar todos os serviços prestados pelo papado às ciências e às letras. Mostrar-vos-ei um Papa à frente da renascença da literatura grega e latina; os prófugos de Constantinopla que vêm buscar um asilo à sombra do trono papal; Lascaris no Esquilino, ao lado do palácio de Leão X, ensina grego à Europa admirada; Nicolau V, que mantém uma legião de doutos à cata de manuscritos por todo o mundo; Pio II, o douto Enéias Sílvio, que une a própria ciência às luzes de seus protegidos. E para mais nos aproximarmos dos nossos dias, citarei a Paulo IV, que favorece a Copérnico, nas suas imortais descobertas; Gregório XIII, que pede à astronomia um cômputo mais regular dos meses e dos dias; Sixto V, que amplia a biblioteca vaticana, maravilha do mundo; Urbano VIII, cujas poesias latinas figuram com razão entre os melhores trabalhos do gênero nos tempos modernos." O juízo de Freppel, homem de batina, é confirmado pelo recente historiador belga G. KURTH, homem de casaca e professor na Universidade de Liège: "Citar os nomes de Pio II, de Nicolau V, de Júlio II e de Leão X é evocar a memória da mais poderosa e eficaz proteção que a vida intelectual do gênero humano tenha jamais recebido de uma autoridade soberana." *L'Eglise aux tournants de l'Histoire*, 5.ª ed. Bruxelas, 1913, p. 153. E em outra obra: "Nenhuma sociedade elevou tão alto o doutor, isto é, o homem que ensina, como a Igreja." *Les origines de la civilisation moderne*, 6.ª ed. Paris, Téqui, 1912, t. I, p. 147.

Tendo por missão essencial e direta a salvação eterna das almas, poderia a Igreja, sociedade religiosa, limitar-se a promover ativamente as ciências sagradas e animar as profanas só com a sinceridade dos seus aplausos. Fêz mais, muito mais do que isto: *aos sábios subministrou em larga escala todos os meios de estudo, todos os instrumentos necessários ao trabalho intelectual. Subsídios financeiros?* Eram pelo menos cinqüenta os estudiosos que, em tempos melhores para a Santa Sé, recebiam do erário pontifício um subsídio anual tanto para os seus trabalhos como para o sustento da vida. Ainda em nossos dias, Pio XI mantém quatro comissões científicas dedicadas, em regiões semibárbaras, ao estudo da etnologia dos povos primitivos. *Museus e jardins botânicos?* O primeiro museu de certa importância pela riqueza de minerais e de fósseis foi aberto no Vaticano. Os primeiros jardins para o estudo da botânica organizaram-se na Itália: Pisa, 1543; Pádua, 1545; Florença, 1556; Bolonha e Roma, 1568. Só no último quartel do século XVII, Upsala, Amsterdam e Oxford implantaram os seus. Na Itália ainda, onde

era mais direta a influência dos papas, fundaram-se as primeiras *academias e sociedades científicas,* cujos estatutos e trabalhos serviram de modêlo às associações congêneres instituídas mais tarde nos outros países. *Observatórios astronômicos?* Quase todos os fundados antes do século XIX são devidos a religiosos católicos, principalmente agostinianos, beneditinos e jesuítas. Cfr. J. ZAHM, *Catholic science and catholic scientists,* 4.ª ed. Filadélfia, 1894, p. 76 e segs. Ainda hoje os jesuítas nos países infiéis dirigem 6 grandes observatórios, cujos relevantes serviços prestados à astronomia reconhecem todos os especialistas na matéria.

Mas, se aos naturalistas são necessários museus e laboratórios, a todos os sábios, indispensáveis instrumentos de trabalho são as grandes *bibliotecas*. Como resumir aqui as benemerências da Igreja? Quem conservou contra o vandalismo das hordas invasoras do império todo o patrimônio intelectual das civilizações antigas? Que riquezas nos arquivos dêstes mosteiros hoje àvidamente visitados pelos eruditos! Não é porventura à paciência e solicitude dos antigos monges que devem as modernas bibliotecas oficiais da Europa os seus mais preciosos cimélios? Um só convento, afirma o racionalista Gibbon, prestou mais serviço às letras que as duas Universidades de Oxford e Cambridge, juntas. Hoje, ainda são inúmeros êstes preciosos escrínios do pensamento humano mantidos pela Igreja. Bibliotecas populares, bibliotecas de mosteiros e casas religiosas, bibliotecas de universidades e institutos de altos estudos, bibliotecas eclesiásticas superiores abertas a todos os sábios do mundo. Alguns algarismos. A pequena Baviera católica tem tantas bibliotecas de estado como tôda a Prússia. Em 1893 as suas 91 bibliotecas eclesiásticas contavam 1.019.118 livros, enquanto as congêneres protestantes não possuíam mais de 437.647 volumes. Cfr. H. ROST, *Die Kulturkraft des Katholizismus,* 2.ª ed. Paderborn, 1919, p. 432. Neste argumento, é impossível não lembrar a grande biblioteca Vaticana, uma das maiores do mundo com mais de 60.000 manuscritos e 8.000 incunábulos. Nas suas grandes salas silenciosas afluem anualmente centenas de sábios de todos os credos e sob a direção de bibliotecários eruditos como Francisco Ehrle e Achilles Ratti entregam-se aos pacíficos labôres das investigações históricas, à sombra amiga do Vaticano.

Os livros evocam espontâneamente a lembrança de uma grande invenção que, mais talvez que nenhuma outra, concorreu para a vulgarização dos conhecimentos científicos. Quero referir-me *à imprensa*. Inventou-a um católico, Gutenberg, e a Igreja, na pessoa dos seus sacerdotes, dos seus religiosos, dos seus bispos, dos seus Papas, deu-lhe a proteção mais decidida e a mais rápida difusão. No período ainda dos incunábulos Mogúncia já contava 5 tipografias, Ulm 6, Augsburgo 20, Colônia 21. O primeiro tipógrafo de Leipzig foi um professor de teologia. Os religiosos foram os primeiros a instalar nos seus mosteiros a oficina de tipos. Cônegos regulares de Beromuster em 1470, Beneditinos de Augsburgo em 1472, de Bamberga em 1474, de Blaubeuren em 1475, Premonstratenses de Schussenried em 1478, Augustinianos de Nuremberga em 1479. Os Irmãos da vida comum implantaram uma oficina de que foram os primeiros operários, declarando que a "tipografia é a mãe de tôdas as ciências, a auxiliadora da Igreja". Cfr. JANSSEN, *Geschichte des deutschen Volkes,* t. I, Freiburg i. B., 1897, 17.ª-18.ª ed. c. 1.

Na *França* foram os altos dignitários eclesiásticos que introduziram e instalaram quase tôdas as tipografias antigas: "se no século XV umas quarenta cidades francesas possuíam tipografias, deveram-nas em grande parte aos que protegeram e contrataram os primeiros impressores: em Paris foram os *doutores da Sorbona;* os negociantes em Lião, Rennes, Macon e mais tarde Avinhão; *os bispos e cônegos*

em Poitiers, Chartres, Salins, Grenoble, Narbonne, Embrun, Uzès, Limoges; *os abades* e *congregações religiosas* em Lantenac. Dijon, Cluny, etc". LABANDE, *L'imprimérie en France au 15ème siècle*.

Na *Itália,* a primeira tipografia foi instalada em Subiaco, na célebre abadia dos beneditinos, a segunda em Roma. Para a cidade eterna afluíram logo os novos artistas, acolhidos com benevolência por Paulo II, que lhes entregou os preciosos manuscritos acumulados pelos seus predecessores Martinho V, Eugênio IV, Nicolau V e Pio II. As outras cidades da península multiplicaram logo as suas oficinas, e Veneza, que por muito tempo teve a primazia mundial na indústria de livros, de 1470 a 1500 contou 200 tipografias, das quais 50 trabalhavam simultâneamente em 1500. Dos tipógrafos muitos eram religiosos, outros favorecidos pelos Papas. Sixto IV nomeou conde palatino a Nicolau Jenson, um dos primeiros impressores que se estabeleceram na cidade da Laguna. Cfr. PASTOR, *Geschichte der Päpsten,* t. IV.

Como na Itália também na *Inglaterra* foi à sombra de uma abadia célebre — a de Westminster, — que se instalou a primeira tipografia. "Na *Espanha,* como em outros lugares, o clero exerceu a mais favorável influência na propaganda da arte tipográfica... São mosteiros que implantam oficinas nos seus recintos; são numerosos membros do clero secular que se fazem tipógrafos, são principalmente os membros do alto clero, abades, bispos e arcebispos que, como autores, custearam a impressão das próprias obras ou tomaram sôbre si o cuidado de estampar livros de outrem." C. HAEBLER, *Histoire de la typographie ibérique au XV siècle,* p. 19.

Na *Polônia* e na *Suécia* foram ainda as autoridades eclesiásticas que introduziram a nova arte. Para a *Ásia* levaram-na os missionários jesuítas. A primeira tipografia *americana* foi instalada na cidade de México pelo zeloso arcebispo D. Luís Zummaraga, auxiliado pelo Vice-rei; a católica Espanha subministrou-lhe os materiais e os primeiros artistas. Na América do Sul foram ainda os padres da Companhia de Jesus que instalaram a primeira oficina tipográfica no território das antigas Reduções. Cfr. C. TESCHAUER, *História do Rio Grande do Sul,* t. II, Pôrto Alegre, 1921, p. 66. No *Brasil,* a primeira tipografia foi estabelecida pela *Academia dos Seletos,* a que presidiu um jesuíta, o P. Francisco de Faria.

Concluamos com o ilustre professor de história na universidade de Besançon, J. GUIRAUD: "a maravilhosa arte de Gutenberg não teve propagadores mais poderosos que os Papas, os cardeais, os bispos, os cônegos, os padres e os religiosos". *Histoire partiale, histoire vraie,* t. II, 32.ª ed., Paris, Beauchesne, 1912, p. 231. (Leia-se todo o capítulo IX, onde se encontrarão muitos outros dados interessantes que por brevidade não mencionamos.)

Nenhuma instituição há, porém, que tanto tenha contribuído para o incremento dos estudos e o avançar das ciências como *as universidades*. Dos seus bancos sai a quase totalidade dos homens cultos; nas suas cátedras e nos seus laboratórios formam-se os grandes especialistas, os grandes sábios, os pioneiros do progresso científico. Ora, *a universidade é criação da Igreja*. O tipo dos nossos modernos institutos superiores de ensino surgiu naturalmente da grande atividade intelectual da Idade Média, como uma transformação espontânea das escolas e dos grandes *Studia generalia* das ordens religiosas.

Criado o tipo da universidade, a Igreja multiplicou ràpidamente por tôda a Europa estas cidadelas da ciência. Percorrei as mais célebres na história: Oxford e Cambridge, Paris e Bolonha, Roma e Pisa, Florença e Pavia, Leipzig e Colônia, Heidelberg e Ingolstadt, Basiléia e Copenhague, Cracóvia, Praga e Viena — tôdas, fundações da Igreja. Do século XII datam as mais antigas: nos fins do século XIV

a Europa já contava 55, além de 12 escolas superiores a que falsamente se atribuiu o título de universidade; ao todo, 67 institutos superiores de ensino. Algumas (11) foram constituídas *ex consuetudine;* as outras, fundadas por diplomas das autoridades. Dentre estas, 21 foram erigidas com diploma exclusivamente papal; 13 com diploma exclusivamente imperial ou principesco, 10 com diploma papal e imperial ou principesco juntamente. Assim, das 44 universidades fundadas com diploma até 1400, 31, isto é, quase 3/4 foram total ou parcialmente criação da Igreja. Às outras concederam os papas proteção, auxílios e privilégios. Cfr. DENIFLE, *Die Universitäten des Mittelalters,* Berlim, 1885.

O século XV não foi menos fecundo. Consegui averiguar a fundação de, pelo menos, 30 universidades, devidas umas à munificência de príncipes católicos, outras à iniciativa exclusiva dos papas e dos bispos, outras ainda à colaboração harmônica dos dois poderes.

E como floresciam êstes institutos! Viena sob Maximiliano chegou a contar 7.000 estudantes, Lovaina cêrca de 10.000, Cracóvia 15.000, Bolonha e Paris 20 e 30.000. Que intensidade de vida intelectual! Resumindo: no decurso de pouco mais de três séculos (XII-XV), no meio de uma sociedade emersa, não havia muito, da barbárie, lutando contra todos os obstáculos de um ambiente sem patrimônio intelectual hereditário, *a Igreja Católica, coadjuvada por soberanos católicos, num esfôrço civilizador gigantesco, dotou a Europa de 97 institutos superiores de ensino.*

Mas não nos contentemos de rememorar glórias passadas. Depois do século XVI vieram as profundas revoluções sociais que todos conhecem. Em muitos países a situação do catolicismo foi profundamente modificada. Ainda assim, esbulhada de seus bens, desterrada nos seus religiosos, perseguida nos seus bispos e sacerdotes, manietada na sua liberdade de ação, hostilizada nas suas iniciativas pelos poderes oficiais, a Igreja, arcando vitoriosamente com numerosas dificuldades, recomeçou com paciência e a preço de mil sacrifícios a sua obra grandiosa de civilização intelectual. Neste primeiro quartel do século XX, tão profundamente agitado por grandes convulsões sociais, já fundou universidades na Itália e na Holanda, na Polônia e nos Estados Unidos, no Canadá, no Japão e na China. Destas, pelo menos quatro foram inauguradas nestes poucos anos que nos separam da grande guerra. Atualmente, possui a Igreja cêrca de 60 institutos universitários. Neste número, já se vê, não se acham incluídos os grandes seminários interdiocesanos e internacionais de caráter universitário, nem os grandes escolasticados ou estudos gerais das ordens religiosas, foco de não menor intensidade intelectual do que as universidades. nem ainda os institutos superiores de especialização das ciências sagradas, como o Instituto Bíblico, Instituto Oriental, etc. Contamos apenas os estabelecimentos de ensino abertos à juventude eclesiástica e leiga, mas especialmente a esta última, organizados à semelhança dos Institutos congêneres do Estado, mas dependentes das autoridades eclesiásticas.

O número já se impõe. E o valor? Não afirmamos que tôdas as universidades católicas já se tenham elevado à altura do mesmo nível científico. Não é no curto prazo de alguns anos que um estabelecimento superior de ensino pode conquistar definitivamente a sua reputação no mundo intelectual. Ora, muitas das nossas universidades datam de ontem. Outras há que lutam com sérios embaraços financeiros, com a hostilidade de governos anticlericais, com a grande concorrência de institutos análogos mais antigos e generosamente custeados pelos erários. Só o amor sincero e sacrificado da ciência vai logrando vencer todos êstes empecilhos. As mais velhas das nossas universidades não precisam de encômios, têm nome firmado entre os sábios. Basta citar a de Lovaina. Com as suas seis faculdades — Teologia, Direito, Medicina, Filosofia e Letras, Ciências,

Técnica (escolas de minas, engenharia civil, artes e manufaturas, arquitetura e eletricidade) — com os seus sete institutos ou escolas superiores — Escolas de ciências políticas e sociais, Escola superior de Comércio, Instituto superior de Filosofia, Instituto Agronômico, Instituto Zootécnico, Instituto Preparatório, Escola de química industrial — com os seus 16 museus e 34 laboratórios, a grande Universidade lovainense é incontestàvelmente a primeira da culta Bélgica e uma das mais conceituadas de todo o mundo.

As irmãs mais novas esforçam-se por emular-lhe a atividade intelectual. Os que as conhecem de perto e podem pessoalmente ajuizar do valor científico de um Instituto não precisam outras provas mais que a própria experiência. Para os que não se acham nestas condições coligimos aqui brevemente alguns indícios positivos da elevação científica das nossas grandes organizações universitárias.

Juízo de autoridades competentes e estima geral. Onde não vigora um setarismo estreito ou um monopólio de ensino açambarcador, as nossas universidades foram equiparadas pelos governos mais exigentes em matéria de instrução aos institutos oficiais do Estado. Já alcançaram esta equiparação as universidades católicas da Itália, da Bélgica, da Holanda, da Polônia, de Manila (reconhecida pelo govêrno norte-americano) e do Canadá (reconhecida pelo govêrno britânico). A faculdade de Medicina da Universidade de Georgetown e a de Direito de Fordham (só esta com 1.583 estudantes) são das mais conceituadas dos Estados Unidos.

Freqüência de alunos. Só alguns algarismos:

Santiago (1922-23)	1.280
Paris (1922-23)	1.609
Notre Dame (Indiana) (1922-23)	1.737
Montreal (1922-23)	2.210
Georgetown (1922-23)	2.625
De Paul Univ. (Chicago) (1922-23)	2.846

Ottawa (Canadá) (1922-23)	3.155
Lovaina (1922-23)	3.200
S. Luís (Missouri) (1922-23)	3.219
Loyola Univ. (Chicago) (1922-23)	3.600
Fordham (New York) (1923-24)	3.720
Marquette Univ. (Milwaukee) (1922-23) ...	4.180

Atividade literária. A jovem universidade milanesa só no ano 1923-24 publicou 18 poderosos volumes. Lovaina irradia a sua atividade pelos órgãos de 16 periódicos científicos. Na exposição internacional de Paris, em 1900, o Instituto Católico, comemorando o seu 25.º aniversário de fundação, expôs uma inteira biblioteca de obras devidas à pena infatigável de seu corpo docente.

Excelência de professôres. BAUDRILLART, na sua obra já citada, *L'enseignement catholique dans la France contemporaine*, Paris, 1910, p. 671, enumera, só em Paris, 67 professôres universalmente conhecidos pelos seus trabalhos científicos e acrescenta: "les noms qu'on y relève — et je dis autant de nos autres universités — ne depareraient les diptiques d'aucun établissement scientifique de l'État", p. 670. Falando da cultura científica do clero teremos ensejo de referir vários dêstes nomes célebres. Agora limitemo-nos aos dos professôres leigos, beneméritos especialmente das ciências experimentais. São glórias das nossas universidades: VAN BENEDEN, (1809-1894) pela celebridade de seus estudos de paleontologia, cognominado o Cuvier belga; VAN GEHUCHTEN (1861-1914), autor de obras magistrais, no qual Grasset saudava "o mestre incontestado da anatomia do sistema nervoso"; AMAGAT (1841-1915), célebre pelos seus trabalhos clássicos sôbre a estática dos fluidos, a elasticidade e dilatabilidade de gases e líquidos, trabalhos cujos resultados se condensam nas leis que lhe conservam o nome; BRANLY, que, descobrindo o modo de perceber a passagem das ondas hert-

zianas, abriu à ciência um novo capítulo, a telemecânica, de que a telegrafia sem fio é a mais popular das aplicações; A. DE LAPPARENT (1839-1908), "o representante mais autorizado da geologia em França", *Revue des Questions Scientifiques,* 2.ª série, XIV (1908, II), 5, que viu uma gloriosa carreira de estudos coroada com a nomeação para secretário perpétuo da Academia de ciências, a maior consagração científica a que pode aspirar um sábio francês. Todos êstes são nomes que ficam. Concluamos com BAUDRILLART, *op. cit.,* p. 673. "As universidades católicas francesas [e diga-se o mesmo das outras] têm sido e são-no ainda verdadeiros focos de ciência cristã".

Não haveria ainda outro meio de apurar como a Igreja trata os sábios, seus filhos? Há e muito óbvio. É recorrer aos interessados, é interrogar diretamente os sábios católicos. Nenhum depoimento pode ser mais autorizado. Consultemo-los.

A primeira afirmação que nêles encontro é que entre a religião e a fé não há nenhum contraste, oposição nenhuma. É a antítese do asserto do Sr. Oiticica. "Os princípios, os métodos, o raciocínio que segue (o sábio) não são religiosos, são, como se vai ver [nunca se viu] *contrários muitas vêzes às normas do seu credo ou da sua igreja!"* Falem êstes homens mais competentes que, de um lado, conheceram e praticaram a sua religião, de outro, manejaram, como mestres inexcedíveis, todos os métodos científicos, desde a experimentação minuciosa e paciente dos laboratórios até as mais elevadas generalizações das grandes sínteses. J. B. DUMAS (1800-1884), que, pelas suas descobertas, fêz uma verdadeira revolução nos estudos da química, dizia: "O Deus da revelação é o mesmo da natureza. A ciência não mata a Fé, e a Fé mata ainda menos a ciência". DE CHAMPAGNY, *Le chemin de la Verité,* Paris, 1874, p. 315. J. F. W. HERRSCHEL,

(1792-1871), não menos célebre como físico do que como astrônomo: "Não é exato que [a ciência] dê aos que a cultivam uma idéia exagerada de si mesmos, que os leve a duvidar da imortalidade da alma ou a rejeitar a revelação. Muito pelo contrário não pode produzir senão o efeito oposto." *Discours sur l'étude de la philosophie naturelle,* Paris, 1834, p. 7.

Não só não há oposição, há harmonia. Não só a ciência não levanta empecilhos à fé, aplana-lhe o caminho. Na interpretação racional dos fatos científicos descansam estas verdades da religião natural que constituem o fundamento indestrutível da revelação positiva. CHEVREUL (1786-1889), um dos fundadores da química orgânica, afirma-o desassombradamente: "O método experimental *a posteriori,* longe de arrastar ao materialismo o espírito que o escolheu por guia, leva-o necessàriamente à conclusão que, se o relógio é obra humana, o ser dotado de vida não a pôde receber, com o instinto, a inteligência e o senso moral senão de uma ciência divina... Quem me levou a esta conclusão? O uso contínuo do método experimental *a posteriori." Histoire des connaissances chimiques,* Paris, 1886, t. I, pp. 345, 347. LE VERRIER (1811-1877), "o gigante da astronomia moderna" no dizer de G. Airy, diretor do Observatório de Greenwich, não é menos explícito: "A ciência astronômica", declarava êle à Academia, "confirmou em nós as verdades imortais da filosofia espiritualista." *C. R. Acad. des Scienc.,* t. LXXXII (1871, 1), 1280. PASTEUR, talvez o maior gênio científico do século XIX (1822-1895), que não precisa ser apresentado a ninguém: "A ciência aproxima o homem de Deus". VALLERY-RADOT, *Vie de Pasteur,* 26.ª ed., Paris, Hachette, 1924, p. 209: "Porque muito estudei e muito refleti, conservei uma fé de bretão. Se mais houvera estudado e refletido, teria chegado a uma fé de camponesa bretã". *Rev. des Quest. Scient.,* 2.ª série, XXXIX (1897), p. 387.

Esta convicção tão profunda das harmonias entre a ciência e a fé não é resultado de inércia da tradição ou de

atavismo de família. Muitos dos nossos sábios passaram pelas mais pungentes crises religiosas. Outros procuraram no estudo a defesa racional contra a irrupção de dúvidas sempre possíveis. O fruto dêstes estudos nos dá CAUCHY (1789-1857), talvez o maior matemático do século passado, que aos 26 anos resolvia os teoremas de Fermat diante dos quais haviam recuado Euler, Gauss e Legendre. "Sou cristão, dizia êle, isto é, creio na divindade de Jesus Cristo com Tycho-Brahe, Copérnico, Descartes, Newton, Fermat, Leibnitz, Pascal, Grimaldi, Euler, Guldin, Boscowich, Gerdil; tenho por companheiros todos os grandes matemáticos, todos os grandes físicos, os grandes geômetras do século passado. Sou católico com a maior parte dêles; e, se alguém me pedisse a razão de minhas crenças, dar-lha-ia com grande prazer e ver-se-ia então que as minhas convicções não são fruto de preconceitos de infância senão de profundo e demorado exame; ver-se-ia por que meio se gravaram para sempre em meu entendimento e em meu coração umas verdades que, a meu ver, são mais incontestáveis que o quadrado da hipotenusa e o teorema de Maclaurin. Sou católico sincero como o foram Corneille, Racine, Labruyère, Bossuet, Boudaloue, Fenelon, sou católico como o foram e são ainda hoje muitos homens distintíssimos, que honram a ciência, a filosofia, a literatura, e mais do que nenhuns outros, ilustram as nossas academias". *Aux amis des sciences. Considérations sur les ordres religieux,* Paris, 1844, *Avertissement,* pp. 5 e 6.

Cerremos por fim a nossa questão ainda mais de perto. Interroguemos os nossos sábios sôbre as suas relações práticas com o catolicismo em concreto, com a Igreja e as suas autoridades. Pelas ciências especulativas fale BROWNSON (1803-1876): "O célebre filósofo norte-americano, que vinha das franquias do livre exame, assim se exprime na história de sua conversão, *Convert:* "Não me aconteceu encontrar um só artigo, dogma, proposição ou definição de fé que me

pusesse no menor embaraço lógico... Não me aconteceu nunca que a minha razão se visse em conflito com os ensinamentos da Igreja ou de algum modo diminuída e muito menos reduzida a um estado de escravidão mental. Como católico experimentei e gozei tal liberdade de espírito qual nunca houvera crido possível antes de abraçar o catolicismo!" Cfr. J. A. ZAHM, *Catholic science and catholic scientists,* c. I, trad. ital., p. 45. Pelas ciências físicas ouça-se DUHEM (1861-1916): "Creio de todo o meu coração as verdades que Deus nos revelou e nos ensina pela sua Igreja." "A Igreja Católica contribuiu poderosamente, e enèrgicamente ainda contribui para conservar a razão humana no bom caminho, ainda quando esta razão se esforça por descobrir verdades de ordem natural." *Annales de Phil. Chrétienne,* Oct., 1905, p. 45; nov., p. 159. Pelos biólogos valha o exemplo edificante de T. SCHWANN (1810-1882), autor da teoria celular e um dos fundadores da citologia. Tão certo estava êle das profundas harmonias entre a ciência e a fé que submeteu espontâneamente o manuscrito das *Investigações microscópicas* à revisão eclesiástica do Arcebispo de Malinas. Os que geralmente se escandalizam de semelhante proceder não costumam dar às ciências obras como as *Investigações microscópias* de Schwann. Finalmente, em nome dos naturalistas que estudam o mundo inorgânico, a palavra ao grande LAPPARENT: "Nunca, devo declará-lo, pessoa alguma se sentiu mais livre no falar e escrever do que eu... Folgo em declarar que a minha fé, como católico, nunca me embaraçou nas minhas investigações científicas. Não só; nela achei sempre confôrto intelectual e moral e no meio especial [universidade católica, contato com autoridades eclesiásticas] em que se exerceu a minha atividade, tive sempre numerosos estímulos de animação que me ajudaram poderosamente a desempenhar a minha tarefa de homem de ciência." Carta de Lap-

parent ao Diretor da *Revue pratique d'apologétique*, 15 Juin, 1906, II, 271.

Assim trata a Igreja os sábios.

Assim tratam os sábios a Igreja.

E a polêmica do Sr. Oiticica veio ainda uma vez provar que não é a ciência que se levanta contra a fé.

VIII

Para bem apurar a ação da Igreja relativamente à ciência, nada melhor do que examinar a situação presente dos próprios sábios católicos. Darei um pálido sumário, pois não acabaríamos se fôramos contar os fatos miùdamente.

Em 1912 vários padres redigiram e publicaram um livro que intitularam *Ce qu'on a fait de l'Église*.

Nos seus notáveis capítulos: *césarisme intellectuel et moral, la dévotion du pape, Roma locuta est, de la liberté des savants catholiques et la science orthodoxe*, o livro denuncia, com perfeito conhecimento de causa e farta documentação, o ominoso regime impôsto pela Cúria Romana aos sábios católicos.

"A pretexto, dizem êles, de não lesar a hierarquia ou não tocar nos dogmas, seus teólogos acabaram por orientar de tal maneira a opinião católica que o maior pavor dos *bens pensantes* é o de não obedecer bastante; e o mêdo de não parecer suficientemente ortodoxo dá lugar a lamentáveis sobreexcessos e verdadeiras perseguições contra os que parecem frios ou se atrevem, por menos que seja, a se aventurar fora dos trilhos pisados. Sem dúvida, nem sempre tais perseguições tiveram êxito e opiniões houve julgadas a princípio *temerárias* que figuram entre as idéias correntes; certas heresias da véspera tornaram-se verdades no dia seguinte, e tais e tais pensadores religiosos, cujas audácias haviam sido antes reprovadas, são hoje considerados reacionários; mas, por outro lado, quantas riquezas perdidas e nobres espíritos descoroçoados! Tem-se dito, não sem visos de razão, que a Igreja Católica dá impressão de uma sociedade composta quase exclusivamente de menores; e certamente não era isso o que visava S. Paulo quando, dirigindo-se aos fiéis, como a gente racional (I *Cor*. 15), os convidava a examinar por si mesmos o que êle dizia, fazendo apêlo ao seu juízo, reconhecendo-lhes assim o direito de terem opinião contrária

à sua, sem pretensão outra que a de convencê-los com argumentos." (96)

E adiante: "Aos que acusam a Igreja de haver combatido a ciência, respondem os apologistas que, no decurso de tôda a Idade Média, foi, ao contrário, a Igreja quem protegeu a ciência, a abrigou e salvou. Há verdade nessa afirmação; apenas, sucedeu que a Igreja assumiu, mui naturalmente, com a cliente hospedada, a atitude do mando. A princípio achou a ciência aquilo natural; penetrada de reconhecimento à sua benfeitora, fêz-se humilde e pequena e prestou-lhe todos os serviços ao seu alcance. Depois, pouco a pouco, seus sentimentos modificaram-se. Mais forte e robusta, sentiu brotarem-lhe no coração assomos de independência, e chegou o dia dos ajustes. Os que falavam em nome da Igreja começaram por apontar à ciência sua ingratidão, depois pro-

---

(96) Para que o leitor apreciasse o valor dêste testemunho esqueceu-se o Sr. Oiticica de avisar que os tais "padres" eram modernistas, valorosamente escondidos sob o *anonimato*. Parece que o professor tomou à sua conta reunir experiências vivas em confirmação da psicologia do apóstata tão bem traçada por R. Hugh Benson. Não lhe entra pelos olhos a evidência de senso comum tão bem formulada por De Maistre: "o testemunho de um homem não é aceitável, desde que quem o presta, por maior que seja o seu mérito, pode ser suspeitado de se achar sob a influência de uma paixão que o possa enganar." *Du Pape*, 1, I, c. 8, Ed. 1819, p. 68. E quão cega era a paixão dêsses infelizes "padres que escreveram com perfeito (!!) conhecimento de causa e farta documentação" e não tiveram a coragem de assumir lealmente a responsabilidade de seus atos, bem o demonstram as últimas linhas. Como! S. Paulo reconhece aos fiéis o direito de terem opinião contrária à sua! Mas êsses padres nunca leram as epístolas do Apóstolo das gentes! "Só há um Evangelho; há, porém, quem vos perturba e quer perverter o Evangelho de Cristo. Mas, *ainda que seja um anjo do céu que vos pregasse um evangelho diferente do que vos pre-*

puseram-lhe reentrar em graça com a condição de restabelecer as antigas relações; mas a ciência recusou. Acentuou-se então o conflito e podemos ver a autoridade religiosa chegar até o irremissível crime, a opressão das inteligências, como no tempo de Jesus Cristo, quando as almas ansiosas de viverem a vida do espírito, sufocavam opressas pela letra, sobretudo pelo sacerdócio". (97)

---

gamos nós, que seja anátema!" *Gál.* I, 6-8; "Pedi-te (a Timóteo) que ficasses em Éfeso para que intimasses a alguns que *não ensinassem outras doutrinas"*. I *Tim.*, I, 3. *"Repreende-os severamente* a fim de que tenham uma fé sã." *Tit.* I, 13. "Quanto ao herege, depois da primeira e segunda correção *afasta-te dêle* porque é homem inteiramente perdido". *Tit.*, III, 10. O capítulo citado da Epístola aos Coríntios trata da... ressurreição dos mortos! No antepenúltimo versículo do capítulo precedente: "se alguém se crê rico em dons espirituais reconheça que as coisas que eu escrevi são *mandamentos do Senhor."* "Recebestes a nossa palavra não como palavra dos homens, mas, qual é na realidade *como palavra de Deus"*. I *Tess.*, II, 13. *Mandata Domini, Verbum Dei,* eis o que pregaram os apóstolos. Não fundaram uma escola filosófica onde o mestre fala à razão dos discípulos; como embaixadores de Cristo ensinaram a palavra de Deus, eterna e imutável. E a Igreja através dos séculos não faz senão guardar com fidelidade incorruptível êste divino depósito; anatematizando, segundo o preceito de S. Paulo, todos êsses "anjos do céu" que nos querem anunciar outro Evangelho! — Aprenda, entretanto, o crédulo professor a não se deixar embair pelos seus falazes clientes. Quem assim despudoradamente falsifica a Escritura, que qualquer leitor pode fàcilmente verificar, que fará da história, dos atos pontifícios, das medidas disciplinares da Igreja?

(97) O apelarem para a ciência os condenados pela Igreja é vêzo antigo. Já no II século surgiu uma seita cujos

Já Leão XIII na encíclica *Immortale Dei* fixava o critério ou padrão dos fiéis católicos, sábios ou não: "Quanto ao modo de pensar, doutrinava êle, é necessário que abracem ou retenham firmemente tudo quanto os pontífices romanos lhes têm transmitido ou transmitirem... Em particular, relativamente às chamadas *liberdades modernas,* cada fiel tem por dever pensar conforme pensa a própria Santa Sé". (98)

Cabe aqui logo citar um tremendo caso ocorrido com Leão XIII e contra o critério estreito dêsse papa:

Tendo-se perguntado à Congregação do Santo Ofício se era lícito afirmar ou sequer pôr em dúvida a autenticidade

---

adeptos se intitulavam modestamente "sapientes". Os católicos andavam errados porque não os iluminava a sabedoria, a *gnose*. O exemplo foi contagioso. De ciência moderna se gloriaram Eutiques, Nestório e Lutero e os seus modernissimos sucessores. E no entanto quem fala hoje no gnosticismo de Valentim, nas falsidades bizantinas dos orientais, nas torturas exegéticas do patriarca do protestantismo? Eram erros; passaram. A Igreja Católica é verdade, ficou. Assim também o modernismo já vai passando e passará de todo. A ciência ficará; e ficará com a Igreja.

(98) Mas quais são as "liberdades modernas" condenadas, calou prudentemente o Sr. Oiticica. São, entre outras, a pretensão de certos estados de submeterem a Igreja ao poder civil, de lhe confiscarem os bens, de lhes expulsarem os religiosos, etc. etc... Tudo, porém, o que pode promover o bem da sociedade moderna — cooperação social, cultura da inteligência, moralidade de costumes, tudo aprova o Papa, e protesta contra a acusação dos que incriminam a Igreja de "inimiga da verdadeira e legítima liberdade". Aconselhamos ao leitor a leitura desta Encíclica de 12 de novembro de 1885, sôbre a Constituição cristã dos Estados. Só lendo-a tôda poderá capacitar-se de quanto pode a malícia ou ignorância na tarefa ignóbil de malsinar os ensinamentos da Igreja.

do vers. 7.º, cap. V, da primeira epístola de S. João, que reza: *"Porque são três que dão testemunho no céu: o Pai, o Verbo e o Espírito Santo, e êsses três são um"*, respondeu ela, em 13 de janeiro de 1917, com aprovação de Leão XIII, que *não,* que o trecho era autêntico. Realmente êsse passo é comumente citado para provar a Trindade.

Ora, aconteceu que, em 1905, o doutor Künstle, num livro aprovado pelo arcebispo de Friburgo, e intitulado *Das komma Johanneum,* provava à evidência que o versículo fôra introduzido na Espanha, no ano 390, pelo heresiarca Prisciliano para propagar o pancristismo. Ainda mais, monsenhor Le Camus, em 1904, em carta escrita e aprovada pelo mesmo Leão XIII, já declarava ter o versículo sinais manifestos de interpolação. E tendo mais tarde, aperreado pelos inimigos de Loisy, criado o papa uma comissão de estudos bíblicos, submeteu-lhe a estudo a questão do tal versículo. A comissão, com pasmo dêle, concluiu pela absoluta *inautenticidade*.

A ciência, de vez em vez, lá desnoca a *sapiência* da Igreja e a faz recuar corrida de vergonha. Para vingar-se xinga-a esta de *falsa ciência.* (99)

---

(99) Não há fato histórico que passando pela pena do Sr. Oiticica não saia deformado, torturado, adulterado, a ponto de se tornar irreconhecível. Ao ponto. Discutia-se há muito sôbre a autenticidade do vers. 7 do cap. 5.º da 1.ª epístola de S. João. Em fins do século XIX não estava ainda liquidada a questão. Os críticos de vários matizes dividiam-se em dois campos. Muitos católicos e vários acatólicos (entre êstes Sander, Besser e Forster) pugnavam pela autenticidade. Pela interpolação batiam-se muitos acatólicos e entre os católicos Bisping, Schanz, Kaulen, Martin, Schneedorfer e outros. Interpelada em 1897, a Congregação do Santo Ofício recusou dar *uma decisão doutrinal definitiva. Disciplinarmente* declarou-se pelo *statu quo;* não estando liquidada a questão, não era seguro definir a autenticidade. Visava com isto o Santo Ofício pôr têrmo às investigações críticas? De modo algum. Interrogado sôbre êste

Porém não se emenda. Assim, conquanto o prudente Leão XIII sustasse respostas do Santo Ofício, o reacionário Pio X acentuava, no decreto *Lamentabili* e sobretudo na encíclica Pascendi, êsse divórcio suicida com a ciência, impondo aos seminários um ensino rìgidamente teológico onde a ciência penetra tão-sòmente quando parece roborar os sonhos metafísicos.

Na sua primeira encíclica já êle mostrava as garras ameaçantes: "Velaremos, dizia, com o máximo cuidado, para que os membros do clero não se deixem surpreender pelas manobras insidiosas de certa ciência nova que se enfeita com a máscara da verdade e em que se não respira o perfume de Jesus Cristo, ciência mentirosa que, amparada em argumentos falazes e pérfidos, se esforça por abrir caminho aos errores do racionalismo ou do semi-racionalismo e contra a qual o Apóstolo já advertia a Timóteo que se premunisse, ao escrever-lhe: "Guarda o depósito, evitando as novidades profanas na linguagem, como as objeções de uma ciência falsa,

---

ponto. declarou no ano seguinte o Cardeal VAUGHAN, em carta publicada na *Revue Biblique,* 1898, p. 149: "Estou informado de fonte excelente que o decreto do Santo Ofício sôbre os três testemunhos não intenta fechar a discussão sôbre a autenticidade dêsse texto: *o decreto não atinge o campo da crítica bíblica*. The field of biblical criticism is not touched by this decree". E as discussões de fato continuaram. Em 1905 o Dr. Künstle, ao dizer do Sr. Oiticica, provou à evidência a interpolação do texto. E quem é êste Dr. Künstle, porta-voz da ciência? Um *sábio católico*. E como publicou êle o seu trabalho? *Com licença das autoridades eclesiásticas*. Censurou-o Roma? *Não*. O fato prova, portanto, precisamente o contrário do que se pretendia. Um católico investiga livremente a autenticidade de um texto? Livremente publica com licença da Igreja os resultados de suas pesquisas? — Logo, conclui o nosso atinado polemista, é nula a ciência católica, nula a sua liberdade de investigação!!

cujos partidários, com tôdas as suas promessas, faliram na fé". (100)

Embora no tempo de Timóteo não houvesse crítica histórica, sendo, portanto, fútil a citação, (101) observe-se que essa falsa ciência foi a mesma que demonstrou a inautenticidade do tal versículo 7.º, e outras muitas inautenticidades.

Vejamos que faz a Igreja com seus próprios sacerdotes exegetas e como protege a ciência em seus seminários.

Animados com a condenação de Loisy, os padres ultramontanos iniciaram uma caçada em regra aos apologistas liberais, leigos ou eclesiásticos.

O padre Dessailly, tratando Loisy como um João Ninguém, agride e denuncia o padre Lagrange, o maior exegeta católico depois de Loisy.

Lagrange houvera contestado mui cortêsmente a exegese ridícula do padre Delattre, assiriólogo aliás distinto, ao livro do Gênese. Recebeu ordem imediata de recolher a edição. O padre Delattre foi nomeado professor de Escritura Sagrada na Universidade Gregoriana em substituição ao padre Gismondi, cujas idéias tinham algo liberal.

Igualmente, no seminário de Roma (o Apolinário), era professor, nomeado por Leão XIII, o padre Genocchi de famosa ciência, porém, segundo várias denúncias do cardeal Manella a êsse papa, *heterodoxo.* Leão XIII *suprimiu a cadeira,* que ficou vaga de 1893 a 1904. Pio X, para proteger a ciência *verdadeira,* nomeou o ridìculamente célebre padre Hetzenhauer, capuchinho tirolês, por informações do cardeal Vives y Tuto. Suas lições publicadas em 1904 desopilaram todo o mundo crítico europeu!

---

(100) Assim é; assim fêz sempre a Igreja desde S. Paulo: condenar irremissìvelmente o êrro, ainda quando disfarçado sob as roupagens da ciência.

(101) Não é fútil, não senhor. S. Paulo quer que se guarde intato o depósito da revelação contra todos os que, abusando do nome da ciência (chame-se gnose no século II, filosofia no século XVIII, crítica no século XIX) atentam contra a integridade da fé.

Onde quer que um padre mostre sinceridade no exame dos textos bíblicos, chame-se êle Humelauer (1906) ou Albert Condamin (1905), seja arcebispo d'Albi (mons. Mignot) ou mesmo um ultra-papista como Batiffol, nenhum escapa à censura impiedosa e condenatória. (102)

Não escapam, que Pio X, instituindo os conselhos de vigilância nas dioceses, organizou uma legítima *Tcheca* delatora até de *palavras* antidogmáticas.

Não pode sequer um padre palestrar ou discutir em grupos católicos sôbre assuntos de exegese bíblica. Já Alexandre IV houvera interdito aos leigos tais disputas em público ou em particular. A Sagrada Congregação dos Negócios Eclesiásticos, na instrução de 27 de janeiro de 1905, decidiu proibir aos padres a discussão com os socialistas. Em janeiro de 1909 o bispo da diocese de Sens indagou do Conselho de Vigilância se era permitido a um padre explicar e discutir, num grupo de pessoas, os evangelhos sob o aspecto da questão social, e mais, se podia um padre comparecer como ouvinte a uma reunião leiga onde se interpretasse o evangelho com vistas à mesma questão.

A resposta foi negativa.

Não podem falar, nem escrever livremente, pois o 5.º concílio de Latrão aprovou o decreto de Leão X (em 4 de maio de 1515) segundo o qual *nenhum* livro se pode editar sem o *imprimatur* competente, isto é, sem o expurgo. Isto tem dado margem às mais duras tiranias e pobre da ciência se as revoluções sociais dêstes quatro séculos a não houvessem libertado do decreto agrilhoante. (103)

---

(102) Condamin continua tranqüilamente a ensinar exegese em Hastings, Batiffol, hoje monsenhor, é um dos mais aplaudidos professôres do Instituto Católico de Paris, depois de haver por muitos anos dirigido o de Tolosa. Lagrange há dezenas de anos está à frente da escola de estudos bíblicos de Jerusalém, o P. Gismondi, que preenchia simultâneamente duas cadeiras, continuou a lecionar línguas orientais em que era especialista, e o P. Delattre ("assiriólogo distinto", diz o Sr. Oiticica), mais competente que êle em exegese, entrou a reger a cadeira desta disciplina. Houve divisão de trabalho, diferenciação de especialidades, isto é, progresso pedagógico, vantagem da ciência. Inútil, porém, prosseguir. Todos êstes fatos (qualquer que seja a sua verdade histórica e a interpretação que lhe dão os modernistas) nada provam. Não tem porventura a Igreja o direito de escolher os lentes de seus seminários? Não basta, pois, citar meia dúzia de eclesiásticos e professôres real ou supostamente censurados pelas suas doutrinas para concluir que a Igreja persegue a ciência. O catedrático do Pedro II esqueceu o principal: demonstrar que eram *verdades científicas* as que a Igreja nêles condenava. Para acoimar um professor de retrógrado e inimigo da verdade não basta afirmar que êle *corrige* os seus alunos, é mister ainda provar que êle *corrige mal*. Esta preciosa demonstraçãozinha ficou na gaveta do esquecidiço professor.

(103) A organização da Tcheca por Pio X, a proibição aos padres de falarem a auditórios católicos de assuntos bíblicos, de assistirem a conferências leigas, etc., etc., descem tão baixo na inverossimilhança ridícula, na malsinação aleivosa e na cavilação transparente que não merecem refutadas. *Spreta exolescunt; si irascare agnita videntur.*

Resumo analítico do artigo: O Sr. Oiticica principia calando tôdas as benemerências científicas do clero. Sôbre os inúmeros padres que, animados e aprovados pela Igreja, ocupam com louvor as cátedras dos mais célebres institutos universitários da Europa, tomam assento nas suas academias e congressos científicos, dirigem observatórios e estabelecimentos de fama mundial, enriquecem a ciência com multiplicadas descobertas, dirigem conceituadas revistas, se distinguem por uma atividade literária, reconhecida e admirada pelos seus maiores adversários — *nem uma palavra*. Sem que eu o frise, já o leitor terá advertido quanto há de profundamente anticientífico, de manifestamente desleal e

de baixamente sectário neste proceder. Após êste silêncio tendencioso, alinhava meia dúzia de citações apaixonadas, de trechos deturpados, de fatos bebidos em fontes suspeitas e *anônimas* para provar a ação paralisadora da Igreja sôbre o trabalho intelectual de seus filhos. Com material dialético dêste gênero não se levanta construção científica que dure.

Valor lógico do artigo = 0.

IX

Se a Igreja quisera proteger a ciência e dela não houvera mêdo, outra extensão daria ao seu cultivo nos seminários e outro preparo científico exigiria dos sacerdotes, guardas avançadas na defesa do dogma contra ateus e anticlericais de tôda sorte.

Era isso que reclamava o arcebispo d'Albi, mons. Mignot, no seu discurso fúnebre em honra a mons. Le Camus: "Como a impiedade não desarma, é o povo cristão que se volta para nós, seus mestres e pais na fé, pedindo-nos que lhes expliquemos sua réligião e lhes justifiquemos a nossa. Êle fala-nos a linguagem do tempo em que nasceu, do mundo em que vive, da ciência que lhe ensinaram e pede-nos que lhe falemos sua linguagem. Pede-nos e não lhe responderíamos? não tentaríamos pôr-nos em contato com essas almas, seguir êsses exploradores, coordenar essas descobertas, cristianizar êsses pensamentos, adaptar essa vida palpitante à vida divina de Jesus Cristo? E recusar-nos-íamos a dar pão a essas almas que o exoram e deixaríamos nas trevas os que clamam por luz?"

Ora êsse mesmo arcebispo foi, por seu liberalismo, suspeito a Roma e tal pavor lhe causaram que nem ousou publicar o volume de suas cartas ao seu clero, certo de que iria para o *Index*. (Ver o padre Houtin, *La crise du clergé*, p. 170, nota.) (104)

---

(104) As palavras acima são de um bispo que a Igreja pôs à frente de uma diocese, a quem nunca retirou a jurisdição nem condenou livro algum, não obstante as insinuações malévolas de Houtin. Fêz bem o Sr. Oiticica em frisar que Houtin é "padre," mas não disse tudo. Direi o que o professor calou. Houtin é um padre modernista, que, desa-

Testemunho autorizado dêsse descaso da Igreja à ciência temo-lo em mons. Baunard, reitor do Instituto Católico de Lille, quando propunha se reformasse o plano de estudos clericais para sustar a inferioridade intelectual do clero: "A causa geral, expunha êle, do enfraquecimento da ação doutrinal e pastoral do padre sôbre as almas, é que a Igreja perdeu o cetro das inteligências tão magistralmente por ela carregado, quando, na Idade Média, se achava senhora soberana da ciência total dêsse tempo. Ora, é de notar que, o dia em que êsse cetro começou a deslizar-lhe das mãos foi o dia em que no século XVI, em lugar de pôr-se à dianteira do movimento científico provocado pelo método experimental de Bacon, ela se confinou, exclusivamente, no teológico puro, descurando, ou quase, as ciências de observação, as quais, emancipando-se da sua tutela, avançaram a passos largos, sem ela e em breve contra ela, à conquista

---

vindo com as autoridades eclesiásticas, atirou a batina às urtigas e aderiu pùblicamente ao congresso do protestantismo liberal em Genebra. Naturalmente, para justificar a sua nova atitude pôs-se a escrever pasquins contra a Igreja que abandonara e odiava. Ficam, portanto, os leitores cientes que a maior parte das informações acêrca da crise modernista dêste artigo, do precedente e dos seguintes, foi hauri-las o Sr. Oiticica, com a elevação e imparcialidade de critério científico que o caracteriza, nas fontes envenenadas dêste pobre infeliz que ontem era padre e hoje é protestante.

O pavor do arcebispo, ou mais provàvelmente, o que lhe empresta Houtin, é de todo infundado. Quase ao mesmo tempo Spalding, um grande bispo, publicava dois célebres discursos sôbre *A educação eclesiástica* e a *Educação superior do clero* e ninguém lhe foi à mão. Sem a autoridade episcopal, um simples sacerdote imprimia um inteiro volume sôbre *Le prêtre et la vie d'étude* e não foi para o Índex. Se mons. Mignot queria exortar o seu clero ao estudo das ciências, não havia que temer, cumpria um dever pastoral.

do mundo moderno que agora lhe pertence ilimitadamente". (105)

Contrário a essa explicação, para mim absolutamente justa, é o fervoroso ultramontano Paul Vulliaud em seu livro *La crise organique de l'Église en France*. Não nega o fato, mas reputa-o sem conseqüência. Para êle, o mal está na insuficiência completa dos estudos teológicos, sobretudo das obras de Tomás de Aquino.

De onde concluímos que a Igreja desdenha não só os estudos científicos nos seminários, como ainda os estudos teológicos! (106)

Não que falte aos jovens estudantes desejo de aprender, mas apavora a possibilidade de uma demolição da fé ao contato da ciência. Quem o diz não sou eu, mas o ex-jesuíta padre Fontane: "A juventude clerical dos nossos grandes seminários, mesmo quando séria e animada de intenções excelentes, *é muito ávida de novidades* que supõe progressos.

Nada mais sedutor que uma espécie de imparcialidade científica cujo princípio, dizem-nos, é desprender-se de todo preconceito dogmático. De todos os racionalismos, o pior é o que se insinua no estudo das ciências religiosas para pervertê-las e falsear-lhes o sentido; ninguém se cura dêle e êsse é o pecado contra o Espírito Santo. Eis por que as faculdades de teologia protestante são oficinas de incredulidade." (*Les infiltrations protest. et le clergé français,* n. 47.) (107)

---

(105) Note o leitor. Êste trecho é de mons. Baunard que a Igreja conservou por muitas dezenas de anos na direção suprema do Instituto Católico de Lille, por êle elevado a um dos mais conceituados de tôda a França.

(106) Veremos no fim a fôrça desta conclusão.

(107) O que teme Fontane é a ação do *"racionalismo"* em inteligências novas necessàriamente ainda desaparelhadas para as lutas superiores do pensamento. O Sr. Oiticica, por sua conta e risco, identifica racionalismo com ciência e depois impinge ao leitor como "pavor" do P. Fontane ("quem o diz não sou eu") a "possibilidade de uma demo-

Em vão pedia Leão XIII em 1882 que, "para defesa da Igreja o clero fôsse armado de uma ciência, não comum e ordinária, mas variada, extensa, que abranja a filosofia, as ciências físicas e históricas". (Enc. *Et si nos...*) (108)

Sete anos depois o padre Garilhe escrevia: "O clero não recebeu a alta cultura intelectual dos últimos séculos. Nem os pequenos, nem os grandes seminários, nem a Sorbonne lha deu. Em geral não se familiarizou com o emprêgo dos métodos científicos contemporâneos. Freqüentemente mesmo ignora-os e não os pode aprender." (109)

E em 1902 o padre Baudrillart reclamava a ciência como indispensável ao clero: "O campo de batalha em 1902 como em 1845 é a filosofia, a história, a filologia, são as ciências, físicas e naturais; por conseqüente, o que se trata de conhecer é: a filosofia, a história, a filologia, as ciências tais quais as ensinam os mestres do pensamento moderno, sejam ou não nossos adversários; o que se trata de adquirir são seus métodos, para dêles nos servirmos contra êles próprios." (110)

---

lição da fé, ao contato da ciência". Ao menos tomasse a responsabilidade de suas afirmações! O outro processo não é honesto.

(108) Registre-se o trecho que é de Leão XII. O "em vão" é do Sr. Oiticica.

(109) Como se confirma com o exemplo do P. Garilhe, que também foi seminarista. E se chegou êle ao conhecimento dos métodos científicos contemporâneos, por que não poderão chegar outros?

(110) O Padre, hoje mons. Baudrillart, é, como tôda a gente sabe, reitor do Instituto Católico de Paris. — E que diz êle no texto citado? Que a ciência é indispensável ao clero. Òtimamente, e que se segue daí? Que porventura o clero não trabalha por adquiri-la? De modo algum. Na sua grande obra, *L'enseignement catholique dans la France contemporaine*, Paris, 1910, o mesmo mons. Baudrillart consagra tôda a 1.ª parte (pp. 1-254, Le Réveil des études) a

Um dos mais decididos campeões dêsse *rumo à ciência* foi monsenhor Le Camus. Para êle a ciência, mostrando ao homem as maravilhas da obra divina, fortifica mais que tudo a fé. Demais com a sêde atual de instrução, só pela ciência lograria o padre recaptar as simpatias que tem perdido em tôda a parte. Por isso, desejou introduzir o estudo das ciências exatas no grande seminário de filosofia sob sua direção e consagrou-lhes *três horas* semanais no primeiro ano e *duas* nos quatro outros. Pois logo lhe saiu, violenta-

---

descrever a marcha ascensional dos estudos católicos no século XIX. A última parte (que agora deve ser atualizada) ocupa-se das nossas universidades e dos seus admiráveis progressos. É êste homem que o Sr. Oiticica chama a depor contra a ciência católica! — O nome de Baudrillart traz-me à pena uma crítica sua a uns artigos de Guignebert (o nosso professor recorrerá mais tarde à autoridade dêste cavalheiro protestante) publicados na *Grande Revue*, contra a Igreja. Não resisto à tentação de transcrevê-la parcialmente: "les articles n'ont rien d'original et ils sont bien moins solides que le ton affirmatif de l'auteur ne le donnerait à penser. Comment procède-t-il en effet? S'abstenant d'apporter aucune preuve il déclare certain tout ce qui avancent les critiques rationalistes... à ses yeux nul ouvrage catholique, si travaillé qu'il soit, ne compte. En revanche il nous apportera la somme complète des écrits de l'abbé Loisy et les pamphlets de l'abbé Houtin (ei-lo aqui) ou de séminaristes évadés, transformés pour la circonstance em *prêtres très distingués*, qui travaillent pour le compte de certaine librairie qui s'est fait une spécialité de ces publications. Est-ce le procedé d'un vrai savant?" *Op. cit.*, p. 555. Aí fica julgado por êste grande partidário da ciência o tal padre Houtin, grande mentor do Sr. Oiticica: um libelista! Quanto ao processo seguido em agredir a Igreja... cá e lá más fadas há!

mente contra, mons. Turinaz achando excessivo êsse número de horas!!! (111)

Quanto ao estudo mesmo de teologia, sua insuficiência nos seminários é altamente proclamada pelos sacerdotes mais eminentes, em tôda a parte.

P. Saintyves, em *La reforme intellectuelle du clergé,* cita como característica a opinião do padre Moreau em 1880: "O ensino dos grandes seminários, em geral, é falso e falso o espírito dos seminaristas. É fútil, estreito e, para mais torná-lo enfadonho, dão-no em latim... Os atuais diretores dos nossos grandes seminários não têm preocupação outra que

---

(111) E êsse monsenhor Le Camus, "um dos mais decididos campeões dêsse rumo à ciência", depois de ter sido muitos anos professor, foi elevado à dignidade episcopal. — Grande argumento do atraso dos seminários: duas inteligências discordam sôbre o número de aulas que se devem consagrar a uma disciplina! Mas não vemos aí todos os dias em nossos ginásios e universidades esta diversidade de apreciação? Não é coisa vulgar que o professor de uma ciência ache reduzido o número de aulas concedido à importância imprescindível de sua especialidade e excessivo o que se concede à insignificância de outros estudos dispensáveis?

Quanto à necessidade do estudo científico para o clero, ninguém entre nós a contesta. "A ciência é hoje para o apóstolo e, portanto, para o sacerdote uma arma de combate que *deve* saber manejar oportunamente, ainda quando não sai do terreno estritamente filosófico". P. Gény, *Questions d'enseignement de philosophie scolastique,* Paris, Beauchesne, 1912, p. 113. Estas linhas foram escritas em Roma por um professor de universidade pontifícia e ninguém "lhe saiu violentamente contra". — Querendo o Sr. Oiticica ver como Le Camus, "um dos mais decididos campeões do rumo à ciência", julgava o modernismo, leia: *Vrai et fausse exégèse,* lettre aux directeurs de mon séminaire à propos du livre de M. Loisy, *L'Evangile et l'Eglise,* 1903.

abafar no aluno do santuário tôda aspiração um pouco viva e comprimi-lo a pretexto de lhe domar a natureza... Os que têm franqueza deixam ver seus defeitos e são mal notados; os que se abrigam sob a máscara de misticismo, dissimulam sua miséria e passam por edificantes...

É nos grandes seminários que o padre começa sua *mumificação,* seu perfeito *achatamento.*" (112)

Mostra Saintyves que dez anos depois nenhum progresso havia, e um sacerdote pôde afirmar em 1890 que os padres, nos seminários, *não aprendem a pensar.* (113) Depois recolhe êsse autor, ano por ano, até 1903, testemunhos de padres e bispos comprovando o mesmo juízo. Em 1903, por exemplo, mons. Févre, referindo-se ao ensino de teologia, assim se exprime, depois de indicar-lhe todos os vícios: "Se nos cumprisse qualificar semelhante método de ensino, deveríamos chamar-lhe o *método da cretinização.*" (114)

---

(112) O P. Saintyves é um dos modernistas cujas obras foram condenadas em 1907. Não sei em que seminário "mumificante e achatante" estudou êste esbelto filho do seu tempo que destemidamente ocultou o próprio nome sob o *pseudônimo* de Saintyves.

(113) Um sacerdote *anônimo* pôde afirmar em 1890... Muitos outros sacerdotes em 1890, em 1900, em 1925 asseveraram o contrário. A confirmação dos padres e bispos que se seguem evidencia que todos êles, apesar de passar pelo seminário, aprenderam a pensar. Mais tarde mostraremos positivamente se o clero católico está à altura do pensamento moderno.

(114) Explorar estas queixas íntimas e confidências domésticas de bispos e reitores de seminários sôbre o estado dos estudos é não só anticientífico, mas indigno. Que diretor de estabelecimento de ensino não encontra deficiências na organização do seu Instituto? E que maior testemunho de *interêsse pela ciência* do que assinalar, mesmo com veemência enfática, as lacunas para preenchê-las, os abusos

Note-se que isso era em tempos de Leão XIII, para o qual urgente era o estudo acurado de tôdas as ciências.

Com Pio X, o retrógrado por excelência, tudo piorou com a vitória completa do partido clerical. De tal sorte, que o movimento progressista começado em 1885 com o bispo de Angers, mons. Freppel, que mandou os jovens seminaristas lerem Taine, foi sistemàticamente reprimido depois do caso Duchesne e do caso Loisy. "Com a condenação de Loisy (1903). diz Houtin, a evolução dos seminários entrou em novo período. Por ordem superior, o ensino se tornou nêles retrógrado. Os professôres suspeitos de queda para as teorias novas foram despedidos. Os manuais não mudaram, mas os professôres não podem ter liberdade com êles. Não devem ir além. Se cuidam de alguma promoção ou sequer do próprio repouso, devem ficar aquém. (115)

É assim que, no seminário de uma grande diocese, um professor recomeçou a ensinar, sem nisso crer, que o mundo

---

para eliminá-los, os inconvenientes para remediá-los? O reitor de um colégio ou universidade que se mostra satisfeito com a realidade sempre deficiente perdeu a elevação do ideal inatingível. Graças a Deus, na Igreja nunca empalideceu a visão dêste ideal científico. Os protestos enérgicos de *professôres e bispos* contra abusos sempre possíveis não provam outra coisa.

(115) A apreciação é do modernista Houtin, já conhecido dos leitores. O ensino nos seminários se tornou retrógrado porque foram eliminados os moderníssimos professôres. Já aos nossos seminaristas não se ensina o panteísmo ateu, o pragmatismo agnóstico, o simbolismo dogmático, etc., etc. Já se não lhes diz que tôda a nossa vida moral vai baseada na hipocrisia de um *como se!* "Pràticamente devemos proceder *como se* a lei da nossa vida nos fôra dada por uma vontade pessoal que tivesse direitos sôbre a nossa." A. Loisy, *Quelques Lettres,* p. 69. Já se não ensina esta nobre e elevada ciência! Daí o regresso!

data de 4004 anos antes de Cristo. Com isso, está seguro." (116)

Não pode ser outra coisa com Pio X, que recomendava, na sua alocução de 12 de dezembro de 1904, aos arcebispos e bispos vindos para o cinqüentenário da Imaculada Conceição: "Velai sôbre os seminários e sôbre os aspirantes ao sacerdócio. Sabeis que sopra demasiado pelo mundo um ar de independência mortífero das almas e essa independência se introduziu mesmo no santuário: independência não só perante a autoridade como perante a doutrina. Resulta disso que certos jovens clérigos, animados dêsse espírito de crítica sem freio hoje dominante, chegam a perder todo respeito à ciência derivada dos grandes mestres, dos Padres e doutores da Igreja, intérpretes da doutrina revelada. Se jamais tiverdes em vossos seminários um dêsses sábios nova-marca, livrai-vos dêle o mais depressa e por nenhum preço lhe imponhais as mãos. Arrepender-vos-eis sempre de o haverdes ordenado, um só que fôsse, nunca de o haverdes excluído." (117)

---

(116) Êste professor *anônimo* num seminário *anônimo,* de uma grande diocese *anônima,* não estava simplesmente à altura da sua missão. Muitos e muitos professôres (ia escrevendo todos; só omito o têrmo universal, porque não costumo estender a afirmação além das provas) de nomes conhecidos e em conhecidíssimas obras ensinam o contrário e... estão seguríssimos. Basta lembrar Brucker, Meignan, B. Pozzy, H. Wallon, Knabenbauer, Guibert, Vigouroux, Corluy, Duilhé de Saint Projet, etc., etc... Mas para dar aos leitores uma idéia do atraso dos nossos seminários mais vale o testemunho singular e inverificável de um obscuro desconhecido que a totalidade moral dos nossos professôres e escritores! É probidade intelectual! É honestidade científica!

(117) Assim é. O Papa vela pelos seminários e não quer absolutamente sacerdotes hipócritas, homens que se digam cristãos e neguem a divindade de Cristo, que recitem

Ao que observa Houtin: "Se os diretores seguissem tais instruções, suas casas ficariam sem dúvida vazias em pouco tempo." (118)

É forçoso parar neste ponto. O leitor terá visto como a Igreja favorece a ciência *verdadeira* e como repele pràticamente a *falsa*. (119)

Passemos a outras asserções do Sr. Pe. Franca.

---

o credo e o entendam simbòlicamente em harmonia com o seu sentimentalismo individual. O bispo que ordena um homem dêstes arrepende-se sempre. *Facta loquuntur*.

(118) Ilusão pueril de vaidade mal ferida! Julgam êsses infelizes desgarrados que representam a totalidade moral da Igreja, que, em saindo êles, colunas e sustentáculos da fé, da moral, da ciência, do progresso, etc., etc., entra o catolicismo em franca decadência. Engano! Em que pêse a Houtin, as prescrições de Pio X são observadas à letra e todos os anos saem formados de nossos seminários milhares de sacerdotes!

(119) Digna chave de ouro desta série de artigos! Um govêrno desejoso de elevar o nível do ensino chama para os seus estabelecimentos os melhores professôres, os amigos mais decididos do progresso intelectual? Consoante a lógica do Sr. Oiticica, passai-lhe diploma de retrógrado e de inimigo da ciência. Parece-vos exagerado? Vêde. Há na Igreja sábios que marcham na vanguarda do movimento científico? homens que, o olhar fixo na elevação inatingível de um ideal sem defeitos, acham sempre deficiente a realidade e procuram melhorá-la continuamente? Há-os e muitos. Numa coluna de jornal o Sr. Oiticica, em pessoa, cita pelo menos 4: Leão XIII, Baudrillart, Baunard, Le Camus. Poderia acrescentar Mercier, Fonck, D'Herbigny, Lebreton, D'Alès, Fillion, Vigoroux, Mangenot, Vacant, etc., etc. Ora que faz a Igreja dêsses "mais decididos campeões do rumo à ciência"? A um cinge-o com a tiara; a outros põe à frente dos

seus mais célebres institutos de ensino superior, a muitos confia as cátedras mais importantes e de mais responsabilidade na formação intelectual de seus filhos. Logo a Igreja... é hostil à ciência, infensa ao progresso da cultura.

Que valor lógico dar a um artigo assim? 0.

EXCURSUS C — O CLERO E A CIÊNCIA

Depois de haver lido os dois artigos precedentes talvez será grato a algum leitor menos informado da vida católica saber ao certo qual a situação intelectual do clero. Ei-la sinceramente resumida em duas linhas.

Nada quer mais ardentemente a Igreja do que subministrar aos seus sacerdotes, ao lado de uma esmerada educação moral, a mais sólida, mais vasta e mais profunda formação científica. Dêste asserto poderíamos aduzir inúmeras provas.

É só consultar, não libelistas apaixonados, mas as fontes genuínas do espírito e do ensinamento católico. Citaremos uma ou outra mais importante.

O Código de Direito Canônico multiplica as prescrições a fim de que os seminaristas e estudantes eclesiásticos tenham tôda a oportunidade e facilitações que requer uma vida de estudo sério. Insiste principalmente na escolha de professôres *eminentes pelo saber*, "doctrina praestantes". (*) O Concílio Plenário dos bispos da América Latina, reunidos

---

(*) O Código atual de Direito canônico, recentemente promulgado, não faz senão ecoar em nossos dias o ensinamento constante da Igreja e a legislação tantas vêzes renovada nos seus concílios ecumênicos. Citemos alguns.

Concílio de Nicéia: "Si quis autem eorum (sacerdotum) mentis caecitate et ignorantia praeditus sit, *assiduam et diligentem navet operam et studium*, ne careat iis quae opus

em Roma em 1899, estatui: *"Nada tenham mais a peito* os bispos do que fundar, *com todo o zêlo, trabalho e inteligência,* os seminários maiores onde os não houver, e, onde já se achem instituídos, ampliá-los e dotá-los de ótimos reitores e *professôres;* velem outrossim para que os clérigos sejam sòlidamente formados nas ciências sagradas." *Acta et Decreta Concilii Plenarii Americae Latinae,* Romae, 1900, n. 623, pp. 269-70.

Não satisfeitos com estas disposições gerais da legislação eclesiástica voltam freqüentemente os Papas a insistir sôbre

---

sunt ad suum ministerium obeundum." *Cap.* XIV, *Stat. Sacerdot.*

3.º *Concílio de Latrão* (1179): "In cunctis sacris ordinibus et ministeriis ecclesiasticis, et aetatis maturitas et morum gravitas et *scientia litterarum* inquirenda." *Can.* 3. A ciência é uma das condições indispensáveis para o exercício das funções sagradas.

4.º *Concílio de Latrão* (1215): "Nihil est quod Ecclesiae magis officiat quam quod indigni assumantur praelati ad regimen animarum. Volentes igitur huic morbo necessariam adhibere medelam irrefragabili constitutione sancimus... Quia si secus fuerit praesumptum... ipsum promovens puniendus... *maxime si homo insufficientis scientiae approbaverit." Can.* 26. Graves penas contra quem promover às dignidades eclesiásticas homens sem a ciência necessária.

2.º *Concílio de Lião* (1274): Nullus regimen ecclesiae parochialis suscipiat... nisi *scientia* et moribus commendandus existat." *Can.* 13. O pároco deve impor-se ao respeito dos fiéis pela pureza dos costumes como pela profundidade da ciência.

O Concílio de Trento (1545-63) mantém tudo o que os concílios precedentes estatuíram sôbre o dever do estudo com o mesmo vigor, com as mesmas sanções e, se fôr mister, com mais rigor e severidade. *Sessão* XXII, *De Reform.* 1.

Como se vê, a Igreja fala, em nossos dias, como falava na Renascença, como falava na Idade Média. A sua estima da ciência foi sempre a mesma em todos os tempos.

assunto de tanto momento. É de ver a gravidade e ponderação de palavras com que, há apenas dois anos, intimava Pio IX à consciência do clero o dever do estudo e da cultura intelectual. "Sendo o aprêço e o conhecimento das ciências sagradas necessários aos ministros da Igreja, o ponto capital desta nossa exortação é estimular os religiosos já sacerdotes ou destinados a sê-lo, ao cultivo assíduo das sacras disciplinas". E, depois de mostrar as particulares exigências científicas dos nossos tempos, conclui: "Cumpre, pois, *empregar todos os esforços* para que a Fé católica seja auxiliada e presidida por tôdas as espécies da ciência humana." *Acta apostolicae Sedis,* t. XVI, (1924), pp. 136-38.

A estas referências mais universais poderíamos acrescentar um sem-número de decisões de concílios nacionais ou provinciais, de sínodos diocesanos, de cartas pastorais, etc. (**) Lembremos só a célebre frase de S. FRANCISCO DE

(**) O Concílio plenário da América Latina, que mais nos interessa e que citamos há pouco, segue a tradição ininterrupta dos sínodos particulares de todos os tempos. Respiguemos alguns cânones.

4.º *Concílio de Toledo* (633): "A ignorância, mãe de todos os erros é sobretudo para temer-se no sacerdote que deve guiar e esclarecer o povo... Saiba o sacerdote as santas Escrituras... e edifique os fiéis pelo conhecimento da religião como pela prática das virtudes." Cân. 25. — *Aix* (816): "Quem é incumbido de ensinar na Igreja deve brilhar tanto pelo *esplendor da ciência* como pela santidade da vida. Se a ciência sem a santidade muitas vêzes é prejudicial, sem a ciência a santidade não adiantaria a obra de Deus." *Apud* LABBE, *Lib.* I, XX. *Mogúncia* (813): "Clerici in doctrina exercicio jugi incumbant." *Cân.* 10. *Paris* (1528): "Se os que já receberam o sacramento da ordem se acharem destituídos da ciência necessária, sejam imediatamente interditos até que tenham adquirido o que lhes falta." *Cân.* 6. — 1.º *Concílio de Colônia* (1536): "Precisamos de homens instruídos! Sem êles perecemos! *Sanae doctrinae viros!"* — 2.º *Concílio*

SALES: "Irmãos meus, exconjuro-vos de estudar sèriamente; a ciência no sacerdote é o oitavo sacramento da jerarquia eclesiástica". HAMON LETOURNEAU, *Vie de St. François de Sales,* t. I, p. 500. Se alguém desejar ver em livro mais acessível como falam os bispos católicos dos nossos dias, leia os dois magníficos discursos de mons. Spalding em SENNA FREITAS, *A alta educação do Padre,* Lisboa, 1909.

Tal é o aprêço, a estima que da ciência tem a Igreja.

Na prática ou na realização dêste programa surgem muitas vêzes os obstáculos inevitàvelmente inerentes à imperfeição humana. Assim se poderá encontrar algum padre que, ou por falta de talento (a batina não supre os dons naturais), ou por desídia (a profissão sacerdotal não confere a impecabilidade) esteja abaixo das exigências do seu ministério. Assim haverá algum seminário que, lutando com dificuldades de quem começa, com penúria de meios econômicos ou falta de professôres capazes, ainda não se tenha

---

de Milão (1569): "Deus ornou os nossos céus com miríades de estrêlas; Jesus Cristo, na renovação espiritual do mundo, colocou no firmamento da sua Igreja os pastôres para que a iluminassem com a sua ciência." LABBE, t. XV, p. 340. — *Lião* (1850): "Quantopere necessarium sit clericos jugi studio incumbere ut otiosae vitae pericula et dedecus ex ignorantia sacerdotis in ordinem ecclesiasticum redundans... universa officia demonstrant". *Decretum* XXVII. — *Praga* (1860): "Os sacerdotes devem sair à luta "spiritu sapientiae et intellectus repleti, doctrina et veritate loricati, divinorum scientia bene docti." *Tít.* I, 3. — *Utrecht:* "Sacris studiis sine quibus scientia non acquiritur, et iis quidem assiduis, vacent necessum est sacri ministri... Profanae etiam disciplinae negligendae non sunt sed ut plurimum excolendae, cum non pèrutile tantum, verum et necessarium praesidium conferant in veritatis divinae defensionem." *Tít.* IX, I. — Como se vê, a Igreja fala na América Latina como na França e na Espanha, na Itália, na Alemanha e na Holanda. A sua estima da ciência foi sempre a mesma em todos os lugares.

elevado à altura científica que exigem as leis da Igreja. Não há, porém, evidente injustiça em colhêr as queixas domésticas destas deficiências e enfeixá-las tendenciosamente num artigo ou opúsculo, a fim de apresentá-lo como o estado intelectual do clero católico? As imperfeições, os abusos, as falhas, não são percalços inevitáveis da nossa natureza *que se encontram em tôda a instituição humana?* Há nação que mais vele os interêsses da ciência que a Alemanha? No entanto um professor de universidade tedesca permite-se a liberdade de construir teorias biológicas inventando gravuras, mutilando e falsificando esquemas. Leia-se a *Allgemeine Rundschau III* (1906), p. 194, e ver-se-á como FLEMISCH denuncia a existência vergonhosa de três "fábricas de ciência," ou institutos comerciais que vendem teses feitas sôbre qualquer assunto a 20 pfennige por página in-quarto! Ponha-se êste material nas mãos de um escritor que não tenha a percepção viva da sua responsabilidade profissional e sairá logo um livro sôbre "a desorganização das universidades alemãs".

Lacunas e defeitos na formação dos sacerdotes há-os, aqui e ali, confessados e sinceramente deplorados pelas autoridades eclesiásticas. São exceções. De regra geral, o clero católico possui uma instrução séria, sólida, proporcionada às exigências do seu ministério. Proporcionada, dizemos ao seu ministério porque nenhuma pessoa sensata poderá postular num pároco de aldeia a mesma cultura intelectual de um professor de universidade.

Os padres não constituem uma academia de sábios escolhidos. São, antes de tudo e na sua maioria, pastôres de almas. Ora, o exercício absorvente da atividade apostólica não costuma deixar os lazeres necessários às elevadas especializações. O mesmo fato observa-se *em tôdas as carreiras liberais*. Mas, como nas outras profissões, assim há também no clero católico um grupo eleito de homens superiores que se consagram exclusivamente ao estudo das ciências. Quão numeroso e excelente seja êste escol de sábios sacerdotes só

o ignora quem quer. Basta lembrar, numa resenha muito incompleta, na *Alemanha:* os nomes de Pesch (os três), Kugler, Janssen, Denifle, Knabenbauer, Fröbes, Lindworsky, Gutberlet, Mausbach, Sawicki, Cathrein, Grisar, Ottiger, Fonck; na *Itália:* Gemelli, Olgiati, Ballerini, Mattiussi, Tacchi-Venturi, Pavissich, Talamo, Vaccari e Zacchi; na *França:* Bainvel, Batiffol, Baudrillart, De La Taille, D'Herbigny, Brémond, Breuil, de la Bryère, Lagrange, Cavallera, Fillion, De Grandmaison, Duthoit, Garrigou-Lagrange, Lebreton, D'Alès, Peillaube, De la Vallée-Poussin, Sertillanges, Scheil, De Broglie, Pinard de la Boullaye, Prat, Mangenot, Tixeront, e Vigouroux. E listas não menos numerosas poderíamos organizar para a Espanha e a Suíça, a Hungria e a Polônia, a Bélgica e a Holanda, a Inglaterra e os Estados Unidos.

Os elevados quilates intelectuais que representam êstes nomes, conhece-os quem quer que se ocupe de altos estudos religiosos. Confessam-no ainda os nossos adversários. Em 1901, num artigo da *Revue de Métaphysique et de Morale*, escrevia G. Sorel: "Já não se pode atacar o colosso do Catolicismo com os miseráveis sofismas de uma erudição mais brilhante que segura; a ciência católica já deu suas provas. Não a impugnaremos sem estarmos perfeitamente certos de aduzir demonstrações incontestáveis... Estão de muito atenuados os antigos conflitos entre a ciência e a religião; já ninguém crê que o progresso das investigações científicas e históricas constitua um perigo para a Igreja. Os católicos entregam-se a estas investigações sem receio para a sua fé; os antigos argumentos que se pretendiam tirar das origens cristãs ou das descobertas modernas perderam quase todo o seu valor". Outro adversário, Fernando Lot, nos *Cahiers de la Quinzaine*, não é menos explícito: "Tão capital é a importância dos fenômenos religiosos na vida passada e atual das sociedades que não se compreende como se deixe ao clero (ao menos nas províncias) o monopólio dêstes estudos. Não é com chalaças e artigos de jornais que se lhe disputarão as jovens inteligências. Precisamos de homens de ciência e de especialistas para lutar contra a nova geração clerical que possui homens de instrução incontestàvelmente superior (tout à fait supérieure)." Tal é a elevação intelectual do clero católico no domínio das ciências sagradas.

Mas há mais. Não é só nas disciplinas que entendem diretamente com a sua vocação que se distinguem os sacerdotes. Não há ciência profana que, na sua história, não conte muitos nomes ilustres de homens da Igreja. Nesta universalidade de valores científicos é talvez absolutamente singular, entre outras profissões, a situação do nosso clero. Acenemos um ou outro nome, que as estreitezas de espaço não nos dão ensanchas para mais.

Na *Astronomia,* pertenceram ao clero católico: Copérnico, o fundador da moderna ciência dos astros; Secchi, notável pelos seus trabalhos sôbre o sol e um dos primeiros a aplicar os processos da análise espectral ao estudo da constituição física dos astros; Perry, observador finíssimo que, apesar de jesuíta, foi, 6 vêzes, no século passado, encarregado pela Real Sociedade Astronômica de Londres de dirigir expedições científicas inglêsas. Nas *ciências físicas:* Mersenne, cognominado o pai da acústica, descobridor das leis que lhe conservam o nome; Mariotte, conhecido pelos seus estudos sôbre as relações entre a pressão e o volume dos gases; Delsaux e Carbonelle, notáveis no estudo dos movimentos brownianos e na mecânica dos fluidos; Bayma, célebre pelos trabalhos de mecânica molecular. Nas *ciências naturais*: Haüy, que, pelo descobrimento da lei dos parâmetros e noção da molécula integrante, é considerado como um dos fundadores da moderna cristalografia; Mendel, que, pelos seus célebres trabalhos científicos sôbre a hereditariedade, abriu um novo capítulo à biologia contemporânea. E a lista iria longe. Lembremos ainda que o primeiro presidente da Academia francesa de ciências foi um sacerdote

católico, o célebre astrônomo P. J. PICARD. Outro sacerdote, também êle presidente da Academia, foi o fundador do *Journal des Savants*. No século XVIII, 26 sacerdotes ocuparam a cadeira presidencial da célebre associação. Cf. ZAHM, *Catholic science and catholic scientists,* cap. IV. No século XIX e XX, não obstante as não dissimuladas hostilidades anticlericais das rodas oficiais francesas, cada geração de sacerdotes manda para o Instituto vários de seus membros. Atualmente lá estão, que eu saiba, ao menos quatro: Baudrillart, Brémond, Scheil e Sertillanges.

Terminemos citando três obras capitais que vieram à luz nestes últimos anos. Quero referir-me: 1.º ao monumental tratado de economia política em 5 grandes volumes, de H. PESCH, *Lehrbuch der Nationalökonomie,* Herder, Freiburg i. B. "Pesch revela uma erudição pasmosa; armado de uma ciência eminente, está em casa em qualquer domínio que estuda. Não há no campo das ciências políticas, sociais e históricas do século XIX questão de alguma importância que êle não estude de maneira exaustiva." Tal o juízo das *Kritische Blätter für die gesamten Sozialwissenschaften,* de Dresden. 2.º Não menos festejados, como obra-prima no seu gênero, foram os dois grandes volumes de H. PINARD DE LA BOULLAYE, *L'Etude comparée des religions,* Paris, Beauchesne, 1922-25, *"a master piece of work",* chamou-a já não me lembro que revista norte-americana. (Disse-mo êle próprio respondendo modestamente embaraçado a uma pergunta minha algum tanto indiscreta.) A *Revue Biblique:* "Não podemos deixar de admirar a bela estrutura e tranqüila disposição de uma construção histórica singularmente meritória." *Recherches des sciences religieuses:* "É uma tarefa que ninguém ainda levara a cabo. Os precursores do P. P. ou se limitam a uma bibliografia crítica como L. H. Jordan, ou tratam só como O. Gruppe, uma parte reduzida do assunto, ou não oferecem como J. Réville mais que um esbôço superficial. O presente livro assinala, portanto, um

progresso decisivo. Dos sábios que se interessam de história comparada das religiões nenhum poderá ignorá-lo sem injustiça ou descuidá-lo sem prejuízo." 3.º O tratado de Psicologia experimental do P. FRÖBES, *Lehrbuch der experimentellem Psychologie,* foi saudado quase unânimemente pela imprensa mundial como o que de melhor se tem publicado até hoje no assunto. "Inquestionàvelmente, é esta obra a mais útil fonte de referência para a Psicologia geral que apareceu até agora". *The journal of applied Psychology,* 1921, n. 23. "O livro já pode ser considerado atualmente (com o 1.º volume) como a mais completa síntese dos resultados psicológicos, que possuímos." *Tag,* Berlim, 1918, n. 242. "Chamando-o uma obra-prima (em Standardwerk), dizemos tudo numa só palavra." *Psychische Studien,* 1920. Heft 10/11. "Na bibliografia da especialidade esta obra deve ser proclamada o melhor Tratado de Psicologia Experimental." *Allgemeine Rundschau,* 1921, n. 39. O *Kölnische Volkszeitung,* 120, n. 540, salienta como Fröbes levou a efeito um trabalho que debalde se procura em Ebbinghaus e Wundt.

Assim, em campos tão diferentes como os das ciências sociais, da história crítica das religiões e da psicologia experimental, as obras mais notáveis que vieram à luz neste último decênio saíram da pena de três sacerdotes.

Tão elevado é o nível intelectual do clero católico.

X

Para patentear a minha completa ignorância dos Evangelhos, o padre Franca acha suficiente *acarear textos*. E cita minha frase: "Onde se vê Jesus definindo pontos teológicos e impondo-os sob pena de condenação eterna?" Onde? responde êle, em S. Marcos XVI, 15 e 16, em S. Mateus XXVIII, 19 e 20.

Repito que sou a ignorância mesma em tudo; mas a frase impugnada não é minha, é de Tyrrell, (120) e Tyrrell, sendo jesuíta ilustre, devia conhecer o Novo Testamento. Não é crível houvesse incidido em tão crasso êrro, que o padre Franca lograsse desfazer de pronto com duas citaçõezinhas. (121)

---

(120) Sempre a mesma escapatória mesquinha! Entendia o Sr. Oiticica o suficiente da questão para perceber que Tyrrell, num desabafo apaixonado, falseava visìvelmente o Evangelho que outrora houvera lido com olhos mais serenos e penetrantes? E por que então resumiu erros alheios conscientemente? Não entendia? E então por que subiu com tanta desenvoltura na trípode dos oráculos e daí sentenciou que o libelo do desditoso apóstata era o que de "mais perfeito se havia escrito e pensado no assunto?"

(121) Que puerilidade! Afirmação contrária à de Tyrrell se encontra em milhares e milhares de autores ilustres, jesuítas e não jesuítas. Ora "não é crível houvessem incidido em tão crasso êrro" que Tyrrell lograsse desfazer de pronto numa arremetida de mau humor. Que infantilidade de argumento! — Naquela quadra obscurantista e tenebrosa

A verdade é que o padre Franca não entendeu, ou não quis entender, o que no meu artigo resumi de Tyrrell, o mais claramente possível.

Coisa curiosa: a frase de Tyrrell vem precisamente na contestação por êle feita a uma interpretação errônea do cardeal Mercier ao texto de Marcos XVI, 15, agora alegado pelo padre Franca! Vejam só!

Marcos diz: "Ide pelo mundo inteiro e pregai o evangelho a tôdas as criaturas. Quem crer e fôr batizado será salvo; quem não crer será condenado."

Mercier citou isso para provar os poderes da Igreja. Ao que lhe responde Tyrrell: "É, porém, evidentíssimo que vós considerais a Igreja como encarregada, não de pregar o Evangelho como seu Mestre, mas de ensinar a teologia, o que seu Mestre jamais fêz... Mas, podereis sèriamente supor que pregar o Evangelho e pregar a teologia sejam a mesma coisa? Não quer dizer o texto ser de preceito, façam os Apóstolos o que fêz o Cristo? Ora, vêdes vós o Cristo. nesse mesmo Evangelho de S. Marcos, a impor definições teológicas "sob pena de condenação eterna?" (122)

---

da Idade Média, quando, como dizem os que a desconhecem, a razão abdicara e o pensamento humano morria de inanição, corria pelas escolas o adágio: tanto vale a autoridade de um homem quanto valem as suas provas: *tantum valet auctoritas quantum valent argumenta*. Hoje, já superamos êstes caliginosos tempos, vivemos em época de franquias intelectuais. A um paladino do livre-pensamento apresentam-se provas; êle retruca: Ah! o que eu afirmei, afirmou-o Tyrrell, o infalível, Tyrrell, o 5.º evangelho, Tyrrell, a ciência encadernada em pele britânica; não é crível que se possa enganar! *Ipse dixit! Ipse dixit! Ipse!*

(122) A diferença Tyrrell-Oiticica entre teologia e Evangelho não pode ser mais sofística; é um recurso de polemista em talas. Na teologia distinguem-se duas partes: os dogmas ou as verdades ensinadas por Cristo e a sua apresentação científica, determinação de relações mútuas, analo-

E mostra que Jesus pregou o Reino do Céu, a necessidade da penitência, a prática de princípios morais muito simples ao alcance de tôda gente. Fêz obra de pregador ou profeta e não obra de teólogo. Jesus nunca ensinou, como indispensável crença para a salvação, o mistério da Trindade, a consubstanciação do Filho com o Pai, a presença real, a confissão auricular, a concepção imaculada de Maria, sua virgindade perpétua, a infalibilidade da Igreja e do papa, o pecado original, a eternidade das penas, o purgatório, etc., etc. (123)

---

gias com verdades de ordem filosófica, etc... A primeira coincide com o Evangelho integral e é o que prega a Igreja e *impõe à fé dos seus filhos*. A segunda compreende as opiniões dos teólogos, sujeitas a discussões científicas, e que *nunca a Igreja impôs, como dogma, aos fiéis*. Um exemplo. Em Cristo há uma só pessoa e duas naturezas: eis um dogma de fé que se acha no Evangelho, e todos os cristãos devem crer. Qual, porém, a razão filosófica porque não há em Cristo duas pessoas, discordam os teólogos. A diversidade de suas opiniões constitui objeto de debate científico e a ninguém é imposta uma ou outra opinião sob pena de condenação eterna. — A distinção tira-de-apertos não passa, pois, de um equívoco vulgar.

(123) Ensinou tudo isto. Se quiser a prova, consulte os nossos grandes tratados de teologia, que não podem ser resumidos em uma ou duas notas. Todos êstes dogmas, um por um, já foram estudados em monografias exaustivas; a tôdas as dificuldades já se deram respostas satisfatórias. A verdade acha-se clara e amplamente demonstrada em nossos livros, *sed Graecis incogniti qui sua tantum mirantur*. — Com ares de quem acabou de descobrir a América, vem o Sr. Oiticica, pela milionésima vez, repisar objeções velhas, velhas, velhas. Não é proceder de polemista honesto. Estude sinceramente os trabalhos da ciência católica e depois de ponderar os nossos argumentos, se lhes achar alguma falha,

Tudo isso, e muita coisa mais, é obra exclusiva da teologia. Tyrrell, como todos os modernistas, se levantava contra essa adição sacrílega à doutrina do Mestre. (124)

O padre Franca, bom jesuíta, furtou o corpo e quis assimilar a pregação de Jesus a definições ou pontos teológicos. Não é leal! Uma definição ou ponto teológico é uma doutrina *contestada* ou *debatida* entre intérpretes e depois *fixada* por autoridade. Jesus, ao dar seus preceitos, não fixou definitivamente uma opinião entre várias.

É ou não claríssima a diferença? (125)

---

venha propô-la. Mas retrilhar acusações falsas e cediças como se nada se lhes houvesse respondido, é alistar-se voluntàriamente na legião dos propagandistas do êrro.

(124) E contra a deformação sacrílega a que Tyrrell e os modernistas quiseram submeter o cristianismo levantou-se a Igreja Católica inteira. Tyrrell e o modernismo são de ontem e já passaram; a Igreja Católica tem vinte séculos e sobreviverá aos modernistas de todos os tempos, porque só a ela foi dito: eu estarei convosco até a consumação dos séculos.

(125) Como uma bôlha de sabão e, como ela, frágil e vazia. Se Cristo nada fixou, se tudo o que é debatido não é ensinamento seu, a nada, a zero se reduz a grande religião que civilizou a Europa. O patrimônio de idéias, que constitui a base da nossa vida civil, intelectual e moral, evapora-se como um sonho e vinte séculos de cristianismo não passam de um grande efeito sem causa. A verdade é que Jesus Cristo sabia que, um por um, todos os seus ensinamentos *haviam de ser contestados*. S. Marcos, dois capítulos antes, XIII, 22: "surgirão muitos pseudo-profetas, que procurarão seduzir, se fôr possível, ainda os eleitos". E S. Pedro, que, parece, sabia um pouco mais da doutrina de Cristo do que Tyrrell: "Como entre o povo houve falsos profetas, assim haverá entre vós doutores que introduzirão surdamente muitas seitas perniciosas". 2 *Petri*, II, 1. E para que êsses

Assim, quando manda aos discípulos que preguem e promete salvação a quem crer e condenação aos incrédulos, não

---

falsos doutores não contaminassem a pureza da sua doutrina, instituiu um magistério vivo, autêntico, autorizado *a definir os pontos que viessem a ser contestados*. Ao colégio apostólico disse: "ide e ensinai a todos os povos". *Mat.* XXVIII, 19. "O que ligardes na terra será também ligado nos céus". *Mat.*, XVIII, 18. "Quem vos ouve a mim ouve". E para que êste ensino fôsse *infalível*, prometeu a eficácia infrustrável de sua assistência: "eu estarei convosco até a consumação dos séculos". *Mat.*, XXVIII, 20. A êste ensino divinamente infalível, sob pena de condenação eterna, são obrigados a obtemperar quantos quiserem pertencer à necessária Igreja de Cristo. "Quem não crer será condenado". *Marc.*, XVI, 15. "Quem não ouvir a Igreja seja como pagão e publicano". *Mat.*, XVIII, 17. "Se não vos receberem nem *ouvirem vossas palavras*, saí desta casa ou cidade, sacudindo o pó de vossos sapatos. Em verdade, em verdade vos digo que no dia do juízo serão tratadas com menos rigor Sodoma e Gomorra do que esta cidade". *Mat.*, X, 14. — E os apóstolos começaram a ensinar *autoritativamente* e a *definir*, como lhes havia prescrito o divino Mestre. A primeira definição foi de S. Pedro. Surgira em Jerusalém viva controvérsia sôbre a necessidade dos ritos judaicos para a salvação. Pedro reúne os irmãos, toma a palavra: "Sabeis que há muito tempo Deus me escolheu entre vós, a fim de que *pelos meus lábios* ouvissem os gentios a palavra de Deus e *cressem.*" Em seguida define: "Cremos que somos salvos pela graça de N. S. J. C." *At.* XV, 7, 11. Ouvida a definição, *omnis multitudo tacuit*. S. Paulo: "Se um anjo do céu vos anunciar um Evangelho diferente do que vos anunciamos, seja anátema". *Gál.* I, 8. "Roguei-te, escreve êle a Timóteo, que ficasses em Éfeso para advertir a alguns que *não ensi-*

procede a uma *definição* teológica, institui apenas um *mandamento*. (126)

Não ficou nessa pouco abonadora evasiva o padre Franca; incidiu noutra maior. A frase de Tyrrell termina assim: "... impondo-os sob pena de condenação *eterna*".

O padre Franca arremessa-lhe o texto aniquilador de Marcos: *"qui non crediderit damnabitur!"* De onde se vê, mui claramente, que será condenado o incrédulo por declaração formal, explícita, de Jesus.

Bravo! Mas, quem negou isso? Tyrrell nunca afirmou a *não condenação* do incréu; o que êle contesta é o *eterna*. Uma condenação eterna é que repele o bom senso e Jesus nunca pregou. (127)

---

nem outras doutrinas." I *Tim.* I, 3. "Entre os que naufragaram na fé há Himeneu e Alexandre, que já entreguei a Satanás, para que aprendam a não blasfemar." *Ibid.*, v. 20. — Aí está, Sr. Oiticica. Quando a Igreja define e exclui do seu seio os dissidentes de todos os matizes, faz o que fizeram os apóstolos, faz o que lhe mandou Cristo. A sua sublime intransigência doutrinal, que, a entendimentos superficiais e pirrônicos, pode parecer dureza injustificada, é a única expressão do seu amor absoluto e da sua fidelidade incorruptível aos supremos e intangíveis direitos da verdade divina.

(126) Sim, um *mandamento:* o *de crer*. Mas *crer o quê?* Se Jesus "não fixou definitivamente uma opinião entre várias," poderia o Sr. Oiticica fazer-nos o obséquio de dizer o que devemos crer para não sermos condenados: qui non crediderit condemnabitur?

(127) Pregou, erudito professor, pregou, uma e muitas vêzes, aqui mesmo em S. Marcos e em vários outros lugares do Evangelho. É só lê-lo com a atenção refletida de quem procura sinceramente a verdade e não com olhos apaixonados de quem porfia obstinadamente em defender uma causa perdida. — No versículo de S. Marcos, vazado nos

Será possível não haver o padre Franca percebido aquêle *eterna?* Não é possível, pois êle o leu no meu artigo e o copiou no seu. E como apresentar um texto onde não entra êsse *eterna* para rebater uma afirmação calcada precisamente no adjetivo?

---

moldes do paralelismo hebraico, balançam-se os dois membros em antítese de forma e de significado: "quem crer será salvo... quem não crer será condenado". Ora, só a *condenação eterna* se opõe à salvação. Qualquer outra pena temporária, por mais longa, não priva a alma da bem-aventurança final. Se fôra admissível a extravagância exegética do Sr. Oiticica, o texto viria a dizer: quem crer será salvo, quem não crer... será também salvo..., um pouco mais tarde. Por outra, Jesus, que veio a êste mundo ensinar-nos a verdade (*João,* XVIII, 37), enviado por Deus Padre para que "todo o que nêle crê *não pereça* mas tenha a vida eterna" (*João,* III, 16), ao enviar os seus apóstolos a anunciar o Evangelho, lhes diz: pregai esta verdade redentora, os que a receberem como palavra de Deus serão salvos, os que a repelirem, ridicularizarem, mutilarem, salvar-se-ão da mesma forma; só questão de tempo! É de pasmar! Mas a hermenêutica do nosso advogado modernista tem destas intuições geniais! — Vamos ainda adiante; iluminemos êste trecho com outros do Evangelho. Cristo nunca pregou condenação eterna? Aqui, em S. Marcos diz que os que não crêem *serão condenados*. Qual a pena dos que *hão de ser condenados?* Abra *S. Mateus,* XXV, 46, onde se descreve o juízo final, e a sentença dos justos e dos *condenados:* "ibunt hi in *supplicium aeternum,* justi autem in vitam aeternam." Tão eterno o prêmio dos bons como o suplício dos maus. Em *S. Marcos,* IX, 43, os condenados vão "para a geena, para o *fogo inextinguível,* onde o verme (da consciência) não há de morrer, nem o fogo se há de apagar". Verme que não morre, fogo que não se apaga, Sr. Oiticica, duram sempre

Passes, não mais de sofista, porém de prestidigitador. Será isso leal?

Lamento a desistência do padre Franca. Teríamos o inigualável prazer de vê-lo demonstrar, com as Santas Escrituras e a opinião dos Padres não menos santos, a *eternidade* das penas hoje ensinadas pela também Santa Igreja. (128)

---

e o que sempre dura é eterno. Consultemos ainda os apóstolos: S. Paulo, II, *Tess.* I, 8, 9: "Os que não obedecem ao Evangelho de Jesus, Senhor nosso, sofrerão a *pena de uma perda eterna."* I *Cor.* VI, 9: "Os iníquos não possuirão o reino de Deus". S. Judas, falando dos que haviam renegado a Jesus Cristo, chama-os: "astros errantes aos quais espêssas trevas estão reservadas na *eternidade",* como os de Sodoma punidos com *"fogo eterno",* v. 7, 13. S. João, *Apoc.,* XIV, 11, falando da condenação dos maus: "E o fumo do seu suplício se elevará *pelos séculos dos séculos* e não haverá repouso nem de dia nem de noite." Já S. João Batista, falando de Cristo: "Sua mão sustenta o ventilabro e êle limpará a sua granja, recolhendo o grão no celeiro e queimando a palha em *fogo inextinguível". Luc.* III, 17. Idem em *S. Mat.* III, 12. Como é, Sr. Oiticica, que Jesus nunca pregou condenação eterna? *Basta acarear textos; basta lê-los.*

(128) Já ouviu as Santas Escrituras. Ouça agora os Santos Padres. S. Inácio de Antioquia, contemporâneo dos Apóstolos: "quem com pravas doutrinas *corrompe a fé,* pela qual foi crucificado Jesus Cristo, irá para o *fogo inextinguível;* o mesmo acontecerá aos que o ouvirem". *Ad Ephes.,* 16, 1. A epístola sôbre o martírio de S. Policarpo (156-7), falando dos heróis da fé: "Atendendo à graça de Cristo desprezaram os tormentos mundanos para, com uma hora, se resgatarem das *penas eternas"* reservadas aos que naufragam na fé. 2, 3. S. Justino (II Sec.): "Cremos que os que

O texto de Mateus XXVIII, 19 e 20, alegado pelo padre Franca, longe de vir contra Tyrrell, vem a seu favor. Cristo preceitua aos discípulos que ensinem os povos a guardarem "tudo o que eu vos mandei". Ora Tyrrell se rebela contra a

---

vivem mal e não se convertem são punidos com *fogo eterno*". I *Apol.* 21. S. TEÓFILO ANTIOQUENO (II Sec.): "Os incrédulos e soberbos *qui non acquiescunt veritati, credunt autem iniquitati...* serão punidos com *fogo eterno*". *Ad Autolycum* I, 14. S. IRINEU (II Sec.), depois de enumerar os principais artigos da "fé que a Igreja recebeu dos Apóstolos," diz que Jesus Cristo "mandará para o *fogo eterno* os anjos prevaricadores e dentre os homens os apóstatas, ímpios, injustos, iníquos e blasfemos". *Ad Haeres,* I, X. 1. — Como vê, Sr. Oiticica, a Igreja Católica fala, no século XX, pelos lábios de Mercier, como falava no século II e no século I, pelos de outros grandes bispos, Irineu, Policarpo e Inácio. Êstes repetiam o que aprenderam dos apóstolos e os apóstolos pregaram o que ouviram a Cristo: quem não crer será punido com eterna condenação. E Inácio, Policarpo e Irineu selaram com a vida a sinceridade de suas convicções. Todo o exército inumerável dos nossos heróis que morreram por Cristo são ainda, como insinuava há pouco a epístola do martírio de S. Policarpo, uma prova da eternidade das penas, reservadas aos apóstatas. Sofreram os mais atrozes suplícios temporais para evitar os castigos eternos destinados aos prevaricadores da fé. O dogma católico não só se acha indelèvelmente gravado nos livros dos nossos doutores: está ainda gloriosamente escrito com a sinceridade insuspeitável do sangue generoso dos nossos mártires. — Voltemos aos SS. Padres. Já citamos 5 pertencentes aos dois primeiros séculos da Igreja. Impossível referir os outros por extenso nas estreitezas de uma nota. Indicaremos apenas alguns nomes, precisando exatamente o lugar de suas obras onde se acha o texto a que aludimos. TERTULIANO,

Igreja exatamente porque esta não se conforma rigorosamente à ordem de Cristo. Cristo manda observar *tudo* o que êle ensinou, sua mensagem completa e não fragmentos dela. Mas. assim como não a quer decepada, não a quer evidentemente aumentada, enxertada, complicada. O Mestre e Salvador dispensa naturalmente a colaboração dos discípulos e pecadores. Que faz a Igreja? Desenvolve absurdamente essa mensagem, a ponto de a desfigurar com excrescências monstruosas, com idolatrias e superstições insustentáveis. (129)

De prescriptione hœreticorum, 13; CLEMENTE ALEXANDRINO, *Quis dives salvetur?* 33, 2; S. CIPRIANO, *Ad Demetrianum,* 24; LACTÂNCIO, *Divinae institutiones,* VII, 21; S. EFRÉM, *Sermo de Magis,* 11; S. HILÁRIO, *In Math.* V, 12; S. BASÍLIO, *Regulae brevius tractatae,* 267; S. GREGÓRIO NAZIANZENO, *Orationes* 40, 36; S. GREGÓRIO NISSENO, *Orationes,* 55; S. JOÃO CRISÓSTOMO, *De resurrectione mortuorum,* 8; S. JERÔNIMO, *In Jonam* c. 3, v. 6; S. AGOSTINHO, *De Civ. Dei,* 21, 23; S. FULGÊNCIO, *De fide,* 3, 35; S. GREGÓRIO, *Moralia,* 34, 19, 36; S. JOÃO DAMASCENO, *De fide orthodoxa,* 4, 27. Aí tem o Sr. Oiticica 20 entre Santos Padres e escritores eclesiásticos. Com um pouco mais de tempo e de paciência encher-lhe-ia um volume.

(129) Assim o dizem o Sr. Oiticica e Tyrrell, árbitros infalíveis de ortodoxia! Vimo-lo, há pouco, a propósito de penas eternas! O que Cristo ensinou ou não ensinou, o que é aumento ou enxêrto na doutrina do Evangelho, não o sabem os inumeráveis doutores e teólogos católicos, não o sabem os cristãos de vinte séculos, não o sabe a Igreja de Deus vivo que S. Paulo chamou "columna et firmamentum veritatis", I, *Tim.* III, 15, a quem Cristo prometeu a sua assistência até o fim dos séculos, *Mat.* XXVIII, 20, à qual nos mandou que ouvíssemos sob pena de sermos considerados como infiéis e pecadores. *Mat.* XVIII, 17. Sabe-o, porém, um infeliz apóstata, no momento em que fedífrago, violava

Diz o padre Franca: "A inteligência católica medita o Evangelho, confronta um dogma com outro, *deduz conseqüências lógicas das verdades ensinadas por Cristo,* aproxima-as dos princípios e conclusões da razão. E todo êsse grandioso edifício intelectual chama-se teologia."

Não poderia o Sr. Pe. Franca, ou interposta pessoa, explicar-me, por exemplo, como se deduz, lògicamente, de alguma verdade ensinada por Cristo, a imaculada conceição de Maria? (130)

Êsse *grandioso edifício,* metafórica e hiperbòlicamente exaltado pelo padre Franca, sem metáforas ou hipérboles, reduz-se à seguinte blasfêmia: "Jesus Cristo. Salvador dos homens, assegura a salvação a quem crer nêle, em seu Pai e na sua pregação, praticando na vida seus mandados. Mas

---

os mais sagrados juramentos feitos a Deus. Tyrrell, êsse, sim, depositário fiel da doutrina evangélica, intérprete inerrante dos textos sagrados, árbitro infalível nas controvérsias religiosas, define irrefragàvelmente o que a Igreja decepou ou aumentou na divina mensagem. E cá da outra banda do Atlântico o Sr. Oiticica, de joelhos ante o novo ídolo, turibulando-o devotamente, repete a trilogia dos seus aménS: assim é, assim seja, assim será!

(130) Entre muitos outros argumentos deduz-se da plenitude de graça (Ave gratia plena, Lc. I, 28), conveniente à singular dignidade de Mãe de Deus (quod nascetur ex te vocabitur Filius Dei, Lc. I, 35), incompatível com o cativeiro do pecado, conforme foi entendida pela tradição cristã. Para o desenvolvimento desta e de outras provas consulte os nossos bons tratados de teologia. E se quiser ver a amplidão e solidez da substrutura científica em que se apóiam as conclusões dos nossos manuais, leia os três grossos volumes de PASSAGLIA, *De immaculato Deiparae semper Virginis conceptu*. Foi sempre de bom aviso, antes de meter-se a falar de uma questão, estudá-la nos autores que a trataram com singular competência.

Cristo era um simplório ignorantão. O edifício erguido por êle era uma choça incompatível com a civilização ocidental. Nós, autorizados por êle, (131) acrescentamos muitas coisas não explìcitamente transmitidas, e fabricamos mandamentos novos nem por êle sonhados: ouvir missa, por exemplo. (132)

Sua doutrina foi exposta mui confusamente; tudo ali são obscuridades tremendas, embora inspiradas pelo Espírito-Santo. Foi mister que sucessores e discípulos seus dessem luz àquela escuridão. Tivemos de comparar aquêles textos contraditórios; pesar aquêles ensinamentos baralhados e criar um sistema acabadinho, aprimorado com provas e contraprovas, silogismos e definições. Agora, sim, temos coisa que se veja. Não é mais o casebre do judeu; é o palácio de arquitetos como Agostinho e Tomás de Aquino." (133)

---

(131) À parte as metáforas insulsas que analisaremos logo, se realmente a Igreja foi autorizada por Cristo (como já demonstramos na n. 125) a interpretar autênticamente a sua doutrina, que lhe pode opor o Sr. Oiticica? Precisaria porventura Cristo da licença do Professor do Pedro II ou de Tyrrell, para instituir um magistério vivo e autêntico e prometer-lhe a eficácia de sua assistência a fim de não errar no ensino do Evangelho integral?

(132) Que profunda intuição de crítica! Até os sonhos de quem viveu há 20 séculos conhece o Sr. Oiticica! Pena é que nos não trouxesse uma provazita evangélica de que Jesus não pensou na missa, Jesus que depois de celebrar a sua grande missa, ordenou: Fazei isto em memória de mim; e à sua Igreja confiou plenos poderes para regular a vida religiosa dos cristãos: O que ligardes na terra será ligado também nos céus.

(133) Eis-nos mais uma vez na gloriosa necessidade de defender os direitos intangíveis da nossa natureza intelectual contra os perdulários não menos da fé que da razão humana. Sim, mal dissimulados sob êsse véu de metáforas,

Bela obra, não há dúvida!

E basta por hoje. Passemos à questão do primado de Roma.

é contra a razão humana, na sua dignidade essencial, que se dirigem os ataques do Sr. Oiticica. Não quer êle que a inteligência "deduza conseqüências lógicas das verdades ensinadas por Cristo". Irritam-no "as provas e contraprovas, os silogismos e as definições" (os sofistas instintivamente sempre lhes tiveram horror). O cristianismo primitivo, a seu gôsto, deveria ser um acervo de afirmações gratuitas, de noções confusas, um caos intelectual. Ante o Evangelho que a razão emudeça e negue a si mesma. — Não; não foi isto que nos ensinou Cristo. Um dia aos seus apóstolos, que lhe não tinham compreendido os ensinamentos, dirigiu esta censura: também vós não tendes inteligência? *Mat.* XV, 16. O cristianismo não destrói a nossa natureza; supõe-na para elevá-la; respeita-a para enobrecê-la. Ora, é exigência imperiosa e iniludível da nossa constituição intelectiva, deduzir conseqüências lógicas das verdades que nos são comunicadas. Cristo, portanto, ensinando-nos duas premissas, ensinou-nos virtualmente a conclusão que elas encerram.

Na mais ôca e infeliz das amplificações tenta o Sr. Oiticica desfigurar e ridicularizar êste trabalho intelectual da teologia católica. Mas, *invita Minerva*.

O estudo científico dos dogmas não supõe que os textos são contraditórios. Supõe precisamente o contrário. Do que é contraditório não se inferem conseqüências lógicas que se harmonizem em sistema acabado. Só a verdade pode resistir à prova de fogo das deduções cerradas.

Menos ainda supõe que o ensino de Cristo é "uma choça, um casebre de judeu". Precisamente o contrário. De choças e casebres não se constroem palácios. A doutrina viva de Cristo encerra a fecundidade inexaurível da verdade divina. Muitas vêzes o gênio deposita nas suas

idéias germes de verdades que só um futuro distante verá desabrochar. Será menos rica ou menos fértil a palavra de Deus? No firmamento material a perfeição crescente dos nossos instrumentos ópticos desvenda cada dia novas constelações, novos astros, que o Criador semeou, com gesto magnífico, nas profundidades dos céus. Por que no firmamento das verdades evangélicas a meditação assídua e profunda da Igreja não haveria de descortinar verdades que já lá estavam mas haviam escapado à nossa desatenção?

Transferindo à astronomia as suas mal escolhidas metáforas (depois de avisar que falaria sem metáforas), o Sr. Oiticica diria que a obra criadora é uma choça, um casebre em comparação com o palácio de Laplace ou Leverrier. Não; aqui e lá, o que é divino é imutável, mas imensamente grandioso e fecundo; o que progride é o conhecimento humano. A observação do sábio continuará a desvendar sempre novas maravilhas nos abismos majestosos do espaço; a contemplação penetrante da alma religiosa irá sempre descobrindo inesperados tesouros nas páginas evangélicas imutàvelmente vivificadas pelo sôpro divino. E êste progresso, científico ou religioso, é uma necessidade da nossa natureza. Nós católicos, em que pêse aos modernistas e aos seus advogados, não renunciamos à mais nobre das nossas prerrogativas: somos e seremos sempre racionais, continuaremos incorrigìvelmente a deduzir conseqüências de quanto nos fôr proposto à inteligência: da verdade divina, para mais nos aproveitarmos da sua inexaurível fecundidade; dos erros humanos para estigmatizá-los com o ferrête indelével da contradição.

Resumo analítico. 1.º) Cristo não ensinou a condenação a penas eternas, porque S. Marcos não afivelou o aeternum ao condemnabitur poupando ao Sr. Oiticica um minuto de reflexão ou o trabalho de voltar duas páginas do

Evangelho; 2.º) A Igreja desfigurou o ensinamento do Divino Mestre, porque o credo católico que, há séculos, ecoa majestoso nas naves das nossas catedrais, não recebeu o — *pode correr* — ortodoxo do chefe dos modernistas. E Tyrrell é Tyrrell e o Sr. Oiticica o seu profeta.

Valor lógico do artigo = 0.

XI

Disse eu: "Em vão se procurará nos evangelhos uma indicação política, um preceito de suserania teológica, um esbôço de hierarquia administrativa ou pedagógica. Todos ali são irmãos." E adiante, explicando o desenvolvimento do episcopado, ajuntei: "Criou-se um corpo de missionários, firmou-se a distinção antievangélica entre mandatários e mandantes, rebanho a ensinar e pastôres ensinantes. Caminhou-se para o homogêneo, o uniforme, o autoritarismo de pior forma: o religioso."

De tudo isso, que o padre Franca não pôde nem pode contestar, citou truncadamente o seguinte: "Em vão se procurará nos evangelhos um esbôço de hierarquia administrativa ou pedagógica." Com o tempo "firmou-se a distinção antievangélica entre rebanho a ensinar e pastôres ensinantes". (134)

---

(134) Não trunquei coisa alguma. Citei *frases completas* sem lhes tirar palavra que alterasse o sentido. Se não transcrevi o *trecho* inteiro é porque *era completamente inútil*. Firmada a existência de uma *hierarquia*, de uma organização social com um poder supremo, *tudo o mais se segue necessàriamente:* distinção entre mandatários e mandantes (exceto o profano da expressão), suserania teológica (= poder de magistério = pastôres ensinantes, por mim transcrito), indicação política, no sentido genuíno de govêrno social. Não só, portanto, não houve mutilação, senão o maior escrúpulo em resumir fielmente o único pensamento mal diluído na amplificação do professor. Mas o Sr. Oiticica queria ter o prazer de persuadir a algum leitor ingênuo, ser

Como rebate o padre Franca êsse extrato das minhas asserções? Com três textos: um de Mateus, por mim dado como *contestabilíssimo,* outro de S. João, o célebre do *apascenta o meu rebanho,* e o terceiro um passo dos *Atos dos Apóstolos*.

Comecemos pelo último. Eu disse que não há sequer esbôço de hierarquia administrativa ou pedagógica nos *evangelhos*. O padre Franca, para aniquilar-me, cita os *Atos!!!* O texto fala em *bispos,* coisa desconhecida nos evangelhos. (135)

---

tão inexpugnável a sua argumentação que para derrocá-la não houve outro processo senão o da mutilação desleal. Vaidade pueril!

(135) Quem truca de falso agora é o consciencioso professor. Para provar que a noção de bispos não é *antievangélica* eu já havia citado o *evangelho* e *materialmente*. (Porque os *Atos* dos Apóstolos encerram também o Evangelho ou Boa-nova anunciada por Cristo ainda que não tenham a materialidade dêsse título.) Reproduzo na íntegra o trecho do meu artigo. "Jesus era Mestre (palavras do Sr. Oiticica) mas não amo... Seria monstruoso imaginar Cristo dando a si mesmo o título de bispo dos bispos." — "Monstruoso (resposta minha) para quem lhe desconhece as divinas prerrogativas. *São João* XIII, 13: "Vós me chamais Mestre e senhor e dizeis bem, porque o sou". *Aí está uma e outra coisa*. O amo — *dominus* — quanto ao nome e quanto à coisa. *Bispo dos bispos,* não quanto à materialidade do têrmo *que é grego* e *Cristo falava aramaico,* mas *quanto à plenitude do significado:* poder de jurisdição e de magistério: *magister et dominus*". E adiante para mostrar até o têrmo na sua identidade literal, citei S. Pedro, que escreveu em grego e sabia o que era evangélico e antievangélico, e chama a Cristo "pastor e *bispo*" das nossas almas. O Sr. Oiticica, abusando indignamente da boa-fé dos leitores, que já não tinham

A primeira citação do padre Franca é o vers. XVI, 18: "E também eu te digo que tu és Pedro e sôbre esta pedra edificarei minha Igreja, etc."

Alega o padre Franca ter eu deixado no tinteiro *os títulos de contestação*. Parece, dêsse modo, ao leitor que jamais alguém haja criticado o texto ou recusado a interpretação que lhe quis dar a Igreja. Se deixei no tinteiro as razões do *contestabilíssima* é que são ultraconhecidas. Se o padre Franca as desconhece é porque quer.

Em primeiro lugar, o célebre *"Tu és Pedro"* não é autêntico; foi acrescentado no fim do primeiro século. (Ver o padre Jean Morin, *Verités d'hier?,* p. 204; A. Réville, *Jesus de Nazareth,* pp. 451 e 201, nota.) (136)

---

diante dos olhos o meu artigo, desliza caladinho, caladinho sôbre a minha resposta para sofismar sôbre um trecho dos Atos por mim alegado (depois de haver citado o *evangelho* de S. João) no intuito de provar que a *distinção entre pastôres e rebanhos* não se havia formado com o tempo, como superfetação antievangélica, mas remontava aos primeiros anos da Igreja, à idade dos apóstolos, que melhor que o Sr. Oiticica sabiam o que era conforme ou não aos ensinamentos do Divino Mestre.

(136) Não é autêntico? Provas, Sr. Professor? — Veja o *pseudônimo* modernista Morin e o protestante Réville. — Como quem diz: o adversário acusa-me de êrro? Não, não erro porque antes de mim... erraram outros. Já o sabíamos. Ao Sr. Oiticica não atribuímos nenhuma originalidade, nem mesmo a tão fácil de dizer um êrro inédito. Antes, notamos explìcitamente: "nada de novo nos deparou o trabalho de José Oiticica". Sabíamos, pois, que a autenticidade da célebre perícope havia sido posta em dúvida por quem tinha interêsse em a expungir do Evangelho, mas não desconhe-

Êsse texto de Mateus e o de XVIII, 17, são os únicos passos dos evangelhos em que aparece a palavra *igreja* (*ekklesia*) com evidente interpolação, não registrada nos lances correspondentes dos outros evangelhos. (137)

Mais contestável ainda o haver Jesus conferido a Pedro poderes pessoais administrativos ou pedagógicos.

---

cíamos outrossim que, afora a paixão anticatólica, nenhuma razão crítica abonava a negação. Por isso pedimos argumentos. Vieram? Não. Somos, portanto, dolorosamente forçados a concluir ainda uma vez que, relativamente à genuinidade do *Tu es Petrus*, os títulos de contestação "ficaram no tinteiro do ilustre arauto do livre-pensamento".

(137) Agora já não é da autenticidade de tôda a perícope, mas da interpolação do têrmo *Ecclesia* que se trata. É porventura êste vocábulo um histeron-proteron, desconhecido dos escritores contemporâneos? Não; dezenas e dezenas de vêzes encontra-se o vocábulo nas epístolas paulinas e nos Atos. Muitos anos antes da vinda de Cristo já o havia empregado a versão dos LXX. Por que, pois, não poderia S. Mateus servir-se de uma palavra que usaram seus contemporâneos S. Paulo e S. Lucas, êsses na sua forma grega — ἐκκλησία — aquêle na forma aramaica correspondente ao hebreu — *k'ahal*, já empregado no Antigo Testamento? Judeus e cristãos recorriam indiscriminadamente ao têrmo aramaico K'nischta (= ecclesia) para designar tanto a comunidade cristã quanto a judaica. A observação é do célebre crítico racionalista WEILHAUSEN: "Das aramäische Urwort, *K'nischta*, bezeichnet sowohl die jüdische als auch die christliche Gemeinschaft." *Das Evangelium Matthaei*, Berlin, 1904, p. 84 — Provas da "evidente" interpolação? Ficaram também elas no tinteiro. A menos que como tais não

Primeiro, porque a expressão *esta pedra* não se refere a Pedro. Quem o diz não sou eu, nem os protestantes, nem os modernistas; dizem-no, entre outros, Orígenes, João Crisóstomo, S. Agostinho. Para Orígenes (in *Mat.* XII, 11) a expressão: *não prevalecerão contra ela*, é intencionalmente equívoca (*amphibolos gar he phrasis*), podendo referir-se o *autês* quer à Igreja, quer à pedra, porque nesse ponto igreja e pedra são quase a mesma coisa. Essa pedra é a de que falam os *Provérbios* em XXX, 19, onde se alude ao *caminho*

---

queira o professor considerar as duas mesquinhas considerações do período acima. — 1.º A palavra "não se acha registrada nos lances correspondentes dos outros evangelhos". — Por uma razão muito simples: a perícope do primado não tem lances correspondentes ou paralelos nos outros evangelhos. 2.º O têrmo só aparece duas vêzes em S. Mateus. — E que diria o Sr. Oiticica dos apaxlegomena? O novo cânon de crítica modernissima condena todos os escritores a não usarem um vocábulo só duas vêzes, sob pena de o expulsarem como intruso! É inaudito! Daqui a vinte séculos, quando os críticos do ano 4000 examinarem os restos encarquilhados desta imortal polêmica e aplicarem aos artigos do grande professor os processos mais adiantados da estilometria, verificarão, se me não engano, que nêles se não encontra o verbo "escarafunchar" mais que duas vêzes e o "desnocar" uma só. Professoralmente concluirão os grandes sabedores: os têrmos foram grafados violentamente por algum falsário interessado em amesquinhar a polêmica do ilustre catedrático com a inserção de palavras tão triviais. E a quem lhes mostrar, amarelecidos e esfarrapados, os supérstites exemplares do *Correio da Manhã* responderão desdenhosamente do alto de sua sabedoria: a interpolação é evidente; o têrmo só é empregado duas vêzes!

da cobra pela pedra. Em Orígenes, portanto, nem a mais leve idéia de que *pedra* se refere a *Pedro*. (138)

S. João Crisóstomo explica estar, por aquela frase, as-

---

(138) Transcrevamos na íntegra o texto de Orígenes. Interpretando o versículo: "sôbre esta pedra edificarei a minha Igreja e as portas do inferno não prevalecerão contra ela", diz: "Ela quem? a pedra sôbre a qual Cristo edifica a Igreja, ou a Igreja — pois a frase tem dois sentidos — ou ainda a pedra e a Igreja juntamente, como se fôra uma coisa só? Êste sentido é o que me parece verdadeiro, pois, nem contra a pedra sôbre a qual Cristo edifica a sua Igreja nem contra a Igreja hão de prevalecer as portas do inferno." — Onde está, pois, a "anfibologia" de que fala Orígenes? Não pode o "ela" referir-se à Igreja e à pedra. Naturalmente, em boa gramática, refere-se à Igreja, substantivo mais próximo. mas em qualquer das hipóteses — não prevalecerão contra a pedra, sôbre a qual está edificada a Igreja ou contra a Igreja edificada sôbre a pedra — a indefectibilidade da Igreja *fica igualmente demonstrada*. Eis o que diz Orígenes — tudo *alheio a nossa questão*. A ela passemos agora.

A pedra sôbre a qual Cristo edifica a sua Igreja é Pedro ou não? No trecho acima em que interpreta a S. Mateus alegòricamente, segundo o estilo da escola alexandrina, *não se pronuncia* o nosso exegeta acêrca dêste ponto. O que afirma o Sr. Oiticica — que essa pedra é a de que falam os *Provérbios* — é invenção sua. O pensamento de Orígenes é inteiramente diverso. Nos Provérbios diz-se que não é possível achar o rasto da serpente sôbre a pedra. Ora, assim como a rocha não se deixa vincar pela passagem do reptil, assim também a Igreja não será vencida pelas portas do inferno. Em outras obras, porém, deixou-nos Orígenes a sua opinião expressa do modo mais insofismável. A pedra sôbre a qual foi edificada a Igreja *é Pedro*.

sentada a igreja na fé da confissão (*fê pistei tês homologias*). (139)

Mais explícito ainda é Santo Agostinho. Para êle não é Pedro a pedra, porquanto, assim como a palavra cristão deriva de Cristo e não Cristo de cristão, do mesmo modo é Pedro que deriva de *pedra* e não esta daquele. E conclui:

"Vêde o que diz o Senhor ao *grande fundamento da Igreja, à pedra solidíssima sôbre a qual Cristo fundou a sua Igreja:* modicae fidei, inquit, quare dubitasti? *"Hom. 5 in Exod* n. 4. Outra vez: "Sôbre êle (Pedro) *como sôbre fundamento foi construída a Igreja,* contra a qual não hão de prevalecer as portas do inferno." *In Joann.* t. 5, n. 3.

Como vêem os leitores, "em Orígenes nem a mais leve idéia de que pedra se refere a Pedro". Tendo diante dos olhos o texto origeniano *o Sr. Oiticica falseia-lhe conscientemente o significado*.

(139) Da confissão *de quem?* Não no diz o Sr. Oiticica e cala ainda o lugar da citação para desnortear o leitor que lhe quisesse ir à pista da fraude. — Pois, é sôbre a *confissão de Pedro*. Por uma metonímia usual, que toma a causa pelo efeito, diz o grande orador que a Igreja assenta na confissão de S. Pedro, porque foi a sua magnífica profissão de fé (Tu es Christus, Filius Dei Vivi) que lhe mereceu a promessa do primado. Ao texto de Crisóstomo: "Sôbre esta pedra edificarei a minha Igreja, isto é, sôbre a fé da confissão". E *imediatamente* depois: "Com isto declara que muitos hão de crer, anima-*o*, e *constitui-o pastor*". E poucas linhas abaixo: "O que é próprio só de Deus, isto é, — perdoar os pecados, firmar imòvelmente a Igreja no agitar-se de tantas vagas e *tornar um pescador mais forte que pedra contra tôdas as impugnações do mundo* — tudo isto lhe (a Pedro) promete (Cristo)" *Hom.* 54 *in Mat*. n. 2. Se sairmos do contexto imediato, veremos que S. Crisóstomo chama a Pedro: *"base da*

"Logo, sôbre essa pedra que tu confessaste (há de ser Cristo o filho de Deus vivo) edificarei a minha igreja. Com efeito a pedra era Cristo, fundamento sôbre que foi edificado o próprio Pedro." (S. Agost. *In Joannis evang.* 124, 5). No *Sermão* 76 volta a mesma explicação, acrescentando que Pedro é o povo cristão; e, para bem frisar quão sacrílego lhe parecia supor-se Pedro base da Igreja, atribui a Cristo êste pensamento implícito: "super me aedificabo te, non me super te". (140) No *Sermão* 295, para corroborar sua opinião cita Paulo, em I *Cor.* X, 1-4, que diz: "Ora, meus irmãos, não quero que ignoreis que nossos pais estiveram todos debaixo da nuvem e todos passaram pelo mar. E todos foram batizados por Moisés na nuvem e no mar, e todos comeram dum mesmo manjar espiritual, e todos beberam duma

---

Igreja" in illud: Vide Dom. hom. 4, n. 3; "corifeu do côro dos apóstolos, bôca de todos os apóstolos, chefe da família apostólica, prefeito de todo o orbe, fundamento da Igreja". *In illud:* Hoc scitote. E citações análogas poderiam fàcilmente multiplicar-se.

Aí está a doutrina do heróico patriarca de Constantinopla que não acatou menos a primazia de S. Pedro que a de seus sucessores. O Sr. Oiticica mutila-lhe o texto e *falseia-lhe conscientemente o significado*. Que confiança nos pode merecer um escritor cuja pena transuda semelhante desprêzo da verdade?

(140) "Para frisar quão sacrílego lhe parecia (a S. Agostinho) supor-se Pedro base da Igreja", ouça o leitor êstes trechos do grande bispo: Pedro não só "é na ordem dos apóstolos o *primeiro* e o *principal*", tendo o *primado do apostolado*". Serm. 62, c. 3, 4; c. 2, n. 4; não só "pelo *primado de seu apostolado* representava, na sua universalidade figurada, a pessoa da Igreja". *In Joann.* tr. 124, n. 5, mas ainda explìcitamente: "Pedro, que pouco antes o confessara Filho de Deus e naquela confissão fôra chamado *pedra sôbre a qual seria edificada a Igreja, etc.*" *Enarr. in Ps.* 69, e. 4, e ainda:

mesma bebida espiritual, porque bebiam da pedra espiritual que os seguia; e a pedra era Cristo". (141)

Quanto ao primado de Pedro e sua exclusividade ao poder das chaves, não menos formais são êsses padres.

"em nome de todos responde Pedro, *a grande pedra* (petra illa): Domine ad quem ibimus?" *Enarr. in Ps.* 55, n. 15. — Há então duas interpretações em S. Agostinho? Sim. Êle mesmo no-lo declara nas suas *Retractationes,* obra em que revê, sintetiza e corrige todos os seus trabalhos. Aí, I, 21, nos diz que umas vêzes interpretou o texto no sentido *comum e tradicional* "qui sensus cantatur *in ore multorum* in versibus beatissimi Ambrosii," de Pedro = pedra sôbre a qual foi fundada a Igreja; outras vêzes o expôs no sentido de ser Cristo a pedra sôbre a qual foi edificado S. Pedro, figura da Igreja, porque, dizia êle, a Pedro foi dito: Tu és Pedro e não tu és pedra. E terminando diz: "das duas opiniões escolha o leitor a que fôr mais *provável,* "quae sit probabilior eligat lector". Antes de orientar a eleição de quem lê, peço que se compare a expressão do Santo com a do Sr. Oiticica, para quem S. Agostinho pretende frisar "quão *sacrílego* lhe parecia supor-se Pedro base da Igreja". — Não há nenhuma probabilidade real para a 2.ª interpretação augustiniana. A diferença entre Petrus e petra só existe na tradução do Evangelho de S. Mateus; o grego e o latim não comportavam a *identidade* de têrmo original. Em hebraico, num e noutro inciso do versículo, a palavra era a mesma Kepha = = Rocha = Pedra. Desvanece assim a única aparência de probabilidade proposta pelo Santo que desconhecia o hebreu e caiu num êrro inconsciente de etimologia, fazendo derivar Petrus de petra. Tomando, portanto, o seu conselho e interpretando-lhe o pensamento, escolhemos o sentido *qui cantatur ore multorum,* não só como mais provável mas como único certo.

(141) Há pouco expusemos lealmente tôda a doutrina

Contra as pretensões do papa Calisto levantou-se Tertuliano perguntando-lhe com que direito usurpava direitos conferidos a tôda a Igreja. (142) (*De Pudic.* XXI). S. Cipriano ensina que, nesse passo de Mateus, Cristo constituiu a Igreja de

---

de S. Agostinho sôbre a interpretação do *tu es Petrus*. Agora queremos acentuar que *de modo algum* pode invocar-se a sua autoridade para chamar "contestabilíssima a cena da entrega das chaves". Se, a seu juízo, o *primeiro* versículo era suscetível de duas exegeses prováveis, a perícope *prova o primado de S. Pedro*, sôbre o qual não paira a menor dúvida na doutrina do Santo Doutor. Já deixamos citados na nota precedente trechos decisivos. Aleguemos outro: "Pedro, quando disse: Tu es Christus, Filius Dei Vivi, foi pelo Senhor chamado tão bem-aventurado *que mereceu receber as chaves do reino dos céus.*" *Contra Gaudentium*, I, c. 31, n. 39. Explicando por que não é lícito separar-se da Igreja Católica: "Prende-me (à Igreja), diz, a sucessão dos sacerdotes até o presente episcopado, na sede de Pedro a quem o Senhor, depois da sua ressurreição *confiou o múnus de apascentar as suas ovelhas.*" *Contra ep. Manich. fundamenti*, c. 4, 5. — S. Agostinho reconheceu sempre o primado não só de Pedro senão também de seus sucessores. Roma é a igreja "in qua semper apostolicae cathedrae viguit *principatus*". *Epist.*, 43, c. 3, n. 7. Pela sucessão ininterrupta de seus bispos a sede de Pedro "*culmen auctoritatis* obtinuit, cui nolle *primas dare* vel *summae profecto impietatis* est vel praecipitis arrogantiae". *De utilitate credendi*, c. 17, n. 35. O contraste é frisante. O Sr. Oiticica: a S. Agostinho "parecia sacrílego supor-se Pedro base da Igreja", S. Agostinho: sacrílego é (summae impietatis) não reconhecer o primado de autoridade do sucessor de S. Pedro. É possível levar mais longe a desenvoltura na falsificação das doutrinas de um autor?

(142) Esqueceu-se de avisar aos leitores que estas palavras foram escritas contra o Papa Calisto por Tertuliano,

tal modo que assente sôbre os bispos e sejam seus atos por êle dirigidos. Isso em meados do século III, quando já se fortificara a autoridade episcopal e Cipriano, exilado, procurava rebater a *audácia* dos *lapsi* que reclamavam *direitos* de volta à Igreja e a dos confessores que pretendiam poder *religá-los*, isto é, readmiti-los.

S. Cipriano declara-lhes que só os bispos governam a Igreja, porque só êles receberam de Cristo o poder de ligar e desligar. (*Epist.* XXVII, Migne). (143) Santo Ambrósio acentua bem: "Quod Petro discitur apostolis discitur". Insiste nisso o bispo de Milão para mostrar que não usurpou

---

montanista. Contra a existência do papado no 2.º século provam tanto os protestos de Tertuliano irritado, como as diatribes de Lutero no século XVI ou as de Tyrrell nos nossos dias. A seu modo depõem tôdas estas testemunhas em favor de uma autoridade, que já existe, que os condena e contra a qual se revoltam. — Mas *não é esta a nossa questão*. Católico ou herege, Tertuliano não negou nunca *o primado de S. Pedro*. Neste mesmo capítulo 21 do *De Pudicitia*, citado pelo Sr. Oiticica, confessa que o apóstolo foi constituído *pedra fundamental da Igreja*, mas contradizendo manifestamente o que antes houvera escrito (*Scorpiace*, c. 10) pretende que êste foi um privilégio pessoal de Pedro. Como se a pedra fundamental de um edifício não devesse durar tanto como o próprio edifício. Ao texto: "Quem és para destruir e alterar a manifesta sentença do Senhor, de conferir [êste poder] pessoalmente a Pedro? Super te, diz, aedificabo Ecclesiam meam etc..." Citar, pois, êste passo em favor da "contestabilidade" da cena S. Mateus, ou contra o primado de S. Pedro é, ainda uma vez, *ter um trecho diante dos olhos e falsear-lhe conscientemente o significado*.

(143) S. Cipriano não contestou o primado de S. Pedro. "Pedro a quem o Senhor primeiro escolheu e *sôbre quem edificou a sua Igreja.*" *Epist.* 71, *Ad Quintum*. Mas sôbre a

o poder, mas cumpre ordem divina. (*In Psalmum* XXXVIII, 37). (144)

Santo Agostinho doutrina que, falando a Pedro, Cristo não excluía os demais apóstolos, apenas simbolizava nêle a unidade da Igreja: "Non enim inter discipulos solus meruit pascere dominicas oves". (*Serm.* 295, 4). Mostra mais, no Cap. II, que a todos os apóstolos é dado o poder de ligar, e cita Mat. XVIII, 15-18 e João X, 22, 23. (145)

---

doutrina do Bispo Mártir havemos de voltar mais de sobremão.

(144) Também S. Ambrósio à tortura. No trecho acima, combate o santo os novacianos que negavam à Igreja o poder de perdoar todos os pecados. Rebatendo-os, mostra que a Igreja não usurpa poderes não seus, porque o de perdoar pecados, contido no de ligar e desligar foi concedido *a Pedro* (Mat. c. XVI), *e aos outros apóstolos* (Mat. XVIII). *Neste sentido e só neste* diz Ambrósio: quod Petro dicitur, apostolis dicitur. Pedro, porém, entre os doze não recebeu o primado? A questão era *impertinente neste lugar*. Em outros, resolveu-a, porém, o santo. Pedro é aquêle a quem disse o Senhor: Tu es Petrus et super hanc petram aedificabo Ecclesiam meam. *Onde está Pedro, aí está a Igreja,* ubi Petrus ibi Ecclesia." *In Ps.* 40, n. 30. E ainda: "Não poderia (Cristo) firmar a fé daquele a quem com *a própria autoridade confiava o seu reino,* daquele a *quem, chamando pedra, constituía o fundamento da sua Igreja?" De Fide,* 1. 4, c. 5, n. 56. — *Mais um autor falseado pelo Sr. Oiticica.*

(145) E quem negou jamais o que diz S. Agostinho? Todos os apóstolos eram verdadeiros pastôres e possuíam verdadeira jurisdição como verdadeira jurisdição possuem hoje os bispos, êles também pastôres verdadeiros. A questão é da amplitude da jurisdição. Entre os pastôres há um supremo? Entre as autoridades, uma superior? Aqui o Sr. Oiticica não falsifica S. Agostinho, mas a doutrina católica, atribuindo-lhe o que ela nunca afirmou.

Poderíamos alongar as citações. Conclui-se de tudo quão *contestável,* no sentido atual da Igreja, é o texto de Mateus.

Diz o padre Franca ser Pedro e só Pedro nomeado, em S. João XXI, 15, 17, Pastor universal de todo o rebanho de Cristo, e portanto firmada se acha evangèlicamente a hierarquia e distinção entre pastôres e rebanhos.

Eu poderia objetar ao padre Franca duas coisas: 1.ª, a inautenticidade, reconhecida por todos os críticos imparciais, do quarto evangelho; (146) 2.ª, a inautenticidade especial do

---

(146) Asserção gratuita à qual opomos um não decisivo. Quando vierem *provas,* discutiremos. Não nos é possível, porém, deixar sem observação aquêle "todos os críticos imparciais". Avalie o leitor. Por unanimidade moral, a autenticidade do 4.º Evangelho foi afirmada desde os primeiros tempos do cristianismo até o princípio do século XIX, por escritores de tôdas as escolas, católicos e acatólicos, ortodoxos e heterodoxos. Em 1820 Bretschneider lançou a idéia da inautenticidade, no intuito, dizia êle, de provocar um estudo mais sério da questão. Refutaram outros autores as dúvidas suscitadas e êle retratou-se, declarando haverem sido os seus argumentos vitoriosamente rebatidos. A negação, porém, foi logo perfilhada por quantos tinham interêsse em eliminar o grande Evangelho da Divindade de Cristo. No entanto veio o estudo mais sério provocado por Bretschneider, e nos tempos modernos, além de todos os críticos católicos, a autenticidade do 4.º Evangelho é defendida por uma plêiade inumerável dos mais célebres críticos de outras escolas, racionalistas e protestantes de todos os matizes. Citemos entre outros: Schleiermacher, Lücke, Bleek, Bunsen, Ebrard, Tholuck, Hengstenberg, Meyer, Lechler, B. Weiss, Luthardt, Godet, Beyschlag, Zahn, Franke, Olshausen, Thiersch, Baumgarten-Crusius, Norton, Alford, Wordsworth, Alexander, Maurice, Astié, Tischendorf, Thenius, Fischer, Uhlhorn, Riggenbach, Oosterzee, De Pressensé, Hutton, Schaff, Milligan,

texto referente a episódio posterior à ressurreição, por não haver prova possível da realidade desta. (147) Para argumentar, porém, aceitemos tudo. Onde viu o padre Franca, nesse passo, a nomeação exclusiva de Pedro ao cargo de *Pastor Universal?* Todos os críticos vêem na cena uma readmissão de Pedro ao convívio dos apóstolos. Êstes o consideravam decaído da missão por ter negado Jesus *três vêzes*.

Liddon, Leates, Wace, Mc Lellan, Lias; Murphy, Ezra Abbot, Charteris, Plummer, Reynolds, Lightfoot, Salmon, Sanday, Westcott, C. Müller, B. Brückner, Gess, Kahnis, Schnedermann, Leuschner, P. Ewald, Grau, Ritschl, Lobstein, Kaftan, Resch, Koehler, Wendt, Drummond, Stanton. Cfr. entre outros autores WATKINS, *Modern Criticism considered in its relation to the fourth Gospel,* London, 1890, pp. 313-350. Aí estão *mais de sessenta autores, todos acatólicos* e *modernos todos,* que defendem a autoria joânica do 4.º Evangelho. Watkins, que de modo particular estudou a questão nas suas relações com a crítica moderna, assevera (p. 103) que tal é a fôrça dos argumentos em favor da autenticidade que não pode restar nenhuma dúvida; mais, que não resta nem mesmo a possibilidade de dúvidas. — Mas o Sr. Oiticica é realmente um homem singular. Em lógica, a verdade consiste na desarmonia entre a inteligência e a realidade; em história, o critério para apreciar um movimento de idéias ou de fatos é a sua relação com o catolicismo. Impugna a Igreja? "Tendência altamente simpática." Em crítica, imparciais são só os autores que hostilizam a doutrina católica, e dentre êstes só aquêles que, no momento, lhe podem servir de trampolim para as acrobacias dialéticas dos seus inofensivos desportos! É possível discutir assim?

(147) Viste um homem morto? Viste-o redivivo? Provaste a sua ressurreição. E sôbre a Ressurreição de Cristo, fato històricamente inconcusso, descansam vinte séculos de cristianismo que não pode ser efeito de uma mistificação de

Assim, Jesus *três vêzes* lhe perguntou se o amava e mandou-o que apascentasse os seus cordeiros. (148) E, se não é, como vai o padre Franca entender o passo do mesmo S. João XX, 21 a 23?: "... assim como o Pai me enviou, também eu vos envio a vós... Aquêles a quem perdoardes os pecados lhe serão perdoados, e aquêles a quem os retiverdes

---

alucinados. — Nesta altura, porém, a dúvida, sequer, sôbre a grande prova da divindade de Jesus, é um descabimento lógico. Lògicamente, não se discute a questão do primado sem antes haver resolvido em sentido positivo a da ressurreição. Quem, obstinado em preconceitos naturalistas ou encolhido no mais irredutível pirronismo histórico, recusa admitir o grande milagre, não vai adiante na demonstração católica. Se Cristo não ressuscitou não é Deus, e é supérfluo discutir *como divina* a constituição de sua Igreja. — Um lente de geometria superior, demonstrando uma proposição qualquer, alude, supondo-o, ao teorema de Pitágoras. Levanta-se um peralvilho a embargar-lhe o raciocínio: "O professor não provou a relação entre a hipotenusa e o cateto" — "Rapazola, retruca-lhe o mestre, isto não é para salas universitárias, volte aos bancos do ginásio." Sr. Oiticica, desça à apologética elementar.

(148) Primeiro, Pedro não descaiu da sua missão apostólica. Por que, com "todos os críticos" não nos deu o Sr. Oiticica a prova evangélica de que uma falta perdoada faz perder uma dignidade eclesiástica? Supondo ainda que Pedro houvesse perdido a sua dignidade de apóstolo, já não havia sido nela reintegrado? Não foi Pedro o primeiro dos Onze a quem Jesus honrou com uma aparição singular? (*Luc.* XXIV, 34.) Mais: o mesmo S. João, antes da cena do lago de Tiberíades narrada no cap. 21, refere no cap. 20 a aparição de Cristo a todos os apóstolos (exceto Tomé) e as palavras que então lhes dirigiu: "Como o Pai me enviou, assim eu vos envio", e conferiu-lhes o poder de perdoar os

lhe serão retidos". (149) Não é isso o mesmo que dizer aos discípulos: *apascentai os meus cordeiros?* (150) Que é apascentar os cordeiros senão salvá-los, perdoando-lhes os pecados? Deu Cristo, no pastoreamento, outra missão afora essa? Nenhuma. O trabalho do pastor é exclusivamente pregar o evangelho, admitir no convívio cristão, pelo batismo, os aderentes, desligar os apóstatas, perdoar em público os pecados aos arrependidos. (151) Outra coisa não fizeram os após-

---

pecados. — Pedro, portanto, favorecido por Cristo de uma visita particular, Pedro enviado por Cristo (apóstolo = enviado), Pedro investido do poder de perdoar os pecados, Pedro ainda não havia sido restaurado na sua dignidade de apóstolo? Inadmissível. Admitindo ainda o inadmissível, Cristo no cap. XXI, teria restituído a S. Pedro não só a dignidade de apóstolo mas ainda a de chefe supremo de sua Igreja, como lhe havia prometido em S. Mateus.

(149) Entendo assim: 1.º — Nesta cena Cristo investiu os Onze e, portanto, também a S. Pedro, na dignidade apostólica: como o Pai me enviou, eu vos envio. 2.º — Conferiu-lhe expressamente o poder de perdoar e reter os pecados, um dos muitos poderes incluídos na jurisdição apostólica. — A gramática do período acima corre sob a responsabilidade do Sr. Oiticica.

(150) Mas há pastor e pastor. Pastôres os apóstolos, pastor S. Pedro. Êles, como bispos, pastôres subordinados; êle, como Papa, pastor supremo. *Só a S. Pedro e a nenhum outro apóstolo* disse Cristo, sem restrição alguma: apascenta os meus cordeiros e as minhas ovelhas. *Só a Pedro* prometeu Cristo e conferiu a investidura do primado. Aos outros, só reunidos *e com Pedro,* investiu-os da jurisdição apostólica.

(151) Não; apascentar quer dizer isto e muito mais. A exegese é uma ciência positiva e delicada; não é parto de fantasia apaixonada. Apascentar quer dizer ainda dirigir,

tolos. Onde a hierarquia, padre Franca. Então entre mestre e discípulo, um que fala espontâneamente e outro que espontâneamente ouve, há hierarquia? (152)

---

reger, governar, legislando, administrando, julgando, punindo. 1.º Di-no-lo a análise interna da metáfora. O pastor *guia, defende, dirige, castiga* (não só salva perdoando), as suas ovelhas. Assemelhai agora a sociedade a uma grei: o soberano será naturalmente o pastor. Nenhuma locução figurada tão comum, tão óbvia, tão insofismável para indicar a autoridade social. 2.º Di-no-lo ainda o uso desta metáfora no Oriente e na Sagrada Escritura. O vocabulário antigo não depende do capricho de protestantes e modernistas. Fale a história. Homero chama freqüentemente os soberanos e chefes militares, *pastôres* de povos: ποιμένα λαῶν. Na tropologia bíblica não há figura mais usada. A Ciro, *rei* dos Persas, diz o Senhor: pastor meus es. *Is.* XLIV, 28. A David, *rei:* apascentarás o meu povo e *serás* chefe de Israel. 2 *Reg.,* V. 2. Em *S. Mat.* II, 6, no *Apoc.* XIX, 15, o verbo apascentar, ποιμάνειν, é aplicado ao poder real. O têrmo ποιμανε, no nosso texto, significa, portanto, "dirige", "apascenta" e sem nenhuma contestação possível indica a transmissão de um poder jurisdicional. Jesus chamou-se o Bom Pastor com tôda a plenitude da jurisdição de "mestre e senhor" que lhe conferiam as suas prerrogativas divinas. Ao deixar a terra, exige de S. Pedro uma confissão de amor *superior* à dos outros apóstolos, diligis me *plus* his, e depois o constitui seu Vigário, Pastor supremo, confiando-lhe sem exceção *todos os seus* cordeiros, *tôdas as suas* ovelhas. Assim haverá um só rebanho e um só pastor: unum ovile et *unus pastor*. Cordeiros e ovelhas que tresmalharam do redil onde Pedro é pastor não são cordeiros nem ovelhas *de* Cristo.

(152) Muito mais fizeram os apóstolos. Pastorearam sim, mas no sentido que deixamos explicado na nota precedente. 1.º *Ensinaram autoritativamente,* pregando o Evan-

Renan (*Vie de Jesus*, p. 163) dá-nos o quadro do ensino evangélico: "Nenhuma hierarquia pròpriamente dita existia na seita nascente. Todos deviam chamar-se *irmãos* e Jesus proscrevia absolutamente os títulos de superioridade, tais

---

gelho, não como palavra de homem que se discute, mas como palavra divina que se impõe às nossas inteligências: "accepistis illud non ut verbum hominis sed, sicut est vere, verbum Dei. I *Tess*. II, 13. 2.º *Administraram os bens eclesiásticos*, a princípio por si mesmos, depois por meio de diáconos que para êste fim foram constituídos. *At*. VI, 6 e sgs. 3.º *Legislaram* no Concílio de Jerusalém: "Pareceu ao Espírito Santo e a *Nós* não vos impor outro pêso além destas coisas necessárias, etc." *At*. XV, 28. S. Paulo, percorrendo as cidades, promulgava "*decreta* ab apostolis". *At*. XVI, 4; êle próprio legislava sôbre quase todos os pontos da vida religiosa: I *Cor*. XI, 17: *hoc praecipio;* Ibid., XIV, 34; II *Tess*. III, 6: "Em nome de Cristo *vos ordenamos* eviteis os irmãos que não observam as tradições que de nós receberam" etc., etc. 4.º *Julgaram*, puniram, excomungaram os que haviam naufragado na fé. S. Paulo aos Coríntios: "Isto vos escrevo ausente, a fim de que, entre vós, não tenha que recorrer à severidade segundo o poder que me foi dado pelo Senhor, não para a destruição mas para a edificação." II *Cor*. XIII, 10. Cfr. ainda I *Cor*. IV, 21; II *Cor*. X, 6; XIII, 2. E usando dêstes poderes excomungou solenemente "em nome de N. S. Jesus" o incestuoso de Corinto. I *Cor*. V, 3 sg.; excomungou ainda a Himeneu e Alexandre, "que haviam naufragado na fé". I *Tim*. I, 19-20. — Temos, portanto, tôda a jurisdição da Igreja com os seus poderes: pedagógico, legislativo, administrativo e judiciário. Eis como pastorearam os apóstolos, eis como pastoreia a Igreja. Aos fiéis, apresentam-se os seus ministros como "embaixadores de Cristo". II *Cor*. V, 20, com tôdas as faculdades e direitos de que os investiu o Salvador. — O mais não é história, é invenção do Sr. Oiticica.

como *rabbi*, "mestre", "pai", sendo só êle mestre e Deus o único pai. O maior devia ser o servo dos outros". (153) E Renan era favorável à primazia de Pedro e até admitia a possibilidade da sua ida a Roma, coisa insustentável hoje. (154)

O melhor resumo da questão acha-se em A. Reville (*Jesus de Nazareth*, p. 456). "Primeiramente, mesmo na corrente tradicional, o texto não confere a êsse apóstolo nenhum

---

(153) "O quadro do ensino evangélico" já o vimos nas notas anteriores, lendo, não Renan mas o Novo Testamento. Cristo proscreveu o título de Rabbi: 1.º, no sentido de mestre religioso com doutrinas *próprias:* unus est Magister vester Christus; 2.º, como título de orgulho como os fariseus "que ambicionavam as primeiras cátedras nas sinagogas". Mas aos seus apóstolos constituiu-os verdadeiros *mestres* e *doutores*, com poderes de ensino autoritativo: Ide, *ensinai, docete:* quem crer será salvo, que não crer será condenado. — O outro texto está também contorcido. Cristo nêle apenas proscreve o fasto da dominação dos gentios. A autoridade cristã é para o bem da comunidade; o Papa é servo dos servos de Deus. E Cristo alega o *próprio* exemplo, êle que doutrinava *tanquam potestatem habens*. Autoridade, pois, há de haver, não ostentação orgulhosa e egoísta. "Quem *governa* entre vós (logo há de haver quem *manda, governa*) seja como o que serve". *Lc*. XXII, 26. Eis o que diz o "Evangelho". O resto diz o Sr. Renan e repete-o o Sr. Oiticica.

(154) Que capacidade de afirmação! O que é "hoje insustentável" é precisamente o contrário. A negação da ida de S. Pedro a Roma teve origem nos fins da Idade Média, entre protestantes e seus próximos ascendentes, não como resultado de investigação científica, mas como arma de combate contra o Papa. As paixões serenaram e a verdade refulgiu em seu esplendor nativo. Ouçamos os críticos modernos. GIESELER, protestante: "Na Idade Média negaram que S. Pedro houvesse estado em Roma os Valdenses, Marsílio

primado hierárquico, menos ainda um principado na Igreja a fundar. O poder de *ligar e desligar* é concedido, no outro passo suspeito (Mat. XXVIII, 18), aos outros apóstolos como a êle". E depois: "Sobretudo, o que matará sempre, aos olhos dos que de perto examinaram a situação das igrejas apostólicas, a teoria elaborada mais tarde em prol das pretensões romanas, é que o estado de coisas suposto no Novo Testamento, de nenhum modo coincide com elas.

Patavino, Miguel Casenas, etc. Seguiram-no Marcus Flacius, Cl. Salmasius e F. Spanheim, *todos evidentemente levados por espírito de partidarismo anti-religioso". Lehrbuch der Kirchengeschichte,* Bonn, 1844, t. 1, 4 ed., p. 102. HARNACK, racionalista, um dos últimos reitores da Universidade de Berlim: "O martírio de S. Pedro em Roma foi, tempos atrás, combatido *por preconceitos tendenciosos de protestantes e críticos*... Mas, *que fôsse êrro, é claro para qualquer estudioso que não queira fechar os olhos." Die Chronologie der altchristlichen Literatur,* Leipzig, 1897; t. I, p. 244.

A moderna arqueologia veio trazer a sua confirmação aos documentos escritos. Em nome da nova ciência fale R. LANCIANI, o mais autorizado conhecedor da Roma antiga: "Não há acontecimento da época imperial... atestado por tantos movimentos convergentes todos para a mesma conclusão, como a presença e o martírio dos apóstolos na capital do império". *Pagan and Christian Rome,* London, Macmillan, 1892, p. 125. E pouco antes à p. 123: "Para o arqueólogo a presença e o martírio de S. Pedro e S. Paulo em Roma são estabelecidos *sem a menor sombra de dúvida, por simples evidência monumental;* are facts established beyond a shadow of doubt by purely monumental evidence." O que os competentes chamam de evidência plástica, o Sr. Oiticica chama "insustentável". O polemista de hoje é o mesmo do primeiro artigo: homem que em duas colunas de jornal acumula mil afirmações gratuitas sem a menor preocupação

Jesus não autoriza nenhum primado hierárquico entre os discípulos. Pedro é uma das colunas, mas não a única, nem a pedra fundamental (*Gál.* 11, 9). Paulo resiste-lhe cara a cara em Antioquia (*Ibid.* 11 sg.). (155) Jamais, nas questiúnculas, conquistas, organização das igrejas, se descobre o menor traço da autoridade soberana exercida por Pedro (156) como nenhum de sua presença ou de seu episcopado em Roma. Êsse absoluto silêncio é tanto mais de-

---

de prová-las. "Menti, menti, que sempre há de ficar alguma coisa", aconselhava outro adversário da Igreja... Afirmar, afirmar, que a afirmação sempre impressiona: é o lema do arrojado Professor. E senão, que o negador da vinda de S. Pedro a Roma nos dê: 1.º, uma *demonstração* de que os argumentos alegados pela crítica moderna cientìficamente não concluem; 2.º, uma enumeração das *fontes* históricas que, implícita ou explìcitamente, afirmem que S. Pedro não estêve em Roma.

(155) Paulo não resiste nem à autoridade nem à doutrina de S. Pedro. É o suficiente para salvar-lhe o primado. Quanto à explicação do episódio de Antioquia, conhecido por tôda a antiguidade cristã, veja-se qualquer bom autor católico. É coisa mil vêzes rebatida.

(156) Isto *afirmam* os protestantes, não a ciência. Fechemos Réville e abramos os *Atos* que são a *fonte* da história primitiva da Igreja. Ninguém ao ler estas páginas poderá furtar-se à impressão do papel realmente singular desempenhado por Pedro. Quem anuncia por primeiro o Evangelho aos judeus? Pedro. (1, 14) Quem batiza os primeiros gentios? Pedro. (II, 41; X, 9 sg.) A Pedro revela o Espírito Santo de modo particular a vocação dos gentios; a Pedro nomeadamente é enviado o centurião Cornélio. Quem opera o primeiro milagre em confirmação da fé? Pedro. (III, 1) A quem se traziam os enfermos em multidão como outrora a Cristo? A Pedro. (V, 15) Quem por primeiro propõe

monstrativo quanto é nesse período de formação da Igreja nascente que deveríamos a cada passo assinalar os indícios de tal poder se houvera existido". (157)

Assim, *pastôres* e *rebanhos,* no evangelho, não indicam hierarquia alguma. Por isso, Tyrrell disse muito bem que,

---

a eleição de um apóstolo em lugar de Judas? (I, 15) Quem, sempre à frente do colégio apostólico, advoga a fama de seus companheiros e defende a glória do nome de Jesus perante o Sinedrim? Ainda uma vez, Pedro. (II, 14; IV, 8) Quem inflige terríveis castigos aos violadores dos bens eclesiásticos? Quem condena o primeiro herege simoníaco? Pedro, sempre Pedro. (V, 4; VIII, 20) Herodes, para agradar aos judeus, prende o príncipe dos apóstolos? Tôda a Igreja ora por êle, (XII, 5) o que se não lê de S. Tiago, também encarcerado. Reúne-se o primeiro Concílio em Jerusalém para decidir a controvérsia dos ritos judaicos? Pedro é quem toma por primeiro a palavra, Pedro quem dirime a questão. (XV, 7) Pedro é quem percorre as Igrejas da Judéia, da Galiléia e da Samaria, visitando e consolando a todos (IX, 31-32) "como um general, comenta Crisóstomo, que passa revista às suas tropas". *Hom.* 21, *in Act.* n.º 2. Por tôda a parte e sempre, na propagação da Igreja, na sua administração, na promulgação de suas leis, no exercício do poder judiciário, na defesa da fé e dos costumes, na tutela da liberdade cristã, na iniciativa e na direção dos atos comuns do colégio apostólico, Pedro avulta entre os seus colegas como primeiro, como autoridade, como pastor supremo. Se cada um dêstes fatos isolados não basta para estabelecer a suprema jurisdição do príncipe dos apóstolos, o seu complexo impõe-se; não há explicá-lo racionalmente sem interpretá-lo em convergência com os oráculos evangélicos que já deixamos expostos.

(157) Eis o que afirma o Sr. Réville; o que dizem os evangelhos já o referimos. O Sr. Oiticica, inegàvelmente, tem boa mão na escolha de seus mentores. Tyrrell, num li-

no princípio, havia uma *Igreja ensinante* (apóstolos e crentes irmanados em Jesus) e *um mundo a ensinar,* o dos pagãos a converter. (158) A criação de uma Igreja *ensinada* por bispos autoritários e papas infalíveis é pós-evangélica e antievangélica.

---

belo de combate, legou à posteridade "o que de melhor se pensou e escreveu" sôbre o modernismo. White, noutro livro do mesmo gênero, deixou o "juízo definitivo" sôbre S. Tomás. O protestante Réville, em duas pinceladas, deu-nos "o melhor resumo" sôbre a constituição da Igreja primitiva. Os autores que servem ao Sr. Oiticica são, não sòmente os únicos imparciais, mas decididamente os melhores do mundo.

(158) Isto disse o infalível Tyrrell no século XX. S. Paulo no século I dizia que a Igreja é como um corpo, um organismo e nela dispôs Cristo que houvesse "alguns apóstolos, outros evangelistas, outros *pastôres,* outros *doutores...*" "para o aperfeiçoamento dos santos, para o trabalho do ministério e a edificação do corpo de Cristo". *Ad Eph.,* IV, 12. Cfr. I, *Cor.* XII, 28. Na epístola aos romanos volta ainda a sua comparação predileta da sociedade dos fiéis com um organismo. Como na unidade de um corpo orgânico há multiplicidade de membros e variedade de funções, assim *na Igreja* socialmente una, distinguem-se vários ministérios: há quem *ensina,* quem *governa,* quem administra, quem exorta, etc., "sicut enim in uno corpore multa membra habemus, omnia autem membra non eundem actum habent, ita multi unum corpus sumus in Christo... habentes donationes..., differentes... qui *docet*... qui tribuit... qui *præest*..., etc., XII, 4, sgs.

Resumo analítico do artigo. A cena de S. Mateus é contestabilíssima: 1.º, porque não é autêntica, e as razões da inautenticidade ficaram obstinadamente sepultadas na pasta do professor; 2.º, porque a contestaram alguns dos SS. Padres, que, não só não a puseram em dúvida mas dela deri-

varam explìcitamente o primado de S. Pedro. A cena de S. João não estabelece nenhuma diferença entre pastôres ensinantes e rebanhos a ensinar porque contra tôdas as leis da exegese e as afirmações de todo o Novo Testamento e o depoimento da história, não no querem os ilustres contemporâneos Tyrrell-Réville-Oiticica, os melhores autores na questão: sic volo, sic jubeo, sit pro ratione voluntas.

Valor lógico do artigo: 0.

EXCURSUS D — "TU ES PETRUS"

"Bem-aventurado és tu Simão, Bar-Jona, porque não foram a carne e sangue que te revelaram, mas meu Pai, que está nos céus. E Eu te digo: "Tu és Pedro e sôbre esta pedra edificarei a minha Igreja e as portas do inferno não prevalecerão contra ela. Dar-te-ei as chaves do reino dos céus; e tudo o que ligares na terra será também ligado nos céus, e tudo o que desligares na terra será também desligado nos céus". *Mat.*, XVI, 18-19.

Tal o célebre texto em que Jesus promete ao humilde pescador da Galiléia o primado na nova sociedade religiosa. Pedro será a pedra fundamental da Igreja, receberá as chaves do reino dos céus (= Igreja) e terá plenos poderes de ligar e desligar com a promessa de que as suas sentenças serão ratificadas por Deus.

De dois modos pode-se impugnar o valor demonstrativo dêste passo: negando-lhe a autenticidade ou torcendo-lhe a interpretação natural. Cronològicamente, começaram os adversários do papado com submeter o trecho às torturas de sua exegese, e, como êle resistisse vitoriosamente a tôdas as violências, decidiram por último amputá-lo. Lògicamente, convém começar estabelecendo-lhe a genuinidade para em seguida interpretá-lo retamente. Um e outro ponto trataremos *brevissìmamente*.

AUTENTICIDADE DO "TU ES PETRUS"

Só nestas últimas dezenas de anos surgiu no campo protestante-racionalista a dúvida ou a negação da autenticidade do *tu es Petrus*. Não a motivou nenhum descobrimento nas ciências escriturísticas. E contra esta arbitrariedade, de todo em todo infundada, militam os mais irrefragáveis argumentos da crítica interna e externa. Senão vejamos.

Há porventura algum códice mais ou menos antigo, grego ou latino, uncial ou cursivo, que omita a nossa perícope? *Nem um só*. Os manuscritos gregos catalogados ascendiam em 1912 a cêrca de 3.500. Cf. GREGORY, *Die griechischen Handschriften des Neuen Testaments*, Leipzig. Em nenhum dêles o texto é esquecido ou deixa entrever o mais leve indício de interpolação.

Há porventura alguma versão em que se não encontre o célebre passo? *Nem uma só*. Tôdas as traduções antigas — latinas, coptas, siríacas (as duas, curetoniana e peshittô) — algumas das quais remontam aos princípios do segundo século, encerram uniformemente o texto impugnado.

Há porventura algum autor antigo, católico ou heterodoxo, que tenha sequer levantado uma sombra de dúvida sôbre a genuinidade de trecho tão capital para a constituição orgânica do Cristianismo? *Nem um só*. Tertuliano, no segundo século, desavindo com o Papa Calisto, que, ao intervir na questão montanista, citara o trecho de S. Mateus, debate-se, visìvelmente embaraçado com o argumento, torce o versículo *Tu es Petrus* com uma interpretação forçada em flagrante antítese com a que êle próprio dera em outros tempos, mas não deixa transparecer a menor suspeita de que é espúrio. Que vitória para o infeliz Tertuliano irritado poder lançar em rosto ao bispo de Roma a grande fraude sôbre que êle pretendia fundamentar o edifício de sua primazia!... Orígenes (princípios do século III), que, para levar a têrmo os seus prodigiosos trabalhos de crítica escri-

turística, consultou inumeráveis códices gregos e latinos, no Egito e na Ásia, conhece o trecho de S. Mateus, dá-lhe a interpretação literal e a alegórica, segundo o estilo da escola alexandrina, mas em todos os seus estudos não encontrou o menor indício que o fizesse hesitar sôbre a sua genuinidade. S. Jerônimo, o Doutor máximo das Escrituras, conheceu o Evangelho de S. Mateus na sua língua original; também nêle nem a mínima suspeita de uma inserção pós-evangélica. Numa palavra, *todos* os autores antigos, escritores eclesiásticos, santos Padres, católicos e heterodoxos dos mais variados matizes e de interêsses mais opostos, só têm uma voz para proclamar a autenticidade da nossa perícope.

Por isso as edições críticas modernas — católicas, protestantes e racionalistas — trazem-na indiscriminadamente sem nenhum sinal de genuinidade duvidosa. Entre os protestantes citemos as edições críticas de TISCHENDORF, um dos mais beneméritos da crítica textual do Novo Testamento, de B. F. WESTCOTT e F. HORT, que durante trinta anos trabalharam nos dois volumes do *The New Testament in the original Greek,* Cambridge and London, 1881, WEYMOUTH, NESTLE, etc., etc.

Se a crítica não é capricho nem arbitrariedade, mas ciência que se deve basear nos fatos e documentos, não há um só indício positivo que possa servir de fulcro a um começo de hesitação. Não é possível duvidar do célebre lance de S. Mateus sem duvidar de qualquer outro passo do Evangelho, nem se pode duvidar da autenticidade dos Evangelhos sem arvorar em sistema o mais radical pirronismo histórico. Raríssimos são os documentos antigos cujo valor indiscutível é demonstrado com tanto rigor crítico como o dos nossos livros inspirados. Ainda uma vez, não é possível abalar os fundamentos da nossa fé sem mutilar a razão na dignidade de seus mais invioláveis direitos.

Aos argumentos acima vem a crítica interna trazer a mais sólida confirmação. Não há talvez em todo o Evangelho outra passagem que revele mais claramente a sua origem primitiva e um caráter tão inconfundìvelmente semítico. Os hebraísmos (Bar-Jona, carne e sangue, ligar e desligar, etc., ao todo 6 ou 7), pululam nestes poucos versos. Não o dissimula A. HARNACK, aliás interessado no debate: "não se encontram no Evangelho muitos trechos mais longos dos quais transpareçam, no pensamento e na forma, tantos vestígios aramaicos como nesta perícope robusta e concisa, wie aus dieser strenge geschlossenem Perikope." *Der Spruch über Petrus als Felsen der Kirche* em *Sitzungsberichte der königlich preusischen Akademie der Wissenschaften,* 1918, n. XXXII, p. 649.

Mais coerente, TH. ZAHN, um dos mais abalizados críticos contemporâneos: "Que Mat., XVI, 17-19 não foi interpolado pelo tradutor grego ou por um segundo redator de um evangelho aramaico, já o prova só a expressão literária do trecho que, de princípio a fim, soa tão judaicamente como nenhum outro passo de S. Mateus, so recht jüdisch klingt wie nur irgend ein Stück des Matthäus". *Das Evangelium des Matthäus,* 2.ª ed., Leipzig, 1905, p. 547.

Êste cunho tão especìficamente judaico e ao mesmo tempo tão caracterìsticamente original e primitivo não pudera ser imitado nos fins do século I ou princípios do II. O falsário que realizasse esta proeza de marchetaria literária, além de muito talento, deveria possuir uma técnica estilística de que a antiguidade não conhecia o segrêdo.

Mais. Não bastava inserir no cap. XVI de S. Mateus os versículos 17-18, era mister refundir com interpolações inimagináveis todo o Novo Testamento. O passo do primado não é um bloco errático nos escritos apostólicos, é um foco que irradia por tôda a literatura inspirada. A mudança do nome de Simão em Pedro referem-no os 4 evangelistas (*Luc.* VI, 13; *Mat.* X, 2; *Mc.* III, 16; *Joan.* I, 42). No Evangelho de S. Lucas, Cristo ora de modo especial por S. Pedro para que não desfaleça na fé e confia-lhe a missão de confirmar

os seus irmãos (*Luc.* XXII, 31); no de S. João, Cristo nomeia-o pastor de seu rebanho, com a mesma fórmula aramaica de S. Mateus, Simon Joannis. Nos Atos, como já vimos, Pedro aparece-nos "indiscutìvelmente como o primeiro homem da cristandade primitiva (Petrus ist ohne Frage der erste Mann in der Urgemeinde)", na expressão do protestante WEIZSAECKER, *Das apostolische Zeitalter,* p. 12. Tudo, pois, no Evangelho se equilibra com uma coerência, com uma harmonia que exclui qualquer inclusão violenta de interpolações posteriores. Se a isto se acrescentarem as impossibilidades morais de semelhante indignidade, chegaremos à conclusão de que a perícope do primado *não foi* nem *podia ser* introduzida fraudulentamente no Evangelho de S. Mateus.

Crítica interna e externa dão-se, pois, as mãos para firmar a autenticidade do importante passo evangélico. Justamente conclui um moderno crítico protestante dos mais versados na crítica textual dos códices gregos: "Não há *nenhuma razão* para contestar a autenticidade destas palavras (so fällt jeder Grund fort, die Echtheit dieser Worte zu bestreiten). B. WEISS, *Quellen der synoptischen Ueberlieferung,* em *Texte u. Untersuchungen,* 32, (1908), p. 95. Do mesmo parecer são os dois críticos também protestantes VON SODEN e ZAHN, o primeiro especialista na crítica textual dos códices *latinos,* o outro na dos *siríacos*.

A negação só se explica por motivos de ordem extracientífica. Lançar dúvidas sôbre o valor genuíno de um documento é tentação fácil para infirmar-lhe a autoridade. São poucos os que dominam de tal modo o material científico de uma questão que nela possam formar um juízo pessoal sem se impressionar pelas arrojadas afirmações de algum escritor mais temerário do que hábil. Os demais sugestionam-se fàcilmente e um dêles, inflando e hiperbolizando com superlativos balofos as reservas infundadas, sairá amanhã pelos jornais assoalhando como "contestabilíssima" a

cena de S. Mateus. O expediente "crítico" da intervenção cirúrgica é audaz e sobretudo cômodo, mas daí não passa.

Entretanto, da contestação da autenticidade podemos tirar duas conclusões de grande momento. A nova tática dos adversários prova: 1.º) que tão profundamente baseada sôbre o Evangelho se acha a Igreja Católica que não é possível demoli-la sem demolir o Evangelho; 2.º) que tôda a ciência protestante desde Lutero até os fins do século XVIII errou e foi vencida pela ciência católica. Concedem os modernos protestantes, como veremos logo, que são falsos e inconcludentes todos os argumentos com que os seus antecessores pretendem impugnar o texto de S. Mateus. E com êste arsenal se impugnou por séculos o catolicismo em nome da ciência!

INTERPRETAÇÃO DO "TU ES PETRUS"

A controvérsia sôbre o sentido literal do *Tu es Petrus,* agitada outrora entre católicos e protestantes, é hoje questão cerrada. Navegando na esteira aberta pelo seu patriarca, o ex-monge de Eisleben, os primeiros teólogos da Reforma submeteram o célebre passo do primado às torturas mais violentas que conheee a história da exegese. A pedra sôbre a qual construiu Cristo a sua Igreja era a fé na divindade de Jesus Cristo, a confissão pública desta divindade, a fé do Apóstolo, etc. Pedro é que não devia ser. As contorsões eram demasiado violentas para durar muito. Serenados os ânimos das efervescências das primeiras lutas, havia por fôrça de cessar. Efetivamente:

1.º — Quem lê com olhos despidos de preconceitos o capítulo XVI, v. 17-19, vê logo que Pedro é por Jesus designado como fundamento de sua Igreja. Em todo o trecho Cristo só se dirige ao apóstolo: *beatus es... tu es* Petrus..., *Tibi* dabo... quidquid *ligaveris*... As palavras iniciais da majestosa cena: bem-aventurado és Simão, fazem esperar algo

de grande, de inesperado, de singular. Tal é o resultado da, que eu chamaria, primeira intuição exegética do leitor desapaixonado. Mas a verdade nada perde em ser submetida aos processos da análise mais severa.

2.º — Que Simão é a *pedra* escolhida por Jesus para alicerce da sua grande construção demonstra-o o nome dado ao humilde pescador de Betsaida. Quando pela primeira vez o filho de Jonas, Simão, se apresentou ao Salvador, Jesus prometeu mudar-lhe o nome: "tu és Simão, filho de Jonas; tu te chamarás *Cephas", S. João,* I, 42, que quer dizer Pedra. Ora, que significaria esta promessa, se Simão não devia realmente ser a pedra fundamental da Igreja? Porventura os nomes impostos por Deus são sonoridades vazias? Vozes ôcas de realidade? Não está nos estilos de Deus mudar os nomes às pessoas por Êle eleitas para uma função providencial na história da humanidade? A Abraão, escolhido para Pai dos crentes, muda-lhe Deus o nome; muda-o ainda a Jacó quando o constituiu chefe das doze tribos e da nação eleita, muda-o finalmente a Simão quando o designou para Pastor supremo da sua grande família religiosa. Três vêzes em tôda a Escritura observamos esta mudança de nome e em tôdas três se tratava de elevar um particular à dignidade de chefe dos eleitos.

3.º — Qualquer sombra de dúvida que ainda pudesse pairar no ânimo do leitor, dissipa-a por fim a advertência de que a diferença Petrus-petra só existe nas traduções grega e latina do 1.º Evangelho. Mas Cristo falava aramaico e em aramaico a identidade verbal é absoluta. "Tu és Pedra (Kepha) e sôbre esta Pedra (Kepha) edificarei" etc... A frase é do mesmo molde que esta outra: o Corcovado é uma peanha natural e sôbre esta peanha se elevará a estátua a Cristo Redentor. Se nesta proposição, peanha, como na primeira, pedra, não significa a mesma coisa num e noutro inciso, quebremos a pena e ponhamos um cadeado nos lábios, que não haverá meio de manifestar, com fidelidade, o nosso

pensamento. Há mais de um século o argumento já fazia mossa nos exegetas protestantes. "Pedra não é nem a confissão de Pedro, nem Cristo... Interpretações que o *contexto não admite,* mas o próprio Pedro. Falando siríaco, Cristo não empregou nenhum apelido, mas em ambos os incisos disse Cephas, como em francês o têrmo *pierre* designa tanto o substantivo próprio como o apelativo." J. G. ROSENMÜLLER, *Scholia in N. T.,* 6.ª ed., Norimbergae, 1815, I, p. 336.

4.º — Por último, a interpretação católica é exigida ainda pelo contexto imediato. Nos versículos seguintes, sob outras formas, a Pedro é ainda prometido o primado da Igreja Universal. Êle será o Clavígero do reino dos céus. E as chaves, no Oriente, são o símbolo da autoridade. Êle poderá ligar e desligar. E as suas sentenças são asseguradas por Deus na plenitude de sua eficácia jurídica: o que êle ligar ou desligar na terra será também ligado ou desligado no céu.

Se quisermos corroborar o resultado do estudo direto do texto com o pêso da autoridade, diremos que assim o interpretou tôda a antiguidade cristã. Na Igreja *latina:* Tertuliano, S. Cipriano, S. Máximo, S. Optato de Milévio, S. Ambrósio, S. Jerônimo, S. Agostinho, S. Leão Magno, S. Hilário, S. Zenão de Verona, S. Próspero de Aquitânia; na Igreja *grega:* Orígenes, S. Basílio, S. Gregório Nazianzeno, S. Gregório Nisseno, S. Cirilo, S. Epifânio, Astério Amaseno, Macário Magnes, S. João Crisóstomo, S. Nilo, Teofilato; na Igreja *siríaca:* S. Afraates, S. Efrém. E os testemunhos individuais são ainda confirmados por todos os livros litúrgicos (latinos, gregos, siríacos, armenos, coptos, eslavo-russos) e pelos grandes concílios ecumênicos de Éfeso, Calcedônia, Nicéia (2.º), Lião (2.º), Constança e Florença.

Aí está em pêso tôda a antiguidade cristã. Se não fôra exata a sua interpretação, deveríamos dizer que a Magna Carta dada por Cristo à sua Igreja e essencial à sua existência, por 15 séculos foi um livro fechado com sete sigilos. Nos planos da Providência, decifrar-lhe o impenetrável enig-

ma estava reservado a um apóstata sensual e orgulhoso, no dia em que, com um duplo sacrilégio, violara a fé dos juramentos mais sagrados.

Dentre os antigos escritores, pois, *não há um só* que negue haver sido o primado conferido por Jesus a Pedro. O mais que se encontra são, às vêzes, *interpretações alegóricas* ou *acomodações* do célebre texto.

Nas suas homílias ou em escritos destinados à edificação dos fiéis, alguns santos padres, como ainda hoje costumam os pregadores, supondo o sentido dogmático e literal do *Tu es Petrus, absolutamente incontestado,* desenvolvem as aplicações práticas ou lições morais que fôssem de imediata utilidade para os a quem se dirigiam. Não era mister fazer antecipadamente polêmica antiprotestante em tôdas as práticas dominicais. Respigar êsses tópicos como argumento científico em favor de uma causa é dá-la como desesperada. Diga-o o insuspeito LOISY: "semelhantes interpretações poderão ter sido propostas pelos antigos comentadores em vista das aplicações morais e relevadas pela exegese protestante com interêsse polêmico. Mas, se quisermos transformá-las em sentido histórico do Evangelho, não passam de *distinções nulas que fazem violência ao texto." Les Evangiles synoptiques,* t. II, pp. 7, 8.

A fôrça da evidência acabou por subjugar os próprios protestantes. Fazendo ressalvas, já se vê, sôbre a supremacia atual do papa como sucessor do Príncipe dos apóstolos, confessam que realmente em S. Mateus Cristo prometeu a Pedro o primado, *aber ohne die römischen Konsequenzen.* Para H. MONNIER, a interpretação protestante "est par trop alambiquée et tendencieuse". *Notion de l'apostolat,* p. 133. P. F. JALAGUIER confessa abertamente que o terreno em que se puseram os católicos "est à nos yeux *le seul vrai*". *De l'Eglise,* Paris, 1899, p. 219. P. WERNLE: "Com todo o direito entenderam os católicos êste trecho catòlicamente, romanamente (Die Katholiken haben das Wort mit vollen Recht katholisch,

römisch aufgefasst)". *Die Quellen des Lebens Jesu,* Halle, 1904, p. 75. H. J. HOLTZMANN: "A célebre perícope da Pedra XVI, 17-18, apesar de tôdas as exegeses tendenciosas de antigos e novos protestantes, deve referir-se à pessoa do Apóstolo (Die berühmte Felsenrede, 16, 17 e 18 ist trotz aller alt — und neuprotestantischen Tendenzexegese auf die Person des Apostels zu beziehen)." *Lehrbuch der neutestament. Theologie,* Freib. in Br., Leipzig, 1897, p. 430. H. A. W. MEYER: "Sem dúvida aqui se atribui a Pedro o primado entre os apóstolos (Ohne Zweifel wird übrigens hier dem Petrus den *Primat* unter den Aposteln zuerkannt)... O expediente *nascido tantas vêzes da polêmica contra Roma* que o próprio Pedro não seja a pedra... é falso (Die oft von der Polemik gegen Rom ergriffene Auskunft, mit dem Felsen sei nicht Petrus selbst... gemeint ist unrichtig". *Kritisch-exegetisches Handbuch über das Evangelium des Matthäus,* 6.ª ed., Göttingen, 1876, p. 351. E citações dêste teor poderiam aduzir-se ainda de Kuinoel, F. H. J. v. Schelling, Th. Keim, K. v. Hase, O. Pfleidere-Sieffert, Weiss, Keil, Mansel, Bloomfield, Thompson, Alford, e outros muitos, sem mais esfôrço de erudição que consultar as obras críticas dos principais heterodoxos modernos.

Escrevendo há poucos anos da Alemanha, um dos mais notáveis exegetas nossos, KNABENBAUER, dizia serenamente: "Outrora aos intérpretes católicos incumbia a tarefa, aliás fácil, de provar que *super hanc petram* se referia àquele que pouco antes tinha sido chamado Pedra... Hoje podemos omitir êste trabalho. Finalmente neste ponto cederam os protestantes aos sãos princípios da razão e às leis do falar humano". *Comment, in Matth.* in h. locum t. II, p. 55. Feliz de quem por lá combate! O que nos centros cultos do velho mundo é armadura carcomida e oxidada, esquecida entre a imprestabilidade dos ferros velhos, é a panóplia com que ainda hoje, muito anchos e lampeiros, saem à liça os cavaleiros andantes cá da terra.

Ao célebre texto que acabamos de interpretar diretamente venha a história de dois mil anos trazer o comentário real dos fatos. Sim, aí está inabalável a Igreja Católica sôbre a grande Rocha firmada pela mão divina. As tempestades de vinte séculos raivaram-lhe furiosas aos pés, desmantelaram impérios, partiram cetros e espadas, varreram instituições políticas e sociais. Só ela sobrevive, inexpugnável, eternamente nova, sem conhecer nunca a decrepitude das caducidades humanas. Da grande família religiosa fundada por Cristo sôbre essa base insubstituível, apartaram-se, no correr dos anos, muitos membros infelizes. Que é feito dêles? Separados do organismo, onde só circula a seiva vivificadora, entraram na decomposição da morte. Onde estão os gnósticos e os montanistas? Onde, os partidários de Nestório ou de Ario? de Pelágio ou de Eutiques? Cinza fria, poeira impalpável, sob o epitáfio irrevogável do que não ressurge: *hic jacet*. Os mais recentes entre os irmãos separados já não dão menos indício de vitalidade decadente. A infeliz igreja russa, acalcanhada por séculos pela tirania humilhante dos tzares, apenas saída da letargia em que a imobilizara a escravidão à autocracia civil, debate-se sob os nossos olhos, no caos da mais deplorável anarquia. O protestantismo histórico já quase não existe. Só lhe sobrevive o nome a cobrir, com o seu negativismo indefinidamente elástico, as mais disparatadas formas do livre-pensamento que não renunciaram de todo a embalsamar as suas mais arrojadas concepções com o perfume religioso de um cristianismo volatilizado.

A Rocha do Vaticano está imòvelmente firme. E enquanto os visionários protestantes e os necromantes espiritistas, todos os dias, lhe prenunciam para o seguinte o desmoronamento irreparável, as inteligências reflexivas não lhe vêem os sinais sequer de atividade menos vivaz. A palavra ao célebre protestante MACAULAY: "A história da Igreja Católica une as duas maiores eras da civilização humana. Nenhuma outra instituição existe hoje que nos faça remontar com a memória aos tempos em que o fumo dos sacrifícios se elevava do Panteon e os tigres e leões saltavam no anfiteatro de Flávio. As mais soberbas casas reais são de ontem comparadas com a dinastia dos soberanos Pontífices... O Papado não está decadente nem antiquado, mas cheio de vida e juvenil vigor... O número de seus filhos é maior que em nenhuma outra época... Nem vemos indícios de que se aproxima o têrmo de seu domínio. Êle viu o comêço de todos os governos e de tôdas as instituições eclesiásticas que atualmente existem no mundo... Já era grande e respeitado antes que o Saxônio pusesse os pés na Bretanha, ou o Franco atravessasse o Reno, quando em Antioquia ainda florescia a eloqüência grega e os ídolos eram venerados no templo de Meca. E existirá ainda em tôda a pujança de seu vigor, quando algum viandante da Nova Zelândia vier, no meio de vasta solidão, assentar-se num arco partido da ponte de Londres para desenhar as ruínas de S. Paulo". *Review of Ranke's History of the Popes*. Essays and lays of ancient Rome, London, 1894, pp. 571-72.

Para os que temos a ventura de crer, a indefectibilidade da Igreja Católica é mais que simples indução histórica, é certeza divina. Fundou-a indestrutìvelmente sôbre Pedro Aquêle que, só, podia dizer: "Passarão o céu e a terra; minha palavra não passará".

XII

Escrevi eu:

"Nos primeiros séculos da Igreja o bispo de Roma não é superior em coisa alguma aos demais: é primeiro *entre irmãos.*"

O padre Franca, muito honestamente, suprime esta última frase em que Tyrrell aponta a primazia do papa na Igreja antiga (159) e declama: "Que afirmação cônscia de si mesma!" E cita argumentos demonstrativos da autoridade dos primeiros papas sôbre os bispos: intervenção de Clemente em Corinto; o caso de S. Vítor na questão da uniformidade na festa pascal, legislação de S. Calisto quanto à deposição dos bispos e decreto para regularizar a confissão na África; a intervenção de S. Estêvão na controvérsia sôbre o batismo conferido por hereges.

Depois aconselha-me o padre Franca, das cumeadas da sua erudição, a estudar a história da Igreja, não em Tyrrell,

---

(159) A frase "primeiro entre *irmãos*" é equívoca. Tem um sentido aceitável no qual ainda hoje o Papa se dirige aos bispos dando-lhes o título de irmãos: irmãos na fé, na filiação adotiva da graça, no sacerdócio, nos poderes da ordem episcopal. O sentido inaceitável e heterodoxo igualaria o Papa aos bispos na jurisdição; concedendo-lhe apenas um primado de precedência honorífica. No primeiro significado da expressão, *eu não a combatia:* no segundo, identificava-se com a frase precedente: não é superior em coisa alguma aos demais. Em ambas as hipóteses, era inteiramente inútil citá-la. Suprimi-a, portanto, sem ironia, "muito honestamente".

mas em Clemente Romano, Inácio de Antioquia, Irineu de Lião, S. Cipriano, etc.

Obrigado, padre Franca. Sou porém forçado a retrucar-lhe que possuo todos êsses e os demais padres da Igreja, habituado que estou na leitura dêles desde a mocidade. (160)

Em seu artigo de 17 de março lembra-me o padre Franca: "Não esqueça a demonstração de que nos primeiros séculos do cristianismo não havia papas".

Essa é demais, padre Franca! Onde afirmei eu tal coisa? Peço-lhe encarecidamente que indique o artigo e a linha.

Impossível ter eu asseverado isso pelo simples fato de serem todos os bispos, na primitiva igreja, *papas*. O nome era comum; não era privilégio do bispo de Roma. (161)

O que assevero é que o papa de Roma não tinha autoridade funcional sôbre os demais papas; que a Igreja de Roma, apesar de sua importância econômica e política, não era su-

---

(160) Pelos espécimes dados até aqui com bem pouco aproveitamento.

(161) Sofistaria de má morte! Escrevendo no século XX para leitores contemporâneos, lembrei ao polemista a demonstração "de que não havia papas nos primeiros séculos do cristianismo". Que significa hoje o têrmo papa? O Chefe da Igreja Católica. Se houvera redigido o meu artigo em algum pergaminho do século II ou III, teria pôsto a questão nestes têrmos: entre os bispos ou papas das diversas dioceses, o bispo ou papa de Roma exerce um primado de jurisdição? E todos me teriam entendido no ano 200 como me entenderam no ano de 1926. Falaria em ambos os casos a linguagem dos meus leitores revestindo o mesmo pensamento de têrmos diferentes. Que faz o Sr. Oiticica? De uma frase escrita no século XX isola uma palavra, dá-lhe um significado que teve há muito mais de mil anos e sai ovante e vitorioso pingando foguetes de admiração e torcendo curvas interrogadoras. É o tipo do sofista que tenta enredar, com equívocos verbais, o *ergoteur de mots*.

serana universal. Os bispos eram *colegas* autônomos nas suas igrejas.

Só com o tempo, valendo-se de vários meios, entre os quais a lenda de Pedro, foram conseguindo os bispos de Roma influência e preponderância nas demais dioceses.

A princípio os bispos, *episcopi*, nome usado nas comunidades pagãs com o sentido de *intendente* ou *comissário*, eram mais encarregados da administração, do temporal, que do espiritual. (Ver J. Réville, *Les origines de l'épiscopat*, e Guignebert, *Le Christ. ant.*, p. 109.)

Havia na mesma comunidade vários bispos, eleitos pelos fiéis, sem mais autoridade que o exemplo e a função de vigilante. (162) Contra os abusos levantava-se a comunidade inteira e freqüentes casos houve de deposições violentas.

---

(162) Falso; isso afirmam gratuitamente no século XX os protestantes Réville e Guignebert. As *fontes* históricas não falam assim. Mãos às provas. S. Clemente romano nos fins do 1.º século escrevia: "Cristo foi enviado por Deus, os apóstolos por Cristo; uma e outra missão ordenadas pela vontade de Deus. Tendo, pois, recebido estas ordens, saíram a anunciar o advento do reino de Deus. Pregando, pois, a palavra pelas regiões e pelas cidades... *constituíram bispos e diáconos daqueles que haviam de crer.*" *Ad Cor.* c. 42. Sob o nome simbólico de anjos, dirige-se o Apocalipse a 7 bispos de outras tantas cidades da Ásia Menor e os repreende de defeitos cometidos no exercício de suas funções episcopais. (*Apoc.* c. II, sgs.) S. Inácio de Antioquia: "O *bispo*, os sacerdotes e os diáconos foram *designados no pensamento de Jesus Cristo, que, segundo a sua vontade, os estabeleceu e confirmou* pelo Espírito Santo". *Ad Philad.*, I, 1. "*Sem bispo*, sem sacerdotes e sem diáconos *não há Igreja*". *Ad Trall.* III, 1-2. "Clamei com grandes vozes quando estive convosco, clamei com a voz de Deus: *obedecei ao bispo*, ao presbitério, aos diáconos". *Ad Philad.* VII, 2. "Quem quer que é enviado pelo Pai de família para governar a sua casa deve ser

Pouco a pouco, por vários motivos assinados pelos historiadores, foram passando as igrejas do regime de *pluralidade* episcopal ao de *singularidade*, com supremacia do bispo sôbre diáconos e presbíteros. Isso não se fêz sem lutas e protestos. (163) "Aliás, escreve Guignebert, pelo fato de ser o (bispo), só na sua função, não resulta seja senhor absoluto em sua igreja, e, por algum tempo mais ou menos longo, segundo os lugares, aparece-nos como presidente do

---

recebido por nós como aquêle que o envia. É, pois, manifesto que se deve *considerar o bispo como o próprio Senhor.*" *Ef.* VI. "Exorto-vos a fazer tudo em concórdia *sob a presidência do bispo* em lugar de Deus, com os sacerdotes em lugar do senado apostólico, e os diáconos aos quais foi confiado o ministério de Jesus Cristo". *Ad Magnesios*, c. 6. E as citações poderiam fàcilmente multiplicar-se. Das que aí ficam fàcilmente se depreende: 1.º, que *é divina a instituição do episcopado*, mediante os apóstolos; 2.º, que o bispo é *único* na diocese; 3.º, que é representante de Deus, ao qual os fiéis devem prestar obediência; 4.º, que a hierarquia é essencial à constituição eclesiástica: sem ela não há Igreja. Ora o testemunho de S. Inácio é de um valor excepcional. O grande bispo de Smirna, que, já ancião, sofreu glorioso martírio, nos primeiros anos do século II, foi discípulo dos apóstolos e testemunha contemporânea de quase tôda a história da Igreja primitiva. As suas epístolas escritas a diferentes igrejas supõem o episcopado monárquico, como instituição primitiva, como um fato de que ninguém duvida. — Só mencionamos autores da idade apostólica. Se mais espaço tivéssemos, poderíamos acumular, no mesmo sentido, citações de S. Dionísio de Corinto, S. Irineu, de Tertuliano, Orígenes, e Clemente Alexandrino, escritores todos do 2.º século e princípios do 3.º.

(163) Asserção gratuita do Sr. Oiticica. As *fontes* históricas dizem outra coisa.

presbiterion, isto é, do conselho dos presbíteros; porém não passa isso de uma escala e certas igrejas da Ásia a ultrapassaram desde o alvor do século II. Por êsse tempo, Inácio de Antioquia proclama que o bispo é o representante de Deus na Igreja, que ninguém deve fazer nada sem sua audiência, pois é servir ao diabo proceder diversamente".

Foi mais ou menos de 130 a 150 o período de estabelecimento do monarquismo episcopal. (164) Para vencer a resistência das igrejas recorreram à idéia de terem sido os bispos instituídos primitivamente pelos apóstolos, ou por um discípulo dos apóstolos, ou mesmo por um delegado de igreja

---

(164) Aqui na faina de copiar autores, o Sr. Oiticica nem sequer procura salvar certa coerência cronológica. Algumas linhas acima, transcrevendo Guignebert, diz que, no alvor do século II, já Inácio de Antioquia proclamava que o bispo era representante de Deus. Já vimos que o testemunho leva muito mais longe, remonta aos primeiros anos da idade apostólica. No artigo anterior, falando do primado de S. Pedro, asseverou que a perícope de S. Mateus foi interpolada no fim do primeiro século. Esta afirmação supõe que, por esta data (estamos ainda na idade apostólica), não só a idéia do episcopado monárquico, mas já a do primado pontifício, tinha feito tanto caminho em tôda a cristandade, que o texto pôde ser interpolado em não sei que lugar e a interpolação ganhar tão ràpidamente e tão sem protestos tôdas as Igrejas que, já no século II, nenhum códice manuscrito encerrava vestígios da falsificação. Os escritores eclesiásticos, os hereges condenados por esta época, não lograram nunca desvendar esta grande mistificação que alterava a essência da constituição social do cristianismo. — Realmente há muita incoerência, muita contradição. As teorias inventadas, quando não verdadeiras, devem ao menos ser verossimilhantes. É preciso arranjar um pouquinho melhor êstes algarismos que brigam muito escandalosamente. Como estão, ferem a vista do leitor mais distraído.

apostólica. As igrejas organizaram *listas* de bispos até se entroncarem num apóstolo fundador. Veremos a igreja romana, para justificar sua importância e seus assomos de suserania, criar a lenda de Pedro para filiar seus bispos ao príncipe dos apóstolos. (165)

---

(165) Os catálogos dos bispos das antigas Igrejas são de um valor indubitável. Para a igreja de Roma temos uma lista episcopal organizada, lá por volta do ano 170, por Hegesipo, que foi pessoalmente à Cidade Eterna haurir informações seguras. Pouco depois Irineu, versadíssimo na história das tradições eclesiásticas, deu-nos também êle uma lista da sucessão episcopal na cátedra de S. Pedro. Outra ainda nos depara Eusébio. Estas listas exaradas nos dípticos das diferentes igrejas eram documentos de notoriedade pública. Os escritores eclesiásticos não raramente datam os acontecimentos pelo nome do Pontífice reinante, como, pelos cônsules, os historiadores profanos. Veja-se IRINEU, *Adv. Haeres.* III, iii, 3, 4; IV, 3; I, XXV, 6; XXVII, 1, 2; veja-se ainda o *Fragmento Muratoriano.* — Mais. Nos seus escritos polêmicos, os mais antigos apologistas da ortodoxia apelavam para estas listas episcopais, como para documentos de absoluta irrefragabilidade. Pelo ano 180 dizia S. IRINEU nas Gálias: "podemos enumerar os bispos que foram instituídos pelos apóstolos e os seus sucessores até os nossos dias". *Adv. Haeres.* III, iii, 1. Por esta mesma época, TERTULIANO, na África, refutando as novas heresias, atirava-lhes êste repto: "Que nos desenrolem a lista de seus bispos de maneira que, por uma série começada desde o princípio, o primeiro dêles tenha tido um apóstolo ou um varão apostólico como instituidor e predecessor. Assim é que as igrejas apostólicas apresentam as suas listas." *De Praescriptione,* c. 32. Imaginemos, por um instante, verdadeira a hipótese do Sr. Oiticica; de 150 data o episcopado monárquico; as listas episcopais "foram organizadas pelas igrejas" para se entronca-

Deu-se isso logo depois de Clemente Romano e, como foi sua *intervenção autoritária*, o primeiro exemplo do Sr. Pe. Franca, examinemos o caso. (166)

---

rem num apóstolo fundador. Que inabilidade então a dêste valente advogado africano, citando um fato que os seus adversários poderiam refutar sem documentos, com apelar simplesmente para o que ainda vivia na memória de todos! Não; Tertuliano não era tão ingênuo, Sr. Oiticica; também esta afirmação deve ser um pouco atenuada; contrasta muito vivamente com os documentos da história.

(166) Antes de o examinar chamemos a atenção sôbre uma reincidência do nosso impenitente polemista, apostado a violar obstinadamente todos os cânones da metodologia científica. Tentou o Sr. Oiticica, nesta primeira parte do artigo, persuadir que o episcopado monárquico não é instituição primitiva do cristianismo, mas resultado de uma evolução posterior. Viram por acaso os leitores a citação de alguma *fonte histórica?* As *afirmações gratuitas* se foram sucedendo e engranzando a modo de contas de um rosário. Como única fiança, um reportar-se a Réville e a Guignebert, cuja elevada competência científica já nos é conhecida (n.º 110). — Para os mesmos males os mesmos remédios. Repitamos, repitamos ainda uma vez o que dissemos desde o primeiro artigo, não das "cumeadas da nossa erudição", mas em nome das exigências mais rudimentares da crítica histórica: Sr. Professor, proprietário de tôdas as obras dos SS. Padres, lido e versado em seus escritos desde a mocidade, a constituição social da Igreja primitiva não se deve estudar nos livros de dois protestantes contemporâneos. As fontes do período são Clemente de Roma, Inácio de Antioquia e Irineu de Lião. E tôda a história que não é baseada no estudo crítico e comparativo das fontes, não é história, é romance de fantasia apaixonada. — Pode transmitir o recado a Paris ao Sr. Guignebert, que, lá, já ouviu piores.

Creio bem na boa-fé do padre Franca, e assim, quando S. Revdma. nos afiança ter Clemente intervindo *autoritàriamente* na igreja de Corinto, sou forçado a proclamar sua inteira ignorância neste ponto.

Sua Revdma. não passa das fantasias do seu Darras.

Se o padre Franca houvera lido a epístola de Clemente, teria visto o seguinte: 1.º, que a autoria de Clemente é duvidosa pois nem êle assinou a carta, nem falou em seu nome; a carta é enviada da igreja de Roma à de Corinto e o próprio Irineu, tão interessado em defender a primazia romana, assim o registra. (*Contra haer. III,* 3); (167) 2.º, a carta é

---

(167) A autenticidade da carta de S. Clemente é absolutamente certa. Nada prova o não achar-se o seu nome na epístola. O bispo e a diocese constituem um corpo moral como uma sociedade e o seu soberano. Daí o uso, na linguagem eclesiástica, de empregar desde os tempos mais remotos o nome da igreja pelo do seu bispo. Ainda mais recentemente Pio IV e o Concílio Vaticano, definindo o Primado do Papa, empregam indiferentemente os têrmos: Igreja Romana e Pontífice Romano. Cfr. DENZINGER, *Enchiridion,* n.º 999, 1827. Clemente não escreveu também o próprio nome pelo perigo que então havia de o revelar em documento que fàcilmente podia vir às mãos das autoridades pagãs. Na perseguição de Décio S. CIPRIANO diz expressamente que recebera cartas de Roma sem os nomes dos destinatários e sem assinatura: "litteras, in quibus nec qui scripserint nec ad quos scriptum sit, significanter expressum est." *Epist.* 9, n.º 2; (Hartel, p. 489). Que Clemente tenha realmente sido o autor da epístola, admitem-no todos os críticos sérios, porque o afirmam *unânimes* as *fontes* históricas mais autorizadas. No ano 170, DIONÍSIO, bispo de Corinto, escreve ao Papa Sotero: "Hoje passamos o santo dia de domingo em que lemos a vossa epístola que leremos também para o futuro, como fazemos também com a precedente que *nos foi escrita por Clemente.*" EUSÉBIO, *H. E.,* IV, 23, 11. Logo na

resposta a uma consulta de cristãos empenhados nas desordens de Corinto, onde havia, como em tôda a cristandade, o partido de Pedro e o de Paulo; (168) não é, de modo algum, intervenção *autoritária,* senão conselhos fraternais de ordem,

---

Igreja de Corinto à qual houvera sido dirigida lia-se todos os domingos a epístola *como escrita por Clemente*. O testemunho é decisivo. Da mesma época é também a afirmação explícita de HEGESIPO (*H. E.*, III, 16, IV, xxii), e implícita do *Pastor* de Hermes Vis., II, 4, 3. Segundo EUSÉBIO (Ibid., III, xvi), "é unânime a tradição" em atribuir a Clemente esta carta tão conhecida "pelo costume muito antigo de a lerem pùblicamênte em várias igrejas". Cfr. ainda S. JERÔNIMO, *De Vir. Illus.* c. 15. Isto mesmo teria dito ao Sr. Oiticica até o seu RENAN se o houvera lido com olhos desapaixonados: "une tradition des plus anciennes veut que Clément ait tenu la plume pour *l'écrire*". *Les Evangiles,* Paris, Lévy, 1877, p. 319. E em nota: *"peu d'écrits sont aussi authentiques"*. Não há, pois, rejeitar a autenticidade do precioso documento sem arvorar em princípio de crítica que os nossos conhecimentos de um fato passado só se devem haurir de uma única fonte. Êste capricho anticientífico mutilaria 9/10 da história.

(168) E lá vem o Sr. Oiticica com a oposição entre petrinismo e paulinismo, já velha e caduca. Inventou-a por necessidade de sistema o conhecido apriorismo da escola de Tubinga. E Renan, que, no mimetismo de camaleão, ia tomando todos os matizes do policrômico racionalismo tudesco, vulgarizou-o entre os latinos. Há 50 anos, passe; era novidade da moda. Hoje, mil vêzes refutada, é antigualha de museu arqueológico, que ainda se encontra no retardatário Guignebert e... no Sr. Oiticica. A causa das desordens de Corinto di-no-la a própria carta de S. Clemente, *única fonte histórica imediata que possuímos*. Alguns jovens, "audazes

respeito aos bispos e presbíteros sucessores dos apóstolos, apêlo à união de todos e concitação à obediência e paz. (169)

A Igreja romana, pela sua riqueza e situação na capital, tinha, entre as suas co-irmãs, nomeada e influência. Daí as

---

e temerários" se haviam insurgido contra as autoridades eclesiásticas. tentando depô-las. Daí sedição, tumultos, desordens, escândalos, que chegaram até o conhecimento dos pagãos. C. 1, 47, etc.

(169) Convém reler o documento e citar os trechos que não citou o Sr. Oiticica. O tom geral da epístola é paterno: é o tom de todos os documentos eclesiásticos e mais ainda das cartas dos papas que não lançam mão da severidade e dos castigos senão depois de esgotados os recursos da bondade. Mas às delicadezas da caridade cristã alia-se a gravidade do pai que repreende: "Vergonhosas, irmãos meus, muito vergonhosas e indignas de costumes cristãos são as notícias que de vós ouvimos". C. 47. Seguem-se as prescrições: "Vós que fôstes a causa das sedições *sujeitai-vos obedientes* aos presbíteros e recebei a correção por penitência". C. 57. E não se trata de um simples conselho: "Os que não *obedecerem* ao que [Deus], *por nosso órgão,* vos diz, saibam que *hão de incorrer em falta e envolver-se em não pequeno perigo*". C. 59, e adiante: "Grande consolação nos dareis se, *obedecendo ao que vos escrevemos* no Espírito Santo, cortardes pelo partidarismo ilegítimo, etc.". C. 63. Abertamente, exige o Papa obediência e declara: 1.º, que Deus *fala por seus lábios;* 2.º, que os renitentes serão *réus de grave culpa*. Não é isto afirmar, sem equívocos, a própria autoridade? Mais ainda. Com a carta, envia S. Clemente legados para compor o dissídio em seu nome: "Assim fizemos para que saibais que todo o nosso cuidado tem visado e visa ainda reconduzir-vos, quanto antes, à paz". C. 63. E a intervenção do Pontífice foi eficaz. S. Irineu, referindo-se a esta epístola,

consultas em casos difíceis; (170) mas seria grave êrro supor monopólio seu, ou ascendência legítima, essa posição consultiva. Outro tanto fizeram as demais igrejas e seus bispos. Inácio de Antioquia escreveu epístolas aos de Smirna, aos Efésios, Magnésios, Filadélficos, Tralésios e Romanos; Policarpo escreveu aos Filipenses; Dionísio aos Lacedemônios,

---

chama-a "potentissimas litteras ad pacem eos (Coríntios) congregans et reparans fidem eorum". *Adv. Haeres.*, III, 3, 3. Ainda aqui a ciência racionalista acabou dando razão aos católicos contra os velhos protestantes. Sôbre a epístola clementina pondera HARNACK: "Êste escrito prova que já no fim do 1.º século a comunidade romana possuía uma robusta organização interior, zelava com solicitude materna pelas comunidades *distantes* e entendia falar uma linguagem que fôsse simultâneamente expressão de dever, de amor e de *autoridade*". *Dogmengeschichte,* t. I, 3.ª ed., p. 444. Ver adiante a confissão de Renan (n.º 176). O Sr. Oiticica, modernissimo advogado de modernissimos heterodoxos, vem ainda repetir-nos antigualhas polêmicas de outras eras; enfim *cada uno estornuda como Dios le ayuda*.

(170) O têrmo "consulta" é adrede escolhido, porém mal escolhido. O pedido de Corinto (se é que a intervenção de Roma não foi espontânea, como o parece insinuar o c. 47 e o crêem muitos, por ex., o protestante Salmon) não é uma "consulta", é o apêlo de uma Igreja em anarquia para quem só lhe podia pôr têrmo às desordens intestinas. E por que não apelou, não "consultou" a grande Igreja de Éfeso, mais próximo e onde ainda vivia o apóstolo S. João? Que maus fados perseguem os adversários do Papado! Todos os documentos, todos os fatos com as suas mínimas circunstâncias conspiram em apontar para Roma, como centro da unidade católica.

Atenienses, Nicomedienses, Cretenses, Pônticos. (171) O clero romano consultou Cipriano, bispo de Cartago, a propósito da readmissão dos *lapsi* e cartas suas há a muitas outras igrejas. (172) Cipriano em suas cartas é cem vêzes mais autoritário que Clemente Romano. (173)

Já leu o padre Franca a epístola de Policarpo, bispo de Smirna. aos Filipenses? Muito mais *autoritativa* é que a de Clemente. É também resposta à consulta e no capítulo VII há verdadeiros anátemas contra os que negaram ter Cristo vindo em carne, ter padecido na cruz, ter ressuscitado, ou não haver juízo final. (174)

---

(171) S. Inácio escreveu epístolas (a coisa mais inocente e mais comum dêste mundo), mas *não como Clemente*. Veremos logo em que tom se dirigiu o santo mártir aos romanos.

(172) Consultar, Sr. Professor, não implica reconhecer jurisdição em quem se consulta. Pio IX consultou todos os bispos da Cristandade antes de definir o dogma da Imaculada Conceição. Todos os dias o Papa consulta, recorre às luzes de seus conselheiros.

(173) Quando escreve ao seu clero ou aos bispos da África que *dêle dependiam*. A sede de Cartago exercia, de fato, um primado sôbre outras sedes africanas, como a de Alexandria (que tinha mais de cem bispos sob a sua jurisdição) nas do Egito, a de Antioquia na Síria. Esta situação de fato foi sancionada, em 325, por um célebre cânon do Concílio de Nicéia que ordena se conservem os costumes antigos. Por que não nos mostrou o Sr. Oiticica a S. Cipriano intervindo em Éfeso ou em Smirna, ditando preceitos sob pena de pecado e enviando legados seus para compor dissídios de igrejas distantes?

(174) A epístola de S. Policarpo, como a de S. Inácio, só encerra conselhos que lhe haviam pedido os filipenses. É apenas mais uma prova do intercâmbio entre as diferen-

Se as circunstâncias históricas houvessem guindado Smirna e não Roma à culminância católica, teríamos o padre Franca citando Policarpo e não Clemente Romano.

Só depois dêste bispo romano começou, no raiar do 2.º século, o movimento pró-supremacia do bispo de Roma. (175)

Renan, entusiasta de Clemente, escreve em *Les Evangiles* (p. 312): "Clemente Romano foi, não só personagem real, como ainda personagem de primeira ordem, verdadeiro chefe de Igreja, um bispo, antes que o episcopado se hou-

---

tes igrejas primitivas. Proferir anátemas contra quem não do primeiro ao último Sr. Oiticica. No primeiro artigo o professor. Pode fazê-lo hoje, do alto de nossos púlpitos, não só um bispo, mas qualquer pregador, repetindo o de S. Paulo: quem não ama a Jesus Cristo, anátema. A frase, talvez malsonante a mais de um ouvido tolerantista, significa apenas que quem não admite um dogma de fé, não faz parte da Igreja, da comunhão dos fiéis: qui non credit jam judicatus est. *Joan*, III, 18. É o que dizia S. Policarpo e nada mais.

(175) Oh! Clemente já era bispo romano em 96, e "foi mais ou menos de 130 a 150 o período de estabelecimento do monarquismo episcopal!" — Chamo também agora a atenção do leitor para que observe a distância imensa que já vai do primeiro ao último Sr. Oiticica. No primeiro artigo o professor declamava contra a jerarquia, os bispos, o papa, como superfetações parasitárias e antievangélicas, crescidas ao sôpro das "camarilhas teológicas, ávidas de domínio, e dos corrilhos políticos *medievais*". Hoje, o "movimento pró-supremacia do Bispo de Roma" já começa no "raiar do 2.º século", isto é, ainda na idade apostólica, quando aos ouvidos das primeiras gerações cristãs ecoava, poderosa, a voz dos primeiros pioneiros do Evangelho! O abatimento é grande! Mais um tudo-nada de sinceridade generosa e o "movimento pró-supremacia do papa" começará em Cristo quando disse ao humilde pescador: Tu es Petrus. Então ficaremos de acôrdo.

vesse claramente constituído; ousaria quase dizer um papa, se esta palavra não fôsse aqui demasiado anacronismo."

E gabando a habilidade da sua epístola conciliatória, diz: "Um veu espêsso nos oculta suas opiniões particulares; sua epístola é um belo trecho neutro, com que deviam ter-se contentado os discípulos de Pedro e os de Paulo".

Calculem um papa intervindo *autoritativamente* com um trecho *neutro!!!* (176)

---

(176) Não é o trecho que é neutro. É o Sr. Oiticica, que, falseando manifestamente o pensamento do próprio Renan, o diz neutro. O que é o trecho, já o vimos. A impressão que produz nos leitores sérios é bem outra que a de um documento anódino. Para BARDENHEWER: "é uma prova de fato em favor da Igreja Romana". *Patrologie*, 3.ª ed., Freiburg i. B., 1910, p. 25. BATIFFOL, crítico católico de irrecusável competência, saúda neste precioso documento "a epifania do primado romano". *L'Eglise naissante et le Catholicisme*, Paris, Gabalda, 1922, p. 146. Citemos, porém, outros autores, não digo imparciais (porque os críticos católicos o são, e o Sr. Oiticica tem uma noção absolutamente singular da imparcialidade), mas em quem não possa caber a mínima sombra de suspeição. SOHM vê na intervenção de Clemente: "o incidente *mais considerável em tôda a evolução da Igreja*". *Kirchenrecht*, 1892, p. 160. Que trecho neutro! Nela, vê ainda LIGHTFOOT: "indubitàvelmente... o primeiro passo para a dominação papal, *the first step towards papal domination*". *S. Clement of Rome*, London, 1890, I, p. 70. Elimine-se o que há de protestante na indelicadeza da frase, e arquive-se o que há de verdadeiro na sinceridade da confissão. Qual era, pois, o pensamento de Renan, desfigurado pelo professor, que não pode aduzir uma citação sem a falsear? Partindo do *preconceito* da escola de Tubinga, que fan-

A epístola aos Coríntios teve, não há dúvida, grande repercussão e. atribuída a Clemente, granjeou a sua fama entre os apologistas. Dessa autoridade se valeram os iniciadores do papado na consecução da sua obra.

Essa obra se fêz por uma série de publicações apócrifas,

---

tasiou a igreja primitiva dividida entre petrinistas e paulinistas, afirma Renan que S. Clemente não se declara por nenhum dos dois partidos, suas idéias sôbre êste ponto nos são desconhecidas (pudera!), sua epístola, *neste sentido, neutra,* poderia contentar uma e outra das facções em luta. *Autoritativamente,* porém, interveio Clemente com um trecho neutro? De modo nenhum. No tópico citado pelo próprio Sr. Oiticica, o bispo de Roma aparece-nos como "verdadeiro chefe de Igreja... Ousaria quase dizer um papa". Pouco adiante, p. 314: "O que não padece dúvida é a *alta posição que êle ocupa na jerarquia* tôda espiritual da Igreja do seu tempo e o *crédito sem par* de que gozou". E referindo-se mais diretamente à nossa epístola: "tal é êste escrito, insigne monumento da sabedoria prática da igreja de Roma, de sua profunda política, de seu espírito de *govêrno*", p. 330. Asserir, depois disto, que o trecho é *autoritativamente neutro,* fôra cair na mais flagrante das incoerências. Se a habilidade de Renan conseguiu evitar aqui a contradição, não foi tão feliz o seu inexperto copiador brasileiro. Nas linhas seguintes diz o Sr. Oiticica que a epístola aos Coríntios "teve grande repercussão e os iniciadores do papado dela se valeram na consecução da sua obra". Um trecho "neutro", Sr. Professor, não tem repercussão, nem grande nem pequena, e para iniciar um edifício sólido e majestoso como o do papado, é material bem mesquinho.

entre as quais o *Pastor* de Hermas, (177) as *Constituições apostólicas* (178) e as epístolas de Inácio. (179)

Êste, na sua epístola aos Romanos, chama à igreja ro-

---

(177) O *Pastor* de Hermas é um livro escrito em forma apocalíptica, com visões, semelhanças e mandamentos, que visam exortar o povo à penitência. Bem folgara eu de ver uma demonstraçãozinha histórica de como uma obra dêste gênero, em que não se fala uma só vez da supremacia do papa, concorreu para a construção do papado!

(178) As chamadas *Constituições apostólicas* datam dos primeiros anos do século V e foram escritas por um apolinarista na Síria, como o demonstram o cômputo siríaco dos meses e especialmente a liturgia da missa e outros critérios internos. Cfr. a erudita monografia de F. X. FUNK, que tanto esclareceu o assunto, *Die apostolischen Konstitutionen,* Rottenburg, 1891. Com exceção de poucos cânones, a obra ficou, durante tôda a Idade Média, desconhecida no Ocidente. — Não é interessante ver os iniciadores do papado servindo-se, para os seus fins ambiciosos, de uma obra composta no século V, no Oriente, e ignorada na Europa Ocidental?

(179) Afirmação gratuita e falsa. As epístolas de S. Inácio são de autenticidade absolutamente certa. Em tempos passados, a questão foi vivamente debatida. Seis cartas espúrias, inseridas entre as genuínas, e uma redação interpolada provàvelmente pelo mesmo apolinarista, de que falamos acima, subministraram, por anos, alimento à discussão. Mas o descobrimento de novos manuscritos e de versões antigas (siríaca, armena) e o progresso da crítica interna esclareceram os pontos duvidosos, de sorte a tornar cientìficamente injustificável a afirmação de inautenticidade. Se ainda não chegamos à unanimidade absoluta, é que há muitos interessados em desembaraçar-se dêstes antigos documentos de incalculável valor apologético e dogmático para a Igreja Ca-

mana *presidente da caridade,* em vista dos recursos enviados às demais dioceses. (180)

Em seu tempo, entretanto, essa *presidência* era puramente honorífica, tôda de reconhecimento, jamais de direito ou jurisdição real.

---

tólica. Há cêrca de trinta anos já escrevia BARDENHEWER, professor na Universidade de Munich: "Ainda que não tenhamos chegado a uma concórdia absolutamente tranqüila, já é possível prever *com plena segurança o êxito final do debate*. Os principais sábios acatólicos, Zahn, Lightfoot, Harnack, sustentam decididamente a autenticidade das cartas. As atestações em seu favor *são absolutamente convincentes.*" *Patrologie,* Freiburg, i. B., § 9, n.º 3. BAUMGARTNER, mais recentemente, escreve como em questão cerrada: "muito se discutiu no passado sôbre a sua autenticidade [das epístolas inacianas]; hoje devem ser reconhecidas como genuínas, sind als echt anzuerkennen". UEBERWEG, *Gesch. der phil.*, t. II, 10.ª ed., Berlim, 1915, p. 34. Quem quiser ver a discussão científica dos argumentos internos e externos, pode consultar as últimas edições críticas dos Padres apostólicos de Lightfoot ou de Funk. A história das controvérsias sôbre a autenticidade das epístolas inacianas até meados do século passado pode ler-se resumida em FREPPEL, *Les Pères apostoliques,* 4.ª ed., Paris, 1885, pp. 344-370.

(180) Esta exegese tendenciosa é absolutamente inconciliável com o texto inaciano. "Preside à caridade" quer dizer preside à comunhão dos fiéis unida pelo vínculo da caridade. O têrmo grego, ἀγάπη, caridade, é várias vêzes empregado pelo santo mártir como sinônimo de igreja ou associação do amor. E neste trecho *não pode ter* outra significação porque o verbo προχάθηµαι, presidir, de origem militar, só se constrói com uma expressão que indique o lugar em que se preside, ou a sociedade a que se preside. O crítico alemão que por primeiro propôs êste subterfúgio repetido

Os bispos romanos aproveitaram tão favoráveis condições de se constituírem árbitros políticos dentro do império romano em decomposição.

---

pelo Sr. Oiticica confessou que em tôda a literatura clássica não havia um só exemplo de construção semelhante. Mas a "crítica" exige que S. Inácio invente uma nova sintaxe nunca dantes conhecida, porque do contrário... já teríamos o papado afirmado por um bispo contemporâneo dos apóstolos. — Tal o significado do texto haurido do seu exame direto. O contexto confirma-o. Pouco antes da expressão "preside à caridade", outra vez se diz absolutamente da Igreja de Roma que "preside". Tôda a dedicatória desta epístola contrasta singularmente com a das enviadas a outras igrejas. O santo bispo parece não encontrar, no entusiasmo do seu fervor, têrmos bastante expressivos para exaltar a grandeza única desta igreja de Roma. E qual é a sua missão? *"Vós ensinastes as outras igrejas*. E eu quero que permaneçam firmes as coisas que Vós prescrevestes nos vossos ensinamentos". *Ad Rom.*, III, 1, FUNK, I, 2.ª ed., 215. Por tôda a carta o tom é inteiramente outro; as expressões de reverência e de veneração multiplicam-se sob a sua pena. Por último, à Igreja Romana, confia o santo os cuidados de reger a de Smirna, que, com o seu martírio ficaria, em breve, viúva de seu pastor. "Só Jesus Cristo e a vossa caridade a regerão como bispos (ἐπισχοπήσει)." IX, 1; Funk, I, 223. Magnífico testemunho em favor do primado da Igreja Romana! Êste grande bispo e contemporâneo dos apóstolos confia, ao morrer, a sua querida igreja, situada nos confins do Oriente, à invisível providência de Jesus Cristo e aos exclusivos cuidados de Roma! Como estava êle lembrado do Pastor visível a quem o divino Pastor, antes de deixar a terra, dissera um dia: Pasce agnos meos, pasce oves meas!

Veremos no próximo e último artigo exemplos frisantes dessa campanha com a formal oposição de bispos e igrejas, oposição que o padre Franca muito lealmente calou. (181)

---

(181) *Resumo analítico.* — Não houve bispos monárquicos na Igreja primitiva como o provam... as afirmações da infalibilidade protestante contemporânea. — Menos ainda havia papas. A intervenção de Clemente em Corinto é inofensiva, porque, como diz outro testemunho presencial dos fatos, Renan, Clemente é um verdadeiro chefe de Igreja, mas os seus textos são "neutros". Não obstante esta neutralidade, não obstante só se estabelecer o monarquismo episcopal entre 130 e 150, já no raiar do 2.º século começa o movimento pró-supremacia do Bispo de Roma, vivamente impulsionado pelo *Pastor* que não fala do Papado, pelas *Constituições* que foram escritas no século V e pelas cartas de S. Inácio, que, contemporâneo dos Apóstolos, já supõe a primazia de Roma.

Valor lógico do artigo: 0.

XIII

Referi-me, no artigo anterior, a fraudes perpetradas em Roma no intuito de firmar-se a primazia da igreja romana sôbre as demais. (182)

Eis um exemplo.

No seu opúsculo *De unitate Ecclesiae,* S. Cipriano comenta o *Tu es Petrus,* asseverando que Jesus, falando só a Pedro, quis indicar a necessidade de ser sua igreja *una*. E acrescenta: "Hoc erant utique et caeteri Apostoli quod fuit Petrus, pari consortio praediti et honoris et potestatis." Assim, para Cipriano, o mesmo poder foi dado aos apóstolos, pois Cristo "apostolis omnibus post resurrectionem suam parem potestatem tribuit". Embora a todos conferisse autoridade igual, o Mestre a todos transmitiu um só ensinamento, simbolizando essa unidade em Pedro.

Essa interpretação contrariava claramente as ambições romanas e assim, por volta do ano 580, os promotores do papado aditaram estas frases inocentes: "et primatus Petro datur ut una Christi Ecclesia et cathedra una monstretur". (183) Adiante pergunta Cipriano como haverá quem

---

(182) Realmente depois do que temos visto não fica bem ao Sr. Oiticica denunciar fraudes alheias. Ninguém acumulou em tão breve espaço tantas falsificações como o professor do Pedro II. Só em uma coluna do artigo XI relevamos cinco ou seis. Quem tem telhado de vidro...

(183) Não pode ser. Os "promotores do Papado" deviam ser homens finos, espertos, geniais; levaram a têrmo, com exímia perfeição, a mais bem acabada da construção social que ainda contemplaram os séculos. Ora, interpolar S. Cipriano em 580 era evidentemente um êrro grosseiro. Ha-

se creia na Igreja, contrapondo-se-lhe, se Paulo aconselha seja ela um só corpo, um espírito, um Deus, uma fé, um batismo?

O interpolador inseriu no texto a seguinte frase: "qui cathedram Petri super quem fundata est Ecclesia deserit", isto é, *quem haja desertado a cátedra de Pedro sôbre a qual assenta a Igreja*.

"Essa interpolação, informa-nos o padre L. Sainte-Foy em seu livro *De Saint Pierre à Pie X*, tinha por fim também abrandar as cóleras suscitadas em Roma pelos escritos de S. Cipriano, em vão declarados apócrifos pelo papa Gelásio."

Balúzio, no século XVII, suprimiu as interpolações e ninguém as admite hoje. "Roma se opôs tenazmente, anota Sainte-Foy (p. 29, nota), a essa retificação aceita hoje. Em 1563, Manutius, editando Cipriano e averiguando a ausência das frases caras aos ultramontanos em todos os antigos manuscritos, quis dar o verdadeiro texto. Por ordem dos censores romanos teve de executar-se e inserir a falsificação. O editor Latino Latini queixa-se disso longamente em suas *Cartas* (Viterbo, 1667, II, 109).

Segundo Chiniac (*Hist. des Capitulares*, Paris, 1772, p. 226), o cardeal Fleury teve igualmente de obedecer, malgrado o parecer de uma comissão de teólogos, a fim de não parecer, com tal supressão, adverso ao primado papal. Hoje, tôda edição crítica de Cipriano está liberta de tal superfe-

---

via três séculos que as obras do grande bispo de Cartago eram lidas e estudadas em tôda a cristandade. Falsificassem-nas em Roma, e o primeiro bispo deposto pela S. Sé, ou o primeiro herege condenado pelo Papa denunciaria ao mundo o vergonhoso contrabando. E por que arriscar-se no século VI a semelhante desmoralização? Depois que no trono pontifício se haviam assentado Inocêncio I, Bonifácio I, Leão Magno, Gelásio e Hormisdas, quem é que poderia pôr em dúvida o primado dos sucessores de S. Pedro? Não; evidentemente a fábula da interpolação está mal inventada. É preciso remanipulá-la de jeito que ao menos pareça verossímil.

tação que se incorporaria a S. Cipriano se não houveram escapado à autocracia dos escribas romanos alguns manuscritos ignorados." (184)

E pergunta o padre Sainte-Foy se o mesmo não teria

---

(184) A que vem tôda essa digressão sôbre um texto de S. Cipriano? Citei-o eu porventura no meu artigo? Firmei-me nêle, como em argumento, para provar o primado de Roma? Tampouco. Mas o Sr. Oiticica, a propósito ou a despropósito, não queria perder o ensejo de assoalhar mais esta abominável *forgery* da Igreja Romana. Era mister convencer os leitores de que os Papas são falsários de profissão, e que todo o edifício da sua primazia descansa sôbre textos interpolados e cartas apócrifas. Já no meu primeiro artigo havia provado (ver p. 180), em geral, a miopia de visão filosófica de quem quer que tentasse explicar com tão mesquinhas causas, efeito tão grandioso. O Papado, ainda considerado humanamente, é uma instituição absolutamente singular na história, singular pela majestade de suas proporções, singular pela sua influência benfazeja no progresso da civilização, singular pela juventude perene de sua imortalidade. Como causas desta grandeza única, apresentar ambições vergonhosas, interêsses inconfessáveis a revelar-se em falsificação de documentos ou interpolação de textinhos, é dar mostra da mais acanhada intuição histórica! Afirmei-o então e provei-o. O Sr. Oiticica, como se eu nada tivesse dito, volta a pisar e repisar o mesmo estribilho. É sempre assim. — Pois bem, ainda uma vez, apesar de não pertencer à justificação do meu artigo, submeterei a exame, em digressão especial, todo êste amontoado de falsidades. Assim terão os leitores mais uma oportunidade de averiguar a habilidade singular e pouco invejável dêstes libelistas anticatólicos de alinhavar, no menor espaço, o maior número de erros, contradições e aleivosias inqualificáveis.

ocorrido com vários outros Padres, sem que haja meios de patentear as interpolações.

Os críticos modernos suspeitam muito dos escritos de S. Cirilo de Alexandria, principalmente no tocante ao primado e supremacia do bispo de Roma, "tão extraordinárias e contraditórias são as suas afirmações".

Os fatos mostram mais ainda quão abstrusa parecia à Igreja dos primeiros séculos a pretensão do bispo romano à supremacia.

O primeiro ato verdadeiramente *autoritativo* do bispo romano fora da sua diocese foi o de S. Vítor, citado pelo padre Franca, contra as igrejas da Ásia fiéis à páscoa segundo o uso judaico.

Eusébio de Cesaréia conta-nos o dissídio, conservando alguns trechos de cartas, significativos.

Refere-nos (*Hist. eccles.* V, 24, *in fine*) que Irineu de Lião escreveu numerosas cartas a muitos bispos a propósito da questão pascal, no intuito de pacificar a Igreja. Transcreve trechos da remetida a Vítor, bispo de Roma, repudiando a sua tentativa de rompimento com as igrejas da Ásia. (185) Mostra-lhe Irineu que os bispos antecessores de Vítor, como Aniceto, Pio, Higino, Telésforo, Sixto, se conformaram com o uso asiático, não só quanto ao dia do jejum, mas também quanto à forma. (186) E lembra que no tempo de Aniceto, S. Policarpo, vindo a Roma disputar com Valentinianos e Marcionitas, procurou entender-se com êsse bispo relativamente à questão da Páscoa.

Nem Aniceto pôde convencer Policarpo, estribado em S. João, seu mestre, e outros apóstolos, nem Policarpo logrou persuadir Aniceto, que se arrimava à tradição romana. Longe de brigarem por tão insignificante nuga, embora discordes, beijaram-se, ficando cada igreja com seu uso. (187)

---

(185) Os fatos são apresentados sob uma luz falsa. Reconstituamos a história. Não querendo as igrejas da Ásia Menor uniformizar-se às outras na celebração da Páscoa, determinou o Papa excluí-las da comunhão da Igreja. A sanção pareceu demasiado severa a Irineu e a outros bispos. A fim de impedir êste lanço de rigor, escreveu o bispo de Lião uma carta *decenter*, προσηχόυτως, diz Eusébio, isto é, nos limites da conveniência. Com Vítor concorda Irineu que a Páscoa se deve celebrar no Domingo da Ressurreição (Eusébio, *H. E.* V, 24, 11); concorda ainda em que o uso contrário se insinuara talvez por negligência dos bispos anteriores, simples e imperitos (*Ibid.* 13); parece-lhe, porém, menos mal tolerar esta divergência disciplinar do que excluir tantas Igrejas antigas da comunhão católica.

(186) Falso. Irineu não diz que êstes bispos "se conformaram" com o uso asiático. Diz precisamente que êstes Papas não observavam os usos das igrejas da Ásia nem permitiram os seus que os seguissem, mas, nem por isso romperam a comunhão com aquêles que vinham de outras igrejas onde vigorava a praxe judaica. Eusébio, *Ibid*, n.º 14.

(187) O exemplo dos outros Papas alegado por Irineu tem por fim mover a Vítor a imitar-lhes a caridade pacífica e só isto. Mas nem a abstenção dos papas precedentes prova nêles falta de autoridade, nem a intervenção de Vítor usurpação de poderes. O que a uns parece inoportuno, a outros, mudadas as circunstâncias, pode parecer oportuno. Pio IX proíbe aos católicos italianos tomarem parte na política do seu país; mudaram-se as condições, Bento XV levanta a proibição. Policarpo vem em 160-62 a Roma tratar de certas questões (note-se de passagem esta vinda de um bispo de Esmirna discípulo de S. João a falar com o bispo de Roma de negócios eclesiásticos). Concordaram nos outros pontos; não, porém, no da celebração da Páscoa. Aniceto não insistiu. Depois dêste acontecimento modificaram-se as circunstâncias. O que era simples divergência disciplinar, os asiáticos começaram a considerar como questão dogmática. Polícrates de Éfeso julga a sua praxe *secundum evangelium... regulam fidei constanter sequentes* (Eusébio, V, 24, 6). Um sacerdote de nome Blasto, oriental, sob

A paz da Igreja, segundo observava Irineu, exigia essa mútua condescendência sôbre matéria de nonada. (188)

Mas Vítor tinha fumaças autocráticas. É só ler a sua carta a Teófilo bispo de Alexandria, sôbre a Páscoa e outras controvérsias.

---

o pontificado de Eleutério, veio a Roma e tentou disseminar o judaísmo pregando a obrigatoriedade da observância pascoal, segundo o rito mosaico. Eleutério condenou-o, degradando-o da dignidade sacerdotal (Eusébio, *H. E.* V, 15; Tertuliano, *De praescript.* c. 53). Crescendo, pois, de dia para dia, o perigo, Vítor assentou intervir com energia eficaz.

(188) A carta de Irineu, que debalde tentou o Sr. Oiticica explorar contra o Primado de Roma, é, pelo contrário, para quem não é cego voluntário, uma das suas provas mais claras. Poucos homens do século II possuíram a erudição, a intrepidez, a autoridade de Irineu. Discípulo de S. Policarpo, que o fôra do apóstolo S. João, passara a sua juventude na Ásia. Mais tarde veio para o Ocidente e foi bispo das Gálias. Escreveu um grande volume contra as heresias do seu tempo e, quando explodiu a perseguição, deu animosamente a vida pela fé. Tal é o Santo que escreveu a Vítor. — Suponhamos, por um instante, verdadeira a hipótese do Sr. Oiticica: antes de Vítor todos os bispos eram iguais; a sua intervenção na Ásia foi o primeiro ato autoritativo do bispo de Roma fora da sua diocese. A Irineu, portanto, êsse ato deveria afigurar-se como uma usurpação; mais, como uma deformação essencial na constituição primitiva da Igreja. Qual então o dever do santo, sábio e intrépido pastor? Denunciar ao mundo êste deturpador da obra de Cristo como denunciara outros hereges, dizer-lhe, alto e bom som, que as suas excomunhões, injustas e usurpadoras, não tinham efeito, que êle e os outros bispos continuariam pacìficamente a comunicar com os seus irmãos da Ásia Menor; que o maior de

A exemplo de Sixto, o primeiro a dizer-se bispo da Igreja universal, denomina-se *arcebispo da Igreja Universal* e ordena (*solemniter mandamus*) seja a Páscoa celebrada no domingo da ressurreição. *quia non decet ut membra a capite discrepent, nec contraria gerant*. Invocando o célebre *Tu es Petrus*, exige que os conflitos entre bispos subam à sede apostólica romana para definitivo julgamento. E procura provar, contra a resistência dos bispos, a legitimidade da sua imposição.

Como receberam os bispos tal soberba?

Informa-nos Eusébio (*Hist. eccles.* V, 24) que, em seu tempo, existiam ainda suas respostas a Vítor, entre elas a

---

todos os males era, por uma ambição mesquinha e pessoal, desnaturar e perverter tôda a antiga instituição de Cristo. Isto devia fazer Irineu na hipótese desesperada do Sr. Oiticica. Que fêz? Reconhece implìcitamente ao papa plenos poderes de excomungar, mas procura *decenter* que não use da sua severidade em coisa que não interessa a fé. Mais. Nesta mesma época, num texto célebre da sua obra *Adversus Haereses*, III, 3, proclama explìcitamente a primazia e a infalibilidade da Igreja Romana. "Com esta Igreja, escreveu êle, em *razão da sua primazia de poder, propter potentiorem principalitatem*, tôdas as outras igrejas, isto é, os fiéis de todo o universo *têm obrigação de se conformar:* de fato, é nela que tôdas, em tôda a parte e sempre, conservaram a tradição que vem dos apóstolos." "É difícil, comenta Duchesne, achar uma expressão mais nítida: 1.º, da unidade de doutrina na Igreja Universal; 2.º, da importância, única, da Igreja Romana, como testemunha, guarda e órgão da tradição apostólica; 3.º, da sua preeminência superior no conjunto da cristandade". *Eglises séparées*, Paris, 1905, p. 119. — Para o Sr. Oiticica, ainda no tempo de S. Cipriano "as fumaças da suserania (dos papas) ficavam em Roma". Há ciência e ciência!

de Irineu. Tôdas agridem càusticamente (*plektikóteron kathaptoménon*) o bispo romano. (189)

Seriam poucos! Sabemos pela carta de Policarpo ao mesmo Vítor, conservada fragmentàriamente no mesmo

---

(189) Ainda uma vez o Sr. Oiticica a desfigurar o pensamento de Eusébio! Não há no historiador de Cesaréia uma só expressão que legitime a inferência de que os outros bispos *desconhecessem a autoridade de Vítor*. Os que tiveram por excèssivos os rigores de sua severidade escreveram-lhe *exortando-o*, "ex adverso hortati sunt, *'αντιπαραχελεύονται*" a querer medidas mais conformes com a paz e a caridade, "ea potius sentire vellet quae paci caritatique erga proximum congruerent". O estilo de algumas destas cartas foi talvez veemente (acerbius perstringunt); não as conhecemos. *O único exemplo* que delas nos conservou Eusébio, a carta de Irineu, é, como já vimos, irrepreensível. Quem se admirasse desta divergência de apreciações entre o Papa e os bispos, ou se escandalizasse de alguma vivacidade de expressões, só daria mostras de sua ingenuidade infantil. Divergências houve e haverá sempre, na história da Igreja. Ainda no Concílio Vaticano, enquanto a maioria dos membros com o Papa julgava chegada a ocasião de definir a infalibilidade, não faltaram algumas dezenas de bispos que a tivessem por inoportuna. Trocaram-se a êste respeito cartas bem veementes, bem acerbas. Mais tarde algum pimpolho da raça inextinguível dos sofistas recolherá êstes documentos para provar que no século XIX a catolicidade não reconhecia o primado jurisdicional de Pio IX. Enquanto as inteligências superficiais farisaicamente se escandalizam, os ânimos sérios e reflexivos vêem nesta discordância de sentimentos e apreciações, inevitàvelmente inerentes à natureza humana, mais uma prova da iniludível necessidade de um juiz supremo das controvérsias, na família cristã. Sem êste centro de unidade, sem êste princípio de coesão social, mal

passo de Eusébio, que eram em grande número (*polá pléte eisin*). (190)

Não é curioso que se hajam perdido tantas cartas de protestos contra as ambições romanas? Não deveriam constar dos arquivos romanos, onde se perpetuaram os avultados apócrifos dessa época?

Mais uma observação. Assevera padre Franca ter Vítor *ordenado* a reunião de sínodos, para tratar da celebração da Páscoa, *em todo o orbe*. Onde viu tal coisa, padre Franca? A única menção do fato se acha na citada carta de Policarpo a Vítor, mas, aí, lê-se o contrário, lê-se que Vítor pediu a Polícrates convocasse êste os bispos de Ásia (*hus humêis exiósate metaklethênai hup' emû, kai metakalesámen*). E todos aderiram a Polícrates contra Vítor. (191)

---

saído das mãos de Cristo, o cristianismo se teria decomposto e pulverizado nos átomos do mais estéril individualismo religioso.

(190) Polícrates fala só dos bispos da Ásia (Ásia proconsular, província de Éfeso) por êle reunidos, e que seguiam todos a praxe judaica. *No resto da cristandade,* observa-se o exemplo de Roma, como logo veremos.

(191) Acontece sempre assim. A erudição atabalhoada e de afogadilho, que rescende ainda à candeia da noite precedente, tem dessas lacunas e dêsses arestos inapeláveis. O Sr. Oiticica leu à pressa o cap. 24 do l. V de Eusébio, onde encontrou a carta de Polícrates e concluiu triunfante que a "única menção do fato" se acha nesta carta. Voltemos ao cap. 23 *do mesmo Eusébio* e transcrevamos todo o trecho que nos interessa: "Neste tempo elevou-se um violento conflito, porque tôdas as Igrejas da Ásia julgavam, segundo antiga tradição, que a festa salutar da Páscoa se devia celebrar no dia 14 do mês (14 de Nisan), dia em que os judeus imolavam o cordeiro e então terminar o jejum, qualquer que fôsse o dia da semana, *enquanto todo o resto da Igreja* se conformava à tradição apostólica e observava o costume

ainda em vigor de terminar o jejum no dia da Ressurreição. *Reuniram-se então vários concílios e várias assembléias de bispos e todos estabeleceram como regra* que só se devia celebrar a Ressurreição no domingo e neste dia terminar o jejum pascoal. Possuímos ainda a epístola sinodal dos bispos reunidos na Palestina sob a presidência de Teófilo de Cesaréia e de Narciso de Jerusalém. Uma segunda epístola sinodal, igualmente conservada, foi publicada pelo concílio romano e na frente dos signatários desta carta figura o nome do bispo Vítor. Temos ainda cartas dos bispos do Ponto, presididos por Palma, dos bispos das Gálias, presididos por Irineu, dos bispos de Osroena, e enfim a de Báquilo, bispo de Corinto e de muitos outros. *Tôdas estas cartas pronunciam-se no mesmo sentido e proclamam a mesma sentença". H. Eccles.*, l. IV, c. 23. (A menção do fato encontra-se também em S. Jerônimo, no *Chronicon*, ano 196). Aí temos, pela primeira vez na história eclesiástica, com certeza e exatidão, reunidos concílios *em todo o orbe cristão* — nas Gálias e na Palestina, na Itália e na Ásia, etc. — para resolver a questão pascoal e todos com o Papa Vítor se pronunciam contra Polícrates e os asiáticos da Ásia pro-consular. Quem os convocou? *A priori* já o poderíamos dizer: O Bispo de Roma. Nenhum outro gozava de tanto prestígio que a seu pedido se movessem tôdas as igrejas do Oriente e do Ocidente. Mas temos documentos. Polícrates, o que estava à frente dos renitentes, diz-nos abertamente que o Concílio, êle o reuniu "a pedido de Vítor". Pelo tom, parece até escusar-se de haver convocado os pró-cônsules da Ásia na casa de sua humilde e mesquinha pessoa, mas a Igreja de Roma assim o quer! As outras igrejas indicam claramente donde veio o movimento, *enviando a Roma* as suas cartas sinodais. Na do Concílio da Palestina, os signatários pedem ao Papa que "a sua carta seja enviada a tôdas as igrejas para que não os tenham como responsáveis do êrro dos que deixaram a senda da verdade" (*H. E.* V, 24). Ainda uma vez Roma

Vê-se, por tudo isso, como anda o padre Franca pela rama em tais matérias! (192)

Vamos a S. Estêvão, que, diz o padre Franca, dirimiu a controvérsia sôbre "a repetição do batismo conferido pelos hereges".

---

aparece como o centro das relações intereclesiásticas. E são os bispos da Palestina que o afirmam, ecoando no Oriente ao ensino de Irineu nas Gálias: ad hanc ecclesiam necesse est omnem convenire ecclesiam. Mais. Entre as obras de Beda, conserva-se um fragmento das Atas do Concílio da Palestina, que se não encontra em Eusébio. O autor introdu-lo com êstes têrmos: "Então o papa Vítor, bispo de Roma, *mandou ordem* (direxit auctoritatem) a Teófilo bispo de Cesaréia e da Palestina... *Recebida a ordem* (percepta itaque auctoritate) o bispo acima referido convocou não só os antístites de sua província senão também o de outras regiões. Reunida a multidão de pastôres, Teófilo mostrou-lhes a *ordem enviada* ("protulit auctoritatem ad se missam Victoris Papae et quid sibi operis fuisset injunctum ostendit"). *Fragmentum*, publicado em apêndice a *Epist.* IV, *ad Wicredam, De Paschae celebratione*. Concluindo: expressa sob a forma delicada de pedido ou intimada como ordem, a vontade superior de Vítor a que se não puderam subtrair os bispos, reuniu pela primeira vez tôda a cristandade em sínodos particulares. É a conclusão imposta pelos fatos e pelos documentos aos mais abalizados historiadores. Citemos entre outros Hergenröther, — Kirsch, *Handbuch der Allgemeinen Kirchengeschichte*, 4.ª ed., Freib., i. B., 1902, tr. ital., t. I, p. 278: "ingiunse"; Zaccaria, *Raccolta di dissertazioni di Storia eccles.*, Roma, 1840, t. I, 436: "ordino loro che radunassero i sinodi"; Batiffol, *L'Eglise naissante et le Catholicisme*, Paris, Gabalda, 10e mille, 1922, p. 271: "Rome donne un ordre à tous les evêques de la chrétienté, et l'ordre est suivi partout".

(192) Concluamos o caso de Vítor. Pelos abusos cres-

Neste ponto, para não alongar êste último artigo, basta consignar aqui as palavras do padre Turmel na *Revue catholique des Eglises* em dez. 1906 (apud padre Le Morin, *Verités d'hier?*, p. 205): "Atenue-se quanto se queira o alcance dos textos; interprete-se com a maior benevolência; restrinja-se o conflito aos limites da disciplina; atenhamo-nos mesmo às ameaças de excomunhão fulminada por Estêvão, permanece exato que no concílio de 1.º de setembro de 295, S. Cipriano — os teólogos o admitem — resistiu a uma ordem formal do Papa e arrastou à resistência os bispos das três províncias de África; exato ainda é que em sua *Carta a Pompeu* êle justificou seu rasgo acusando Estêvão de sustentar a causa dos hereges. Ora, tais atos e semelhantes palavras são inconciliáveis com a noção precisa do primado do Papa". (193)

---

centes determina o Bispo de Roma uniformizar a celebração da Páscoa na catolicidade; manda convocar concílios em tôdas as províncias eclesiásticas. Só os asiáticos, tendo à frente Polícrates, resistem. O Papa quer separá-los da comunhão da Igreja. Intercedem os outros bispos, julgando demasiada a severidade. Vítor, ao que parece (os críticos divergem), desiste da sanção, mas insiste sôbre o fato. E as igrejas da Ásia pouco a pouco se amoldam à vontade de Roma. E hoje no ano da graça de 1926 tôda a Igreja católica celebra a Páscoa como no século II prescreveu o Papa Vítor. Deve de ser bem evidente a manifestação da autoridade papal neste episódio para impor-se até aos críticos mais hostis à Igreja. RENAN: "La Papauté etait née et bien née." *Marc-Auréle*, 3.ª ed., Paris, 1882, p. 201. A. HARNACK: "Como poderia Vítor ameaçar semelhante edito de excomunhão se não fôra já firmado e reconhecido que à Igreja Romana competia definir, nos pontos de fé, as condições comuns da unidade?" *Dogmengeschichte*, t. I, p. 448. — O Sr. Oiticica... diverge!

(193) É certo que o general A resistiu formalmente ao govêrno do Brasil, é certo que arrastou à resistência outros

E não foi só Cipriano. Firmiliano, bispo de Cesaréia, protesta veementemente e maltrata Estêvão, qualificando de *audácia* e *insolência* sua imposição. Porém, nesse protesto, o que mais nos fere a atenção para o caso é a ironia de sua referência à pretensão do primado romano: "Stephanus, diz êle, qui per successionem cathedram Petri habere se praedicat, nullo adversus haereticos zelo excitatur...".

---

militares. Ora tais atos são inconciliáveis (sic!) com a noção de uma autoridade nacional. Logo no século XX não havia autoridade no Brasil. É certo que Lutero no século XVI e os modernistas no século XX resistiram formalmente ao Papa; certo ainda que arrastaram outros à resistência. Ora, não sendo tais atos conciliáveis com a noção precisa do primado de Roma, não havia Papas nem no século XVI nem em nossos dias! Estas conclusões mostram quão à flor da terra se acha o paralogismo no formal das argumentações do Sr. Oiticica copiando Turmel. Quanto ao caso de Cipriano e à "noção precisa do primado do Papa" no século III, falaremos no excursus seguinte. — Neste ponto o Sr. Oiticica, de critério sempre admirável na escolha de suas autoridades, abordoa-se na de Turmel, citado pelo *pseudônimo* Morin. Mal parece êle suspeitar as gravíssimas responsabilidades literárias que pesam sôbre êsse nome, tristemente envolvido na escandalosa questão Herzog-Dupin. Turmel escrevia livros e artigos que, ao menos, pretendiam ser ortodoxos. Simultâneamente cedia os seus *manuscritos* a um desconhecido (seria o próprio Turmel?) que, sob três pseudônimos, — Lenain, G. Herzog e A. Dupin — solapava indignamente os nossos dogmas mais venerandos. Destarte, com o mesmo material científico, com as mesmas pedras talhadas nas suas oficinas, um sacerdote pretendia elevar um edifício ao catolicismo e outro à incredulidade! Era a tática desleal e ignóbil de todos os modernistas, sem excetuar Loisy e Tyrrell: multiplicar artificialmente com a covardia dos criptônimos

Eis a opinião de um bispo notável contemporâneo dêsse *papa!* (194) Revela òtimamente que as fumaças de suserania ficavam em Roma. Os demais bispos riam-se dêles.

E eis como Estêvão *dirimiu* a contenda!

Basta. Muitíssimo ainda poderia discorrer da matéria o ignorante professor de gramática. (195) Ative-me a destruir os baluartinhos do padre Franca. Apresentou-se Golias, mas saiu-me gigante de carnaval, com cabeça de barro e espadagão de pau. Deve ter visto que um mínimo gramaticastro pode arremeter contra a ciência superfusa de muito jesuíta empinado. (196)

JOSÉ OITICICA

---

os escritos partidários das novas idéias, para dar a impressão do número: uma escola inteira que surgia! Oh! quanta indignidade, quanta hipocrisia, quanta baixeza, em tôda a campanha modernista! Raras vêzes foram tão evidentes os castigos de Deus sôbre os propagadores do êrro. — Manda porém a justiça informar os leitores que Turmel mais tarde se submeteu nobremente ao juízo da Igreja. Citando-o, pois, o Sr. Oiticica é duas vêzes digno de censura: *cientìficamente,* encostando-se na autoridade de um homem que não a possui, de quem escreveu para servir os interêsses de um partido; *moralmente,* continuando a atribuir a um autor opiniões por êle pùblicamente repudiadas.

(194) Acêrca de Firmiliano, diremos uma palavra tratando da controvérsia batismal no século III. Aliás o alcance das expressões irônicas de Firmiliano é visìvelmente alterado pelo Sr. Oiticica.

(195) Não duvidamos. Os anais do êrro são volumosos e o trabalho de copiar custa pouco.

(196) Só a ciência possui o segrêdo de unir delicadamente a modéstia e a verdade.

EXCURSUS E — S. CIPRIANO E O PRIMADO DO PAPA

UM POUCO DE CRITICA TEXTUAL

Os manuscritos das obras de S. Cipriano podem classificar-se em três famílias que chamaremos A, B e C. A fim de evitar confusões, advirto que, seguindo Chapman e Batiffol e provàvelmente a ordem cronológica de composição, chamo A a lição que D'Alès e Koch, intervertendo as siglas, designam por B e inversamente. Para o trecho que nos interessa do opúsculo *De Unitate Ecclesiae,* dão-nos êstes manuscritos, com insignificantes variações verbais, as lições seguintes: (p. 140).

A lição A encontra-se no manuscrito de Troyes 581 do século VIII ou IX, no de Munich 208, século IX, no de Oxford, Laud. 217, século XV, no de Fell, Bod. 4, Laud. 105, dos fins do século XI e no de Vab. Reginens. 118 do século X.

A lição B representa o texto puro segundo a edição crítica de Hartel. Os Mss. que lhe servem de base remontam com o de Séguier Paris, lat. 10.592 da Bibl. Nac. ao século VI ou VII. No aparato crítico Hartel traz igualmente a redação A segundo o *Codex Monacensis.*

A lição C, que, por brevidade e clareza, chamamos, provisòriamente, interpolada, tem o seu arquétipo num Ms. do século X, de Voss, que se conserva na Bibl. de Leyde, Voss. lat., in 8.º, 7. Uma cópia dêste manuscrito possui-a, em Cambridge, o Pembroke College, C. 20, 1935. Encontra-se ainda a mesma lição num Ms. da Univ. de Bolonha 2572, car. 20, do século XIV, e em dois códices da Vaticana, lat. 201 e 5099, ambos do século XV. O texto de Cipriano segundo esta lição C já se encontra citado numa epístola do

Papa Pelágio II (579-590), o que supõe a preexistência das lições A e B. (1)

A primeira edição impressa, a *editio princeps*, das obras de S. Cipriano veio a lume *em Roma* no ano de 1471. É um dos mais antigos incunábulos da tipografia italiana. Nêle *não vem a lição interpolada*. Seguiram-se durante quase um século *cêrca de 12 edições, tôdas sem a interpolação*. Aparece esta pela primeira vez em 1563 na edição de Paulo Manucio. As edições seguintes, segundo os manuscritos usados pelos editôres e as suas tendências confessionais, conservaram ou expungiram o trecho discutido. Incluíram-no as de J. PAMEL, Anvers, 1568, RIGAULT, Paris, 1648, a beneditina de BALÚZIO-MARAN, Paris, 1726. Eliminou-a a de Fell, bispo anglicano, Oxford, 1682. Uma edição crítica, porém, das obras de S. Cipriano, só, depois dos ensaios de Krabinger, nos deu Hartel, em 1868, no *Corpus ecclesiasticorum scriptorum latinorum*, da Academia de Viena. As nossas citações de S. Cipriano referem-se à edição harteliana.

Passemos a estudar o trecho.

Ao mais distraído crítico o que logo se depara no exame colativo dos três textos é que a lição C *não é interpolada*. Com exceção da frase *quam unam... genitrici suae*, cuja origem, por ser alheia ao que ora nos interessa, não investigaremos, todos os incisos da redação C se encontram nas lições A e B. Não se trata, pois, de uma interpolação mas

(1) Para a crítica textual dos manuscritos de S. Cipriano pode consultar-se a HARTEL, na sua edição crítica, p. XI, XLIII, 212, e principalmente D. CHAPMAN, na *Revue Bénédictine*, t. XIX (1902), pp. 246-54; 357-373; t. XX (1903), pp. 26-51; t. XXVII (1910), pp. 447-464. Ao erudito beneditino inglês deve a ciência o mais acurado estudo sôbre o argumento. Cfr. também C. A. KNELLER, *Cyprians Schrift von der Kirche, em Zeitschrift für Katholische Theologie*, c. XXXVI (1912), pp. 280-303; D'ALÈS, *La théologie de Saint-Cyprien*, Paris, Beauchesne, 1922, pp. 97-130.

LIÇÃO A

Loquitur Dominus ad Petrum:
Ego tibi dico, inquit, quia tu es Petrus
etc.
Et eidem post resurrectionem
dicit: pasce oves meas.
Super illum aedificat ecclesiam
et illi pascendas oves mandat.
Et quamvis apostolis omnibus

parem tribuat potestatem

unam tamen cathedram constituit
et unitatis *originem atque rationem*
sua auctoritate disposuit.
Hoc erant utique ceteri
quod fuit Petrus,

sed primatus Petro datur,
et una ecclesia
et *cathedra una* monstratur.
Et pastores sunt omnes, sed
grex unus ostenditur, qui ab
apostolis omnibus unanimi
consensione pascatur.

Hanc et Pauli unitatem qui non
tenet, tenere se fidem credit?
Qui cathedram Petri *super quem*
fundata ecclesia est deserit
in ecclesia se esse confidit?
Super unum aedificat, etc.

LIÇÃO B
(Texto puro de Hartel)

Loquitur Dominus ad Petrum:
Ego tibi dico, inquit, quia tu es Petrus
etc.

Super unum aedificat ecclesiam

Et quamvis apostolis omnibus post resurrectionem suam
parem potestatem tribuat et dicat:
Sicut misit me Pater, et ego mitto
vos. Accipite Spiritum sanctum:
si cui remiseritis peccata,
remittuntur illi: si cujus tenueritis
tenebuntur, tamen ut unitatem
manifestaret
unitatis ejusdem originem ab uno
incipientem sua auctoritate disposuit.
Hoc erant utique et ceteri apostoli
quod fuit Petrus,
pari consortio praediti et honoris
et potestatis, sed exordium ab
unitate proficiscitur;

ut ecclesia Christi una
monstretur.

LIÇÃO C

Loquitur Dominus ad Petrum:
Ego tibi dico, inquit, quia tu es Petrus
etc.
Eidem post resurrectionem suam
dicit: pasce oves meas.
Super illum aedificat ecclesiam
et illi pascendas oves mandat.
Et quamvis apostolis omnibus

parem tribuat potestatem et dicat:
sicut misit me Pater, et ego mitto
vos, Accipite Spiritum sanctum:
si cui remiseritis peccata
remittuntur illi: si cujus tenueritis
tenebuntur, tamen ut unitatem
manifestaret
unam cathedram constituit,
et unitatis originem atque rationem
sua auctoritate disposuit.
Hoc erant utique et ceteri apostoli
quod fuit et Petrus,
pari consortio praediti et honoris
et potestatis. sed exordium ab
unitate proficiscitur,
et primatus Petro datur
ut una Christi ecclesia
et cathedra una monstretur.
Et pastores sunt omnes, sed
grex unus ostenditur, qui ab
apostolis omnibus unanimi
consensione pascatur.

Quam unam ecclesiam etiam
in cantico canticorum Spiritus
sanctus ex persona Domini designat
et dicit: una est columba mea,
perfecta mea, una est matri suae,
electa genitrici suae.
Hanc ecclesiae unitatem qui non
tenet, tenere se fidem credit?
Qui ecclesiae renititur et resistit,

in ecclesia se esse confidit?
Quando et beatus apostolus Paulus
hoc, etc.

Hanc Petri unitatem qui non
tenet, tenere se fidem credit?
Qui cathedram Petri super quem
fundata ecclesia est deserit,
in ecclesia se esse confidit?
Episcopatus unus est, etc.

do que os críticos inglêses chamam *conflation*. O amanuense, tendo diante dos olhos duas variantes de um mesmo texto, poderia optar por uma ou por outra, ou transcrevê-las integralmente, juxtapondo-as. A fim de evitar o trabalho da escolha foi êste último o alvitre adotado. Uma ao lado da outra, foram copiadas as duas redações paralelas do mesmo passo. A lição C não encerra, portanto, *nenhum elemento novo*, fraudulentamente enxertado; é a combinação material das lições A e B. Resta-nos investigar a origem destas duas versões.

A análise comparativa das pequenas variantes de cada família e o estudo dos outros critérios diplomáticos levam-nos, senão com absoluta certeza (trata-se de uma inferência em argumento de ordem moral), ao menos com alta probabilidade a admitir que as duas variantes A e B remontam ao século III, isto é, *são contemporâneas de S. Cipriano*. "Il n'est pas tellement certain que l'interpolation se soit trouvé dans l'archétype au IIIe siècle, mais c'est au moins extrêmement probable." (1)

O exame interno e comparativo da interpolação traz novas luzes ao nosso ponto; e ao talvez da probabilidade sucede o absoluto da certeza. O estudo dos escritores do século seguinte (IV) mostra-nos em quase todos êles reminiscências da variante A que vão por vêzes até à coincidência verbal. Citemos alguns dêstes trechos. O leitor diligente fará o confronto: S. Jerônimo: "inter duodecim unus eligitur, ut capite constituto, schismatis tollatur occasio (= primatus Petro datur ut Ecclesia una monstretur). *In Jovin.* l. I, n.º 26. "Ego nullum primum nisi Christum sequens,

(1) Don Chapman, *loc. cit.*, t. XIX, p. 359. Não nos é possível reproduzir para a generalidade dos leitores os longos argumentos de crítica textual que fundamentam a filiação genealógica dos Mss. cipriânicos. O curioso ou cético, a quem interessam semelhantes trabalhos, poderá consultar os lugares indicados a princípio.

Beatitudini tuae, id est, *Cathedrae Petri,* communione consocior; *super illam petram aedificatam ecclesiam scio" Epist.* 15, n.º 2. S. Optato de Milévio: "in qua cathedra (Petri) unitas ab omnibus servaretur (= ecclesia una et cathedra una monstratur) ut jam schismaticus et peccator esset qui contra singularem cathedram alteram collocaret (= qui cathedram Petri deserit... in ecclesia se esse confidit?)" *De schismate Donati,* II, 2, 3. S. Ambrósio: "Non habent Petri haereditatem qui Petri sedem non habent" *De poen.,* I, 7, 33. S. Agostinho: "Tenet (in ecclesia) ab ipsa sede Petri Apostoli, *cui pascendas oves suas post resurrectionem Dominus commendavit,* usque ad praesentem episcopatum successio sacerdotum". *Contr. Epist. Manich,* 5. — Como se vê, no século seguinte ao de S. Cipriano, já em tôda a Igreja (Oriente, Itália e África) eram conhecidas as idéias e até as expressões da variante A. E como nos autores citados a doutrina do primado já se acha mais desenvolvida, temos nisto um argumento de sua prioridade cronológica.

Demos mais um passo.

Não há um só inciso da lição A *que não exprima o pensamento do próprio S. Cipriano*. Daremos a demonstração para os que mais de perto entendem com o nosso debate e mais escandalizaram a honestidade protestante. (Vão sublinhados para facilitar o confronto à p. 405). Destarte terá o leitor, ao mesmo tempo, ensejo de ver qual a doutrina do bispo de Cartago sôbre o Primado de Pedro e dos seus sucessores.

1.º — *Et illi pascendas oves mandat.* — "Petrus etiam cui *oves suas* Dominus *pascendas* tuendasque *commendat*. *De hab. Virg.* X, p. 194.

2.º — *Unam tamen cathedram constituit... et cathedra una.* — "Deus unus est et Christus unus et una Ecclesia et *Cathedra una super Petrum Domini voce fundata*. Aliud altare constitui aut sacerdotium novum fieri praeter

unum altare et unum sacerdotium non potest". *Epist.*, 43, 5, p. 594. Cum locus Petri et gradus *cathedrae* sacerdotalis vacaret". *Epist.*, 55, 8, p. 630. E passim.

3.º — *Unitatis originem atque rationem sua auctoritate disposuit*. (Só o *atque rationem* não se encontra no texto puro.) — "Quando et baptisma unum sit et Spiritus Sanctus unus et una ecclesia a Christo Domino nostro super Petrum origine unitatis et *ratione* fundata". *Epist.* 70, 3, p. 769. "Dominus noster cujus praecepta metuere et servare debemus, episcopi honorem et *ecclesiae suae rationem* disponens... dicit Petro: "Ego dico tibi quia tu es Petrus etc..." *Epist.*, 33, 1, p. 566, episcopi honorem et *ecclesiae suae rationem* disponens... decit Petro: "Ego dico tibi quia tu es Petrus etc..." *Epist.*, 33, 1, p. 566.

4.º — *Et primatus Petro datur*. — "Nam nec Petrus quem *primum* Dominus elegit et super quem aedificavit Ecclesiam suam, cum secum Paulus de circumcisione disceptaret, vindicavit sibi aliquid insolenter aut adroganter assumpsit ut diceret se *primatum* tenere." *Epist.*, 71, 3, p. 773. (Comentando êste passo de S. Cipriano, diz S. Agostinho: "Apostolum Petrum in quo *primatus apostolorum* tam excellenter gratia praeeminet... a posteriore apostolo Paulo..., quis nescit illum *apostolatum principatum* episcopatui esse praeferendum?" *De Bapt.* II, 1). Voltemos ao bispo de Cartago. Falando de Novaciano, que se fizera sagrar antipapa, diz que usurpou o primado: "nunc hi ecclesiam scindentes et contra pacem et unitatem Christi rebelles *Cathedram sibi constituere et primatum adsumere*... conantur". *Epist.* 69, 8, p. 757. Novaciano, ilìcitamente eleito, pretende usurpar *os direitos do bispo legítimo de Roma:* a cátedra e o primado da Igreja universal.

5.º — *Petri super quem fundata Ecclesia est*. — "Petrus... super quem aedificavit Ecclesiam suam". *Epist.*, 71, 3, p. 773. "Una Ecclesia et cathedra una super Petrum Domini voce fundata". *Epist.*, 43, 5, p. 594. "Una Ecclesia...

super Petrum origine unitatis et ratione fundata". *Epist.*, 70, 3, p. 769. "Petrus tamen super quem aedificata ab eodem Domino fuerat Ecclesia". *Epist.*, 59, 7, p. 674. "Loquitur illic Petrus super quem aedificata fuerat Ecclesia" *Epist.*, 66, 8, p. 732. "Super quem aedificavit Ecclesiam". *Epist.*, 73, 7, p. 783. "An ad Ecclesiam quae una est et super unum qui et claves ejus accepit Domini voce fundata?" *Ibid.* 11, p. 786. "Super quem posuit et fundavit Ecclesiam." *De hab. Virg.* 10, p. 194. — Parece que a S. Cipriano não lhe podia cair da pena o nome de Pedro sem lhe acrescentar "sôbre quem o Senhor fundou a Igreja".

Que significam, portanto, as expressões "Pedro era o que eram os apóstolos"? "A todos os apóstolos conferiu o Senhor o mesmo poder"? Significam a igualdade na *dignidade e jurisdição apostólica*. E de fato apela S. Cipriano para S. João XX, 21, passo em que Jesus Cristo investiu os Onze na dignidade de apóstolos seus. Mas o ser *fundamento* da Igreja é prerrogativa *singular* de Pedro: super unum aedificat Ecclesiam. Mais. Fazendo com que a unidade da Igreja começasse de um, afirma ainda o Santo que Cristo exerceu ato de autoridade: unitatis originem ab uno... *sua auctoritate* disposuit. Pedro, portanto, não só *representa* simbòlicamente a unidade da Igreja, como treslê o Sr. Oiticica (representar uma unidade não constitui objeto de jurisdição), mas é ainda o seu *princípio efetivo*.

Na doutrina de S. Cipriano, pois, todos os apóstolos são iguais, *exceto no poder de representar e ainda de constituir a unidade da Igreja*. Êste é *privilégio exclusivo de Pedro,* super quem aedificavit Ecclesiam. Só êle realiza, como princípio efetivo, a unidade da Igreja e nisto consiste o seu primado. Tal é a única interpretação em harmonia com o contexto imediato, em consonância com os outros ensinamentos do santo e em conformidade com a opinião unânime dos autores antigos que nunca viram nas palavras do bispo mártir um atentado à primazia de Roma. Foram os protestantes que

lhes torceram o sentido natural em favor dos seus preconceitos antipapais. Quanto diremos a seguir, servirá ainda de confirmação ao que já fica exposto.

No entretanto já terá visto o leitor que o célebre trecho de Cipriano ou se leia na versão A ou na versão B *implica do mesmo modo* o primado do Papa. Bem o notou OTTIGER: "sententia loci hujus eadem manet sive demis sive adjicis illa additamenta". *Theologia Fund.*, Freib. i. B. Herder, 1911, t. II, p. 187.

6.º — *Qui Cathedram Petri... deserit in Ecclesia se esse confidit?* No número antecedente vimos como Cipriano admite o primado de S. Pedro. Resta-nos agora mostrar como nos seus ensinamentos os bispos de Roma são sucessores do Príncipe dos Apóstolos e a comunhão com a cátedra de Pedro é condição necessária para pertencer à Igreja de Cristo. Antes de tudo a Cátedra de Roma é a Cátedra de Pedro: "Vagando a sede de Fabiano, isto é, a sede de Pedro, *Fabiani locus, id est, locus Petri,* e da dignidade da cátedra sacerdotal foi Cornélio criado Bispo". *Ad Anton. Epist.*, 55, 8, p. 630. Sucedendo a Pedro, os Papas constituem, como êle, o centro da unidade cristã. Roma é a *mãe, a raiz* de tôdas as igrejas. Estar em comunhão com o Papa é estar em comunhão com a Igreja Católica. Aos textos. Quando Felicíssimo e os seus colegas cismáticos partiram para Roma, escreveu Cipriano ao Papa Cornélio: "Navigare audent et ad *Petri cathedram* et ad *ecclesiam principalem, unde unitas sacerdotalis exorta est,* ab schismaticis et profanis litteras ferre, nec cogitare eos esse Romanos, quorum fides, apostolo praedicante, laudata est et *ad quos perfidia habere non potest accessum*". *Epist.*, 59, 14, p. 683. Cátedra de Pedro, Roma é a Igreja principal, princípio da unidade sacerdotal (= episcopal), e mais, infalível no ensino da verdade revelada (ad quos perfidia accessum habere non potest; perfídia na linguagem de Cipriano quer dizer êrro na fé. Cfr. HARTEL, p. 443, perfídia = Unglaube). Em outra carta a Cornélio escreve ainda o santo dizendo que exortara os que iam a Roma "ut *Ecclesiae catholicae matricem* et *radicem* agnoscerent ac tenerent". *Epist.*, 48, n.º 3, p. 607. E pouco adiante: "ut te (Cornelium) universae collegae nostri et *communicationem tuam, id est, catholicae ecclesiae unitatem* pariter et caritatem probarent atque tenerent." Tôda a igreja da África, (África pró-consular, Numídia, Mauritânia) estando em comunhão com o bispo de Roma, está em comunhão com a unidade da Igreja Católica. Mesmo pensamento em carta escrita, não já ao Papa, mas a Antoniano, bispo em África: "Scripsisti etiam ut exemplum earundem (tuarum) litterarum ad Cornelium collegam nostrum transmitterem, ut deposita sollicitudine jam sciret *te secum, hoc est, cum Catholica Ecclesia communicare*". *Epist.*, 55, 1, p. 624.

O Papa, assim como é centro da unidade, assim deve velar pela sua conservação, removendo os bispos que aderiram ao cisma ou à heresia. Tal era Marciano, de Arles *nas Gálias,* que se declarara pelo partido de Novaciano. Cipriano escreve logo a Cornélio pedindo que o deponha e lhe comunique logo o substituto que designar. "Dirigantur in provinciam et ad plebem Arelate consistentem a te litterae quibus, abstento Marciano, alius in loco ejus substituatur. Significa palam nobis quis in locum Marciani Arelate fuerit substitutus, *ut sciamus ad quem fratres nostros dirigere et ad quem scribere debeamus*". *Epist.*, 68, 3, p. 745. Bispo deposto pelo Papa é bispo separado da comunhão católica; bispo substituído pelo Papa é bispo com quem devem comunicar os fiéis de tôdas as igrejas.

Combatendo contra Novaciano, antipapa, diz Cipriano: "Novatianus, simiarum more, quae cum homines non sint humana imitentur, vult *Ecclesiae catholicae auctoritatem sibi et veritatem vindicare,* quando ipse in Ecclesia non sit... Sciens, enim, unum esse baptisma, hoc unum sibi vindicat ut *apud se esse ecclesiam* dicat et nos haereticos faciat". *Epist.*, 73, 2, p. 779. Tudo, pois, está em saber qual é o ver-

dadeiro e legítimo bispo de Roma: com êle, está a Igreja. É a doutrina de Novaciano, de Cornélio, de Cipriano, de tôda essa época: qui cathedram Petri super quem fundata ecclesia est deserit, in ecclesiae se esse confidit?

Concluindo esta parte da nossa demonstração: não há na lição A um só inciso que não encerre os ensinamentos claros e repetidos de S. Cipriano. Se a escreveu alguma pena estranha, não lhe introduziu nada de novo, condensou num trecho o que se achava esparso pelas obras do grande bispo.

Mas escreveu-a alguma pena estranha? Não foi o próprio Cipriano, que, em ocasiões diversas, deu duas redações ao mesmo pensamento fundamental? A esta conclusão nos levam tanto as circunstâncias históricas quanto o exame interno do famoso trecho. Como é muito provável, o opúsculo *De unitate Ecclesiae* foi composto por ocasião do cisma de Felicíssimo e Novato em Cartago. O Santo, ao que parece, leu-o no primeiro concílio africano a que presidiu na sua cidade. Pouco depois, os cismáticos de África, atravessando os mares, foram levar a divisão e a discórdia à igreja romana. Novaciano, apoiado pelos emissários de Novato, foi criado antipapa. Desejando contribuir para a restauração da unidade, enviou o bispo de Cartago o seu opúsculo ao clero romano, juntamente com uma carta em que, entre outras coisas, dizia: "Que omnia penitus potestis inspicere, *lectis libellis* quos hic nuper legeram et ad vos quoque legendos pro communi dilectione transmiseram... Sed et catholicae ecclesiae unitatem quantum potuit expressit nostra mediocritas". *Epist.*, 54, 4, p. 623.

Ora, que de mais natural que, enviando o seu trabalho a Roma, Cipriano o retocasse, adaptando-o às condições singulares da sede de Pedro? O cisma é detestável em qualquer igreja. Mas que será na Igreja, *Cathedra Petri, unde unitas exorta est?* Que delito levantar-se contra o sucessor do Único apóstolo, *super quem Dominus aedificavit Ecclesiam?* As adições, portanto, da variante A apresentavam-se naturalmente à pena do autor, para dar mais eficácia à sua exortação, mais energia, maior adaptação às condições particulares da Igreja Romana. A lição B visa, portanto, o cisma de Felicíssimo na África, a versão A, o cisma de Novaciano em Roma. (1)

O estilo destas variantes vem confirmar a espontaneidade desta inferência. Ninguém em Roma ou em África escrevia como S. Cipriano. Já S. Agostinho discernia só pela forma as obras do bispo de Cartago: "Stilus ejus habet quandam propriam faciem, qua possit agnosci". *Epist.* 93, n.º 39. Ora, as modificações da lição A, dum lado apresentam o cunho característico dêste estilo cipriânico, do outro, manifestam certas liberdades na disposição da frase e na substituição das palavras que só o próprio autor (e não um imitador ou discípulo) poderia tomar a iniciativa de introduzir. Esta, a conclusão derradeira a que chega D. CHAPMAN, que, depois de desenvolver amplamente os seus argumentos, pede ao leitor que não a julgue precipitadamente, antes "d'avoir pesé mûrement les endroits parallèles que j'ai cités dans l'article précédent en les lisant dans leur contexte, ni avant d'avoir vécu dans l'intimité du saint pendant un certain temps". *Revue Bénédictine*, t. XX, p. 49. Êste cunho cipriânico nos processos materiais de estilo foi novamente ve-

(1) Tal a conclusão de D. Chapman. Outros críticos, como Tillemont e modernamente Benson, Lacey e Batiffol, baseando-se no *transmiseram* da epístola de S. Cipriano, opinam que o *De unitate Ecclesiae* foi originàriamente escrito contra Novaciano e mais tarde lido em Cartago. Nesta hipótese, a lição A daria *a primeira redação* do opúsculo; o texto puro de Hartel seria uma segunda edição em que o Santo teria cortado o que era de aplicação particular à Igreja de Roma para dar ao seu trabalho uma utilidade universal. D. Chapman não se deixou convencer (*RB.*, 1910, p. 456, nota). Outros críticos lhe deram também razão, como ERNEST, *Cyprian und Papsttum*, p. 15, D'ALÈS, *op. cit.* p. 109. Esta questão de cronologia não nos interessa diretamente.

rificado e confirmado por um especialista em prosa métrica, L. LAURAND, no *Berliner philologische Wochenscrift*, 7 de agôsto, 1909, p. 1016.

Enfeixando agora em poucas proposições o fruto desta já longa disquisição crítica e determinando-lhes ao mesmo tempo o valor epistemológico, podemos afirmar:

1.º — O célebre texto C, publicado em várias edições das obras de S. Cipriano, não é uma interpolação, isto é, uma inserção introduzida violentamente no texto autêntico, mas uma combinação de duas variantes que se acham nos manuscritos mais antigos. É certo.

2.º — As duas variantes A e B juxtapostas na redação C não encerram pensamento ou expressão alguma que não seja de S. Cipriano. Certo.

3.º — O exame dos caracteres paleográficos dos manuscritos, a crítica interna das duas redações, as circunstâncias em que foi composto o opúsculo *De unitate* convergem para fazer remontar a origem das duas variantes ao século III, ao próprio S. Cipriano. São duas edições da mesma obra revista pelo autor. Probabilíssimo.

Tal o resultado definitivo a que chegou, há mais de 20 anos, o estudo profundo e imparcial de D. Chapman. (1)

(1) O trabalho do erudito beneditino forçou a aprovação dos críticos de todos os matizes. Segundo D'ALÈS, professor no Instituto católico de Paris, a origem das variantes dos Mss. cipriânicos "est un problème de critique littéraire que les travaux de Dom Chapman ont fait entrer dans une voie nouvelle". As expressões da variante A "portent au plus haut degré l'empreinte personnelle de Saint-Cyprien. C'est ce que Dom Chapman établi avec un luxe de preuves qui ne laisse rien à desirer". *Saint-Cyprien*, pp. 104, 107. Para HARNACK, protestante racionalista, o douto beneditino estabeleceu incontestàvelmente que a interpolação nada encerra que não seja cipriânico, que é especificamente cipriânica, que se não pode atribuir a outro meio intelectual que o do próprio Cipriano. *Theologische Literaturzeitung*, 1903, pp. 262-3. Na mesma revista, 1909, p. 423, outro protestante alemão, KRUEGER, escreve "que já não é permitido falar de falsificações" (richtig ist dass man von Fälschung nicht mehr reden darf). No *Journal of theological studies*, t. V (1914), pp. 432-36, E. WATSON subscreve o juízo de Harnack. Pouco depois T. A. LACEY, *Unity and Schism*, London, 1917, pp. 177-187, diz-nos que, independentemente de Dom Chapman, já havia chegado às mesmas conclusões. Quando, pois, o racionalismo e o protestantismo concordam com a ciência católica em julgar o valor do trabalho dum crítico do porte de Dom Chapman, podemos, em segurança de consciência, seguir-lhes o parecer. Onde tão opostos são os interêsses, só a evidência da verdade impõe a unanimidade dos sufrágios.

A crítica dissipou para sempre o escândalo da abominável "*forgery* papista", por dois ou três séculos explorado pela baixa polêmica protestante: ainda uma vez o progresso da ciência deu a mão à verdade católica contra a ignorância e a má-fé de seus adversários.

Ao mesmo tempo e de caminho vemos "que dêste feixe de testemunhos ressalta, incontestàvelmente, que, segundo o pensamento de S. Cipriano, o bispo de Roma ocupa na Igreja uma posição única: herdeiro da sede de Pedro, fundamento permanente da Igreja, centro e origem da unidade, pastor universal e primaz, depositário do poder das chaves". D'ALÈS, *La théologie de Saint-Cyprien*, p. 129.

CONTROVÉRSIA BATISMAL

A doutrina de Cipriano, sereno, sôbre a primazia do sucessor de S. Pedro já fica exposta acima. Infelizmente, a controvérsia batismal, toldando esta serenidade, envolveu em névoas os últimos anos do grande bispo.

Havia algum tempo que em certas províncias da Ásia e da África se havia, pouco a pouco, introduzido o uso ou abuso de reiterar o batismo dos que já o haviam recebido de ministros hereges ou cismáticos. Cipriano esposou a nova opi-

nião e defendeu-a com todo o entusiasmo de sua eloqüência e o ardor de seu zêlo. Os sacramentos, raciocinava êle, conferem o Espírito Santo; ora, fora da Igreja não há Espírito Santo, logo, só na Igreja há sacramentos válidos. O sofisma, — porque sofisma é — salta aos olhos. Nos sacramentos, a graça é comunicada, não pelo ministro mas pelo Espírito Santo que a infunde diretamente nas almas, tôdas as vêzes que o rito sacramental é administrado segundo a lei de sua instituição. Fazer depender o batismo da dignidade moral do ministro, é perverter a noção específica dos sacramentos da Nova Lei cuja eficácia é intrínseca *ex opere operato*.

Mas o que viam os outros, o que ensinava a tradição apostólica, não o via Cipriano. Provocando uma pergunta do leigo Magnus, o bispo responde-lhe com uma carta que é um verdadeiro tratado sôbre a questão. Pouco depois, em 255, graças à sua eloqüência e autoridade, a nova sentença prevaleceu no concílio de Cartago, cuja epístola sinodal foi redigida pelo próprio Cipriano. No entretanto, a tradição contrária suscitava escrúpulos em outros pastôres. Cipriano, visìvelmente embaraçado, afasta o argumento com uma saída algo arrojada: "non est de consuetudine praescribendum sed ratione vicendum". *Epist.*, 71, 2 e 3. Ceda a tradição, prevaleçam os meus argumentos. Em princípios de 256 novo concílio provincial se reúne na sua sede e 71 bispos da África pró-consular e da Numídia aderem às novas doutrinas. Cipriano escreve a Roma para comunicar esta deliberação.

Roma, centro da unidade católica, guarda infalível da ortodoxia, repele sem tergiversar as inovações perigosas. Contra Cipriano, o grande bispo, contra os últimos sínodos da África reunidos em Cartago, o Papa Estêvão, na plenitude da consciência de Pastor supremo da Igreja Católica, pronuncia o seu *Nihil innovetur*. A sentença atravessa os mares e vai ferir o primaz no mais vivo da sua sensibilidade de africano ardente. A sentença do Papa, além de contradizer-lhe uma doutrina afagada com carinho e defendida pùblicamente com calor, afigurou-se-lhe como favorável à heresia e ao cisma, a quem reconhecia o poder de administrar vàlidamente os sacramentos. Sem justificá-la, compreende-se a animosidade que lhe empolgou o ânimo. Nas cartas escritas por essa época fugiram-lhe da pena expressões pouco comedidas e irreverentes contra o Papa, "quae in Stephanum irritatus effudit.", diz S. AGOSTINHO, *De Bapt.*, V, 25. Foi além. Expediu imediatamente ao bispo de Cesaréia o diácono Rogaciano, portador de uma carta ditada num dos momentos de maior excitação. Firmiliano, já comprometido na questão batismal, excitou-se por contágio e respondeu a Cipriano no mesmo diapasão. Desta triste carta extraiu o Sr. Oiticica o trecho citado no seu artigo. É dizer todo o valor crítico do documento.

Efetivamente, a paixão turbara a tal ponto Firmiliano e Cipriano que os arrastara às mais visíveis contradições. Quem leu Cipriano calmo e tranqüilo já o não reconhece nos escritos dêste período. Os próprios críticos protestantes e racionalistas revelam estas incoerências. "Quando Cipriano... tenta ainda conservar a unidade da Igreja, falta-lhe o solo sob os pés e as suas afirmações vacilam no ar. Consoante o seu conceito, a unidade católica deveria lògicamente achar-se onde se acha o bispo de Roma". O. RITSCHL, *Cyprian von Karthago*, Göttingen, 1885, p. 140. E. HARNACK: "Indubitàvelmente no conflito com Estêvão pôs-se Cipriano em contradição com as suas opiniões anteriores sôbre a importância da Cátedra romana na Igreja." *Lehrbuch der Dogmengeschichte*, I, Freiburg, 1909, p. 421.

Calar, portanto, propositadamente quanto sôbre o Papa ensinou o bispo de Cartago, sereno e tranqüilo e respigar expressões veementes e despeitosas saídas num momento de irritação e de animosidade, é fechar voluntàriamente os olhos à verdade, é deixar a limpidez diáfana de um dia primaveril para querer traçar um roteiro seguro entre os nevoeiros de uma noite revôlta de tempestade. Polêmica que recorre a se-

melhantes processos históricos já está julgada. O bom senso, a lógica, a metodologia crítica falaram pelos lábios de De Maistre quando disse: "Lorsque les adversaires de la monarchie pontificale nous citent *usque ad nauseam* les vivacités de ce même S. Cyprien contre le Pape Étienne, ils nous peignent la pauvre humanité au lieu de nous peindre la sainte tradition... Il faut de plus ne jamais perdre de vue cette grande règle... que le témoignage d'un homme ne saurait pas être reçu, quelque soit le mérite de celui qui le rend, dès que cet homme peut être seulement soupçonné d'être sous l'influence de quelque passion capable de le tromper". *Du Pape,* 1, I, c. 8, ed. 1819, pp. 70, 68.

Felizmente a desinteligência entre Estêvão e Cipriano não durou largo tempo. A perseguição, que amainara um pouco, recrudesceu. Com breve intervalo, o Papa e o bispo africano sucumbiram como mártires gloriosos da fé.

Qual o êxito final da controvérsia? Entre Estêvão, que só tinha por si a autoridade moral do sucessor de S. Pedro e Cipriano, o escritor brilhante, o orador eloqüente, apoiado por dois concílios da Igreja africana, que partido tomou a cristandade católica? O Sr. Oiticica, com aquela veracidade histórica que já lhe conhecemos, escreve que "as fumaças de suserania ficavam em Roma. Os demais bispos riam-se delas". Ainda uma vez os fatos lhe infligem o mais humilhante desmentido.

No ponto de vista *doutrinal,* Estêvão esclareceu e firmou para sempre a verdade ensinada pela tradição e anuviada um instante pelas sombras em que a envolveu Cipriano. Quando no século seguinte os donatistas tentaram renovar o êrro já profligado, foram para logo excluídos da Igreja como hereges. Refutando-os, dizia S. Agostinho: "Semelhante costume (de rebatizar os batizados pelos hereges) não havia na Igreja primitiva e *depois repeliu-o todo o orbe católico com a maior firmeza de unanimidade*". *De bapt.,* III, 2. Eis o que dizia o maior luzeiro da África logo no século

seguinte ao de Cipriano. S. Agostinho: "catholicus orbis robustissima firmitate consensionis exclusit". O Sr. Oiticica: "os outros bispos riam-se dêle".

Quanto a S. Cipriano, cuja doutrina e autoridade invocaram os donatistas, desculpava-o a caridade de Agostinho por haver errado em ponto que não havia sido ainda tratado e decidido. "Nolite ergo nobis auctoritatem objicere Cypriani ad baptismi repetitionem... Nondum enim diligenter erat illa quaestio baptismi pertractata". *De bapt.,* II, 7, 12.

No ponto de vista *moral,* a resistência do bispo de Cartago foi considerada como um labéu na sua vida de Santo, uma nódoa lavada generosamente na púrpura de seu sangue de mártir. A palavra ao bondoso e delicado Agostinho, que procura multiplicar as desculpas para desafrontar-lhe a memória: "Cyprianus aut non sensit omnino quod eum sensisse recitatis, aut hoc postea correxit in regula veritatis; aut hunc quasi naevum sui candidissimi pectoris cooperuit ubere caritatis, dum unitatem Ecclesiae toto orbe crescentis et copiosissime defendit et perseverantissime tenuit vinculum pacis... Accessit etiam quod tanquam sarmentum fructuosissimum, si quid in eo fuerat emendandum, purgavit falce passionis". *Epist.,* 93, *ad Vinc. Rogatistam,* n. 38-40.

Estêvão, portanto, *dirimiu a controvérsia do batismo* agitada nas igrejas da Ásia e da África, como 50 anos antes Calisto ainda na África pusera côbro aos debates suscitados pelos montanistas sôbre a penitência. A autoridade do Sumo Pontífice já era tão manifesta no 3.º século, tão leal e pronta era a obediência que lhe prestavam os bispos do orbe católico, que Décio, o feroz perseguidor que já imolara um Papa aos seus ódios anticristãos, preferia ver proclamar um competidor da púrpura que saber a eleição de um novo bispo de Roma. Êste pormenor nos foi conservado precisamente por Cipriano: "multo patientius et tolerabilius levari adversus se aemulum principem quam constitui Romae Dei Sacerdotem". *Epist.,* LV, 9.

A resistência de Cipriano não diminuiu em nada o prestígio do sucessor de S. Pedro. Poucos anos depois, Dionísio, bispo de Alexandria, o mais importante de todos os bispos da Ásia e da África e que tinha mais de cem sufragâneos sob a sua dependência, é denunciado a Roma por doutrinas menos ortodoxas sôbre a Trindade. Roma condena os erros em abstrato sem nomear pessoas e escreve ao bispo pedindo esclarecimentos. Dionísio responde justificando-se. Acêrca dêste fato, Harnack, racionalista, observa que todo êste processo — denuncia a Roma, sentença de Roma, intervenção de Roma em Alexandria, justificação de Alexandria em Roma, — não suscita a mais leve objeção em Alexandria. *Dogmengeschichte,* t. I, p. 451. Nem em Roma violências de ambição conquistadora, nem em Alexandria estranhezas de novidade ilegítima.

Nos princípios do século seguinte, Júlio I recebe a apelação de S. Atanásio, patriarca de Alexandria, de Marcelo de Ancira, de Paulo, patriarca de Constantinopla, e a alguns bispos que precipitadamente se haviam imiscuído nessas igrejas, escreve "ignorais *ser costume* que primeiro se nos escreva e *daqui se decrete* o que fôr justo? Certo, se alguma suspeita podia pairar sôbre êstes bispos a esta igreja (Roma) se devera ter comunicado". S. Atanásio, *Apolog. c. Arianos,* n.º 35. Júlio I intervém no patriarcado de Alexandria e de Constantinopla, como os seus antecessores haviam interferido em outras igrejas importantes da África e da Ásia.

As fumaças de suserania não ficavam em Roma nem do Papa se riam os outros bispos. O sucessor de S. Pedro continuava e continuará até ao fim dos tempos o exercício glorioso da missão que lhe foi confiada por Cristo: conservar incorrupto o patrimônio da verdade católica e defender contra as irrupções dos filhos da discórdia a unidade da Igreja. Esta unidade na moral, no dogma, no govêrno, na caridade, é a prerrogativa inconfundível da Espôsa de Cristo. Unidade que para os seus discípulos pediu o Redentor

na última ceia: ut sint unum. Unidade que S. Paulo proclamou essencial ao Cristianismo: unus Deus, una Fides. Unidade por que debalde suspiram todos os dissidentes que no correr dos séculos se desprenderam da grande árvore católica. Fora da pedra colocada por Cristo como fundamento insubstituível da sociedade das almas remidas, não pode haver unidade, não pode haver Igreja. S. Cipriano: "Super unum aedificat Ecclesiam... ut ecclesia Christi una monstretur".

A unidade perpetuada do fundamento assegurará para todo o sempre a unidade singularmente majestosa de uma construção superior às possibilidades de imitação humana.

CONCLUSÃO

Analisamos a série completa dos 13 artigos do Sr. Oiticica. Nossa intenção, como dissemos a princípio, não foi reacender nem continuar polêmicas. Quisemos tão-sòmente pôr em relêvo a maneira indigna com que o professor do Pedro II procedeu nas suas arremetidas contra a Igreja Católica.

O método de pequeninas notas, a que só por lealdade nos adstringimos, tornou-nos extremamente desfavorável a posição de defesa. Saiu, por isto, esta réplica muito incompleta, muito insuficiente, muito pálida e abaixo de quanto desejáramos para pôr em plena luz a evidência da verdade que nos fulge n'alma. Ainda assim parece-nos haver atingido o alvo proposto.

Provàvelmente, à míngua de assunto mais interessante para as suas colaborações periódicas de jornalista, voltará o esgrimidor à carga, continuando o seu "desporto inofensivo". Mil colunas já nos foram ameaçadas. Para paciência dos leitores e honra do professor, melhor fôra que ficassem no tinteiro. Se vierem, porém, já estão prejudicadas. Os espíritos sérios se acham suficientemente informados de seus processos de controvérsia.

Lançando agora um olhar retrospectivo, após o longo percurso através das vinte e tantas colunas da "Resposta a um Jesuíta", pedimos encarecidamente ao leitor queira passar de novo a vista pelo nosso primeiro artigo e ver o que vale esta "resposta". Verificará que não devemos retratar uma só proposição, atenuar um asserto, cortar o mais insignificante inciso. O que dissemos a princípio está hoje tão de

pé, não obstante a bateria de parada das XIII, como no dia 6 de março, quando pela primeira vez o publicamos. O Sr. Oiticica não logrou demolir uma só das nossas afirmações. Como refutação, os seus artigos lògicamente valem nada, treze vêzes zero, coisa nenhuma.

Uma utilidade, porém, tiveram: a de confirmar, contra a vontade de seu autor, quanto deixáramos consignado no nosso primeiro trabalho sôbre os seus "processos críticos". Tôdas as deficiências metodológicas, todos os recursos anticientíficos, todos os expedientes desleais e insinceros de polemista, que lhe apontávamos no artigo primogênito reapareceram, muitas vêzes repetidos e notàvelmente agravados, nos que lhe seguiram na parceria de irmãos fàcilmente reconhecíveis pela semelhança dos traços fundamentais da mesma fisionomia defeituosa.

Provamo-lo largamente; agora, em brevíssimo resumo, compendiaremos os pontos principais desta demonstração.

Logo no princípio da nossa crítica denunciáramos em Tyrrell, sacerdote apóstata e recentemente cortado do seio da Igreja, um guia suspeito e apaixonado na história do modernismo, uma testemunha contra a qual se elevavam tôdas as exceções da ciência e do bom senso. Que faz o Sr. Oiticica? Com citações do *próprio Tyrrell* sai à estacada em defesa do ex-jesuíta, afirmando que não era apóstata, não mudara de doutrinas (sic!), fôra injustamente excomungado, etc., etc... Respostas *sôbre falsas* (ver excursus A), de todo *alheias à questão*.

Fêz mais. Reincidiu, incorrigìvelmente, no mesmo defeito de lesa-serenidade histórica. O seu mentor principal na questão modernista é um tal P. Houtin, outro pobre e infeliz apóstata sem títulos científicos e que, por faltas no cumprimento de seus deveres sacerdotais, desde muito andava às voltas com as autoridades eclesiásticas (*Mes difficultés avec mon Evêque,* 1903). Condenado pela Santa Sé, vingou-se

mesquinhamente, como costumam vingar-se os ex, — escrevendo libelos contra a Igreja.

Mais adiante (art. VIII) sôbre as relações entre a ciência e o clero cita-se outro escrito firmado por um grupo de padres de *nomes desconhecidos,* isto é, sem autoridade alguma. Contra a Encíclica *Pascendi* aduzem-se referências colhidas no *Programa dos modernistas,* outro requisitório ditado por um manípulo de revoltosos insultadores que na covardia do *anonimato* buscaram uma proteção ao desafôgo violento de paixões baixas. Tôda esta literatura de libelos e pasquins, sem títulos científicos nem recomendações morais que lhe abonem o valor, passou, ruidosa e efêmera, como passam as enxurradas. A história e o bom senso sepultaram-na para logo no merecido esquecimento. Hoje, volvidos quase vinte anos, é sôbre estas torrentes tumultuárias e lodosas que se precipita, sequioso, o professor do Pedro II, para nelas haurir a linfa serena e cristalina da verdade! Critério que revela desequilíbrio crítico na inteligência ou atraiçoa malevolências gratuitas no coração.

Como na questão modernista, assim nas outras não é mais acertada a escolha das fontes. Um exemplo só. S. Tomás de Aquino, cuja envergadura intelectual se impôs à admiração de sete séculos, S. Tomás de Aquino, que em nossos dias de tal modo centraliza a atenção dos pensadores que sôbre a sua personalidade histórica e filosófica se publicam em todo o mundo mais trabalhos que sôbre qualquer outro filósofo, S. Tomás de Aquino é julgado "definitivamente" pela insignificância de um White que não tem nome na história da filosofia.

Mas o Sr. Oiticica cita também documentos de origem católica no intuito de criticá-los ou de escudar-se com a sua autoridade. Para êstes, mais rebeldes às suas intenções, há outros "processos críticos". Submete-os o livre-pensador às torturas do ecúleo, dos cavaletes, das catastas; mutila-os, deforma-os, contorce-os até se ajustarem à medida dos seus

desejos. Estão lembrados os leitores da 3.ª sessão do Concílio Vaticano? O insigne documento é cortado à tesoura. O trecho em que a Igreja reconhece a justa liberdade das ciências é amarrotado e atirado na cesta de papéis; não serve para a polêmica. A conclusão ao estudo *do dogma* é deslocada de seu sítio natural e ajustada violentamente no lugar que deixara vazio o tópico há pouco inutilizado. Destarte se conclui triunfalmente que a Igreja hostiliza qualquer inovação no progresso das ciências humanas! Assim é mutilado o Concílio Vaticano (n.º 37). A Encíclica *Pascendi* é manifestamente caluniada (n.º 17). Falseado S. Justino (n.º 44). Falseado Orígenes (n.º 138). Falseado S. João Crisóstomo (n.º 139). Falseado S. Agostinho (ns. 140, 141). Falseado Tertuliano (n.º 142). Falseado S. Cipriano (n.º 143). Falseado S. Ambrósio (n.º 144). Falseados até autores anticatólicos como Renan (n.º 176). Parece que o consciencioso catedrático não pode citar um autor sem lhe deformar o pensamento.

Denunciávamos ainda no nosso primeiro estudo a tática desleal de multiplicar afirmações gratuitas sôbre mil questões que entendem com as mais variadas disciplinas, na intenção de sugestionar os leitores ingênuos e dificultar o trabalho da réplica pronta e eficaz. Houve emenda? Não: reincidência com agravantes. Desde a repressão social da heresia em outras eras (n.º 67, n.º 75), até a Imaculada Conceição da Virgem (n.º 130), quase não há acusação estafada e cediça contra a Igreja Católica que não repetisse o Sr. Oiticica com ares de Colombo que acaba de descobrir novos continentes. Mais uma alusão à Papisa Joana e ter-se-ia esgotado o arsenal apologético dos vendedores ambulantes de bíblias. Entretanto não há *uma só* das objeções formuladas pelo professor do Pedro II à qual já não tenha satisfeito cabalmente a ciência católica e muitas vêzes a própria ciência racionalista. (Acabamos de ver o exemplo típico das "interpolações" de S. Cipriano.) Mas ao injusto agressor da Igreja pouco se lhe dá do que diz a ciência. Os saltimbancos de feira fazem a mesma coisa: têm o seu realejo e eternamente azoinam os ouvidos pacientes dos transeuntes com a monotonia soporífera de suas cansadas nênias.

Dispersando com a multiplicidade das questões o campo da controvérsia, não há possibilidade de provar tantas e tão graves acusações e que tão intimamente vão ferir o Catolicismo. O ato tem suas responsabilidades morais. Mas que importa? Multipliquem-se indefinidamente as asserções gratuitas (ns. 127, 146, 154, 162, 163, 165, 170). Os ânimos refletidos e afeitos ao trabalho crítico da meditação pessoal defendem-se fàcilmente contra o prestígio das afirmações arrojadas; a turba anônima e ingênua dos desaparelhados para as lutas do pensamento sucumbe à eficácia da sugestão. Destarte fomentam-se prevenções e açulam-se ódios contra a Igreja. Eis o que importa. Não é "tendência altamente simpática qualquer agitação contra o despotismo romano"?

Nem menos destituídos de fundamento são outros assertos dissimulados sob a autoridade aparente e falaz de um nome de parada. Também essa tara de dirimir questões relativas aos primórdios do cristianismo com citações de heterodoxos contemporâneos, já fôra por nós salientada, mas, também desta vez, sem proveito. A autenticidade de um texto de S. Mateus é negada em nome de Morin e Réville (n.º 136), a existência do episcopado monárquico contestada *in verbo magistri* Guignebert (n.º 166), o quadro do ensino evangélico desenhado ao vivo pelo pincel fidelíssimo de Renan (n.º 153). Parece que à consciência do nosso polemista nem sequer aflora a dúvida de que um protestante ou um racionalista dos nossos dias pode deformar, por ignorância e por paixão, a pureza original da história ou da doutrina do cristianismo primitivo. Os autores católicos, êsses,

a priori, são eliminados. Da infalibilidade prometida por Cristo à sua Igreja, são agora investidos Tyrrell, os modernistas e protestantes. Há nisto sinceridade? Há probidade e imparcialidade científica? — Quem não sabe que tôdas as vêzes que se controverte uma questão histórica manda a razão se consultem as *fontes* com a maior isenção de ânimo para dirimi-la *cientìficamente?* Mas o Sr. Oiticica é incorrigível.

Terminávamos a nossa crítica mostrando quão acanhada era a intuição filosófica e a visão histórica de quem pretendia explicar a grandeza da constituição religiosa e social do catolicismo com a pequenez de ambições e interêsses inconfessáveis. Também aqui o professor nem se arrependeu nem se emendou. Desapareceram na verdade os "corrilhos políticos de teólogos medievais". Diante dos textos e dos fatos a origem do papado deslocou-se inesperadamente das sombras fôscas e obscurantistas da Idade Média para os primórdios do cristianismo. O mesmo articulista que outrora afirmara desabaladamente: "nos *primeiros* séculos da Igreja o bispo de Roma não é superior *em coisa alguma* aos demais", agora já desce a ponto de confessar que "começou no *raiar do 2.º século* o movimento pró-supremacia" papal.

E quais foram, entre outros, os seus promotores? S. Clemente, S. Irineu, S. Vítor, isto é, nomes gloriosos de heróis que pela integridade de sua fé, pela sua fidelidade inabalável aos ensinamentos de Cristo, deram, com o derramamento generoso do próprio sangue, a maior prova que pode um homem prestar da sinceridade de suas convicções.

E quais os meios de que se serviram os iniciadores da monarquia pontifícia? "Uma série de publicações apócrifas." — Custa a crer mas é realidade: na ausência de "camarilhas, de corrilhos políticos medievais, da Companhia de Jesus" venham como operários do grandioso monumento, meia dúzia de contrabandistas literários escolhidos na geração dos mártires. Sim; a Igreja Católica que, no dizer insuspeito do célebre estadista protestante W. E. GLADSTONE "desde os três primeiros séculos de perseguição marchou por mil e quinhentos anos à frente da civilização humana e arrastou após si, como corcéis do seu carro de triunfo, o melhor das fôrças intelectuais e morais do mundo; que identificou a sua arte e o seu gênio com a arte e o gênio da humanidade e cifrou nas suas grandezas, na sua glória, na sua majestade, quase tôda a majestade, a glória e a grandeza da nossa espécie", a Igreja Católica, que, em nossos dias, depois dos admiráveis progressos materiais e científicos do último século continua ainda a ser o foco mais intenso de vida religiosa e moral da humanidade civilizada, a Igreja Católica descansa a solidez duas vêzes milenária de sua estrutura maravilhosa... em um punhado de cartas apócrifas ou de textinhos interpolados. Como não querer que proclamemos a incapacidade real ou fingida (é difícil saber quando o advogado do modernismo fala sinceramente) de quem não vê ou não quer ver a evidência de desproporções entre a grandeza única do efeito e a mesquinhez de semelhantes causas?

Tal é em resumo a polêmica do Sr. Oiticica: — um acervo de falsificações históricas, de mutilações de textos, de reticências culposas, de afirmações gratuitas, de informações apaixonadamente unilaterais, de injustiças flagrantes, numa palavra, polêmica sem ciência e sem consciência.

Terminando o nosso primeiro artigo, afirmamos que não podia escrever sôbre a Igreja quem não tivesse um senso histórico intensamente iluminado pela visão profunda dos grandes princípios racionais.

A primeira resposta do Sr. Oiticica, apresentando-se ao público para defender idéias alheias *como se* foram próprias, em controvérsia de tão momentosas conseqüências, persuadiu-nos que lhe minguava também a compreensão de que o

debate religioso exige, antes de tudo, a homenagem da nossa sinceridade.

Pondo agora o último fecho a êste trabalho, somos dolorosamente constrangidos a levar mais longe a fôrça inevitável das nossas conclusões. Ao improvisado paladino do modernismo, a um articulista que patrocina uma idéia religiosa como um advogado aceita a causa de um cliente e não escrupuliza ante o emprêgo das tricas forenses mais repreensíveis em que é useira a rabulice de causídicos sem consciência, ao Sr. Oiticica falece outrossim o respeito profundamente inviolável aos direitos soberanos e intangíveis da verdade. Ora, o amor vivo, absoluto, eficaz da verdade é a primeira virtude do escritor, o dever máximo de quem doutrina os seus semelhantes, a única paixão do polemista sério. Quem não sente arder-lhe no peito esta chama divina, quebre a pena malfazeja; não pode sentir com justeza as responsabilidades morais de quem lida com idéias.

Nova Friburgo, 15—5—926. (*)

(*) Aos nossos leitores pedimos mil desculpas por lhes oferecer tão tardiamente estas modestas notas. Por motivos inteiramente alheios à nossa vontade só agora podem vir à luz essas páginas que já deveriam ter sido publicadas em fins de maio.

ÍNDICE ANALÍTICO

de

"RELÍQUIAS DE UMA POLÊMICA"

Os números precedidos de n enviam às notas, de p às páginas

Agnosticismo modernista, v. *modernismo*.

Agostinho, S., seu gênio, ns. 56-63; sôbre a repressão social da heresia, n. 67; sôbre o primado de S. Pedro, ns. 140-141, p. 408.

Anti-intelectualismo modernista, v. *modernismo*.

Atenágoras, ns. 50-51.

Bibliotecas, fundadas pela Igreja, p. 278.

Clemente romano, sua intervenção em Corinto, ns. 167-176.

Clero e ciência, pp. 311-319.

Coma joânico (I Epíst. v. 5) n. 99.

Constituições apostólicas, n. 178.

Copérnico, ns. 83-84.

Cipriano, S., e o primado do Papa, n. 143; n. 193; pp. 403-421.

Descartes, n. 87; ns. 83-94.

Doellinger, ns. 27-30.

Episcopado monárquico, de instituição divina, n. 35; ns. 162-165.

Galileu, ns. 85-86.

Houtin, n. 104; n. 110, p. 424.

Idade Média e ciência experimental, n. 79.

Igreja, organização social e hierárquica, p. 187; n. 158; poder de jurisdição, ns. 151-153; poder de magistério infalível, n. 96; n. 125; v. *primado*. — *e ciência*, n. 74; n. 111; n. 119; v. *clero, razão, sábios católicos*.

Imanência, v. *modernismo*.

Imprensa e a Igreja, p. 279.

Inácio de Antioquia, e a instituição do episcopado, n. 162; autenticidade de suas epístolas, n. 179; — e o primado de Roma, n. 180.

Irineu e o primado de Roma, ns. 185-188.

João, S., autor do 4.º Evangelho, n. 146.

Justino, S., ns. 41-49.

Kant, filosofia religiosa, p. 148.

Lutero, sua noção de fé, p. 147.

Modernismo, antecedentes históricos, p. 147-152. Sua apologética agnóstica e anti-intelectualista, ns. 14, 15, 17, 19, pp. 147-156; 157-168. Imanência e pragmatismo religioso, n. 115, p. 160-168. Pro-

paganda indigna sob os véus do anonimato, ns. 96, 112 e 193.
Pascendi, Encíclica, p. 154; n. 17.
Pedro, S., viagem a Roma, n. 154, v. *primado*.
Penas eternas, ns. 127-128.
Pragmatismo, v. *modernismo*.
Primado de S. Pedro: no Evangelho: *tu es Petrus*, autenticidade, ns. 136-137; pp. 359-363; interpretação, ns. 138-144, pp. 363-369; pp. 403-421; *pasce agnos meos*, ns. 148-151; — na Igreja primitiva, n. 156; — nos seus sucessores, v. *Clemente, Inácio, Cipriano*.
Razão e Fé, ns. 20, 36, 72, 133, p. 286.
Sabatier, p. 150.
Sábios católicos, n. 38, n. 81; p. 286, pp. 311-319.
Schleiermacher, p. 149.
Tomás de Aquino, S., n. 70, ns. 76-80.
Tyrrell, sua apostasia, n. 25, n. 26, pp. 230-233.
Universidades fundadas pela Igreja, p. 281; — católicas, p. 281.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

dos

AUTORES CITADOS NO VOLUME

Agostinho, S. — *passim*.
Allers — 15.
Andrada e Silva, A. C. de — 94.
Apert — 118-119.
Arnoukd — 129.
Athearn — 41.
Aulard — 62, 156.
Baden-Powell — 20.
Bardenhewer — 240, 383, 386.
Barros, André de — 220.
Bastos, Filinto — 93-94.
Batiffol — 399.
Baudrillart — 285-286, 304.
Baumgartner — 245, 260, 386.
Baumgartner-Ueberweg — 260, 386
Beaulier — 34, 152.
Bebel — 53.
Bénard — 116.
Bert — 59.
Bessières — 66.
Blainville — 228.
Blatin — 58.
Bois — 215.
Boileau — 187.
Bonjean — 31.
Bouzon — 59.
Bourne — 50.
Boutroux — 17, 26.
Brownson — 288.
Buisson — 34, 152.
Bureau — 26.
Calógeras, Pandiá — 94-95.
Calverton — 139.
Caprivi — 73.
Castro, Araújo — 93.
Cauchy — 288.
Chauvelon — 54.
Chavaux — 170.
Chenon — 62.
Chevreul — 287.
Chwolson — 186.
Cícero — 235.
Cipriano, S. — 345, 377, 410, 421.
Claparède — 16, 38.
Clément — 135, 137, 140.
Clemente, S. — 372, 379.
Coignet — 34.
Coolidge — 22.
Combes — 59.
Courdaveaux — 58.
Crisóstomo, S. — 341, 356.
Croiset — 245.
D'Alès — 414-415.
Dauwe — 135.
Denzinger — 217.
De Maistre — 292, 418.
Descartes — 209.
De Wulf — 260.
Dionísio — 377.
Dostoiewski — 14.

Duhem — 258, 289.
Dumas, J. B. — 286.
Dupanloup — 14-15.
Duvaud — 59.
Ellis, Havelock — 167.
Eusébio — *passim*.
Eskeland, Lars — 19.
Eucken — 12, 18, 261.
Fabre — 252, 254.
Faguet — 70.
Farias Brito — 209.
Faure — 58.
Févre — 307.
Foerster — 20-21, 27, 38.
Fontane — 303.
Fontenelle — 157.
Fouillé — 34-35, 272.
Francisco de Sales, S. — 314.
Galileu — 268.
Gambetta — 58.
Garilhe — 304.
Garnier — 32.
Garofalo — 35.
Gaupp, Roberto — 121, 129.
Geimbert — 119-120.
Geny — 306.
Gentile — 156.
Giannini — 77, 84.
Gieseler — 353.
Gilson — 252, 260.
Gladstone — 429.
Grabmann — 260.
Grasset — 285.
Guchtenheere — 117.
Guignebert — 373.
Guillot — 30-31.
Guiraud — 258, 281.
Guizot — 190.
Haebler — 280.
Harnack — 13, 184, 253, 354, 361, 380.
Hartel — 405.
Hebert — 213.
Heilmaier — 29, 39.
Hergenröther — 399.
Herrschel — 286.
Hilty — 166.
Höffding — 260.
Holtzmann — 367.
Houtin — 173, 308, 310.
Hovre — 25.
Hugh-Benson — 181.
Inácio de Antioquia, S. — 327, 372.
Irineu, S. — 328, 379.
Jalaguier — 366.
James, W. — 166-167, 208.
Janet-Séailles — 237, 244.
Jerônimo, S. — 245, 406.
João, S. — 246, 326-327, 336.
Jolly — 33.
Jordan — 127.
Justino, S. — 327.
Kant — 133, 149.
Kepler — 267.
Ketteler — 221.
Keudell, von — 22.
Kidd — 25-26.
Knabenbauer — 367.
Krueger — 415.
Kurth — 277.
Labande — 280.
Lafontaine — 56.
Lagrange — 236.
Laplace — 266.
Lapparent — 289.
Laprade — 56.
Leão XIII — 304.
Le Roy — 163, 165, 170.
Lessa, Pedro — 92, 93.
Le Verrier — 287.
Lightfoot — 383.
Lima, Mário de — 93-94, 96.
Loisy — 154, 161, 163, 165, 212, 306, 308.

Lot — 316.
Löwenthal — 117.
Lucas, S. — 246.
Lutero — 147.
Macaulay — 368.
Marcos, S. 185, 321, 323.
Mateus, S. — 185, 324.
Meyers — 367.
Mialane — 34.
Mignot — 301.
Monnier — 366.
Monod — 152.
Morais — 235.
Moreau — 306.
Najera — 122.
Naville — 259.
Newton — 265.
Nietzsche — 160.
Nieuwenhuys — 65.
Nourrisson — 57.
Oersted — 228.
Oettingen — 37.
Oiticica, José — *passim*.
Optato de Milévio, S. — 407.
Pasteur — 287.
Paulo, S. — 187, 242, 324, 327, 329.
Paulsen — 170.
Payen — 137.
Payot — 62.
Pécaut — 34.
Pedro, S. — 187.
Pestalozzi — 19.
Pièri — 116-117.
Pinard — 135.
Pio IX — 313.
Pio X — 309.
Poggendorf — 258.
Poincaré — 16-17.
Pontes de Miranda — 28.
Prenant — 135.
Ramalho Ortigão — 28.
Renan — 382, 400.
Reville — 353.
Richard — 17.
Rocco — 87-88.
Rosenmüller — 365.
Rouse Ball — 249.
Rui Barbosa — 41-43, 90-93, 95, 107, 110, 201.
Sabatier — 207.
Schanz — 266.
Scheler, Max — 18.
Schleiermacher — 149.
Skansen, Per — 20.
Smogorzewsky — 82.
Sohm — 383.
Sorel — 316.
Spalding — 27.
Spranger — 21-22.
Teixeira Mendes — 60-61.
Teófilo Antioqueno, S. — 328.
Tertuliano — 375.
Tomás de Aquino, S. — 216, 257.
Turner — 242.
Tyrrell — *passim*.
Ueberweg — 265.
Vallery-Radot — 287.
Van der Vlugt — 261.
Vaughan, Cardeal — 296.
Vermeersch — 130.
Vermeyen — 261.
Vervaeck — 117.
Vieira, P. Antônio — 220.
Viviani — 62.
Voltaire — 60.
Von Ihering — 261.
Werple — 366.
Weilhalsen — 338.
Weiss — 362.
Weizsaecker — 362.
Whatehead — 22.
White — 256.
Zaccaria — 399.
Zahn — 361

ÍNDICE GERAL

ENSINO RELIGIOSO E ENSINO LEIGO

Introdução 9

CAP. I — O *Ensino Religioso no seu Aspecto Pedagógico* . . . 11-23
Instrução e educação: 11; Educação e concepção da vida: 12; Moral leiga: 15; A religião e os grandes educadores: 19.

CAP. II — *O Ensino Religioso no seu Aspecto Social* 24-43
Educação social e formação religiosa da personalidade: 24; Ensino leigo e criminalidade infantil: 30; Inquéritos norte-americanos: 39.

CAP. III — *O Ensino Religioso no seu Aspecto Jurídico* 44-89
Direito natural dos pais à educação dos filhos: 44; Laicismo escolar e liberdade de consciência: 47; Lições de legislação comparada: 71.

CAP. IV — *O Ensino Religioso no Brasil* 90-108
A constituição de 1891: 90; O decreto de 30 de abril de 1931: 96; Protestos injustos e críticas infundadas: 98.

Conclusão 109

PROBLEMAS DE DEONTOLOGIA MÉDICA

Exame Pré-Nupcial 113

O Abôrto 132

RELÍQUIAS DE UMA POLÊMICA

Prefácio 143

Catolicismo e modernismo — *P. Leonel Franca*

I — Historiando idéias 147

II — Expondo doutrinas 157

III — Cerrando conclusões 164

Modernismo Católico — *Sr. José Oiticica* 173
A Igreja Católica e o modernismo — *P. Leonel Franca* 180
Resposta a um jesuíta I — *Sr. José Oiticica* 192
Treplicando — *P. Leonel Franca* 196
Resposta do Sr. Oiticica ao artigo precedente 203
Resposta a um jesuíta II — *Sr. José Oiticica* 206
" III — " 212
" IV — " 219
EXCURSUS A — Tyrrell apóstata? — *P. Leonel Franca* 230
Resposta a um jesuíta V — *Sr. José Oiticica* 234
Resposta a um jesuíta V bis — " 241
" VI — " 249
" VII — " 263
EXCURSUS B — A Igreja e os sábios — *P. Leonel Franca* 274
Resposta a um jesuíta VIII — *Sr. José Oiticica* 291
" IX — " 301
EXCURSUS C — O clero e a ciência — *P. Leonel Franca* 311
Resposta a um jesuíta X — *Sr. José Oiticica* 320
" XI — " 335
EXCURSUS D — Tu es Petrus — *P. Leonel Franca* 358
Resposta a um jesuíta XII — *Sr. José Oiticica* 370
" XIII — " 389
EXCURSUS E — S. Cipriano e o Primado — *P. Leonel Franca* 403
Conclusão — P. Leonel Franca 423
Índice analítico de "Relíquias de uma polêmica" 431
Índice onomástico dos autores citados no volume .....-.. 433
Índice geral 437

COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS DA EMP. GRÁF. OUVIDOR S. A. À RUA DO LAVRADIO, 162/166 RIO DE JANEIRO — BRASIL